

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**ALINE MARIA MATOS ROCHA**

**MOBILIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E CONFRONTO EM MOVIMENTOS SOCIAIS  
URBANOS: O CASO DA RESISTÊNCIA VILA VICENTINA, EM FORTALEZA-CE**

**FORTALEZA  
2021**

ALINE MARIA MATOS ROCHA

MOBILIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E CONFRONTO EM MOVIMENTOS SOCIAIS  
URBANOS: O CASO DA RESISTÊNCIA VILA VICENTINA, EM FORTALEZA-CE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Sociologia. Área de concentração: Cidade, movimentos sociais e práticas culturais.

Orientadora: Profa. Dra. Linda Maria de Pontes Gondim.

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

R571m Rocha, Aline Maria Matos.

Mobilização, organização e confronto em movimentos sociais urbanos : o caso da Resistência Vila Vicentina, em Fortaleza-CE / Aline Maria Matos Rocha. – 2021.  
277 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2021.

Orientação: Prof. Dr. Linda Maria de Pontes Gondim.

1. Movimentos sociais urbanos. 2. Repertórios de confronto. 3. Zona Especial de Interesse Social. 4. Tombamento. 5. Resistência Vila Vicentina. I. Título.

CDD 301

---

ALINE MARIA MATOS ROCHA

MOBILIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E CONFRONTO EM MOVIMENTOS SOCIAIS  
URBANOS: O CASO DA RESISTÊNCIA VILA VICENTINA, EM FORTALEZA-CE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Sociologia da Universidade Federal do Ceará,  
como requisito parcial à obtenção do título de  
Doutora em Sociologia. Área de concentração:  
Cidade, movimentos sociais e práticas culturais.

Aprovada em: 30/07/2021.

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Linda Maria de Pontes Gondim (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Irllys Alencar Firmo Barreira  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Clarissa Figueiredo Sampaio Freitas  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Sérgio Rodrigues Bahia  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

Prof. Dra. Marília Passos Apoliano Gomes  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFECT-PE)

Ao meu pai,  
José Eliezer Gadelha Rocha (*in memoriam*),  
que me disse para ler o mundo.

## AGRADECIMENTOS

A todos os moradores da Vila Vicentina da Estância, que me receberam em suas casas, me confiando suas histórias e medos, mas mantendo a fé de que tudo vai dar certo. Pelas recepções animadas na Vila, as comidas saborosas e a tapioca mais gostosa da cidade! Pelas missas, quadrilhas, confraternizações, aniversários. Por terem dividido comigo a alegria de aprender a bordar e a esperança de manter viva a luta por direitos. Pelas amizades que carregarei pelo resto da vida.

À minha orientadora, professora Linda Maria de Pontes Gondim, com quem aprendo, lendo seus livros, desde a graduação. Por ter aceitado o desafio de me orientar tanto no mestrado como no doutorado, me conduzindo na difícil, porém prazerosa, tarefa de pesquisar. Registro minha enorme admiração por seu trabalho e condução sensível, marcados pelo olhar certo, gentil e perspicaz.

À minha mãe, Conceição, amiga predileta e amor de toda a vida. Seu riso e disposição me iluminam. Sua sabedoria e intuição são essenciais a tudo, a mim.

Ao meu companheiro de vida, Laurêncio, pela partilha de sentimentos, cuidados, atenção, carinho. Seu amor, presença, escuta e paciência foram ingredientes determinantes para orientar meu caminho e superar dificuldades enfrentadas.

Aos meus irmãos Allan e Allane, pelo companheirismo e sensibilidade. Allan, sempre disponível a ajudar no que fosse preciso, investido de sua fortaleza e virtude próprias. Allane, de longe, no Rio de Janeiro, mas sempre presente, vibrante e positiva, nos visitando e nos recebendo sempre que dá certo.

À Karen, cunhada querida, por ser tão atenciosa e amorosa. Sua presença é como uma costura graciosa entre nós. Obrigada por seus dons em organizar nossas festas de aniversário, sempre nos lembrando da importância de celebrar!

Aos mais que amados e preciosos sobrinhos Allanzinho e Gael, pelo presente que suas vidas representam. Ao Allanzinho, pelos fins de semana comigo, assistindo desenho animado e conversando na cama até tarde, fugindo do nosso medo do escuro. Gael, ainda nas primeiras palavras, curioso, arteiro e compartilhando comigo a mesma mania da infância (é segredo)!

À minha avó Maria de Lourdes e ao meu avô Expedito, por serem presenças tão fortes nas nossas vidas. Aos avós Carolina e Vicente de Paulo, *in memoriam*. Aos

tios, tias, primos... À Maria Júlia e Lidiane, sogra e cunhada. A tanta gente importante na minha vida e que no último ano vi e abracei menos do que gostaria.

A todos da minha família e amigos mais próximos, por compreenderem, sem tantas explicações, meus momentos de retirada, exclusão e silêncio.

Às amigas Diana Bezerra e Ana Vlândia Araújo, por confiarem e acreditarem em mim quando nem eu mesma fazia isso. Pelas partilhas, confidências e matinês (por enquanto suspensas). Vocês são excelentes anfitriãs e companheiras!

Aos amigos e colegas de doutorado, “Vigilantes da Tese”, guardiões do tempo de entregas, calendários, vivências... colegas com quem aprendi e cresci: Larissa, Glauber, Carlos, Andreysson, Daniele, Bárbara, Lucas, Luciana. Em especial, à grande amiga que o curso me presenteou, Socorro Letícia.

Às amigas Lara, Nahyara e Eudenia, pelo quarteto que nos encheu de fibra e fôlego nos últimos ano e meses dessa caminhada. A amizade e o companheirismo de vocês foram incomparáveis!

Ao Marcelo Capasso, “arquiamigo” (como chamo meus amigos arquitetos), pelo aprendizado que intuitiva e tacitamente passamos a trilhar. Pelo seu préstimo nas questões que me traziam dúvida, pelas confidências, desabafos, bibliografias e figurinhas trocadas.

À amiga Gerciane, pelo carinho de sua mágica presença, capaz de reduzir qualquer tempo que tenhamos ficado distantes ou sem se falar a menos de um minuto.

Às professoras e amigas Ângela Julita e Inês Detsi, pelas referências que são para mim. À Julita, por ter lido tão caprichosamente a primeira versão do projeto de tese.

À amiga Danielle Maia, que também me auxiliou na leitura do projeto, me indicando sugestões, com seu olhar criterioso e atento.

À Fátima, amiga responsável pelo incentivo em combinar os estudos para a seleção do doutorado com o trabalho, me fazendo crer que sim, daria tudo certo! Sou grata por sua delicadeza e competência.

Aos “arquiamigos” Jacqueline Holanda, Joísa Barroso, Pedro Boaventura, Fernanda Rocha, Marcus Lima, João Lucas, Augusto César, Domingos Linheiro, Flávio Gondim, Lucas Gomes, Camila Aldigueri, Cinira D’Alva, Amíria Brasil e tantos outros de quem me aproximei, aprendi e me diverti durante o tempo em que pude contribuir, de algum modo, com o curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Fortaleza.

À Sylvia Cavalcante, pela dedicação, experiência e reflexões compartilhadas no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Fortaleza.

À amiga Hermínia Lima, com quem dividi a docência no curso de Arquitetura e os preparativos para os estudos e a seleção para professores da Secretaria de Educação do Estado do Ceará. Seu companheirismo e alegria são revigorantes.

Às colegas e aos colegas professores e funcionários que compõem o Centro de Ciências Tecnológicas (CCT), da Universidade de Fortaleza. Em especial, às professoras Liádina Camargo e Sandra Freitas, por confiarem no meu trabalho e nas contribuições que poderia oferecer ao curso de Ciência da Computação.

À amiga Raphaele e ao amigo Tiago Silveira, geóloga e engenheiro civil terraplanistas (alerta: ironia!), colegas de docência e responsáveis pelas descontrações e entretenimento de qualidade que mutuamente nos proporcionamos.

Ao Fábio Pacheco, pela amizade e sintonia que construímos desde que nossa trajetória se cruzou em campo.

À Mayara Justa, pela força e a coragem, virtudes tão dignas do seu trabalho. Por todo apoio que me ofereceu durante a pesquisa e pelo companheirismo que levaremos adiante.

À Olga Paiva, pela admiração, parceria e conversas sempre animadas!

À equipe do Escritório de Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar (EFTA), por terem me recebido, se disponibilizando a ceder informações necessárias à pesquisa e ao trabalho de campo.

A todas e todos que fazem a Frente de Luta por Moradia Digna, pela recepção e momentos de aprendizado e fortalecimento mútuos.

Ao professor Romeu Duarte Júnior, que me recebeu na equipe de estudos complementares para o tombamento da Vila Vicentina, proporcionando aprendizado enriquecedores à pesquisa.

Ao Laboratório de Estudos da Cidade (LEC-UFC), pelas tardes de reflexão e encontros.

Ao Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB-UFC), em especial ao professor Renato Pequeno e à pesquisadora Valéria Pinheiro, pela relevância de sua atuação à cidade e aos movimentos urbanos de Fortaleza.

À equipe de técnicos e profissionais da Prefeitura Municipal de Fortaleza, em especial Gércica, Haroldo, Armando e Juliana, pela parceria e gentileza.



Às professoras Irllys Barreira e Clarissa Freitas, pela contribuição dada ao trabalho na banca de qualificação, apontando rumos e descobertas essenciais. Renovo os agradecimentos pelas participações e contribuições na banca final de avaliação.

Às professoras Urpi Uriarte, Cornélia Eckert e Ana Luiza da Rocha, pela escuta e sugestões oferecidas à pesquisa quando de minha participação no GT “A luta pelo espaço nos centros urbanos contemporâneos”, na 31ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia – RBA.

Ao professor Marcelo Lopes de Souza, pela gentileza e atenção com que leu e me indicou bibliografia ao trabalho que submeti e expus no GT “Território e ativismos sociais urbanos”, no XV Simpurb - Simpósio Nacional de Geografia Urbana.

Ao professor Sérgio Bahia e à professora Marília Gomes, pela preciosa leitura e avaliação do trabalho, contribuindo com a banca final.

Aos alunos e alunas da Universidade de Fortaleza, que me nutrem com motivação e aprendizado contínuos. Aos alunos e alunas mais recentes, da rede pública estadual, que me presentearam com o brilho que o ensino e o aprendizado da Sociologia me despertam.

A todos que compõem o Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará.

À Jolie, parceira e amor felinos, que está sempre por perto, me cedendo seu ronronar sossegado e inebriante.

À memória dos que se foram de forma repentina e prematura, partindo duramente meu coração: meu pai, Eliezer; minha tia, Luiza de Marilac e meu sogro, Francisco José de Lima.

Por último, destaco que a maior parte deste trabalho foi escrita durante a pandemia do novo coronavírus (COVID-19), que nos assola desde fins de 2019. Deixo registrado meu respeito à memória dos que nos deixaram e àqueles que sofrem os efeitos trazidos pela doença, em suas várias dimensões.

Um caloroso café, numa casa igualmente calorosa. A cozinha limpinha, com cheiro de cebola e coentro frescos, confortava e aninhava. Conversamos de frente pro quintal. Duas rolinhas passeavam entre nós com intimidade. Conheciam bem o lugar, seus cheiros e vozes. Tornei-me conhecida também. E fizemos parte de uma oração que dizia mais do que prometia em palavras: "Minha filha, plante. E tome cuidado com o que você planta! Com você eu tive tanta vontade de conversar, e eu nem sou assim" (Registro do diário de campo – nov. 2019).

"[...] a linha cresce a partir de um ponto que foi posto em movimento, como a planta cresce a partir da sua semente" (INGOLD, 2015, p. 301).

## RESUMO

O objetivo desta tese foi analisar a organização e o surgimento de uma ação coletiva pelo direito à moradia. A questão analisada refere-se a mobilizações coletivas que surgem de forma mais intensa no contexto urbano, com ênfase ao problema habitacional. Procurou-se dar conta de dinâmicas contemporâneas de mobilização, a partir de um estudo empiricamente sustentado. O recorte empírico da pesquisa foi o movimento Resistência Vila Vicentina, encabeçado por moradores da Vila Vicentina da Estância, localizada em Dionísio Torres, bairro afluyente de Fortaleza-CE. A Vila é constituída por 45 casas, ocupadas por famílias de baixa renda, tendo sido construída no final dos anos 1930, em terreno doado a uma instituição filantrópica. Ao longo dos anos, a área passa a ser objeto de interesse de agentes imobiliários, que exercem pressões para que os moradores deixem as casas, a fim de que o terreno seja ocupado por edifícios de apartamentos. Em 2016, em meio a negociações de venda do lugar, ocorre uma ação de reintegração de posse, que levou à demolição das casas de moradores que haviam concordado em sair da Vila, em troca de indenização ou do recebimento de outro imóvel localizado em município periférico da Região Metropolitana de Fortaleza. A ação truculenta revoltou os moradores que desejavam permanecer na Vila e reuniram-se para formar o movimento em questão. A pesquisa sobre esse movimento teve os seguintes objetivos específicos: verificar quais recursos foram acionados pela defesa e permanência dos moradores, identificando as estratégias de ação e enfrentamento que se mostraram eficientes; descrever situações e contextos que ofereceram circunstâncias favoráveis para a formação e organização do movimento, situando a origem do lugar e sua ocupação no contexto do processo de expansão urbana de Fortaleza; entender como se formam problemas que conquistam uma arena pública, a partir da mobilização de diferentes atores em redes de apoio e causas em comum; compreender a definição do campo identitário, bem como a construção de lideranças, forjadas a despeito de conflitos e tensões que existem no interior de um movimento, relacionando-se ao contexto vivido. A pesquisa teve natureza qualitativa, caracterizando-se por um estudo de caso, tendo como *corpus* entrevistas semiestruturadas, registros em diário de campo, questionários e observação sistemática das ações do movimento. O trabalho de campo foi realizado de outubro de 2016 a janeiro de 2020. Mostraram-se eficientes, garantindo vitórias parciais e significativas ao movimento, o apelo aos instrumentos jurídico-políticos do

tombamento e da regulamentação da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), sendo estas importantes vertentes de disputa para a questão enfrentada. Como outras estratégias de mobilização e confronto, o movimento lançou mão de recursos diversos, que incluíram o uso de redes sociais da internet e ações lúdicas e criativas. A investigação da ação coletiva foi feita à luz de teorias sobre os movimentos sociais, com ênfase na categoria repertórios de confronto, de Charles Tilly. Entre os achados do campo e contribuições da pesquisa está o entendimento dos tensionamentos e circunstâncias relacionadas à formação da ação coletiva e de sua manutenção, fazendo emergir a disputa pela moradia em centros urbanos qualificados. A construção processual de marcadores de pertencimento político-identitários adicionam condições ao entendimento da ação coletiva, tornando estratégicos o recurso ao tombamento da Vila e a luta em prol da regulamentação da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) – medidas que envolvem a manutenção e preservação de espaços materiais e simbólicos na cidade e a promoção do direito à moradia digna.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais urbanos. Repertórios de confronto. Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Tombamento. Resistência Vila Vicentina.

## ***ABSTRACT***

The objective of this thesis was to analyze the organization and emergence of collective action for the right to housing. The question analyzed refers to collective mobilizations that arise more intensely in the urban context, with emphasis on the housing problem. We tried to account for contemporary dynamics of mobilization, based on an empirically supported study. The empirical cutout of the research was the movement Resistance Vila Vicentina, headed by residents of Vila Vicentina da Estância, located in Dionísio Torres, an affluent neighborhood of Fortaleza-CE. The Vila consists of 45 houses, occupied by low-income families, and was built in the late 1930s, on land donated to a philanthropic institution. Over the years, the area becomes the object of interest of real estate agents, who exert pressure for the residents to leave the houses, so that the land can be occupied by apartment buildings. In 2016, in the midst of negotiations to sell the place, a repossession action occurs, which led to the demolition of the houses of residents who had agreed to leave the Vila, in exchange for compensation or receiving another property located in a peripheral municipality in the Metropolitan Region of Fortaleza. The truculent action revolted the residents who wished to remain in the Vila and got together to form the movement in question. The research about this movement had the following specific objectives: to verify which resources were used for the defense and permanence of the residents, identifying the strategies of action and confrontation that proved to be efficient; to describe situations and contexts that offered favorable circumstances for the formation and organization of the movement, situating the origin of the place and its occupation in the context of Fortaleza's urban expansion process; understand how problems are formed that conquer a public arena, from the mobilization of different actors in support networks and common causes; understand the definition of the identity field, as well as the construction of leaderships, forged despite conflicts and tensions that exist within a movement, relating to the context lived. The research was qualitative in nature, characterized as a case study, with semi-structured interviews, field diary entries, questionnaires, and systematic observation of the movement's actions. The fieldwork was carried out from October 2016 to January 2020. The appeal to the legal-political instruments of tombamento and the regulation of the Special Social Interest Zone (ZEIS) proved to be efficient, guaranteeing partial and significant victories for the movement. As other strategies of mobilization and confrontation, the

movement used diverse resources, which included the use of Internet social networks and recreational and creative actions. The investigation of collective action was done in light of theories about social movements, with emphasis on Charles Tilly's category of confrontational repertoires. Among the field findings and contributions of the research is the understanding of the tensions and circumstances related to the formation of collective action and its maintenance, bringing out the dispute for housing in qualified urban centers. The procedural construction of political-identity markers of belonging adds conditions to the understanding of collective action, making strategic the recourse to the Village's toppling and the fight for the regulation of the Special Zone of Social Interest (ZEIS) - measures which involve the maintenance and preservation of material and symbolic spaces in the city and the promotion of the right to decent housing.

**Keywords:** Urban social movements. Repertoires of confrontation. Special Social Interest Zone (ZEIS). Tombamento. Vila Vicentina Resistance.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Esquema da Vila Vicentina da Estância.....	55
Figura 2	– Localização da Estância Castelo, conforme a Planta de Fortaleza de 1945 - destaque à plantação de coqueiros e, em azul, ao terreno em que se localizará a VVE.....	66
Figura 3	– Loteamento Estância Castelo.....	68
Figura 4	– Reconstituição cartográfica, com mapeamento dos loteamentos de Fortaleza nas décadas de 1930 e 1940.....	69
Figura 5	– Vista aérea da Vila Vicentina, com logradouros limítrofes em destaque.....	92
Figura 6	– Casas Vila Vicentina - visão da rua D. Expedito Lopes .....	95
Figura 7	– Fachada da capela, com destaque ao portão de acesso ao quintal.....	96
Figura 8	– Quintal, visão da Capela (ao fundo).....	97
Figura 9	– Fundos das casas, com reformas e extensões em direção ao quintal compartilhado.....	98
Figura 10	– Interior da capela: salão e assentos.....	99
Figura 11	– Casas na Tibúrcio Cavalcante, com muro.....	100
Figura 12	– Programa de necessidades de uma residência na VVE – Tipo 1....	101
Figura 13	– Programa de necessidades de uma residência na VVE – Tipo 2....	102
Figura 14	– Jogo de bila e carimba no quintal.....	105
Figura 15	– Fundos de uma residência na VVE.....	106
Figura 16	– Fotografia de criança, com a antiga caixa d'água ao fundo.....	107
Figura 17	– Vestígios do antigo chafariz.....	108
Figura 18	– Fachada de casas da VVE, vista a partir da Av. Antônio Sales.....	116
Figura 19	– Fachada de casas da VVE, vista a partir da Rua D. Expedito Lopes	117

Figura 20	– Estrutura de relações entre SSVP, vicentinos, doadores, moradoras assistidas e não-assistidos da VVE.....	125
Figura 21	– Casas com muros, Antônio Sales.....	134
Figura 22	– Painel de <i>outdoor</i> na Av. Antônio Sales.....	144
Figura 23	– Esquema representativo das relações de negociação do terreno da VVE.....	152
Figura 24	– Casa demolida.....	158
Figura 25	– Casa destelhada.....	158
Figura 26	– Linha do tempo com as fases do drama social da VVE.....	167
Figura 27	– Fases do movimento Resistência Vila Vicentina (RVV).....	168
Figura 28	– Reunião de planejamento RVV.....	172
Figura 29	– Cartaz de divulgação de aula de bordado.....	184
Figura 30	– Cartaz de divulgação de oficina de Kokedama.....	184
Figura 31	– Prêmio de 2º lugar em Experiências e Práticas Exitosas.....	185
Figura 32	– Divulgação de evento da Defensoria Pública do Estado do CE.....	185
Figura 33	– Reunião de preparação para a 1ª Assembleia Popular a ser realizada na VVE.....	186
Figura 34	– Faixa em defesa do patrimônio histórico na VVE.....	194
Figura 35	– Publicação na página do RVV sobre entrega dos estudos para o tombamento.....	199
Figura 36	– Processo de implementação das ZEIS em Fortaleza até maio de 2018.....	206
Figura 37	– Linha do tempo com a constituição dos Conselhos Gestores das ZEIS prioritárias, com ênfase à ZEIS Dionísio Torres.....	210
Figura 38	– Fachada da Capela da VVE pintada – inscrição “ZEIS” no portão lateral, em destaque.....	217
Figura 39	– Área de lazer e caixas d'água.....	221



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perfil dos interlocutores.....	58
Quadro 2 – Eixos que orientaram a análise das entrevistas.....	61
Quadro 3 – Fases do processo eleitoral da ZDT.....	212

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Principais famílias proprietárias de loteamentos implantados em Fortaleza (1931-2002), em números absolutos e relativos.....	71
Tabela 2 – População de Fortaleza de 1890 a 2010 em números absolutos e crescimento intercensitário.....	74
Tabela 3 – Zoneamento das vilas marginais no espaço urbano de Fortaleza em 1970.....	77

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMVVE	Associação dos Moradores da Vila Vicentina da Estância
ArqPET	Programa de Educação Tutorial do curso de Arquitetura e Urbanismo (UFC)
BNH	Banco Nacional da Habitação
CAJU	Centro de Assessoria Jurídica Universitária
CANTO-EMAU	Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (UFC)
CDVHS	Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza
CEPS	Coordenadoria Especial de Participação Social
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CGZDT	Conselho Gestor da ZEIS Dionísio Torres
CMFSSVP	Conselho Metropolitano de Fortaleza da Sociedade São Vicente de Paulo
COHAB	Companhia de Habitação
COEPA	Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural do Estado do Ceará
COMPHC	Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Histórico-Cultural de Fortaleza
DPHAN	Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
EC	Estatuto da Cidade
EDHAL	Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Dom Aloísio Lorscheider
EFTA	Escritório de Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar
FLMD	Frente de Luta por Moradia Digna
HABITAFOR	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza
IAB-CE	Instituto dos Arquitetos do Brasil-Ceará
IFCE	Instituto Federal do Ceará
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPLANFOR	Instituto de Planejamento de Fortaleza
JBD-Lagamar	Jovens em Busca de Deus - Lagamar
LEC	Laboratório de Estudos da Cidade (UFC)

LEHAB	Laboratório de Estudos da Habitação (UFC)
LOCUS	Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (UFC)
MCP	Movimento dos Conselhos Populares
MNRU	Movimento Nacional pela Reforma Urbana
NAJUC	Núcleo de Assessoria Jurídica Comunitária
PDP-For	Plano Diretor Participativo de Fortaleza
PIRF	Plano Integrado de Regularização Fundiária
PLHIS	Plano Local de Habitação de Interesse Social
PMF	Prefeitura Municipal de Fortaleza
PT	Partido dos Trabalhadores
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
VVE	Vila Vicentina da Estância
REDE DLIS	Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim (GBJ)
RENAP	Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares
RVV	Resistência Vila Vicentina
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SECULTFOR	Secretaria de Cultura de Fortaleza
SER	Secretaria Executiva Regional
SEUMA	Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente de Fortaleza
SINDUSCON-CE	Sindicato da Indústria da Construção Civil do Ceará
SSVP	Sociedade São Vicente de Paulo
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNIFOR	Universidade de Fortaleza
ZDT	ZEIS Dionísio Torres
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social
ZOC	Zona de Ocupação Consolidada

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>18</b>
<b>1.2</b>	<b>Objetivos da pesquisa</b> .....	<b>20</b>
<b>1.3</b>	<b>Procedimentos metodológicos</b> .....	<b>21</b>
<b>1.4</b>	<b>Perspectivas teóricas e analíticas</b> .....	<b>25</b>
<b>1.4.1</b>	<b><i>Correntes de análise e interpretação dos movimentos sociais</i></b> .....	<b>27</b>
<b>1.4.2</b>	<b><i>A cultura como vetor de compreensão</i></b> .....	<b>30</b>
<b>1.4.3</b>	<b><i>Confronto político e repertórios de confronto: quem são e como atuam os agentes de um conflito</i></b> .....	<b>35</b>
<b>1.5</b>	<b><i>Organização e divisão do trabalho</i></b> .....	<b>40</b>
<b>2</b>	<b>UMA PESQUISA SOBRE E EM MOVIMENTO</b> .....	<b>42</b>
<b>2.1</b>	<b>Inserção em campo</b> .....	<b>42</b>
<b>2.2</b>	<b>Trajectoria e corpus da pesquisa</b> .....	<b>48</b>
<b>2.3</b>	<b>Caracterização do lugar e dos moradores da Vila Vicentina da Estância</b> .....	<b>54</b>
<b>2.4</b>	<b>Perfil dos interlocutores</b> .....	<b>57</b>
<b>2.5</b>	<b>Categorização dos dados</b> .....	<b>60</b>
<b>3</b>	<b>A VILA VICENTINA DA ESTÂNCIA E SUA RELAÇÃO COM FORTALEZA</b> .....	<b>65</b>
<b>3.1</b>	<b>Origem da Vila Vicentina da Estância</b> .....	<b>66</b>
<b>3.2</b>	<b>Em direção à Fortaleza: fluxo migratório e precariedade do espaço urbano</b> .....	<b>73</b>
<b>3.3</b>	<b>Vilas populares e questão habitacional</b> .....	<b>78</b>
<b>3.4</b>	<b>Mudança de paradigma na política e gestão urbanas</b> .....	<b>82</b>
<b>4</b>	<b>“NESSA VILA TEM TANTA COISA”: ELEMENTOS SOCIOESPACIAIS E TEMPORAIS COMO MARCADORES DE PERTENCIMENTO</b> .....	<b>89</b>
<b>4.1</b>	<b>“Quando eu cheguei aqui essas casas não tinham energia nem água”</b> .....	<b>91</b>
<b>4.2</b>	<b>“Aqui tem tudo que a gente precisa”</b> .....	<b>95</b>
<b>4.3</b>	<b>“Nosso movimento é todo no quintal”</b> .....	<b>104</b>
<b>4.4</b>	<b>“Hoje eu sou um dos moradores mais antigos daqui”</b> .....	<b>110</b>

<b>5</b>	<b>“MORAR AQUI É UMA BÊNÇÃO”: TRABALHO, CRENÇA E OBEDIÊNCIA COMO CRITÉRIOS DE MORADIA</b> .....	<b>115</b>
<b>5.1</b>	<b>“Eles diziam que tinha uma lista”</b> .....	<b>115</b>
<b>5.2</b>	<b>“Uma das regras quando vinha morar aqui era participar das reuniões”</b> .....	<b>122</b>
<b>5.3</b>	<b>“A gente era regrado pelos vicentinos, as regras eram como eles diziam”</b> .....	<b>127</b>
<b>5.4</b>	<b>“A Vila era pra viúvas, idosos e moças que não casaram”</b> .....	<b>135</b>
<b>6</b>	<b>“SEMPRE EXISTIU ESSA HISTÓRIA DE VENDA”: RESISTÊNCIA COMO LÓGICA DO MORAR</b> .....	<b>140</b>
<b>6.1</b>	<b>“A gente já fazia confusão. Não era assim não, tinha zoada”</b> .....	<b>141</b>
<b>6.2</b>	<b>“Botaram essa mulher aqui pra especular”</b> .....	<b>146</b>
<b>6.3</b>	<b>“Parecia o muro de Berlim!”</b> .....	<b>154</b>
<b>6.4</b>	<b>“A gente ganhou muita força”</b> .....	<b>161</b>
<b>7</b>	<b>“OS FILHOS DA VILA RESISTEM”: MOBILIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E CONFRONTO</b> .....	<b>170</b>
<b>7.1</b>	<b>Resistência Vila Vicentina</b> .....	<b>170</b>
<b>7.2</b>	<b>Formação e organização do movimento e suas redes de apoio</b> .....	<b>180</b>
<b>7.3</b>	<b>Consolidação das redes de apoio e integração a outros movimentos</b> .....	<b>185</b>
<b>8</b>	<b>“SÃO NOSSAS GRANDES FRENTE DE LUTA”: TOMBAMENTO E REGULAMENTAÇÃO DAS ZEIS</b> .....	<b>190</b>
<b>8.1</b>	<b>Quando o patrimônio entra em movimento</b> .....	<b>191</b>
<b>8.2</b>	<b>“O tombamento é mais uma proteção pra gente”</b> .....	<b>197</b>
<b>8.3</b>	<b>“As ZEIS é uma das nossas mais importantes vitórias”</b> .....	<b>202</b>
<b>8.4</b>	<b>Processo de regulamentação da ZEIS Dionísio Torres</b> .....	<b>207</b>
<b>8.5</b>	<b>Implementação do Conselho Gestor e institucionalização do RVV..</b>	<b>216</b>
<b>9</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>230</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>237</b>
	<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO</b> .....	<b>254</b>
	<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA</b> ...	<b>255</b>
	<b>APÊNDICE C – CLASSIFICAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS</b> .....	<b>256</b>

<b>APÊNDICE D – LINHA DO TEMPO DA VILA VICENTINA DA ESTÂNCIA E DO RVV .....</b>	<b>257</b>
<b>APÊNDICE E – FASES DO MOVIMENTO RESISTÊNCIA VILA VICENTINA .....</b>	<b>260</b>
<b>ANEXO A – ÁREAS LIVRES E CONSTRUÍDAS DA VVE (ZDT) .....</b>	<b>262</b>
<b>ANEXO B – CERTIDÃO DO REGISTRO DE DOAÇÃO DO TERRENO DA VVE .....</b>	<b>263</b>
<b>ANEXO C – 1º ADMINISTRADOR E SUB-ADMINISTRADORA DA VVE .....</b>	<b>265</b>
<b>ANEXO D – ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL (ZEIS) DE FORTALEZA .....</b>	<b>266</b>
<b>ANEXO E – LOCALIZAÇÃO DA ZDT EM ZONA DE OCUPAÇÃO CONSOLIDADA .....</b>	<b>266</b>
<b>ANEXO F – REGISTROS DA CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO GESTOR DA ZDT – ELEIÇÕES E POSSE .....</b>	<b>267</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta tese é investigar processos de organização, mobilização e confronto em movimentos sociais que têm em seu horizonte o direito à cidade e, mais especificamente, visam à permanência de seus integrantes em seus locais de moradia. O objeto da pesquisa dialoga com a cidade e a ação coletiva, dando ênfase às disputas pelo espaço urbano e às práticas atuais de organização e contestação que vêm mobilizando estratégias diversas, a fim de atingir opositores, conquistar apoiadores e defender interesses e valores. Fazendo parte das ações de organização e confronto está o acionamento de recursos relacionados à proteção do patrimônio histórico e arquitetônico – reivindicada por meio de vínculos identitários e voltados à preservação da memória – assim como à legislação urbanística – visando a regulamentação e implementação de instrumentos de zoneamento, particularmente as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)<sup>1</sup>.

A fim de analisar tais questões, o recorte empírico do presente trabalho é o movimento “Resistência Vila Vicentina” (RVV)<sup>2</sup>, o qual, em síntese, mobiliza um grupo de moradores em prol da permanência no lugar em que vivem há cerca de 50 anos, num bairro de classe média e alta, em Fortaleza. A Vila Vicentina da Estância (VVE)<sup>3</sup> é formada por um conjunto de 45 casas e uma capela, cujo terreno que ocupa tem sido objeto de interesse do mercado imobiliário. O terreno em que as casas estão situadas foi doado no final dos anos 1930 a uma instituição filantrópica, que destinou sua ocupação, prioritariamente, a mulheres pobres, muitas das quais viúvas e com filhos. Com a intensa e gradual valorização dos terrenos do bairro ocupado pela Vila, seus moradores foram submetidos a pressões para deixar suas casas.

Desde 2016, parte das famílias que ocupam a área reuniram-se formando um grupo que se opõe à negociação do local, dando origem ao movimento RVV. Durante esse mesmo ano, dez famílias ocupantes da Vila aceitaram negociar a venda

---

<sup>1</sup>ZEIS ou Áreas de Especial Interesse Social (AEIS) são instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), os quais visam reconhecer e regularizar ocupações consideradas informais no espaço urbano, democratizando o acesso aos benefícios da urbanização e combatendo a especulação imobiliária. Áreas vazias ou mal aproveitadas da cidade também podem contar com esse zoneamento especial, destinando-se à produção de Habitações de Interesse Social (HIS). Uma vez implementadas, as ZEIS visam adotar padrões urbanísticos específicos, onde já existem assentamentos precários e ocupações consolidadas e fora das normas, com regras especiais e mais flexíveis (BRASIL, 2021).

<sup>2</sup>Faço algumas referências ao RVV, chamando-o apenas de Resistência.

<sup>3</sup>Para evitar repetições, irei referir-me à Vila Vicentina da Estância por VVE, Vila Vicentina ou, simplesmente, Vila.



de suas casas ao grupo interessado na construção de duas torres de edifícios no local. Essa negociação culminou com uma ação de reintegração de posse, ocorrida em outubro de 2016, que acarretou a demolição de três das casas negociadas e o destelhamento de outras cinco. O evento da demolição repercutiu na cidade, assim como em redes sociais da internet, fazendo com que os membros que lutam pela resistência lançassem mão, em seu início, das redes digitais como uma de suas estratégias de mobilização, dentre outras que vêm garantindo vitórias parciais ao movimento, tais como: o tombamento e o acionamento da legislação urbanística.

Tomei conhecimento do caso da Vila Vicentina por ocasião da referida ação de reintegração de posse, que ecoou em páginas e perfis da rede social *Facebook*, levando à definição do recorte empírico do objeto. Interessada no estudo da formação da ação coletiva e dos movimentos sociais, vinha acompanhando, ao longo de 2016, a repercussão de algumas mobilizações ocorridas em Fortaleza, em que a utilização de recursos da internet se mostrou relevante.

Anteriormente a esse período, foram exemplares os movimentos em defesa do Parque do Cocó, em 2013; da Praça Portugal, em 2014; e o movimento Quem Dera Ser um Peixe, iniciado em 2012, contra a construção do Acquário Ceará, um oceanógrafo a ser construído na Praia de Iracema. Já em 2016, além do caso da Vila Vicentina, mobilizações que foram divulgadas em espaços da internet foram o movimento “Daqui não saio”, que tratava do protesto contra a demolição de um conjunto de casas situadas no bairro Presidente Kennedy, em favor da ampliação de vias de acesso a um *shopping*; e o movimento “Sabiaguaba nativa”, contrário à remoção de uma comunidade tradicional situada na foz do rio Cocó (GONDIM; ROCHA, 2017)<sup>4</sup>.

O movimento RVV, até o momento, segue com suas ações de mobilização e organização, tendo alcançado objetivos significativos. Dentre eles, aponta-se o processo de regulamentação da ZEIS Dionísio Torres, área que compreende a Vila Vicentina<sup>5</sup>, mapeada no último Plano Diretor Participativo de Fortaleza, de 2009. Além disso, a repercussão do caso levou a três pedidos concomitantes de tombamento

---

<sup>4</sup>À exceção do movimento contra a construção do viaduto nas imediações do Parque do Cocó, os demais saíram vitoriosos. O da Praça Portugal conquistou a permanência do local, ainda que com alterações no perímetro da área. O “Daqui não saio” e o “Sabiaguaba nativa” também conseguiram permanecer em seus locais de moradia. Ver Rocha e Gondim (2017).

<sup>5</sup>A Vila Vicentina está situada no bairro Dionísio Torres, como abordarei no capítulo 3. A ZEIS, apesar de ter recebido o nome do bairro, corresponde apenas à fração do território ocupado pela Vila.

junto à Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR), ocasionando o tombamento provisório do local, em novembro de 2016.

A organização da ação coletiva em destaque neste trabalho refere-se ao problema habitacional. Relevante sublinhar que Fortaleza, quinta cidade mais populosa do país – com cerca de 2,7 milhões de habitantes – e com a segunda maior população vivendo em favelas, entre as capitais do nordeste, é uma cidade de contrastes. O déficit de habitações chega a 130 mil moradias, dando materialidade à desigualdade social, à violência e a condições de vida precárias (IBGE, 2019; FORTALEZA TEM DEFICIT [...], 2019). Os problemas vividos situam-se na esfera da reprodução da vida e da exclusão social e urbanística, o que pode oferecer mote para a ação coletiva organizada.

## **1.2 Objetivos da pesquisa**

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o surgimento e a organização de uma ação coletiva em busca da permanência no local de moradia, tendo como recorte empírico o caso da Resistência Vila Vicentina, como foi mencionado.

Diante deste recorte, procurei identificar os seguintes aspectos, os quais dão corpo aos objetivos específicos do trabalho: verificar os recursos acionados para a defesa e permanência nos espaços de moradia e quais estratégias de ação e enfrentamento de opositores foram delineadas; descrever situações e elementos contextuais que ofereceram oportunidades para a formação e organização do grupo, dando atenção à origem do lugar e sua ocupação; compreender como se constituem as questões que conquistam uma arena pública, mobilizando diversos agentes em torno de redes de apoio e da unificação de pautas em comum; analisar a definição do campo identitário e a construção de lideranças, a despeito dos conflitos e tensões existentes internamente e que se relacionam ao contexto vivido.

A questão analisada diz respeito a mobilizações coletivas oriundas de problemas que se manifestam mais agudamente no contexto urbano, destacando-se a questão habitacional. Trata-se de um objeto de estudo caro às teorias dos movimentos sociais, que têm procurado dar conta das dinâmicas atuais de organização da ação coletiva. Verifica-se que estratégias de enfrentamento de

opositores, conquista de apoiadores e objetivos políticos caracterizam-se por repertórios variados, cabendo destacar a centralidade que a categoria repertórios de confronto (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009) adquire neste trabalho. Estes incluem ações de enfrentamento que combinam táticas criativas – uso da internet, intervenções lúdicas, culturais e educativas – com recursos institucionais, por meio do acionamento de instrumentos legais e administrativos.

A compreensão dessas características não vem isolada da conjuntura em que os grupos agem, levando a identificar um conjunto de disposições políticas, jurídicas, culturais e históricas, as quais oferecem o cenário para estratégias de atuação e enfrentamento que os movimentos terão de mobilizar. Dessa maneira, o recorte empírico circunscreve um fenômeno que possibilita o entendimento de processos sociais mais amplos e que pode, a depender do contexto a ser observado, oferecer recursos explicativos ao conjunto de questões que envolvem manifestações dos movimentos sociais no meio urbano (GONDIM; ROCHA, 2019), sendo esta uma contribuição deste estudo.

Outra contribuição da pesquisa, vinculada às particularidades do caso investigado, é que o cerne do conflito social em questão vem chamando atenção para a disputa pelo espaço em centros urbanos qualificados, na medida em que põe em destaque formas peculiares de habitar o espaço urbano, evidenciando dinâmicas contra-hegemônicas em bairros tidos como de alto padrão; realça a perspectiva cultural no estudo dos movimentos sociais urbanos, expondo as dimensões afetiva e identitária, assim como da memória, no que diz respeito ao vínculo com o lugar e à vivência dos agentes na organização e manutenção do movimento; envolve a questão da patrimonialização enquanto “frente de luta” em favor da manutenção de territórios e espaços materiais e simbólicos na cidade; e busca tornar efetiva a regulamentação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), mobilizando a combinação de estratégias institucionais e não-institucionais na atuação dos movimentos sociais.

### **1.3 Procedimentos metodológicos**

A pesquisa constitui-se por um estudo de caso, de natureza qualitativa, pautada pelo acompanhamento das ações do movimento, de suas redes sociais na

internet, exame de documentos e verificação dos processos relativos ao caso, tais como o tombamento e a regulamentação das ZEIS.

A opção pelo estudo de caso deu-se em razão da questão a ser estudada, em que se procura entender “como” ou “por quê” um determinado fenômeno social acontece. Em situações desse tipo, os estudos de caso são recomendados, uma vez que permitem analisar questões sobre as quais se tem pouco ou nenhum controle, destinando-se a compreender comportamentos sociais que ocorrem sob circunstâncias atuais. Em decorrência disso, o estudo de caso volta-se a fenômenos relacionados a processos individuais, coletivos e organizacionais, assim como culturais e políticos, sendo comum em áreas das ciências sociais – sociologia, antropologia e ciência política – bem como em áreas aplicadas, como psicologia, administração, educação, saúde coletiva e avaliação de políticas públicas (YIN, 2015).

Trata-se da necessidade de “entender fenômenos sociais complexos”, em que o “foco” num caso e em situações de uma dada realidade permita observar, em profundidade, comportamento de pequenos grupos, mudanças de vizinhança, processos administrativos, organizacionais, psicológicos, educacionais e afins (YIN, 2015, p. 4).

Chadderton e Torrance (2015, p. 91) acrescentam que estudos desse tipo lidam com a complexidade da atividade social, procurando descrevê-la. O objetivo é identificar como atores sociais produzem significados no âmbito de suas atividades, pressupondo, ao mesmo tempo, que a “realidade social” é criada por meio da interação social. O processo de análise tende a ser indutivo, na medida em que questões fundamentais surgem com base nos dados e atentando para o contexto social e histórico que sustenta seu transcurso. Estudos como esses possibilitam olhar com profundidade o fenômeno, não sendo meras representações idiossincráticas. Não são estudos generalizáveis, porém isso não inviabiliza seu poder de esclarecer questões de ordem ampla e que possuem manifestação a partir de circunstâncias sociais determinadas, sendo capazes de lançar luz sobre problemas de caráter estrutural (CHADDERTON; TORRANCE, 2015).

A característica indutiva do trabalho de campo aproxima-se da noção de “artesanato intelectual”, assim como Mills (2009) a entende, em que a visão do trabalho do cientista social diferencia-se daquele que testa hipóteses previamente construídas, métodos controláveis ou leis gerais. A noção de artesanato está associada ao emprego de métodos, mas no sentido de buscar caminhos a fim de se

chegar a um objetivo (MILLS, 2009). Situações da vida cotidiana, em que sujeitos constroem sentido e enxergam limites de sua ação, dificilmente podem ser observados sob a perspectiva unicamente quantitativa, estando afeitas a circunstâncias processuais (MELUCCI, 2005).

O trabalho de campo teve duração de três anos e três meses, contados de outubro de 2016 a janeiro de 2020. Compuseram o *corpus* da pesquisa a observação e registro das ações do movimento, tais como: atividades de mobilização realizadas no local, reuniões, assembleias populares, audiências públicas, acompanhamento dos processos de tombamento e da regulamentação das ZEIS. Adiciona-se a isso, a realização de 11 questionários com moradores que participam do movimento, a fim de registrar informações objetivas, e dez entrevistas semiestruturadas – duas delas com não integrantes do movimento. A pesquisa também contou com uma entrevista coletiva, da qual participaram seis integrantes do movimento. Entrevistei, ainda, dois pesquisadores da área do patrimônio e a advogada responsável pelo caso, que possibilitaram a compreensão de aspectos específicos acerca da questão enfrentada pelos moradores.

A condução da pesquisa envolveu minha participação na equipe que realizou estudos de caráter complementar para o tombamento municipal da Vila Vicentina, e a colaboração com a equipe técnica de trabalho da Prefeitura Municipal de Fortaleza que está à frente da elaboração do Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) do local, necessário à regulamentação e implementação das ZEIS – processo que, até a conclusão do presente texto, segue em andamento.

Minha conduta em campo levou em conta perspectivas que afirmam a necessidade de se conhecer o contexto relacional produzido no espaço urbano. Isso é possível quando se conhece a cidade do ponto de vista dos cidadãos, observados em suas vivências cotidianas e situações de experiência concreta (AGIER, 2011). Tal perspectiva está alicerçada no reconhecimento das relações e requisitos para a condução de estudos na/da cidade (BARREIRA; LIMA, 2013; GONDIM, 2019; KOWARICK, 1987; MAGNANI, 2002).

O desafio é estudar a cidade a partir de um conhecimento empírico alicerçado na observação de realidades microssociais, as quais podem ser acessadas por meio de escalas de proximidade e distância e ajudam no entendimento das relações típicas do espaço urbano. Desloca-se, assim, o eixo problemático de “o que é cidade?” para “quem faz a cidade?” (AGIER, 2011, p. 38).

O percurso forneceu elementos para a estruturação do trabalho de tese, sendo possível identificar eixos teórico-empíricos que balizaram o plano analítico do estudo e estiveram apoiados no processo de investigação do caso.

Nesse sentido, a definição da disputa pelo espaço urbano como objeto de interesse de atores em posições assimétricas, tais como o poder público e o mercado imobiliário *versus* pessoas em situação de vulnerabilidade social e fragilidade jurídica, colocam o espaço urbano como matriz de referência, valorizado por ambos os conjuntos de atores. Essa identificação associa-se às definições de confronto político (TILLY, 1978; TARROW, 2009), assim como à matriz de referência comum em disputas dos movimentos sociais (MELUCCI, 2001). Ao mesmo tempo, o mapeamento de estratégias de enfrentamento de opositores, por meio da identificação de repertórios de confronto (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009), insere-se na agenda contemporânea dos movimentos, acionando recursos variados na obtenção de objetivos políticos (DOWBOR, 2018; CARLOS, 2011; MELUCCI, 2001).

A definição de frentes de luta em torno de instrumentos jurídico-políticos dá legitimidade às possibilidades de conquista do objeto pretendido (a moradia), mobilizando uma arena (CEFAÏ, 2009) que encontra respaldo na construção e emergência de problemas públicos, contribuindo para a produção de visibilidades (BOLTANSKI; DARRÉ; SCHILTZ, 1984; CEFAÏ, 2017a). Desse modo, a formação de questões objeto de denúncia evidenciam a passagem para o coletivo de experiências de constrangimento vividas na ordem individual (BOLTANSKI, 2000; BOLTANSKI; DARRÉ; SCHILTZ, 1984), sendo relevante destacar a categoria drama social (TURNER, 2008; SANTOS, 1981) no surgimento da ação coletiva organizada.

É necessário ter em mente formas cotidianas e silenciosas de resistência (SCOTT, 2011) que permeiam grupos sociais tradicionalmente excluídos e subalternizados. Vale ressaltar que questões pertinentes ao movimento, tais como a constituição de lideranças, práticas políticas, noções de pertencimento e identidade socioespacial, e que se refletem na trajetória e vivência dos moradores, repercutem no entendimento da formação e manutenção da ação coletiva. Esses elementos dizem respeito às dimensões culturais, memoriais, afetivas e identitárias dos movimentos, presentes no estudo de mobilizações coletivas contemporâneas (ALONSO, 2009; CANDAU, 2016; KOWARICK, 1987; MELUCCI, 2001; TOURAINE, 1989).

Os pressupostos em destaque nortearam a pesquisa, estabelecendo um conjunto de parâmetros que visam à compreensão do fenômeno de organização da

ação coletiva, a partir de estudos empiricamente sustentados. O estudo dos movimentos sociais exige atenção a práticas que saem ou entram em cena, num fluxo que deve estar dentro do “campo de visão” – ainda que sua percepção demande a formulação de novas categorias ou mesmo métodos de investigação social (DURHAM, 1986).

#### **1.4 Perspectivas teóricas e analíticas**

Como um grupo de pessoas vem se mobilizando para defender a permanência em suas moradias? Essa questão convida a refletir sobre quem, e de que maneira, reivindica o espaço urbano, a cidadania, a preservação da memória, a participação democrática, entre outros assuntos que se associam ao viver e ao estar na cidade.

A condução de uma pesquisa envolve o tratamento de fontes conceituais consideráveis. Como não podia ser diferente, em atenção aos objetivos do estudo, foi necessário articular pressupostos teóricos e epistemológicos, assim como metodológicos, que dialogam com categorias centrais desta análise. Pensar sobre essas definições conduz à melhor compreensão do objeto e contribui para historicizar conceitos e categorias-chave, fornecendo elementos para evitar sua essencialização, o que é possível mediante a abordagem empírica.

Em princípio, exponho referenciais que contribuiram para a contextualização do objeto, dando ênfase aos movimentos sociais urbanos na teoria sociológica, cujos desdobramentos conceituais serão retomados mediante a abordagem que terá lugar ao longo do trabalho.

Cabe enfatizar que “a cidade há muito é um local estratégico para a explicação de muitos temas importantes que confrontam a sociedade e a sociologia” (SASSEN, 2010, p. 87). A proeminência da cidade e de seu estudo surgiu ainda em Max Weber ([1921]1979) e Georg Simmel ([1901] 1979), onde este, na publicação de seu ensaio “A metrópole e a vida mental”, abre perspectivas para a análise de questões de ordem microssociológica, ao abordar as influências da vida urbana nas percepções, estímulos e vida social dos cidadãos.

Seguindo tais perspectivas e influenciados pela sociologia alemã, na primeira metade do século XX, pesquisadores da Escola de Sociologia de Chicago – em especial Robert Erza Park ([1916] 1979) e Louis Wirth ([1938]1979) – passaram a confrontar em seus estudos os fenômenos de massificação, heterogeneização, industrialização e urbanização. A Escola de Chicago (EC) foi responsável por reivindicar, ao estudo da cidade, um referencial teórico e metodológico particular, tornando sistemática a pesquisa social em meio urbano. Mais contemporaneamente, Henri Léfèbvre e Manuel Castells, numa linha de pensamento marxista, entendem a cidade como expressão das relações e práticas sociais, ancoradas no modo de produção capitalista. Para tais perspectivas, estudar a cidade implicava perceber os principais processos sociais de uma era.

Desse modo, entende-se a cidade como contexto privilegiado para o estudo de fenômenos atuais que envolvem a formação e a organização da ação coletiva, ênfase deste trabalho. Ao longo do tempo, a emergência e visibilidade de problemas urbanos e das mobilizações sociais associa-se a novas formas de perceber a realidade socioespacial, perdendo a abordagem determinante do conflito pautado unicamente pela relação capital x trabalho, para ampliá-la em favor das manifestações que se avultavam no âmbito da reprodução e da satisfação de necessidades básicas, em meio à deterioração das condições de vida nas cidades (BARREIRA, 1986).

Importante notar que o espaço urbano esteve no centro das análises sociológicas em tais contextos, ocupando lugar estratégico na compreensão de questões fundamentais para a sociedade. No início do século XXI, ratifica-se esse lugar como campo privilegiado, possuindo papel de gerador de categorias analíticas fundamentais ao entendimento de processos sociais em escala local e global (SASSEN, 2010; AGIER, 2011). Do mesmo modo, Barreira (2010, p. 149) reconhece que, no caso brasileiro:

[...] reflexões sobre desigualdades econômicas, políticas públicas, conflitos, movimentos, violência, direitos e cidadania, entre outras, desembocam em espaços urbanos, apontados como verdadeiro palco de fatos sociais indutores de problemáticas sociológicas contemporâneas.

Devo lembrar que contestações coletivas que envolvem a cidade não são recentes. Na modernidade, notadamente sob as consequências das Revoluções Industrial e Francesa, nos séculos XVIII e XIX, a produção e reprodução do espaço urbano passam a abrigar conflitos latentes e manifestos, fruto de disputas políticas,



econômicas e sociais. O chamado direito à cidade, por sua vez, compõe um conjunto amplo de questões. Não está limitado à conquista de condições materiais, como moradia, saneamento básico e outros bens e serviços, estando relacionado ao acesso à cultura, ao lazer e ao direito de intervir nas decisões de moldar a cidade, coletivamente (GONDIM; ROCHA, 2019). Parafraseando Harvey (2008), trata-se de algo além da necessidade individual de ter acesso aos recursos urbanos, estando situado na escala do exercício do poder coletivo de transformar a cidade.

Ao longo do tempo, portanto, os movimentos sociais foram estudados sob diferentes abordagens e perspectivas. A fim de situá-las, comento, no próximo item, vertentes explicativas relativas ao estudo da formação da ação coletiva na teoria social.

#### ***1.4.1 Correntes de análise e interpretação dos movimentos sociais***

Objeto de preocupação da sociologia, as teorias dos movimentos sociais acompanharam o processo de mudança social, buscando “ajustar” o entendimento acerca das dinâmicas que envolvem a ação e a organização coletivas em diferentes perspectivas. Passando por leituras dos movimentos sociais que vão desde a sociedade industrial à pós-industrial, a análise sociológica tem se ocupado em interpretar o processo que leva à formação do ator coletivo, revelando um panorama de variadas posturas, tanto teóricas como metodológicas, que vêm se revezando na compreensão do fenômeno (ALEXANDER, 1998b; ALONSO, 2009; GOHN, 2014).

Os movimentos sociais são entendidos como formas de ação coletiva, orientados pela conquista de interesses e pela defesa de valores e visões de mundo. Importante ter cautela para não os perceber como unidades empíricas unificadas, destituídas de heterogeneidade, o que tornaria essencialista o estudo do objeto, sujeitando-o a explicações ingênuas (GONDIM; ROCHA, 2019). Ao alertar para o problema, Melucci adverte que não raro os movimentos sociais são tomados por reificações em que a “dimensão coletiva do agir social” é interpretada como algo dado (MELUCCI, 2001, p. 30). Na pesquisa sociológica, faz-se necessário questionar o que surge como obviedade, a fim de melhor desvendar processos em que os fenômenos são produzidos. Para tanto, uma desnaturalização do caráter coletivo das ações permitiria

[...] fazer emergir a pluralidade de orientações, significados, relações que convergem para o mesmo fenômeno. Colocar o problema da formação de um ator coletivo significa reconhecer que aquilo que, empiricamente, se chama “movimento” e ao qual, por comodidade de observação e de linguagem, se atribui uma unidade essencial, é, na realidade, a resultante de processos heterogêneos (MELUCCI, 2001, p. 32).

Não se trata de negar que os movimentos sociais constituem certa unidade – uma vez que possuem objetivos comuns e identidade –, porém, é necessário que, ao investigá-los, sejam sublinhados seus traços heterogêneos, que evocam a situação diversa de seus integrantes, apoiadores e opositores (GONDIM; ROCHA, 2019). Isso é possível quando se recorre a explicações que permitem dar conta da fluidez e das variações que caracterizam os movimentos sociais, e que levam ao campo da cultura (DURHAM, 1984).

A fim de compreender – analítica e teoricamente – os movimentos sociais, algumas correntes explicativas foram sendo moldadas ao longo do tempo (ALONSO, 2009; BRINGEL; DOMINGUES, 2014; GOHN, 2014). Uma dessas correntes é a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), que teve como expoentes os sociólogos norte-americanos McCarthy e Zald (1977 *apud* ALONSO, 2009). Os movimentos, sob esta ótica, foram avaliados como um fenômeno social como outro qualquer, e possuíam características semelhantes àquelas que compunham a organização e funcionamento de partidos políticos. Por centrar sua análise no caráter organizacional dos movimentos e privilegiar a face racional e estratégica da ação coletiva, a TMR teve pouca ressonância na Europa e inexpressividade na América Latina. Critica-se, na TMR, o fato de ter negligenciado questões culturais e identitárias, fatores necessariamente atrelados à ação política (ALONSO, 2009).

Ainda surgirão como fonte explicativa dos movimentos sociais a Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), formuladas, respectivamente, por Charles Tilly (1978) e Sidney Tarrow (2009); e Habermas (1981)<sup>6</sup>, Touraine (1989) e Melucci ([1990] 2001).

Cumprido destacar que tanto a TPP quanto a TNMS vão rechaçar o viés econômico como chave explicativa determinante à compreensão dos movimentos sociais. Essas correntes vão aliar política e cultura em suas análises sobre a ação coletiva (ALONSO, 2009).

---

<sup>6</sup>Habermas compreende que movimentos sociais surgem na sociedade civil e representam a luta contra a colonização do mundo da vida pela razão instrumental. Essa concepção ajudou as formulações de Touraine e Melucci sobre o potencial emancipatório dos movimentos sociais. Ver Alonso (2009).

A TPP é uma vertente norte-americana de explicação dos movimentos sociais. Sidney Tarrow, um de seus expoentes, menciona a existência de uma “estrutura de oportunidades políticas”, entendida como dimensões formais, ou informais, do ambiente político que favoreceria a expressão dos movimentos sociais sob certas circunstâncias. Para Tarrow (2009), em condições em que a estrutura de oportunidades políticas é favorável, grupos insatisfeitos atuam para expressar suas demandas. Tal “ambiente favorável” existiria em condições de maior permeabilidade das instituições políticas formais às pressões da sociedade civil organizada.

Deve-se reconhecer que a TPP concede maior espaço às condições culturais na explicação da ação coletiva. Nos Estados Unidos, a corrente acabou por suprimir a TMR; contudo, será a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) que implementará de forma mais efetiva a interpretação cultural aos movimentos sociais (ALONSO, 2009). Vertente europeia, a TNMS não é uma escola coesa, e possui entre seus expoentes críticos do marxismo ortodoxo. De acordo com essa teoria, os movimentos sociais são entendidos

[...] como o novo ator coletivo, portador de um projeto cultural. Em vez de demandar democratização política ao Estado, demandariam uma democratização social, a ser construída não no plano das leis, mas dos costumes; uma mudança cultural de longa duração gerida e sediada no âmbito da sociedade civil (ALONSO, 2009, p. 61).

Para a compreensão dos movimentos atuais, essa chave de leitura tem se mostrado relevante, ao considerar que os atores constroem a ação coletiva “[...] à medida que se comunicam, produzem e negociam significados, avaliam e reconhecem o que têm em comum, tomam decisões” (ALONSO, 2009, p. 65).

Os movimentos sociais são uma forma de ação coletiva, que surge diante de um campo de oportunidades e constrangimentos. Possuem organização, lideranças e estratégias. Um senso de “nós” é definido e redefinido constantemente em torno de orientações comuns. Liderança e organização seriam condicionantes para a estabilidade dessas orientações. Assim, relações e organizações já existentes facilitariam ações de engajamento, uma vez que as “redes de relacionamento” seriam catalisadoras da motivação para a ação coletiva e à interação (MELUCCI, 2001).

Melucci (2001) entende como elementos comuns dos “novos movimentos sociais” suas reivindicações e demandas “pós-materiais”, tais como: movimentos em prol de direitos civis, questões de gênero, étnicas, estilo de vida, ambientais, dentre

outras. Sua interpretação distancia-se de explicações mais instrumentais e racionalizantes, como as de Coleman (1994) e Olson (2011), pois considera que a motivação para a ação coletiva e a decisão que leva ao engajamento, ao mesmo tempo em que está circunscrita a um processo racional, é produto de um “reconhecimento emocional” complexo e irreduzível à relação binária custo-benefício. Nesse sentido, análises sobre aspectos institucionais e históricos, no estudo dos movimentos sociais, também estarão sensíveis a implicações subjetivas e individuais (ALEXANDER, 1998).

As correntes norte-americanas voltadas ao estudo da ação coletiva (TMR e TPP), de um modo geral, tiveram alcance tardio, indireto ou parcial no Brasil e na América Latina (ALONSO, 2009; BRINGEL, 2012). Até os anos 1990, os estudos dessa temática, regionalmente, estiveram mais atrelados à corrente europeia (TNMS). Isso acarretou uma “fratura ontológica” que dividiu, de um lado, as interpretações norte-americanas – com viés institucionalista e estrutural – e, de outro, as explicações europeias – tidas por culturalistas e preocupadas com a “ação” dos sujeitos. No Brasil, a segunda teve maior adesão, uma vez que o contexto local estava envolto na transição à democracia e a “autonomia” dos movimentos em relação à política institucional era palavra de ordem (BRINGEL, 2012, p. 44).

Entretanto, resumidamente, tanto a TPP como a TNMS reconhecem que não há como ficar indiferente à dimensão cultural quando se trata de compreender os movimentos sociais. A TPP reitera a importância da cultura, mas não dá ênfase às problemáticas condições de uma sociedade assentada em bases desiguais. A TNMS, com expoentes marxistas não ortodoxos, inclui a cultura não como termo acessório ou refratário, mas condicional, pois reconhece as formas culturais que permeiam os movimentos apegadas, simultaneamente, a condições sociais objetivas e subjetivas – provenientes do afeto, das emoções e do simbólico. Para isso é importante destacar o papel da cultura nesse entendimento e suas especificidades quanto ao estudo de mobilizações coletivas situadas no espaço urbano.

#### ***1.4.2 A cultura como vetor de compreensão***

Pode-se afirmar que na década de 1970 ocorre uma “virada” quanto à preocupação em estudar fenômenos na escala micro e vividos na ordem do cotidiano,

em bairros, vizinhanças, periferias (GONDIM, 2019). No Brasil, são objeto de preocupação a forma como grupos e agentes sociais experimentam suas realidades, constroem visões de mundo e se organizam para enfrentar adversidades, dentro de conjunturas possíveis. Isso conduz a perceber como os campos da cultura e da política se interpenetram, não podendo simplesmente serem reduzidos às explicações de ordem macroestrutural (KOWARICK, 1987).

A partir dos anos 1980, são mais comuns recortes analíticos voltados ao entendimento de espaços cotidianos da vida urbana, em que “marcas locais da cidade” (bairros, praças, vizinhanças) emergem como pontos de acesso e abordagem à dinamicidade próprias da vida urbana e de práticas políticas que se exercem por meio de processos de organização e contestação (BARREIRA; LIMA, 2013, p. 532).

A partir do momento em que a cultura ganha relevância na explicação de questões sociais e políticas, perpassando a formação da ação coletiva, passa-se à necessidade de melhor compreendê-la junto ao caráter emancipatório dos movimentos sociais contemporâneos, dada a sua complexidade e importância na teoria social. Alonso (2009, p. 77) explica que, a partir dos anos 1990, o “pêndulo explicativo” dos movimentos sociais, que em décadas anteriores esteve centrado em suas questões estruturais, desloca-se para a dimensão cultural. Nas palavras da autora:

Ao mesmo tempo em que o debate abriu a angular do nacional para o global, focalizou a maneira como a cultura comparece nos processos de mobilização política. Abordagens do campo da sociologia da cultura, seja em chave pós-estruturalista, seja bourdiesiana, adentraram a conversa sobre o vínculo entre cultura e ação política. O efeito foi atrair a polêmica sobre o próprio conceito de cultura para o coração dos embates entre as teorias da mobilização coletiva.

Desde então, introduz-se uma profícua vertente interpretativa dos movimentos sociais levando em conta seu significado cultural. Kowarick (1984) também explica essa inflexão refletindo não ser possível deduzir as lutas sociais a partir de determinações macroestruturais, uma vez que os conflitos manifestam-se de diversas formas, com trajetórias de luta variadas, cujas condições estruturais objetivas constituem, no mais das vezes, “grande pano de fundo” (KOWARICK, 1984, p. 81).

Dada a sua relevância para o entendimento dos movimentos sociais, deve-se destacar algumas noções sobre a abordagem da cultura – longe de esgotar seu tratamento conceitual, o que não é o foco deste trabalho – e que vêm a ser relevantes

para o debate sobre os movimentos na atualidade. Em razão disso, ressalto as contribuições de Raymond Williams, pois em sua abordagem a cultura não se traduz como mero rebatimento e reflexo da infraestrutura econômica.

Williams (1992, p. 12) defende que a prática cultural e sua produção “não procedem apenas de uma ordem social diversamente constituída [sua dimensão material], mas são elementos importantes em sua constituição”. Esse entendimento muda e reestrutura a definição de cultura junto à tradição materialista, incorporando percepções e contrapontos relevantes ao estudo dos movimentos sociais e de seu caráter não estagnante. O autor argumenta que a sociologia da cultura deve ter como objeto de preocupação os processos de reprodução cultural e social. Ao mesmo tempo, Williams (1992, p. 13) reconhece sobreposições evidentes no estudo de formas culturais com a teoria política, uma vez que a cultura possui dimensões amplas, as quais se relacionam, simultaneamente, com “todas as formas de atividade social”, convergindo com “modos de vida” e “sistema de significações”. As contribuições de Williams sobre a cultura, nesse sentido, reforçam sua dimensão político-social. Quando inscreve os “modos de vida” como atrelados às condições objetivas, o autor não reduz a cultura à reprodução de uma ordem determinante e totalizante, o que paralisaria o eixo da articulação e da mudança social.

Em paralelo, Williams compreende a base material da existência coletiva em termos não fixos, relacionando-se ao que denomina de “estrutura de sentimentos” (CEVASCO, 2003; FILMER, 2009). Essa estrutura seria “produzida” por meio da partilha de experiências comuns entre os grupos sociais. Tais experiências estão situadas no âmbito de práticas vividas e sentidas, sendo relevantes à compreensão tanto de modos de vida que permeiam a definição de cultura, como ao entendimento da vinculação dos atores sociais em ações coletivas.

A concepção de cultura e de sua vinculação às condições materiais de existência também estão presentes em Bourdieu (2003), para quem vivemos numa sociedade profundamente hierarquizada, que se organiza a partir de uma distribuição desigual de poder. Bourdieu argumenta que a estrutura social espelha essa divisão por meio de uma determinação tanto material como simbólica e cultural. O autor denuncia que a desigualdade material, experimentada no capitalismo, reflete-se na desigualdade de acesso, produção e consumo dos bens culturais. Por sua vez, essas assimetrias produzem e reproduzem desigualdades sociais, econômicas e simbólicas (BOURDIEU, 1989).

A contribuição de Bourdieu para o estudo dos movimentos sociais ganha ênfase quando a cultura obtém maior centralidade em sua explicação. A partir do momento que a cultura é entendida como campo de disputa, sendo atravessada por relações de poder, a teoria bourdiesiana mostra-se importante chave de leitura, principalmente no sentido da articulação entre as práticas e estratégias de ação dos sujeitos (ALONSO, 2009). Ann Swidler, em suas formulações sobre movimentos sociais, percebe o potencial da teoria de Bourdieu, quando compreende que a cultura adquiriria a condição de “caixa de ferramentas”, composta fundamentalmente por “símbolos, rituais e visões de mundo que só adquiririam sentido pelo uso, isto é, quando mobilizados para orientar ações” (1995 *apud* ALONSO, 2009, p. 79). Nessa chave interpretativa está o entendimento das estratégias de ação, vinculadas à posição ocupada pelos agentes. No entanto, Alexander (1998) comenta que essa abordagem se traduz numa instrumentalização da abordagem cultural, pois acaba por tratar temas simbólicos como ferramentas, as quais podem ser usadas ou deixadas de lado a qualquer tempo.

A cultura adquire peso junto às noções de cidadania, mudança social e democracia, aspectos que advêm de estudos da teoria política e que se refletem na compreensão da ação coletiva. Trazendo a dimensão cultural para a teoria política, cientistas políticos como Inglehart e Welzel (2009) reconhecem a cultura como importante vetor de mudança social. Para os autores, os movimentos sociais, em qualquer escala, se articulam por meio da mobilização da expressividade e da contestação, pressionando por transformações em nível político-institucional e comportamental.

Ao tratar de questões que impactam a ordem coletiva, não seria possível deixar de abordar em que bases a sociedade organiza-se para a tomada de decisões que afetam o interesse comum. Sabe-se que as sociedades exigem condições normativas para a convivência social. No plano político-institucional, a noção de democracia sobressai como projeto político ideal para a organização do Estado moderno, sendo palavra de ordem nos três últimos séculos – por esse motivo, seu sentido tem sido difuso e apropriado de forma retórica (KELSEN, 2000).

Kelsen (2000) entende a democracia como um método para a criação da ordem social. Presentes em seu ideal democrático estão as noções de liberdade e igualdade, cuja síntese é característica essencial da democracia. O estado de sociedade é gerador de coerção no indivíduo e sua natureza tende a reagir contra a

opressão do que seria ter de se submeter ao “peso da vontade alheia” (KELSEN, 2000, p. 27). A democracia seria uma das formas possíveis para a criação de uma ordem social capaz de unir os princípios de liberdade e igualdade, não sendo, por isso, menos problemática. Os estudos de Kelsen desvendam a noção do ideal democrático e político que dá o tom da administração e concepção do Estado moderno. Não é objetivo de sua análise, contudo, atingir o plano político não-institucional, ainda que ele reconheça a necessidade de uma educação para a democracia como exigência de sua realização mais plena.

A contribuição das observações de Inglehart e Welzel, assim como de Kelsen, para o estudo dos movimentos sociais contemporâneos está no reconhecimento da cultura como vetor de mudança social. Enxergar interações entre valores culturais e democracia, leva ao reconhecimento da cultura como eixo de transformação das instituições, em especial, das instituições políticas. Uma cultura política democrática, nessa acepção, não “floresce” mecanicamente a partir da implantação de um regime democrático; ao contrário, a democracia dependeria muito mais do que instituições formalmente estabelecidas, sendo resultante da transformação cultural.

Baquero (2012) também comenta que a dimensão legal-institucional da esfera política é dependente da cultura, em especial, da dimensão social. A dimensão social, explica o autor, leva em conta a resolução de problemas sociais, os quais, na América Latina, continuam por ser resolvidos. O autor lembra que desenvolvimento econômico sem justiça social – o que ele denomina de “sociedades materialmente não resolvidas” – perpetua um sistema político assentado em bases desiguais, desfavorecendo a construção da igualdade sociopolítica e a abertura de espaços para o exercício da cidadania ativa.

David Held (2006) defende noção semelhante, ao enfatizar que a valorização do engajamento político possibilita o incremento da qualidade da democracia. Devo sublinhar que Held (2006) defende uma mudança do foco exclusivo da macropolítica institucional para a consideração dos diversos arranjos presentes na sociedade civil, os quais podem dificultar ou fomentar a deliberação. Sua preocupação converge com o raciocínio de Pinto (2014), que, ao situar os movimentos de 2011 (Indignados, na Espanha e o movimento dos estudantes, no Chile), anuncia que tais



mobilizações mantiveram em suas pautas a “democratização da democracia”<sup>7</sup>, uma evidência da necessidade de se considerar contextos “subjacentes” à política institucional, por estes propagarem comportamentos que pressionam pela mudança e melhora do debate político-democrático.

A dimensão cultural, dessa forma, abre um debate intenso no estudo dos movimentos sociais, nas últimas décadas, possuindo relevância teórico-empírica. Deve-se levar em conta as condições contemporâneas de organização e atuação coletivas, uma vez que nestas estão inseridos processos sociais, culturais e políticos.

Os movimentos sociais urbanos ganham a cena pública convocando o debate em torno dessas dimensões. É papel da pesquisa sociológica fornecer estudos empíricos que envolvam o tema, contribuindo para ampliar o conhecimento das motivações para o engajamento e a ação coletiva. Para Tilly (1978), o estudo dos movimentos sociais também leva à identificação das estratégias de ação adotadas em suas reivindicações, cabendo reconhecer as diferentes táticas de ação, no que se refere ao enfrentamento de opositores, as quais recebem o nome de repertórios de confronto (TILLY, 1978), conceito significativo melhor esclarecido na próxima subseção.

#### ***1.4.3 Confronto político e repertórios de confronto: quem são e como atuam os agentes de um conflito***

Um conceito caro ao estudo dos movimentos sociais é o de confronto político. McAdam; Tarrow e Tilly (2009, p. 11) definem que “o confronto político tem início quando, de forma coletiva, as pessoas fazem reivindicações a outras pessoas cujos interesses seriam afetados se elas fossem atendidas”. Essa definição vem ao encontro da noção de conflito, entendida por Melucci (2001) como condição central expressa pelos movimentos sociais, na medida em que:

os atores de um conflito se enfrentam, no interior de um campo comum, para o controle dos mesmos recursos. Para que exista um conflito é preciso poder definir os atores a partir de um sistema comum de referência e é necessário

---

<sup>7</sup>A noção de democratização da democracia ganhou força com o pensamento de Boaventura de Sousa Santos (2003).

que exista uma aposta em jogo à qual ambos os adversários se referem implícita ou explicitamente (MELUCCI, 2001, p. 33-34).

Tratando-se de movimentos sociais urbanos – sobretudo o movimento Resistência Vila Vicentina (RVV), objeto de análise empírica neste trabalho – a disputa pelo espaço urbano define o sistema de referência comum no qual os atores em conflito se encontram (GONDIM; ROCHA, 2019). Está em pauta a contestação de formas hegemônicas de produção e reprodução desse espaço, referendadas tanto por políticas públicas excludentes, como por parte do setor imobiliário.

De acordo com McAdam; Tarrow e Tilly (2009, p. 21) “um movimento social é uma interação sustentada entre pessoas poderosas e outras que não têm poder”. Os autores advertem que nessa conceituação estão excluídas as reivindicações coletivas que envolvem poderosos em relação a outros poderosos. Explicam essa opção ao considerarem como hipótese de suas análises a ideia de que o confronto tem a ver com uma desigualdade substancial entre os protagonistas de um conflito, numa relação expressa pelo par dominantes-subordinados. Partindo dessa perspectiva, os atores em confronto situam-se em polos assimétricos, no que diz respeito aos recursos materiais e à posição social e política que ocupam. É nesse sentido que a noção de repertório de confronto assume importância basilar ao estudo dos movimentos sociais de um modo geral, por sintetizar as táticas e estratégias de confronto mobilizadas pelos atores sociais de um movimento a fim de alcançar seus objetivos.

Definido por Charles Tilly, em 1977, o repertório de confronto consiste no conjunto de ações disponíveis para protestos em diferentes períodos históricos (TILLY, 1978). Conforme McAdam; Tarrow e Tilly (2009, p. 24), ele expressa a “interação histórica e atual” entre os participantes de um movimento social e seus opositores. Não sendo fruto de escolhas individuais, são influenciados pelo contexto social em que se encontram (GONDIM; ROCHA, 2019).

Isso é o que permite afirmar que os agentes de um confronto político escolhem quais estratégias vão utilizar, mas o fazem dentro de alternativas histórica, social e politicamente determinadas. Ao mesmo tempo, o conceito de repertório de confronto não pode ser algo rígido, uma vez que o termo “repertório” remete à metáfora do improviso, como numa banda de jazz, em que seus músicos seguem fórmulas, mas também podem alterá-las, a depender das circunstâncias (ALONSO,

2009; GONDIM; ROCHA, 2019). McAdam, Tarrow e Tilly (2009, p. 25) acrescentam que:

Os repertórios existentes corporificam uma tensão criativa entre inovação e persistência, refletindo suas lógicas instrumental e expressiva muito diferentes. A eficácia instrumental de um repertório deriva basicamente de sua novidade, de sua habilidade de, temporariamente, pegar desprevenidos oponentes ou autoridades e de criar exemplos de desordem pública que são custosos aos interesses estabelecidos.

Para esses autores, contudo, o uso repetido de um mesmo repertório leva à redução de sua eficácia instrumental para pressionar opositores. Essa percepção conduz à formulação de novas táticas de pressão, para que estas possam produzir o efeito esperado quanto à pressão desejada e o objetivo que se pretende atingir. Diante disso, os repertórios de confronto devem ser entendidos como expressões contingenciais, podendo sofrer variações de acordo com a criatividade dos grupos e as condições de seu uso em diferentes lugares e momentos históricos.

McAdam; Tarrow e Tilly (2009) avaliam que a dimensão expressiva dos repertórios de confronto também produz persistências, evitando mudanças a qualquer custo<sup>8</sup>. Na visão dos autores, é a lógica expressiva e seu efeito que ajudam a entender a permanência de estratégias de confronto consideradas convencionais – ocupação de ruas, obstrução de vias, passeatas, piquetes etc – e que vêm a persistir<sup>9</sup>, mesmo diante das vantagens obtidas com a inovação dos recursos – tais como a inclusão de tecnologias da internet, por exemplo.

Contemporaneamente, é relevante destacar estratégias que envolvem a criação de espaços para troca de informações e publicização de ações em plataformas digitais de interação, as quais são táticas de confronto que podem ser combinadas a outras, consideradas convencionais. Dentre os recursos de comunicação e interação utilizados pode-se destacar o *Facebook*, que permite a

---

<sup>8</sup>A contribuição da noção de repertório de confronto também advém da *longue durée*, da Escola dos Anais da historiografia francesa, isto é, dos estudos de longa duração e da perspectiva comparada, que permitem identificar mudanças em relação aos repertórios de contestação adotados ao longo de décadas e séculos (GONDIM; ROCHA, 2019). A esse respeito, “o estudo das ações coletivas ganhava uma moldura de processos amplos (como a proletarização, a urbanização e a formação do Estado) e estudos comparados (principalmente entre países como a França e o Reino Unido, no caso da formação do Estado)” (BRINGEL, 2012, p. 47).

<sup>9</sup>Caso exemplar foi a greve dos caminhoneiros no Brasil, ocorrida em maio de 2018. Uma importante estratégia de confronto utilizada, além da paralisação dos trabalhadores, foi a obstrução de vias. Na pauta, estava o aumento frequente de combustível, dentre outras questões relativas à prestação dos serviços de transporte de cargas. A paralisação durou 11 dias, causando desabastecimentos (GREVE DOS CAMINHONEIROS [...], 2018).

criação de perfis e páginas com espaço para publicação de textos, imagens e vídeos que podem ser compartilhados entre contatos que fazem uso da rede. Outros recursos também acionados são *Instagram* e *Twitter*, destinados, respectivamente, à publicização de imagens com breves legendas e uma rede de microblogs para divulgação de textos com até 280 caracteres. Não menos relevante são o *YouTube*, utilizado para publicação de vídeos, e o aplicativo para conversas instantâneas *WhatsApp*, disponível para telefones celulares com acesso à internet.

Vale ressaltar que recursos de comunicação e interação digitais adquirem a característica de repertório de confronto quando são usados como estratégia de enfrentamento por integrantes e aliados dos movimentos contra seus opositores. A comunicação virtual assume papel estratégico quanto à publicização e exposição de reivindicações, ao colocar em destaque os atores de um conflito (ALCÂNTARA, 2016), mediante um instrumento de acessibilidade, manuseio e baixo custo relativos.

Por esse motivo, a análise dos movimentos sociais deve considerar a combinação de diferentes estratégias de confronto. McAdam; Tarrow e Tilly (2009, p. 35 - grifo dos autores) comentam que:

[...] os movimentos também combinam as reivindicações coletivas às autoridades com demonstrações de que a população é merecedora, unificada, numerosa e comprometida. E isso dirige nossa atenção para as ações públicas – as performances – que os movimentos apresentam, tanto para marcar suas demandas às autoridades como para criar e manter seus adeptos.

A atenção a estes fatores tem sido relevante no estudo dos modos de atuação dos movimentos sociais, em especial no caso analisado neste trabalho. Vale notar que repertórios de confronto ou “contestação” (TILLY, 1978) podem ser classificados em três formas: os competitivos, os reativos e os pró-ativos. Enquanto os competitivos visam à expressão de rivalidades, os dois seguintes objetivam, respectivamente, defender conquistas ameaçadas e reivindicar novas. Tais classificações não são excludentes e podem co-existir, a depender do contexto e das circunstâncias a serem mobilizadas pelos atores de um conflito (BRINGEL, 2012).

Por consequência dessa perspectiva, essa postura conceitual e metodológica enxerga a mudança social como detentora de múltiplos processos vinculados entre si e portadora de conexões variadas. Por essa razão, a teoria tillyana contribui com o estudo de análises concretas, relativas a pessoas e lugares; assim como históricas, associadas a um tempo e período determinados (AGUILAR, 2009;

BRINGEL, 2012). Logo, considerar o confronto político (TARROW, 2009; TILLY, 1978) e os repertórios de confronto adotados (TILLY, 1978) também implica reconhecer a experiência individual e a vida cotidiana dos agentes de um conflito (MELUCCI, 2001).

Sobre esse aspecto, o estudo dos movimentos sociais, entendidos como categoria totalizante, tem dado lugar à observação de microssituações, revestidas de arranjos descontínuos e heterogêneos. O mundo social continua a abrigar regularidades, mas no horizonte analítico cabem rupturas e incertezas. Desse modo, noções de “evento”, “crise”, “situação”, “*affaire*” ganham a cena como “unidades” que engendram os agentes sociais (CORRÊA; DIAS, 2016), estando ligadas ao cotidiano e às dimensões materiais, culturais e simbólicas em que se movem as pessoas.

A consideração de microssituações e a observância quanto aos processos sociais, ao mesmo tempo, vem investida do esforço de não tomar as classificações como neutras, uma vez que cabe ao pesquisador “seguir” as diferentes posições tomadas pelos agentes num dado contexto (LATOUR, 2012). A isso, adiciona-se o questionamento de classificações previamente estabelecidas, a fim de se considerar o sujeito, suas práticas e experiências. Parte-se da ação e interação entre os agentes, por meio da formação e emergência de categorias, assim como a evidência de atores coletivos (BOLTANSKI, 2000, 2016).

Dessa maneira, elementos conceituais compõem uma aposta analítica acerca da questão estudada, sem a pretensão de esgotar ou desvincular o conjunto das reflexões realizadas das manifestações empíricas do caso. Ao longo do trabalho, dou continuidade ao esforço que perfaz a pesquisa, evidenciando, a partir do plano empírico, questões conceituais que sobressaíram. Importante ter em mente que reconhecer o campo como sendo “perpassado pela teoria” não consiste em afirmar que ele está submetido a ela; ao contrário, “a realidade superará sempre a teoria”, surpreendendo pesquisadores (URIARTE, 2012, p. 2).

Os pressupostos aqui expostos são balizadores de um processo de pesquisa e análise construído em meio às situações observadas, as quais voltam-se ao cotidiano e aos momentos de crise pertinentes aos conflitos sociais e que atravessam a formação do ator coletivo e a constituição de movimentos sociais. Assim, matrizes conceituais e categorias encontram-se articuladas ao plano empírico, num movimento de idas e vindas, elaborações e reelaborações.

## 1.5 Organização e divisão do trabalho

Este trabalho está organizado em nove capítulos, contando com a introdução e a conclusão. Inicialmente, no capítulo 2, discorro sobre a condução da pesquisa, detalhando minha inserção em campo, a caracterização do lugar e de seus moradores, interlocutores e os procedimentos realizados quanto à classificação e análise dos dados obtidos.

Dedico-me, no capítulo 3, às circunstâncias que envolveram o surgimento da Vila Vicentina da Estância, enfatizando seus aspectos históricos, sociais e políticos, e sua relação com a cidade de Fortaleza. Presentes na discussão estão aspectos mais gerais que se relacionam à tipologia habitacional das vilas, destinadas à moradia de pobres urbanos. Em seguida, no mesmo capítulo, discuto a mudança do paradigma político-jurídico voltado ao reconhecimento e à inclusão de ocupações consideradas irregulares no espaço urbano, por sua relevância no caso investigado.

No capítulo 4, descrevo os espaços físicos da Vila, dando ênfase às particularidades da relação das pessoas com o lugar, e que se constituem como marcadores de pertencimento significativos. Dando continuidade às condições que dão origem ao local, reservo atenção, no capítulo 5, ao histórico de sua ocupação e às formas de obtenção, permanência nas casas e relação com a instituição beneficente que geria o espaço. As discussões suscitadas nesses capítulos orientaram o entendimento da relação dos moradores com o lugar em que vivem e a consequente formação do movimento Resistência Vila Vicentina.

Posteriormente, os capítulos 6, 7 e 8 recuperam o processo de mobilização, organização e definição das estratégias de confronto que vêm sendo adotadas pelo movimento. No sexto capítulo, ressalto questões que esclarecem as pressões sofridas pelos moradores e as estratégias que desenvolveram a fim de defender sua permanência na Vila. É objeto de atenção, ainda, a exposição do histórico sobre a venda do terreno e das casas, e a eclosão do drama que ocasionou na demolição e danos parciais das unidades que haviam sido negociadas – fatores que desencadearam os princípios de organização do movimento e a mobilização de uma arena pública em seu favor. Dando continuidade, no capítulo 7, exponho a organização interna do movimento RVV, detalhando as situações que deram consecução à causa dos moradores, resultando em sua consolidação e manutenção,

obtenção de apoio e conquistas parciais. É no oitavo capítulo que analiso as duas principais frentes de atuação do movimento, em que se destacam: o recurso à patrimonialização, por meio do tombamento, o qual vem garantindo uma de suas relevantes conquistas parciais; e o processo que consiste na regulamentação das ZEIS, em especial da ZEIS Dionísio Torres, que compreende o território ocupado pela Vila Vicentina. Importante vertente de atuação do movimento, o processo contribui para consolidar a integração do RVV junto a redes de movimentos e instâncias decisórias e participativas que envolvem a implementação do conselho gestor da ZEIS, buscando tornar esse instrumento efetivo.

Nas considerações finais, exponho a síntese do alcance dos objetivos propostos na pesquisa e das discussões que o trabalho promove, pautadas pelos achados do campo e sua articulação com as questões teóricas.

## 2 UMA PESQUISA SOBRE E EM MOVIMENTO

“O trabalho de campo é uma experiência educativa completa. O difícil é decidir o que foi aprendido” (GEERTZ, 2001, p. 43).

Explano, neste capítulo, meu processo de inserção em campo, destacando o acompanhamento do caso estudado e os papéis que fui adquirindo na pesquisa. Além disso, comento as características do local, dos seus moradores e dos interlocutores da pesquisa, situando os procedimentos adotados na categorização dos dados e em sua análise.

Trata-se de compartilhar e explicitar o percurso metodológico do trabalho de campo, considerando contextos urbanos sobre os quais os sujeitos se movem, buscando criar e recriar condições de vida e direitos (ALVARENGA, 2011). A noção de movimento diz respeito tanto ao objeto de estudo quanto à trajetória que o constrói e acompanha, servindo de metonímia para a atividade de pesquisa.

### 2.1 Inserção em campo

Como adiantei na introdução deste trabalho, observei, durante o ano de 2016, a repercussão de ações coletivas que tinham na internet um importante meio de difusão. Essa estratégia foi importante e contribuiu para que alcançasse e definisse de maneira mais precisa o recorte empírico do objeto. Mantive-me atenta a grupos e fóruns, assim como páginas que tinham como foco a discussão de assuntos que envolviam a cidade, em redes sociais da internet – em especial o Facebook. Essas incursões preliminares definiram as circunstâncias com que tive acesso ao campo e ao caso investigado.

Sobre circunstâncias que se apresentam ao pesquisador durante sua entrada em campo, lembro de Loïc Wacquant (2002), quando matriculou-se num clube de boxe de um bairro do gueto negro de Chicago, intencionando ter ali uma “janela” para acessar aquilo que seria sua intenção inicial de pesquisa: observar as estratégias sociais dos jovens do bairro. Algum tempo depois, ele identificou o caráter decisivo e oportunista de sua inserção – que acabou por transformar o universo do pugilismo em questão central de sua pesquisa. O clube de boxe foi, portanto, mais porta do que janela.



No meu caso, observar a repercussão de ações coletivas por meio das redes sociais digitais também me serviu como janela e oportunidade de acesso ao campo. Nos momentos iniciais da pesquisa, era levada a acreditar que os recursos digitais ocupavam função de destaque não só na mobilização e em alguns aspectos da organização do movimento, mas em sua própria manutenção e permanência. Entretanto, ao longo do tempo, essa perspectiva mostrou-se incompleta, confirmando meu escrutínio das redes digitais de fato como janela de acesso aos movimentos sociais urbanos.

Até a ocasião em que o caso da Vila Vicentina veio à tona na internet e em jornais de notícias, o que sabia era que o local havia sido construído no final da década de 1930, sendo as casas destinadas a viúvas carentes e idosas oriundas do interior do Estado. Os residentes atuais descendiam dessas primeiras moradoras e constituíam-se, em sua maioria, por idosos, que habitavam o local há décadas. Essas informações foram veiculadas na página do movimento<sup>10</sup> e de forma imprecisa em alguns jornais locais que acompanharam a ação de reintegração de posse (CASAS SÃO DEMOLIDAS [...], 2016)<sup>11</sup>.

Outra informação veiculada era de que a Vila estava mapeada como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) no Plano Diretor Participativo de Fortaleza, de 2009. Conforme a legislação urbanística, o reconhecimento da área como tal impediria a ocupação do local por empreendimentos imobiliários que não se destinassem à habitação social, devendo a área passar por regulamentação fundiária e urbanística, de modo a garantir o direito de permanência de seus moradores nos imóveis ocupados. Além disso, o caso, como mencionei na introdução, motivou três pedidos concomitantes de tombamento por dois vereadores e um professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará (UFC) à Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR), em novembro de 2016. O pedido enviado pelo professor foi deferido e a Vila tombada, em caráter provisório, desde então (SENA; TEIXEIRA, 2016).

Toda essa situação correspondia ao problema delimitado e apresentava uma oportunidade privilegiada para minha inserção em campo, uma vez que o

---

<sup>10</sup><https://www.facebook.com/resistenciavilavicentina>.

<sup>11</sup>O detalhamento do conjunto de informações acerca da origem da Vila e de seus moradores serão expostos em seção específica. Outras descrições que dão conta da composição do movimento e dos eventos que decorrem de sua organização e mobilização também serão objeto de seções próprias.

movimento estava em seu início, oferecendo melhores condições para meu acesso aos moradores.

Na internet, após o evento que resultou nas demolições, passei a acompanhar regularmente a página do movimento RVV, na rede social *Facebook*, cuja primeira publicação datava do dia 26 de outubro de 2016. Seguiu observando as ações do grupo, assim como a repercussão do caso, que ganhou maior notoriedade quando da ação de reintegração de posse, em 28 de outubro de 2016. No dia 15 de dezembro daquele ano, conforme divulgado na página do grupo, houve uma roda de conversa, espécie de aula pública, sobre Vilas em Fortaleza no século 19. Mediaram a atividade, professores da UFC, do curso de Arquitetura e Urbanismo, Clóvis Jucá e Margarida Andrade.

Foi nesse evento que entrei na Vila como pesquisadora pela primeira vez. O encontro aconteceu na capela existente no local, na Rua Tibúrcio Cavalcante, 2184. Na ocasião, fui recepcionada por uma senhora, que estava logo na porta. Ela identificou-se como moradora, dando ênfase aos seus então 21 anos de residência no local, perguntando-me de onde eu era. Apresentei-me como socióloga, pesquisadora do Laboratório de Estudos da Cidade (LEC-UFC) e professora universitária, e que estava acompanhando o caso deles pelas redes sociais. Disse que esse acompanhamento se devia ao fato de ser estudante de doutorado em Sociologia e que estava pesquisando movimentos sociais que ocorriam na cidade de Fortaleza. Outros moradores aproximaram-se e percebi que todas as pessoas que vinham de fora eram muito bem recebidas. A mesma senhora que me recepcionou prontificou-se a adicionar-me como amiga<sup>12</sup> no *Facebook*, anotando meu contato, o que comemorei como ação bem-sucedida, já que aquele era meu primeiro envolvimento direto, *in situ*, ao que se confirmou como recorte empírico do objeto de pesquisa.

Ter visitado a Vila numa ocasião próxima ao evento das demolições, e em que as ações reivindicatórias e de captação de apoiadores do Resistência Vila Vicentina (RVV) estavam a pleno vapor, foram condições que reputo como favoráveis à minha inserção em campo. Outra condição como esta foi o fato de ser professora,

---

<sup>12</sup>A adição como “amigos” é o modo como participantes da referida rede social incrementam contatos, ampliando seus círculos e vinculações virtuais. Em muitos casos, ser qualificado como amigo de alguém, numa dessas redes, nem sempre é garantia de uma amizade convicta, podendo os participantes estarem vinculados por afinidades restritas ou nem sequer conhecerem-se.

no curso de Arquitetura e Urbanismo, na Universidade de Fortaleza, uma instituição privada de ensino superior conhecida na cidade. Ser pesquisadora vinculada a um laboratório de estudos sobre a cidade, como mencionei, também havia me credenciado como alguém potencialmente favorável à causa pela qual lutavam. Naquele momento, senti que a boa recepção da senhora e de outros moradores a quem fui apresentada eram indicativos a favor de minha presença em eventos como aquele e que teriam lugar na agenda próxima do grupo, como anunciaram ao final da roda de conversa.

Dali em diante compareci aos eventos organizados pelo movimento e que aconteciam na capela. Essa aproximação e contato com o local e integrantes do grupo, ao longo de três anos e três meses de pesquisa – contados de outubro de 2016 a janeiro de 2020 – permitiu-me transitar por diferentes momentos vividos pelo movimento. Simultaneamente, pude perceber como meu papel também ia se modificando em função do envolvimento, da confiança e das relações que foram se estabelecendo, à medida que os diferentes processos relacionados ao caso da Vila Vicentina transcorriam.

As situações de observação e minha relação de proximidade com o campo delineiam-se em torno do que Goldman (1994) chama de “observação flutuante” e “intermitente”. Para esse autor, em pesquisas sobre o que se convencionou chamar de “sociedades complexas”<sup>13</sup>, há a necessidade de substituir estudos de “longa duração” por pesquisas de “longuíssima duração”. A substituição dá-se principalmente em razão de que, nessas sociedades, o pesquisador não é necessariamente um estrangeiro, em oposição ao “nativo”; uma vez que pesquisa sua própria sociedade. Nesse caso, o esforço de distanciamento deixa de ser apenas espaço-temporal para se tornar sobretudo “moral”. Assim, as situações de observação dão-se em caráter intermitente, e a observação direta e contínua se converteria em: “[...] ‘observação flutuante’, semelhante à ‘escuta flutuante’ do psicanalista: o observador está sempre em situação de pesquisa, sua atenção podendo ser exigida a qualquer instante” (GOLDMAN, 1994, p. 146).

A postura intermitente e flutuante exige uma presença frequente em campo e atenta à dinâmica do objeto; porém, ressalto que, no caso da minha pesquisa, as

---

<sup>13</sup>O autor problematiza o emprego do termo “sociedades complexas” na história da Antropologia, situando a discussão sobre a visão hierárquica e subalternizada com que as diferentes sociedades eram descritas (GOLDMAN, 1994).

situações de envolvimento e de observação eram parciais, havendo, contudo, a reflexão constante sobre minha conduta e papel em campo, condição que permite ter mais claros os limites e alcances das situações que observava.

No que concerne às preocupações em estudar o que “está próximo”, Gilberto Velho (2012) pondera que dois indivíduos podem pertencer à mesma sociedade, porém nem por isso estarem próximos e partilharem de experiências e vivências semelhantes. Ou seja, “o que sempre *vemos e encontramos* pode ser familiar mas não é necessariamente *conhecido* e o que não *vemos e encontramos* pode ser exótico mas, até certo ponto, *conhecido* (VELHO, 2012, p. 126 – grifos do autor).

Essa questão merece atenção, pois não me desloquei para uma localidade, em busca de relações e rituais por mim totalmente desconhecidos, mas pude vivenciar experiências em algum nível exóticas, ao me deslocar para um bairro diferente e presenciar situações de um cotidiano que não é idêntico ao meu, assim como ouvir problemas que nem sempre se assemelham aos que vivo. Isto é, por mais que algumas das experiências de vida e de cidade dos moradores da Vila fossem familiares às minhas, o universo vivido e a ordem dos problemas que enfrentavam nem de longe se aproximavam dos meus.

Outro ponto que devo destacar, e que também foi assinalado por Velho (2012) – quando problematiza a categoria distância e processos de distanciamento – é o fato de conhecer e ter acesso a outros pesquisadores que investigam objetos semelhantes ou, algumas vezes, o mesmo contexto, ainda que com objetivos diferentes<sup>14</sup>. Isso dava a oportunidade de compartilhar interpretações e entendimentos acerca do que observava, oferecendo ocasião para confirmar ou rever pontos de vista.

Ao longo do tempo em que estive em campo, tive papéis na Vila, existindo relações de interconhecimento bem estabelecidas entre os interlocutores e eu: os moradores me chamavam pelo nome, não raro escutava expressões como “essa é das nossas”, “ela é de casa”, “você vai acabar morando aqui com a gente”. Entretanto, as situações em que ocorrem esse envolvimento eram pontuais, de certa forma

---

<sup>14</sup>Além de integrar o Laboratório de Estudos da Cidade (LEC-UFC), participando de discussões que se relacionam diretamente ao meu objeto de estudo, tive a oportunidade de dividir o estudo do caso da VVE, ao longo de minha permanência em campo, com outro pesquisador. Estudante do mestrado em psicologia pela UFC, e atualmente doutorando, por várias ocasiões, conversamos, trocamos experiências e pudemos refletir sobre as situações que nos confrontavam em campo, mesmo possuindo objetivos de pesquisa distintos. Deixo sublinhadas a importância que essas experiências tiveram ao longo da condução desta pesquisa.

restritas a eventos em que minha presença se fez necessária, sendo frutos de atenção e conduta reflexiva. Isto é, o “ela é de casa” é demonstrativo da gentileza, da gratidão e dos afetos que sobressaem do campo, ao tempo em que observo o caráter cerimonial com que era recebida, exemplificado por meio da preocupação em arrumar a casa, ou a capela (espaço mais comumente frequentado por mim), preparar um lanche “mais caprichado”, dentre outras preocupações advindas da minha presença.

Acrescento o uso intensivo do diário de campo para registrar as situações que acompanhava. As anotações iam desde as mais objetivas – como o evento que ocorria, onde, quem conduzia e como, o que foi tratado etc – até as conversas mais casuais, impressões pessoais, inquietações, dúvidas. Nesse sentido, o diário de campo cumpre o papel de instrumento de captação, atuando como “ferramenta na produção de dados” (MEJÍA, 2015, p. 91). A isso, soma-se como “funções” do diário, sua importância no processo de análise dos dados, permitindo visualizar a pesquisa e iluminar a leitura do campo, como uma espécie de “mapa heurístico” (HOLLY; ALTRICHTER, 2015, p. 81).

Os registros em diário de campo, rabiscados à mão, eram reescritos – “passados a limpo” – a lápis e realçados com cores. A conduta acabou tendo certo protagonismo na pesquisa, por meio de uma artesanaria que se mostrou um caminho necessário à articulação de processos densos e que em tantas ocasiões pareciam causar-me confusão e sobrecarga (WHYTE, 2005). Recordo do que Sennett disse, quando citou Kant num capítulo destinado exclusivamente à mão, no seu livro “O artífice”: “a mão é a janela que dá para a mente” (SENNETT, 2009, p. 169). Por tantas vezes senti que escrever à mão iluminou meu caminho, esse caminho que não tem nada de exclusivamente meu, pois foi composto por tantas trilhas e vozes. Em tempos de computador e de editores de texto eletrônicos, essa postura pode sugerir “perda de tempo”, uma vez que “bastava ir direto ao computador”; ao contrário, o exercício auxiliou a conciliar informações, reflexões e pensamentos.

Dadas as características processuais da pesquisa e da obtenção dos dados, que são dependentes do andamento das situações e circunstâncias do caso em estudo, Holly e Altrichter (2015) apontam que os diários são especialmente válidos para traçar caminhos alternativos, permitindo perceber questões que não eram óbvias ou previsíveis no início da pesquisa.

A esse respeito, posso acrescentar o processo que envolve as frentes de atuação e lutas encampadas pelo movimento, tais como a regulamentação das ZEIS

e o tombamento, por exemplo. Essas instâncias decorrem de conjuntos de atores que se relacionam com o objeto, mas que estão sujeitos a fatores e circunstâncias que impõem caminhos nem sempre previsíveis, confrontando os agentes em campo, e a mim, enquanto pesquisadora, devendo atentar aos imponderáveis que emergem de tais situações<sup>15</sup>. Outros fatores são igualmente processuais e irreduzíveis a previsibilidades, como o cotidiano das pessoas em função do engajamento nas ações do movimento, as questões que decorrem das lideranças internas, dentre outras que vão produzindo efeitos que se vinculam ao ritmo próprio da vida social. Todos esses aspectos acrescentam complexidades à pesquisa sociológica e também podem culminar com serendipidade<sup>16</sup>, trazendo condições favoráveis ao desdobramento das ações em análise e à pesquisa propriamente dita.

Em suma, devo registrar, assim como atestam Holly e Altrichter (2015), que o que observei tem relação com minha perspectiva e aquilo que faz parte de meu repertório intelectual, biográfico e metodológico, característicos de minha formação. Ao longo desses anos, também estive submetida ao sabor de emoções, tensões e receios, suscitados pelas experiências de pesquisa. Os registros do diário de campo, assim como meu posicionamento, não são frutos de “dados frios”, passivos e produzidos de forma tecnicista ou mecanizada. Ao contrário, são resultado de uma entrega emocional e embebida de afetos (FAVRET-SAADA, 2005), cujas observações, notas, expressões, motivações, servem para contrastar e relacionar os pontos de um conjunto imbricado de relações que operam em campo.

Dessa maneira, a fim de esclarecer a trajetória que segui, discorro sobre as etapas da pesquisa no próximo item, dando ênfase aos instrumentos de coleta de dados que se mostraram necessários e pertinentes aos momentos que acompanhei e experienciei.

---

<sup>15</sup>Existem ritos legais que balizam o processo de tombamento e regulamentação de áreas demarcadas como ZEIS. Eles cumprem trâmites até certo ponto previsíveis, porém, a ocorrência de circunstâncias vinculadas ao poder público municipal, responsável pela condução de tais processos, pode trazer burocracias que impõem cadências não desejadas aos seus resultados. Isso não vem sem efeitos ao campo, trazendo novas movimentações e implicando reposicionamentos. Trato dessas especificidades no capítulo 8.

<sup>16</sup>A serendipidade diz respeito a circunstâncias e situações que ocorrem “ao acaso” e que podem contribuir para o desenvolvimento da pesquisa (ALMEIDA, 2018).

## 2.2 Trajetória e *corpus* da pesquisa

Reiterando, estive em campo durante três anos e três meses, iniciados em outubro de 2016 e finalizados em janeiro de 2020. Durante esse tempo, pude acompanhar eventos de natureza pública e diretamente relacionados ao movimento RVV, tais como: reuniões, audiências, assembleias, atividades lúdicas, culturais, ações educativas, dentre outras, e que ocorriam na capela. Também pude presenciar algumas situações relativas ao cotidiano dos interlocutores. Estas ofereciam uma maior amplitude dos relacionamentos entre o grupo e das relações de convívio nos espaços de moradia e vizinhança, mostrando-se momentos necessários ao entendimento do movimento, a partir da observação “das pessoas em ação” (WHYTE, 2005, p. 289).

A fim de construir oportunidades para essas observações, adotei como estratégia chegar antes do início, ou sair mais tarde, dos eventos que aconteciam na capela. Durante a primeira etapa da pesquisa – que detalharei em seguida – as reuniões e atividades coordenadas ou recepcionadas pelo movimento ocorriam naquele espaço, estando minha presença restrita a situações “mais formais” e que nem sempre ofereciam condições para observações relativas ao cotidiano dos integrantes do RVV. À medida em que a pesquisa se desenvolvia e que as relações de confiança se consolidaram, chegar antes dos eventos, ou sair mais tarde, dava-me a possibilidade de ser recebida na casa de algum membro do movimento, e aguardar o início das reuniões<sup>17</sup>. Além disso, chegar mais cedo ou sair depois propiciou observar momentos de maior descontração entre os moradores que integram o movimento, trazendo fluidez e espontaneidade à minha presença em campo.

Fontes importantes de experiência e pesquisa foram minha participação como voluntária no grupo que realizou os estudos complementares para o tombamento; a participação como membra eleita pelos moradores para integrar a comissão eleitoral responsável por acompanhar as eleições para o Conselho Gestor da ZEIS Dionísio Torres (ZDT); e a participação como colaboradora voluntária na

---

<sup>17</sup>Quando ia pra Vila, em geral à tarde, saía do trabalho de transporte público ou de carona. Na volta, já à noite, meu companheiro ia me buscar. Enquanto isso, aguardava na companhia dos moradores na capela ou na casa de uma das integrantes do movimento, que costumava me recepcionar nessas ocasiões.

equipe técnica a cargo da elaboração do Plano Integrado de Regulamentação Fundiária (PIRF) da ZDT.

Estas ações estão sistematizadas neste item, uma vez que fazem parte do *corpus* da pesquisa e possuem relação com as etapas de minha inserção e acompanhamento do movimento RVV, assim como aos papéis que me foram atribuídos no campo. O que demarco como fases (Apêndice E) do movimento resulta da observação e acompanhamento do grupo, permitindo-me realizar uma classificação dos diferentes momentos e processos então vivenciados pelo RVV. Foram esses processos que ofereceram as circunstâncias de minha gradativa inserção em campo, e possibilitaram a diversificação das fontes de pesquisa. Conseqüentemente, foi possível traçar uma linha do tempo, por meio da qual situo eventos significativos (Apêndice E).

O período que vai de outubro de 2016 a maio de 2017 caracterizou-se por acontecimentos que impulsionaram a organização efetiva do grupo RVV e que deram repercussão à causa. Nesse momento, têm início a formação de sua rede de apoio. Em outubro de 2016, ocorre a ação de reintegração de posse, cujo efeito serve de catalisador para a organização do movimento e sua notoriedade. Em novembro, a Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR) defere o pedido de tombamento do local. O tombamento, mesmo provisório, tem efeito de definitivo, até que se conclua os estudos sobre a área, a serem realizados pela referida secretaria e submetidos à votação no Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural (COMPHIC). De janeiro a maio de 2017, a VVE sedia eventos culturais e artísticos, promovidos por apoiadores vinculados às universidades e a outros movimentos existentes na cidade. Em janeiro de 2017, a Vila é reconhecida como ZEIS prioritária, sendo o 10º território de Fortaleza a ser alvo de regulamentação<sup>18</sup>. Entre março e abril de 2017, o estudo para o tombamento é conduzido na Vila, em caráter complementar, cujo resultado é entregue em maio de 2017 à SECULTFOR. Colaborei com o grupo de estudos para o tombamento, na condição de voluntária, a partir da indicação de uma integrante do movimento RVV.

---

<sup>18</sup>Os outros nove territórios são: Lagamar, Bom Jardim, Pici, Moura Brasil, Pirambu, Poço da Draga, Mucuripe, Serviluz e Praia do Futuro. Representantes dessas áreas já integravam a Comissão de proposição e acompanhamento da regulamentação e implantação das ZEIS, conforme o Decreto municipal 13.827, de 14 de junho de 2016. Explano essas questões na seção 9 do trabalho.



A partir dessa ocasião, meu papel em campo passa de visitante e apoiadora à participante dos eventos sediados na Vila e pesquisadora voluntária.

Nesse íterim, ocorre a primeira etapa da pesquisa de campo. Durante esses sete meses iniciais, os dois primeiros foram destinados ao acompanhamento da repercussão do caso por meio de notícias e da página do grupo no *Facebook*. Após a definição do recorte empírico do objeto, ocorre a primeira visita em campo em dezembro de 2016. Agendo a primeira entrevista, que foi realizada de forma coletiva, em janeiro de 2017, com seis membros do movimento. Entre abril e maio, realizo entrevistas com três especialistas, sendo uma com a advogada do Escritório Frei Tito, que defende os moradores no caso; outra com um arquiteto e urbanista; e outra com uma pesquisadora, que já atuou na superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O momento que vai de junho a dezembro de 2017 consiste na continuidade da formação e consolidação das redes de apoio ao movimento e sua integração junto a outros movimentos atuantes na cidade. A Vila sedia a 1ª Assembleia Popular pelo Direito à Cidade, realizada por uma coalisão de grupos, coletivos e movimentos sociais urbanos de Fortaleza, em junho de 2017. Daí em diante, as assembleias populares acontecem de forma itinerante em localidades da cidade que enfrentam questões e problemas urbanos nas quais os movimentos participantes possuem suas bases territoriais. Acompanho essas assembleias, assim como representantes do RVV se fazem presentes em todas elas. Foi parte importante desse processo, minha participação em dois encontros de formação de assessorias aos movimentos sociais, conduzidos por pesquisadores, profissionais e membros de entidades que atuam na defesa de direitos humanos, ambientais e pesquisa urbanos.

No campo, meu papel segue como apoiadora, pesquisadora e uma espécie de “assessora informal”<sup>19</sup> dos moradores. Essa “assessoria informal” refere-se ao fato de não fazer parte de nenhuma entidade que prestava assessoria aos movimentos sociais, como o Escritório de Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar (EFTA), por exemplo, que já representa a Vila juridicamente e os assessora. Esse papel me foi atribuído pelo contato frequente que passo a ter junto aos moradores que integram

---

<sup>19</sup>Esse papel vincula-se à minha gradual inserção no campo, como venho descrevendo. Em tempo, recorde de Valladares (2005), quando afirmou o peso determinante que o trabalho de campo, ou o trabalho de assessoria, possuem quando se pretende conhecer localidades urbanas – a autora refere-se em especial às favelas – seus moradores, assim como suas organizações e redes.

o RVV, e pela disposição em tornar mais claro termos, linguajar de ordem técnica e demais situações a que estavam sendo submetidos. Muitas vezes, representantes do RVV que costumavam participar das assembleias populares e das reuniões, sentiam-se constrangidas em expor dúvidas nessas ocasiões. Estar próxima a eles em outras situações de descontração, possibilitava-me essa condição.

De janeiro a dezembro de 2018, o RVV atua de forma consolidada junto aos outros movimentos, tendo início o processo de regulamentação das ZEIS. Durante esse período acontece, em fevereiro de 2018, um ato em defesa das ZEIS, em frente ao Paço Municipal, em Fortaleza. O evento culmina com representantes dos movimentos e de áreas demarcadas como zonas prioritárias sendo recebidos pelo prefeito para entregar o relatório final elaborado pela comissão de regulamentação das ZEIS. Em março, a Vila recebe visita de técnicos do Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR) a fim de estabelecerem o cronograma para início do processo de constituição dos conselhos gestores das ZEIS. Em maio, a prefeitura publica o decreto com a regulamentação das eleições para o conselho gestor. Em junho, fui eleita para integrar a comissão eleitoral<sup>20</sup> da ZEIS Dionísio Torres (ZDT), representando o LEC-UFC, em votação realizada na capela. Entre junho e julho, ocorrem reuniões com moradores e outros movimentos a fim de orientar o processo eleitoral, assim como a mobilização para as eleições. As eleições para escolha de conselheiros acontece em agosto. E em novembro daquele ano, os conselheiros eleitos são empossados em cerimônia no Teatro São José.

Nesse lapso de tempo, ao meu papel de apoiadora, pesquisadora e assessora informal dos moradores é acrescentado o de representante institucional e de confiança junto ao processo de constituição do Conselho Gestor da ZDT. Esse grau de confiança e envolvimento ofereceu oportunidades maiores de observação quanto à dinâmica e as relações internas do grupo.

Desde junho de 2017, estabelece-se a segunda etapa da pesquisa, com minha presença no campo consolidada, mediante o fortalecimento das relações de interconhecimento junto aos integrantes do movimento e a outros moradores da VVE. De 2017 em diante, realizo o acompanhamento sistemático das reuniões do grupo com outros movimentos e o processo de regulamentação da ZDT, que tem início em 2018. Em maio de 2018, aplico questionários com representantes de 11 das 16

---

<sup>20</sup>Comento as questões pertinentes à composição da comissão eleitoral e do Conselho Gestor da ZEIS Dionísio Torres (ZDT), no capítulo 8.

famílias que compõem o RVV, a fim de coletar dados objetivos de participantes do movimento. Por ter feito parte da comissão eleitoral, que integra o processo de regulamentação das ZEIS, tenho acesso ao conjunto de eleitores que compareceram à votação para a composição do Conselho Gestor da ZDT.

Por último, de janeiro de 2019 a janeiro de 2020, sucede-se a institucionalização do movimento, momento em que ocorre a constituição do Conselho Gestor da ZEIS Dionísio Torres (CGZDT), com a primeira reunião ordinária realizada em fevereiro de 2019. Em maio, o Instituto Federal do Ceará (IFCE) informa que não ficará mais à frente do PIRF, após divergências que inviabilizaram a efetivação do acordo de cooperação técnica entre o Instituto Federal e a Prefeitura de Fortaleza. Técnicos do IPLANFOR realizam, em junho de 2019, uma reunião extraordinária para expor a situação da ZDT e a indicação de nova parceria para realização do PIRF. A segunda reunião ordinária do CGZDT acontece em julho, com a informação de que o PIRF da ZDT ficará a cargo de membros da equipe técnica do IPLANFOR. E em setembro de 2019, durante a terceira reunião do CGZDT, ocorre a apresentação da equipe de trabalho. Na ocasião, fui apresentada como colaboradora voluntária da equipe técnica, fruto da indicação de representantes do movimento. Em novembro do mesmo ano, durante a quarta reunião do CGZDT, foi apresentado o plano de trabalho, com cronograma de entregas de produtos relativos ao PIRF. Em janeiro de 2020, iniciam-se os trabalhos de campo da equipe na VVE, como parte necessária ao diagnóstico<sup>21</sup> do PIRF. Nesse momento, contribuo com a aplicação de questionários para levantamento censitário dos moradores, a fim de colaborar com a equipe.

Durante esse último período, meu papel de representação continua, assim como a observação de dinâmicas e tensionamentos internos do movimento. Com a transição de instituições responsáveis pela elaboração do PIRF, passo a integrar, como voluntária, e a partir de reconhecimento de lideranças do movimento, a equipe técnica de trabalho. Essa contribuição vem como confirmação das relações de confiança estabelecidas no campo, sendo a indicação justificada por minha atuação no território.

---

<sup>21</sup>A Prefeitura de Fortaleza, por meio do Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), realizou o diagnóstico para o Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) da ZEIS Dionísio Torres (ZDT), que compreende o território da Vila Vicentina da Estância. Esse processo teve início em janeiro de 2020, e a apresentação parcial de seus resultados foi realizada em junho de 2020. Por sua especificidade para o trabalho, retomo essa questão no capítulo 8.

Na terceira etapa da pesquisa, que coincide com o período em que ocorre o funcionamento do CGZDT, volto-me a acompanhar as reuniões do conselho, cujos membros foram empossados no final de 2018. Minha presença em campo se intensifica, por meio do acesso a outros espaços, não mais restritos à capela ou a “espaços formais” em que as reuniões aconteciam. Frequento de forma mais regular os espaços internos da Vila, tais como o quintal compartilhado e as casas de alguns moradores. Entre novembro de 2019 a janeiro de 2020, realizo dez entrevistas semiestruturadas, sendo duas delas com moradores que não integram o movimento e aceitaram negociar suas casas.

A leitura dos diferentes momentos pelos quais passa o movimento é o resultado de um esforço analítico que levou a efeito o agrupamento de ações, eventos e situações que guardam relação entre si e compõem, em conjunto, aspectos que atribuem especificidades ao caso estudado. Ao mesmo tempo, a visualização desses momentos é parte integrante dos achados do campo, e obtida por meio do mapeamento e compilação dos registros do diário de campo. Meu posicionamento em campo ocorre em função do engajamento nesse processo, permitindo-me identificar as etapas da pesquisa e seus desdobramentos, dando atenção “[...] às fases que a caracterizam e às contingências que dela determinam a orientação, no próprio momento em que se realiza, se estrutura e se modifica a relação entre observador e observado” (COLOMBO, 2005, p. 275).

No próximo tópico, apresento características da Vila Vicentina da Estância e de seus moradores. Dados do censo realizado no local e as medições do terreno ocupado pelas casas foram obtidos por meio do diagnóstico feito pela Prefeitura de Fortaleza, entre dezembro de 2019 e janeiro de 2020, aos quais tive acesso.

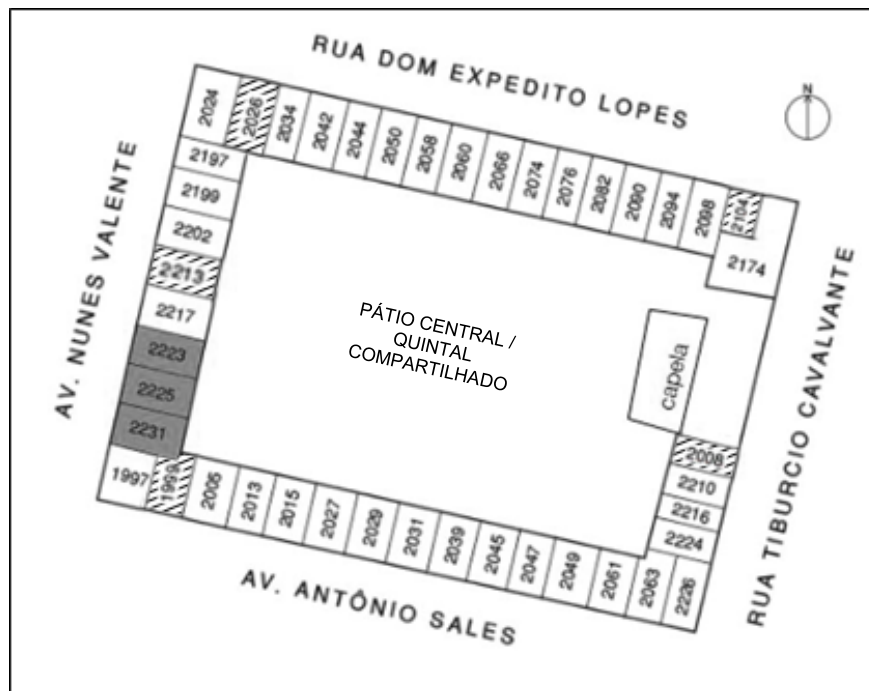
### **2.3 Caracterização do lugar e dos moradores da Vila Vicentina da Estância**

A Vila Vicentina da Estância é formada por 45 casas e uma capela, dispostas em redor de um quarteirão (Figura 2), cuja área total do terreno (Anexo A) é de 6.897,40 m<sup>2</sup>. Desse total, 3.846,36 m<sup>2</sup> são áreas livres e 2.926,64 m<sup>2</sup> são áreas construídas (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2020). As residências estão margeadas pelos logradouros Antônio Sales, Tibúrcio Cavalcante, D. Expedito

Lopes e Nunes Valente. No centro do quarteirão ocupado pelas casas, está o pátio ou quintal compartilhado (Figura 2), também chamado de “pátio central” ou “quintal comunitário”.

De frente para a Avenida Antônio Sales estão dispostas 14 unidades residenciais; na Rua Nunes Valente, 9; na D. Expedito Lopes, 16; e na Tibúrcio Cavalcante, 6, além da capela. Note-se que a casa de número 2174, da Tibúrcio Cavalcante, e a casa 2104, da D. Expedito Lopes, não eram originariamente residências. Em seu lugar, havia um salão de reuniões e parte dos consultórios de atendimento médico e ambulatorial, que se estendiam para a casa 2198, da D. Expedito Lopes – equipamentos que foram extintos nos anos 1980<sup>22</sup>. Essa área também deu lugar à escola que funcionou na Vila durante os anos 1980 e início dos anos 1990<sup>23</sup>. A casa 2174, ainda na década de 1990, foi subdividida, passando a dar lugar a outra unidade na Tibúrcio Cavalcante, totalizando as 45 unidades mais recentes (Figura 1).

Figura 1 – Esquema da Vila Vicentina da Estância



Legenda:

- |   |                        |   |                          |
|---|------------------------|---|--------------------------|
|  | Casas demolidas (2016) |  | Casas destelhadas (2016) |
|  | Casas Ocupadas         |   |                          |

Fonte: Adaptada de Duarte Jr., (2017).

<sup>22</sup>A Vila sofreu transformações ao longo dos anos. Abordo a origem das casas e os equipamentos que lá existiam, antes dessa composição atual, no capítulo 4.

<sup>23</sup>Segundo os entrevistados, a escola chegou a funcionar durante algum tempo nos três turnos, mas nos últimos anos de sua existência, restringiu-se ao turno da noite para educação de jovens e adultos. Era uma escola pública e quem a dirigia era uma antiga moradora da Vila, que era freira e educadora. Não souberam informar o nome da instituição.

Para além de questões físicas e estruturais, ter acesso aos dados do censo realizado pela equipe da Prefeitura de Fortaleza, por ocasião da elaboração do diagnóstico do local, permitiu visualizar o universo das informações em relação às que obteve. Assim, pode-se confirmar que moram atualmente na Vila cerca de 110 pessoas<sup>24</sup>, distribuídas em 36 residências ocupadas<sup>25</sup>. Entre os residentes, 46% estão na faixa etária a partir dos 50 anos, sendo 32% da população total composta por pessoas com mais de 60 anos de idade. Esse percentual é o mais representativo entre os grupos etários existentes, uma vez que a população no intervalo de 0-17 anos, é de 11%; de 18-23, de 24-29 e de 30-39, é de 8% cada; de 40-49, com 19% e de 50-59, com 14%. As mulheres correspondem a 58% dos habitantes do local. Declararam-se pardos, 61%; brancos, 18%; indígenas e pretos, 9% cada; e 3% preferiu não declarar ou não soube informar condição étnica e de cor (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2020).

A renda de 24% das famílias oscila de menos de 1 a no máximo 1 salário mínimo<sup>26</sup>; 73% possui renda entre 1 a 3 salários<sup>27</sup>; e 3% delas ganham entre 3 e 4 salários mínimos. Tais dados levam a identificar a renda média *per capita* da VVE que, em 2020, está em R\$ 1.747,00 (um mil, setecentos e quarenta e sete reais). Se comparado ao levantamento realizado pelo IPECE (2012), com base no censo brasileiro de 2010 (IBGE, 2010), esse valor ainda fica R\$ 960,35 (novecentos e sessenta reais e trinta e cinco centavos) abaixo da renda média *per capita* calculada para o Dionísio Torres, bairro que está na sétima posição entre os dez mais ricos de Fortaleza<sup>28</sup> (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2020; RENDA DOS 10..., 2012).

---

<sup>24</sup>Segundo relatório elaborado pelo IPLANFOR, esse número foi resultado do levantamento realizado no local, em janeiro de 2020. Atualmente, das 45 casas, 36 estão ocupadas. Na ocasião, residentes de três casas não puderam ser contatados. Desse modo, a prefeitura realizou uma estimativa com base na média de moradores existentes nas 33 casas, chegando ao número aproximado de 105 a 110 pessoas como número de moradores total das 36 residências ocupadas. Ressalto que, em razão da pandemia do novo coronavírus, o contato *in loco* com representantes das três famílias faltantes teve de ser suspenso (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2020).

<sup>25</sup>Em razão do conflito relacionado à venda do terreno, dez casas da VVE foram negociadas. Destas, oito sofreram avarias por conta da ação de reintegração de posse. Detalho a ocasião do conflito e a situação das unidades ocupadas e desocupadas no capítulo 6.

<sup>26</sup>O salário mínimo, em 2020, é de R\$ 1.045,00 (um mil e quarenta e cinco reais).

<sup>27</sup>Famílias de baixa renda são aquelas que possuem rendimentos de até meio salário mínimo por pessoa ou até três salários mínimos de renda mensal total, de acordo com os critérios do cadastro único para os programas e benefícios sociais do Governo Federal, e que orientam as políticas públicas destinadas a essa população por estados e municípios (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2020).

<sup>28</sup>Fortaleza tem hoje 119 bairros, que se dividem em 7 Secretarias Executivas Regionais (SER), consideradas subprefeituras. O bairro Dionísio Torres pertence ao território gerido pela Secretaria Regional 2. Dos dez bairros mais ricos da cidade, nove fazem parte da SER 2.

O relatório da Prefeitura Municipal de Fortaleza (2020) aponta que 73% dos responsáveis pela renda familiar têm fonte proveniente de aposentadoria e empregos formais. Estão na informalidade 24%, os quais exercem atividades voltadas à confecção, produção de alimentos, artesanato e outros serviços. Os demais não soube ou preferiu não responder.

Quanto ao nível de escolaridade, 24% dos residentes possuem o ensino médio completo, estando nesse mesmo percentual o número de moradores que concluiu o ensino fundamental. 21% não conseguiu completar o ensino fundamental, e 12% não tem ensino médio completo. 6% da população concluiu o ensino superior, estando nesse mesmo patamar, os que não conseguiram completá-lo (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2020).

Afirmaram residir no local há mais de 30 anos, 24%; 30%, há mais de 40 e, 9%, há mais de 50 anos. A partir daí, conclui-se que 63% da população possui pelo menos 30 anos de residência no local. 15% e 12% moram na Vila há mais de 20 e 10 anos, respectivamente. Os demais, 9%, vivem lá há menos de 5 anos. 73% afirmaram não ter vontade de morar em outro local, enquanto o restante, 27%, disse ter a possibilidade de mudar, caso obtivesse moradia no mesmo bairro ou em bairros vizinhos. Disseram ter residido em outros bairros 64%, 18% migraram de outros municípios do Estado e esse mesmo percentual (18%) reside na Vila desde que nasceu (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2020).

A seguir, detalho o perfil dos interlocutores da pesquisa, os quais me concederam entrevista e responderam ao questionário.

## **2.4 Perfil dos interlocutores**

Integram o movimento Resistência Vila Vicentina (RVV) 16 famílias, totalizando, em média, 40 pessoas. O perfil sócio-ocupacional constitui-se tanto por aposentados do setor comerciário e de serviços, como por membros das famílias que estão entre a população considerada economicamente ativa dividem-se em trabalhadores autônomos – vendedores de produtos cosméticos e comércio de alimentos – e emprego no ramo de prestação de serviços – cuidadores de idosos, serviços gerais e empregados do comércio.

Em maio de 2018, coletei, junto a 11 representantes de famílias de moradores que compõem o movimento, dados referentes à obtenção das casas em que residem, à idade e origem, renda e tempo de moradia. Coletei os dados por meio de um questionário (Apêndice A), a fim de registrar e organizar o arquivo da pesquisa e sistematizar informações necessárias àquela etapa do estudo.

A forma de acesso às residências foi objeto de atenção na pesquisa, condições que exploro nos próximos capítulos deste trabalho, retomando informações sobre o perfil dos participantes sempre que necessário.

Durante novembro de 2019 e janeiro de 2020, realizei as entrevistas semiestruturadas. Algumas pessoas que já haviam respondido ao questionário participaram das entrevistas, por terem sido indicadas para contribuir, pois utilizei o método “bola de neve” como critério de inclusão de novos entrevistados. Assim, participaram da pesquisa o total de 17 interlocutores (Quadro 1).

Quadro 1 – Perfil dos interlocutores

<b>Nome</b>	<b>Sexo</b>	<b>Faixa etária</b>	<b>Renda</b>	<b>Tempo de moradia</b>
Anete	F	45-55	1 a 3 SM*	30 anos
Célio	M	65-75	1 a 3 SM	22 anos
Constância	F	60-65	1 a 3 SM	40 anos
Dulce	F	55-60	1 SM	26 anos
Estela	F	60-65	1 SM	22 anos
Glória	F	60-65	1 SM	42 anos
Joana	F	65-75	1 SM	38 anos
Josias	M	65-75	1 SM	43 anos
Lêda	F	60-65	Até 2 SM	50 anos
Lourdes	F	75-85	Até 3 SM	47 anos
Manuel**	M	65-75	2 SM	66 anos
Norma	F	45-55	Até 3 SM	41 anos
Silvia	F	55-60	Até 1 SM	42 anos
Vera	F	35-45	Até 3 SM	30 anos
Vicente e Flora***	M/F	75-85	Até 2 SM	45 anos
Zélia**	F	60-65	Até 3 SM	31 anos

\*Salários Mínimos. \*\* Não integram o movimento RVV. \*\*\* Participaram da entrevista juntos.

Fonte: Pesquisa direta. Maio/2018; Nov/2019-Jan/2020.



Atribuí um nome fictício aos participantes (Quadro 1), a fim de resguardar seu anonimato e proteger opiniões e informações prestadas. Ao realizar as entrevistas, mantive o nome fictício para as pessoas que haviam contribuído com o questionário. Ressalto que quando os participantes mencionavam outras pessoas em seus depoimentos, estas também tiveram outros nomes atribuídos a elas.

O roteiro de entrevista (Apêndice B) contou com um quadro de perguntas relacionadas ao perfil etário, socioeconômico e sócio-ocupacional dos participantes, com o qual consigo identificar o momento de chegada na Vila, com quantas pessoas residem, a data de nascimento, profissão, escolaridade e renda. Estas informações foram necessárias para complementar as que já tinha disponíveis.

A maior parte dos participantes é composta por mulheres idosas<sup>29</sup>, com faixa etária acima dos 60 anos – à exceção de Sílvia, Anete e Norma. Um dos interlocutores que me foi indicado participou da entrevista junto com a esposa. Quatro participantes residem sozinhas, sendo as demais acompanhadas de seus companheiros, filhos e/ou netos. O tempo de residência na Vila está entre 22 e 66 anos. Três participantes possuem ensino médio completo, e as demais concluíram o ensino fundamental, ou estão com essa formação incompleta. Dois dos entrevistados não participam das ações do movimento RVV e, à época das negociações para deixar as casas, concordaram com as indenizações oferecidas. Um deles conseguiu concluir o processo de negociação, mas ainda reside na Vila; a outra, não chegou a concluir o acordo – fatores que detalho no capítulo seis deste trabalho.

Ao longo do trabalho, abordo aspectos relacionados aos moradores, categoria que se mostrou expressiva para a pesquisa e para a compreensão do movimento estudado, bem como as questões geracional e de gênero, que sobressaíram ao longo do estudo.

Dou continuidade à exposição, detalhando os procedimentos para a classificação e categorização dos dados da pesquisa no próximo tópico.

---

<sup>29</sup>Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), é considerado idoso o indivíduo com 60 anos ou mais. No Brasil, há aproximadamente 28 milhões de pessoas com esse perfil etário, o que corresponde a 18% da população. Há projeções de que, nas próximas décadas, esse percentual duplique (IBGE, 2019).

## 2.5 Categorização dos dados

O processo de categorização originou-se de conceitos-chave relacionados ao estudo do objeto, definidos tanto na fase exploratória da pesquisa, como durante seu desenvolvimento, tais como: movimentos sociais e ação coletiva; movimentos sociais urbanos; direito à cidade; segregação urbana; especulação imobiliária; confronto político; repertórios de confronto; patrimônio, memória e identidade; processo de expansão e urbanização da zona leste de Fortaleza, entre outros.

Pela natureza da pesquisa de campo qualitativa e seus pressupostos, o tratamento conceitual do objeto tem relação estreita com o andamento da pesquisa, fazendo emergir – tanto no plano empírico como teórico – novas categorias, assim como a revisão de outras, que exigiram readequação ou redimensionamentos.

A realização da entrevista coletiva com integrantes do movimento e das entrevistas com especialistas teve caráter exploratório, necessário ao entendimento dos acontecimentos e compreensão do caso quanto às questões voltadas aos seus aspectos jurídicos e relativos à patrimonialização.

Além das observações, a inserção e vivência em campo também exigiu a realização de entrevistas semiestruturadas, mediante participação tanto de integrantes como não integrantes do movimento Resistência Vila Vicentina. A elaboração do roteiro de entrevista semiestruturado pautou-se pelos objetivos da pesquisa, com questionamentos voltados aos seguintes pontos, que eram de meu interesse elucidar:

1. Obtenção da casa na Vila;
2. Memória da Vila ao longo do tempo de moradia;
3. Administração e gestão do espaço;
4. Venda da área e negociação das moradias;
5. Movimento Resistência Vila Vicentina (RVV);
6. Identificação de contribuintes e formas de contribuição ao movimento;
7. Tombamento;
8. ZEIS;
9. Outros (a partir de livre revelação do entrevistado).

Tendo tais pontos como referência, as questões foram elaboradas, a partir das quais foi possível mapear cinco eixos centrais, que serviram para orientar o processo de leitura e análise das entrevistas, atrelando-os aos pontos perguntados (Quadro 2). Sabe-se que a elaboração de um roteiro de entrevista não é algo simples, apesar de ser rotineiramente subestimado (SCHOSTAK; BARBOUR, 2015). Além da preocupação em elaborar um roteiro que desse conta do que carecia esclarecer, ressalto que ele é um instrumento parcial e que não abrange a realidade e as questões em sua forma integral.

Quadro 2 – Eixos que orientaram a análise das entrevistas

<b>Eixo</b>	<b>Ponto relacionado</b>	<b>Perguntas do roteiro de entrevista</b>
<b>Moradia e convivência</b>	Obtenção de casa na Vila; memória da Vila ao longo do tempo de moradia	- Conte como e quando você chegou na Vila. - Como era a Vila quando você chegou? E o que mudou daquela época pra agora?
<b>Gestão socioespacial</b>	Administração e gestão do espaço; venda da área e negociação das moradias	- Me fale sobre a administração da Vila: como era e como é atualmente. - O que você acha da venda da Vila?
<b>Movimento</b>	Movimento Resistência Vila Vicentina	- O que você acha do movimento Resistência Vila Vicentina? - Quem contribui para o movimento? Quais as formas de contribuição?
<b>Tombamento</b>	Tombamento	- O que você acha do tombamento da Vila?
<b>Zeis</b>	Zeis	- O que você acha da Zeis?
<b>Outros</b>	Questão de revelação espontânea	- Tem alguma coisa a mais que você gostaria de falar?

Fonte: Elaborado pela autora. Janeiro/2020.

Por sua vez, um roteiro com perguntas “não conclusivas” é capaz de suscitar reflexividade dos participantes, sendo possível “captar questões e informações imprevistas” (SCHOSTAK; BARBOUR, 2015, p. 101). Exemplos de perguntas como essas foram utilizadas no roteiro (“Conte como e quando você chegou na Vila”. “O que você acha da venda da Vila?”, dentre outras), a fim de obter melhor aproximação das experiências dos interlocutores, criando condições favoráveis e mais confortáveis para sua fala. Procedimentos assim facilitam o processo de escuta e minimizam a violência simbólica implícita na relação de entrevista, evitando que o pesquisador adquira uma postura de imposição e objetive as pessoas que se dispuseram a participar de seu estudo (BOURDIEU, 2007; SCHOSTAK; BARBOUR, 2015).

Como se sabe, relações de poder atravessam a realização de uma entrevista, cabendo a reflexão contínua do pesquisador sobre seu papel, assim como a observância de “ditos” e “não-ditos”, que ficam entremeados no cenário em que essa interação ocorre (BOURDIEU, 2007). Ao me preparar para as entrevistas, estava sensível ao ambiente em que era recebida e às reações dos entrevistados. Faziam parte dessa “cena” a gentileza com que me receberam em suas casas e a preocupação que muitas vezes demonstravam ao oferecer um café, ou simplesmente conversar sobre assuntos que não estavam previstos, mas que se sentiam à vontade para falar. Sobre essa sensibilidade, Pollak (1992, p. 12) comenta que:

Há historiadores que são fãs dos arquivos, [dizem] que sentem a necessidade de segurar o papel velho [...], do mesmo modo que posso falar, depois da entrevista, do cafezinho servido por aquela senhora que quase me chamou de filho... Acho que há uma sensibilidade no trabalho científico [...]. Seria muito interessante refazer uma história das ciências questionando a importância dessa sensibilidade no contato com os materiais sobre os quais a gente trabalha, em relação àquilo que a gente pesquisa e sobre o que a gente escreve.

Em muitas ocasiões, durante a realização das entrevistas, as pessoas me convidavam a adentrar em suas casas para conhecer outros de seus cômodos. Às vezes, queriam mostrar reparos e pequenas reformas que realizaram. Emocionavam-se ao falar de momentos de suas vidas que lhes trouxeram sofrimentos e alegrias. Um dos participantes convidou-me, inclusive, a fazer uma oração. Fato era que ao final de cada entrevista saía com a satisfação de poder folhear esse grande e vasto livro de histórias – se fosse comparar meu trabalho com o de um historiador, como o fez Pollak.

O contato com os interlocutores deu-se por meio da relação de proximidade com lideranças do movimento RVV. Um desses integrantes concedeu-me a primeira entrevista. Ao final, solicitava a indicação de outras pessoas com quem pudesse conversar (Com quais pessoas você acha que eu deveria falar?), configurando o procedimento conhecido por “bola de neve”, como estratégia para identificação de novos entrevistados – como comentei no tópico anterior.

Após a leitura das entrevistas foi possível construir a categorização dos dados. Isso acontece a partir da recorrência com que determinados temas aparecem na fala dos interlocutores, sendo possível agrupá-los em pontos convergentes (Apêndice C). A saturação dos dados foi alcançada à medida em que os assuntos se repetiam, acarretando a decisão de não incluir novos entrevistados.

Ressalto que as implicações éticas da pesquisa não se restringem a manter o anonimato dos participantes, protegendo a confidencialidade das informações e opiniões coletadas. Seria reducionista, para não dizer irrefletido, ver a questão ética apenas por esse lado.

Dessa maneira, a reflexão quanto ao engajamento que tive em questões relativas à causa do movimento – como os estudos para o tombamento e o acompanhamento da regulamentação da ZDT – são partes constitutivas da pesquisa, assim como do meu papel e posicionamento em campo. Isso não vem isento de responsabilidades e produziu efeitos quanto à minha atuação no campo, contribuindo para solidificar relações de confiança. Além disso, acrescento o ganho de capital profissional, acadêmico, político e humanístico, possibilitados pelo acompanhamento de ações relacionadas ao caso estudado em esferas da gestão urbana.

Adiciono que a participação nesses processos não implica “sair de cena” simplesmente pelo fato de ter encerrado a pesquisa, o que, em suposição, culminaria com a defesa da tese. A responsabilidade em dar seguimento ao que serei solicitada, quanto ao que se relaciona a essas questões, é um comprometimento que ultrapassa o universo acadêmico e seus ritos, refletindo-se na dimensão ética da pesquisa social.

Em síntese, saliento que o estudo envolveu um *corpus* volumoso<sup>30</sup>, e articulou fontes diversas de pesquisa. O exercício de não hierarquizar as diferentes fontes de dados acompanhou o trabalho de análise, uma vez que tratavam de momentos específicos de minha inserção e envolvimento em campo, representando diferentes faces, processos e dimensões do fenômeno (MEJÍA, 2015). Isto é, cada etapa da pesquisa desenvolveu-se junto a momentos da trajetória do caso analisado, estando o acesso às fontes de dados, vivência e observação em campo a ele atrelado. Ao longo desse tempo em que “vivi com os dados”, às vezes tive a sensação, como assim descreveu Foote Whyte (2005, p. 283), de estar imersa “numa massa confusa”, e isso acontece porque “as ideias que temos durante a pesquisa são apenas parcialmente um produto lógico que cresce a partir de uma cuidadosa avaliação de evidências. [...] nossa maneira de refletir sobre os problemas não é linear”.

Devo frisar, ainda, que a opção por enfatizar a fala das interlocutoras e interlocutores, nos títulos e subtítulos de alguns dos capítulos e subseções deste trabalho, não é mera ilustração, mas preocupação com a “expressão viva”, que dá

---

<sup>30</sup>As entrevistas, quando transcritas, resultaram num volume de 236 páginas. Soma-se a isso os registros em diário de campo, os quais, uma vez reescritos e digitados, totalizaram 160 páginas.

“consistência e vida” ao tratamento empírico e conceitual do fenômeno, uma vez que moradoras e moradores interpretam as condições de sua existência, sendo sujeitos dos diferentes conflitos que os atravessam (BARREIRA, 2010, p. 156–157).

No capítulo seguinte, explano a origem da Vila Vicentina, dando ênfase à literatura que aborda fatores sobre a expansão da cidade de Fortaleza, chamando a atenção para a construção de loteamentos. Também mereceram destaque questões relacionadas às vilas populares e à mudança de paradigma na política e na gestão urbana após a Constituição de 1988, da qual resultou o Estatuto da Cidade e os instrumentos de zoneamento especial, mais especificamente as ZEIS – importante passo para o enfrentamento da questão urbana e habitacional nas cidades, e que veio a constituir-se como uma das frentes de reivindicação do movimento.

### 3 A VILA VICENTINA DA ESTÂNCIA E SUA RELAÇÃO COM FORTALEZA

A cidade sempre foi construída por atores concretos, portadores de interesses, cultura e imaginários específicos. A cada vez eles encontram condições locais específicas e conjunturas históricas específicas. O mérito de estudos de casos particulares, o papel das inúmeras micro-histórias que acompanham as mudanças de uma cidade qualquer, o papel dos romances, do cinema, da poesia e da música, das representações que constroem as várias imagens da cidade, é aquele de nos tornar prevenidos em relação às excessivas generalizações (SECCHI, 2015, p. 25).

Para compreender os diferentes ângulos associados à disputa que envolve os moradores da Vila Vicentina da Estância (VVE), foi necessário recuperar histórias da origem do local, que lançam luz sobre o surgimento e a manutenção do movimento Resistência Vila Vicentina (RVV). Na pesquisa, procuro responder como pessoas vêm se organizando pela defesa e permanência em seu local de moradia. O problema dá ênfase à habitação e chama atenção para o vínculo com o lugar, enquanto elemento de reivindicação.

Contar sobre esse “pedaço de cidade” (MAYOL, 2005) me fez adentrar num conjunto considerável de informações, que vão desde as produzidas pelos discursos acadêmicos autorizados, às que são provenientes de minha relação com interlocutoras e interlocutores em campo. Esse “contar sobre” envolve a historicização do objeto a partir de fontes diversificadas. Nesse quesito, a VVE explicita uma relação entre diferentes atores presentes no processo de expansão urbana de Fortaleza – moradores, Estado, empresas, setor imobiliário e organizações filantrópicas.

Para tanto, neste capítulo, comento características da expansão urbana de Fortaleza, em especial da zona leste da cidade, destacando aspectos sobre a construção de loteamentos, da migração campo-cidade e da caracterização das vilas populares, as quais se relacionam ao caso estudado. Também fazem parte dessa abordagem, a mudança de paradigma na política e na gestão urbanas, ocorrida após a Constituição Federal de 1988, em que enfatizo o instrumento das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Tais questões, além de iluminar as circunstâncias que deram origem à Vila, servem para entender a formação do movimento e como vieram a se constituir suas principais vertentes de disputa, as quais mobilizam dispositivos legais que orientam a política e a democratização do acesso ao espaço urbano.

### 3.1 Origem da Vila Vicentina da Estância

Não deixam de ser um tanto obscuras as origens de um bairro, e às vezes o leitor tem de confiar em alguns nomes que parecem ter autoridade para discorrer sobre certos fatos mergulhados no passado (AZEVEDO, 2015, p. 15).

O proprietário das terras onde está situada a Vila, e que hoje dá nome ao bairro, era Dionísio de Oliveira Torres. Farmacêutico e empreendedor, ele adquire a área que denominou Estância, em meados da década de 1920, dos herdeiros de Gonçalo Batista Vieira, o Barão de Aquiraz. Tratava-se de uma localidade com 75 hectares de terra, marcada por paisagem natural, em que o proprietário fixava um sítio nas adjacências do atual cruzamento das avenidas Antônio Sales e Desembargador Moreira, chamado Estância Castelo. As atividades realizadas na propriedade estavam relacionadas ao cultivo de alimentos e voltadas à caprinocultura e à avicultura. O proprietário também irá se dedicar à criação de gado holandês, importado do Uruguai, e ao plantio de cerca de três mil mudas de coqueiros, dispostas simetricamente (Figura 2) (DUARTE JR., 2017).

A Vila Vicentina, por seu turno, será conhecida como “Vila Vicentina da Estância” por estar localizada nas terras que eram propriedade de Dionísio Torres. Em fins dos anos 1939, ele antecipa, de certo modo, a expansão urbana para a região leste da cidade, em que dará início ao processo de urbanização da Estância por meio do parcelamento de 58 hectares de sua propriedade. O empreendimento ficará conhecido como Loteamento das Terras da Estância Castelo (Figura 3) (DUARTE JR, 2017; SANTOS, 2012; ANDRADE, 2012).

No início do processo de parcelamento da Estância, em 1938, Dionísio Torres doa parte de suas terras a uma instituição filantrópica de natureza religiosa, a Sociedade São Vicente de Paulo, entidade constituída por leigos<sup>31</sup> da igreja católica e que passa a gerir o espaço com vistas às ações de caridade. A instituição tem origem na França, em 1833, iniciada pelo beato Frederico Ozanam. No Brasil, as ações da instituição começam ainda em 1872<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup>Leigos, para a Igreja, são todos os fiéis vocacionados a disseminar o Evangelho, vivendo sua vida familiar e profissional sem que estejam associados à vocação sacerdotal. Dos leigos, espera-se o exercício pleno das virtudes teológicas – fé, esperança e caridade (VATICANO, 1982).

<sup>32</sup>Volto a falar da instituição filantrópica no capítulo 5. Os problemas relacionados à titularidade da donatária serão abordados no capítulo 6.



Figura 2 – Localização da Estância Castelo, conforme a Planta de Fortaleza de 1945 – destaque à plantação de coqueiros e, em azul, ao terreno em que se localizará a VVE.



Fonte: Adaptada de Duarte Jr. (2017, p. 5).

À época da doação, o terreno estava situado na zona afastada do núcleo urbano de Fortaleza dotado de infraestrutura, não se constituindo, naquele momento, como área de interesse mercantil.

No que diz respeito ao processo de expansão urbana de Fortaleza<sup>33</sup>, a implantação de loteamentos, por parte de detentores de terra, foi decisiva, tendo papel relevante na produção do espaço urbano da cidade naquele contexto (ANDRADE, 2012; SANTOS, 2012). Estando marcada por considerável concentração fundiária, famílias proprietárias protagonizaram a abertura de loteamentos, estando à frente do mercado de terras e orientando o crescimento da cidade (Figura 4). A partir de 1933, passam a sobressair “loteamentos capitaneados por indivíduos ou empresas, definindo a colcha de retalhos que caracteriza essas áreas de expansão da malha urbana até o presente”<sup>34</sup> (ANDRADE, 2012, p. 23).

<sup>33</sup>Diversos pesquisadores trataram da expansão de Fortaleza. Sobre o processo e sua relação com a concentração fundiária, são esclarecedoras as contribuições de Souza (1978); Costa (2009); Silva (2009), Andrade (2012), Santos (2012), Rufino (2012), Brasil (2016), dentre outros.

<sup>34</sup>Os loteamentos, conforme estabelece a Lei 6766/1979, são definidos como “a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes” (BRASIL, 1979).

Figura 3 – Loteamento Estância Castelo



Fonte: Arquivo Nirez apud Duarte Jr., 2017.

Segundo Andrade (2012), os planos de Remodelação e Extensão de Fortaleza, de 1933 e de 1947, de autoria, respectivamente, dos arquitetos Nestor de Figueiredo e José Otacílio Saboya Ribeiro, não foram implementados, resultando no fracasso da retomada da ação pública na condução da orientação do crescimento urbano e a continuidade da pressão exercida pelos empreendedores privados na produção de novos loteamentos na cidade.

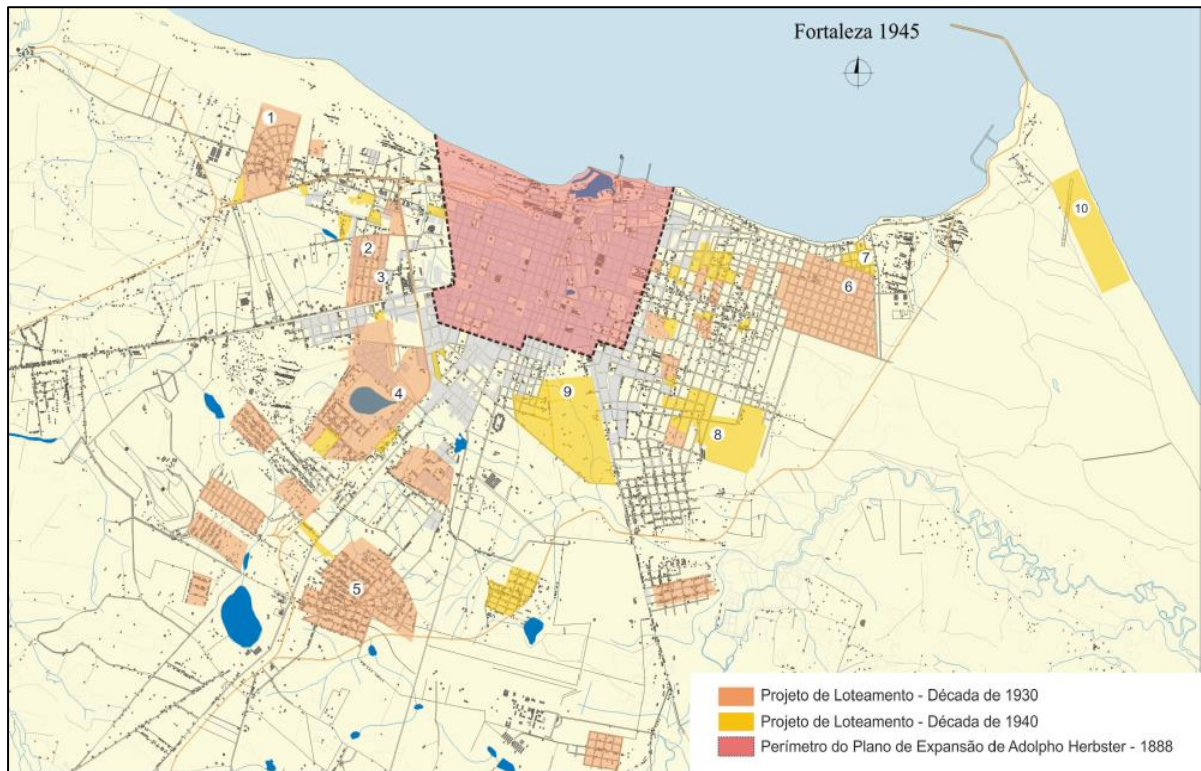
Santos (2012) também detalha esse fenômeno, investigando os grupos que atuaram na produção de loteamentos em Fortaleza. A família Dionísio Torres constitui uma das que atuaram na produção desses espaços, dando origem ao bairro da Estância, nos idos da década de 1930 (Figura 3). Santos (2012, p. 73) esclarece que:

Já na década de 1940, a implantação dos loteamentos se deu de forma dispersa em todas as direções, embora se observe um suave direcionamento para leste/sudeste. Dessa época data o loteamento da Praia do Futuro, de propriedade da família Diogo, que foi significativo para intensificar a expansão no sentido leste da cidade, que se tornava o eixo de valorização imobiliária. Nesse período outras famílias que eram/são grandes proprietárias de terras urbanas passaram a investir na atividade de parcelamento do solo, transformando antigos sítios e chácaras em loteamentos.

A espacialização dos loteamentos nos anos de 1930 e 1940 (Figura 4) confirma a hipótese de pesquisa realizada por Andrade (2012), a respeito da ocupação da cidade a partir da ação de grupos de famílias proprietárias. Santos (2012)

também elenca a produção dos loteamentos, bem como sua dispersão ao longo da cidade, como fenômenos que contribuíram para o espraiamento da zona urbana para além do plano de expansão previsto por Herbster<sup>35</sup> – fenômeno que se intensificará no início do século XX.

Figura 4 – Reconstituição cartográfica, com mapeamento dos loteamentos de Fortaleza nas décadas de 1930 e 1940



Legenda: 1 - Loteamento Floresta, Floresta - proprietário Boris Fères Cia; 2 - Loteamento Vila Pontes, Alagadiço; 3 - Loteamento Vila Iracema, Alagadiço - proprietário Cel. José Gentil; 4 - Loteamento Sítio Porangabussu, Porangabussu - proprietário Raimundo de Holanda Bessa; 5 - Loteamento Parque Coqueirinho - Boris Frères Cia; 6 - Loteamento Lydiápolis Nova Cidade, Meireles - proprietário Antônio Matos Porto; 7 - Loteamento Lydiápolis Nova Cidade, Volta da Jurema - proprietário Antônio Matos Porto; 8 - *Loteamento Estância Castelo, Dionísio Torres - proprietário Dionísio Torres*; 9 - Loteamento Parque Trindade, Joaquim Távora - proprietário Cel. José Gentil; 10 - Loteamento Praia do Futuro - proprietário Cel. José Gentil

FONTE: Andrade (2012, p. 258 - grifos meus), elaborado por Andrade, a partir da planta de Fortaleza de 1945.

As informações levantadas confirmam o vetor leste da cidade como concentrador de um gradativo processo de valorização, cuja frente imobiliária,

<sup>35</sup>O engenheiro Adolfo Herbster, em 1863, propôs um plano de expansão de Fortaleza, o qual previa o aumento da área ocupada pela cidade em seis vezes. Nessa ocasião, o poder público induz o crescimento da cidade, que começa a ter protagonismo em razão das atividades de exportação, em especial o algodão, na segunda metade do século XIX (ANDRADE, 2012).

marcada pela atuação do mercado formal, limita-se a atender estratos socioeconômicos mais elevados e está vinculada à expansão do bairro Aldeota, em décadas subsequentes.

Durante as décadas de 1930 e 1940, a ação da iniciativa privada conduz o processo de expansão urbana em conformidade com seus interesses. Assim, os proprietários de terras definiam as novas áreas a serem incorporadas à cidade. Essa ação resultou numa espécie de “colagem de novos loteamentos nas áreas envoltórias do espaço urbano, justapostos de forma ‘anárquica’ e não planejada”. Ainda que a prefeitura estabelecesse o disciplinamento e as diretrizes para a criação de loteamentos, dando parâmetros quanto ao tamanho das quadras, lotes e ruas (conforme o Código de Posturas do Município de 1932), o que se constatou foi a ausência do poder público em induzir a ocupação de novas áreas que acompanhassem a rede urbana (ANDRADE, 2012, p. 254).

No levantamento realizado em sua pesquisa, Santos (2012) identifica as famílias que conduziram o loteamento de terras em Fortaleza (Tabela 1). Seu levantamento compreende o período de 1931 a 2002, sendo útil verificar que a aprovação de muitos loteamentos em áreas rurais e desconectadas da zona de expansão e da malha urbana (Figura 4) revela a pressão que os agentes privados exerciam sobre o poder público, o que fragilizou o desenvolvimento urbano. Além disso, a concentração fundiária na cidade também leva à compreensão do seu processo de favelização e exclusão urbanística, uma vez que o mercado de imóveis e unidades habitacionais em áreas com infraestrutura torna-se inacessível a setores menos favorecidos da população.

A família Dionísio Torres está entre os 14 grupos proprietários que concentraram 21,21% (Tabela 1) do total de loteamentos implantados em Fortaleza (SANTOS, 2012). Convém observar, conforme a autora identifica, que a expansão urbana da cidade ocorre sob o domínio de um mercado oligopolizado. A situação conduz à dificuldade da população mais pobre em obter acesso à terra urbanizada e, por conseguinte, ter condições de moradia adequada. Por sua vez, a Vila Vicentina testemunha o processo com que a localidade da Estância vai se transformando. O conjunto dessas transformações ficará mais evidente na segunda metade do século XX, diante da crescente ocupação da região e do conjunto de equipamentos e infraestrutura que a área vai receber.

Tabela 1 – Principais famílias proprietárias de loteamentos implantados em Fortaleza (1931-2002), em números absolutos e relativos

Famílias	Nº de Loteamentos	% em relação aos loteamentos das principais famílias	% em relação ao total de loteamentos cuja propriedade é conhecida
Gentil	37	24,50	5,20
Gurgel	18	11,92	2,53
Diogo	15	9,93	2,11
Sátiro	13	8,61	1,83
Ribeiro	12	7,95	1,69
Arruda	10	6,62	1,40
Rocha	9	5,96	1,26
Menezes	8	5,30	1,12
Queiroz	6	3,97	0,84
Soares	6	3,97	0,84
Bichucher	6	3,97	0,84
Jereissati	5	3,31	0,70
<i>Dionísio Torres</i>	4	2,65	0,56
Dias Branco	2	1,32	0,28
<b>Total</b>	<b>151</b>	<b>100,00</b>	<b>21,21</b>

Fonte: Santos (2012, p. 81 - grifos meus), conforme o Cadastro de Loteamentos da PMF/SEINF, 2011.

Um outro fator que não deve deixar de ser considerado é a intensificação da atividade imobiliária em Fortaleza, que ocorrerá nos anos 1930. De acordo com Santos (2012), os grupos que se destacaram como proprietários nesse período foram as famílias Gentil e Manoel Sátiro. A autora menciona a contribuição de Araújo e Carleial (2001 *apud* SANTOS, 2012, p. 72) ao confirmarem que:

Comerciantes e especuladores da terra urbana vão criar as primeiras instituições bancárias, naqueles anos 30. Três dos primeiros cinco bancos estão assim associados ao comércio, e indiretamente à agricultura: o Banco Frota Gentil, pertencente a antigos donos de imóveis urbanos em Fortaleza [...]; o Banco União S/A, de quatro proprietários, sendo um deles dono de terra urbana; o Banco dos Importadores, também de proprietários de terras. A origem do capital financeiro atrelada à propriedade imobiliária vem demonstrar a capacidade de gerar riqueza a partir da especulação imobiliária, afinal as terras estavam praticamente concentradas em cinco grandes proprietários, que conduziam e limitavam a expansão da cidade nesses tempos.

Ao lado disso, é importante mencionar que o proprietário do loteamento da Estância Castelo, assim como outros donos de loteamentos, foi responsável por custear alguns dos equipamentos relacionados à infraestrutura da região, tais como: o revestimento, em pedra tosca, das vias recentemente abertas; a aquisição de postes e fios para o estabelecimento de rede elétrica; e consórcio com a prefeitura para a construção de um reservatório de água – localizado na Av. Antônio Sales com Tibúrcio Cavalcante, e atualmente administrado pela Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará (CAGECE) – para abastecimento das terras recém loteadas e que passariam a ser ocupadas. Como exemplar das transformações ocorridas no local, está a fundação da TV Ceará, em fins dos anos 1950. A implantação de torres de transmissão e do canal de televisão deu-se em virtude da localização da região, situada no ponto mais alto da cidade, com aproximados 50 metros de altitude em relação ao nível do mar. Em decorrência desses acontecimentos, em 1967, a Estância Castelo recebe, mediante lei municipal, a denominação oficial de “Dionísio Torres” (DUARTE JR, 2017).

Desse modo, o processo de expansão urbana de Fortaleza vem acompanhado de transformações em sua paisagem, experimentadas de forma mais intensa ao longo do século XX. Simultaneamente, essas mudanças não contribuíram para ampliar o acesso à moradia em Fortaleza que, historicamente, não apresenta números favoráveis. Em 1970, 223 mil pessoas viviam em condições precárias de habitação, correspondendo, à época, a 26,1% da população.

No que se refere à origem da Vila Vicentina (Apêndice D), é possível entendê-la como integrante e testemunho de parte do processo de ocupação da região leste de Fortaleza, respondendo a uma dinâmica que imperava naquele momento: a construção de loteamentos em zonas além dos limites da cidade dotada de infraestrutura. Além disso, o processo denuncia situações de carência social extremas, em que a população da cidade havia aumentado consideravelmente – como explanarei a seguir – e o acesso à moradia e trabalho formal estavam entre seus principais problemas.

Atualmente, o bairro Dionísio Torres – onde se localiza a Vila Vicentina – está sob a jurisdição da Secretaria Executiva Regional 2<sup>36</sup>, e delimita-se, ao norte, pela rua Padre Valdevino; ao sul, pela avenida Pontes Vieira; ao oeste, pela avenida

---

<sup>36</sup>A gestão executiva de Fortaleza está distribuída em subprefeituras, denominadas Secretarias Executivas Regionais (SER).

Barão de Studart; e ao leste, pela avenida Engenheiro Santana Júnior. Faz limites com os bairros Aldeota, Cocó, Joaquim Távora e São João do Tauape.

Segundo o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), em informações divulgadas em 2012, o bairro possui 4.800 domicílios particulares e uma população de 15.634 pessoas. A renda média dos residentes é uma das mais altas da cidade, estando em R\$ 2.707,35 (MENEZES; MEDEIROS, 2012). Ao longo do tempo, a área vai sendo ocupada por comércio, serviços e habitações de classe média e alta, tornando-se uma das mais valorizados no mercado imobiliário fortalezense: em 2016, o preço do metro quadrado dos terrenos foi avaliado em cinco mil reais (PREÇO DO M<sup>2</sup> EM FORTALEZA [...], 2016).

Vale notar que a área possui Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) acima da média de Fortaleza. Conforme dados do último censo, o bairro ostenta o terceiro melhor índice entre os bairros da cidade, correspondendo a 0,860 – considerado muito alto (IPECE, 2010).

Abordo, no próximo item, questões relacionadas ao fluxo migratório em direção à capital nas primeiras décadas do século 20, relevantes para o momento em que a Vila Vicentina surgirá.

### **3.2 Em direção à Fortaleza: fluxo migratório e precariedade do espaço urbano**

O início da ocupação da VVE acontecerá na década de 1940, período em que o fluxo migratório com destino à capital foi intenso. Levando-se em conta a origem da Vila, a prioridade dada quanto à ocupação das residências, pela instituição filantrópica para quem o terreno foi doado, era atender a população que vinha do interior. Por esse motivo, foram de especial interesse para a pesquisa os dados referentes aos anos 1940 e 1960 – momentos em que a população da cidade cresce em 129% e 90,5%, respectivamente (Tabela 2).



Tabela 2 – População de Fortaleza de 1890 a 2010 em números absolutos e crescimento intercensitário

<b>Anos</b>	<b>População</b>	<b>Crescimento intercensitário (%)</b>
1920	78.536	62,2
1940	180.185	129,4
1950	270.169	49,9
1960	514.813	90,5
1970	857.980	66,6
1980	1.307.608	34,39
1991	1.768.637	26,07
2000	2.141.402	17,41
2010	2.452.185	12,67

Fonte: adaptado de Souza ([1978] 2009, p. 14) e IBGE (2010a).

Nas primeiras décadas do século XX, o incremento demográfico de Fortaleza manteve-se moderado (Tabela 2), sobretudo em razão das altas taxas de mortalidade, em decorrência dos problemas de saúde pública – varíola, cólera e febre amarela – e da emigração para outras regiões, como a Amazônia. Desse modo, em 1920, a população tinha pouco mais de 78 mil habitantes, enquanto o Recife estava próximo de 240 mil pessoas e o Rio de Janeiro (então capital do país) já contava com mais de 1 milhão. O aumento populacional torna-se mais intenso a partir dos anos 1930, com a introdução de políticas de saúde pública, como a vacinação, acarretando queda das taxas de mortalidade. Durante as décadas de 1940 e 1950, Fortaleza experimenta maior nível de crescimento populacional entre as capitais do nordeste, atingindo os 270 mil habitantes (GONDIM, 2007).

Tal crescimento ocorre principalmente devido ao processo migratório oriundo do interior do Estado, composto por população de baixa renda. Dados do fluxo migratório, do aumento da população da cidade e da atuação de agentes privados no parcelamento de suas terras são questões coincidentes com o surgimento da localidade da Estância, onde terá lugar a Vila Vicentina.

A economia cearense foi acometida por crises severas, diante das secas de 1952 e 1958. Proliferam favelas, e o intenso crescimento de Fortaleza materializa-se pela ampliação de seu espaço urbano, tanto periférico, quanto em seu núcleo – verificado pela ocupação de áreas sem acesso a condições básicas de salubridade. O desenvolvimento da atividade industrial, fomentado, nos anos 1970, pela política de



incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) não propiciou oferta de empregos suficientes para absorver a população recém-chegada.

A estrutura ocupacional da cidade, em 1970, é liderada pelas atividades industriais (24,2%), pela prestação de serviços (23,7%) e pelo comércio de mercadorias (17,7%), conforme dados do censo demográfico expostos por Souza (2009)<sup>37</sup>. Ainda conforme a autora, a concentração de subemprego nas ocupações de prestação de serviços seria responsável pelos rendimentos muito baixos, o que, por sua vez, repercutia em problemas sociais graves, tais como: subnutrição, precárias condições de moradia e baixos índices de escolaridade.

No final da década de 1970, ao examinar a relação entre as características da habitação e da disponibilidade dos serviços urbanos, Souza ([1978] 2009) analisa a organização espacial de Fortaleza, a partir da identificação de padrões de ocupação que vão se diferenciar em razão dos níveis de renda da população. Para isso, ela menciona uma pesquisa realizada em 1970 pela SUDENE, intitulada “Programação Habitacional para o Estado do Ceará, Fortaleza”, em que foi possível conhecer o critério utilizado para identificar a concentração residencial e os limites ocupados pelos diferentes estratos sociais no território da cidade. Segundo menciona, a população de Fortaleza fora dividida em cinco estratos sociais, quais sejam: estrato A: vilas ou zonas marginais; estrato B: camada baixa; estrato C: camada média baixa; estrato D: camada média; e estrato E: camada alta e superior.

A fim de identificar as diferenças sociais, os indicadores utilizados foram níveis de renda e instrução, profissão, sistema de ocupação domiciliar, tipologia da habitação e situação sanitária. Os estratos A e B concentravam a população vivendo em favelas e ocupações tidas como “marginais”, por não serem regularizadas e constituírem-se pela população mais pobre. A atribuição de “vilas marginais”, no estudo da SUDENE, refere-se a esse tipo de moradia, configurando um termo que não é comum na literatura sobre habitação e difere do que abordo neste trabalho.

---

<sup>37</sup>A produção industrial de Fortaleza, de acordo com Souza ([1978] 2009), estava concentrada nos gêneros alimentar, têxtil, confecções e químico (de óleos vegetais), cuja ocupação de seus estabelecimentos estava aglutinada ao longo da Av. Francisco Sá, do bairro Jacarecanga até a Barra do Ceará. Também estavam, em menor número, na Parangaba, na zona portuária do Mucuripe e no Antônio Bezerra. A ocupação dessas áreas pelo setor está relacionada à presença da via férrea, que facilitava o escoamento da produção, bem como barateava os terrenos em volta dos trilhos.

As “vilas ou zonas marginais”, constituintes do estrato A, ocupavam de forma dispersa<sup>38</sup> todo o espaço urbano de Fortaleza. O que a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) classificou de “vila marginal” refere-se à definição de favela<sup>39</sup> pela identificação do caráter clandestino da ocupação, estando em “[...] áreas relativamente próximas ao mercado de trabalho e inseridas no tecido urbano. Desta forma, a cidade oferecia à população de baixa renda, na maioria migrante, a alternativa de morar na periferia ou nas favelas mais próximas ao centro” (SOUZA, [1978], 2009, p. 47). Composto esse estrato estava a população de renda muito baixa ou até nula, vivendo em áreas menos salubres da cidade. Na pesquisa, catalogou-se 73 ocupações irregulares, resultando em 37 mil domicílios e contando com cerca de 223 mil pessoas, à época da pesquisa, em 1970.

Cabe comentar que morar em situação precária próximo ao centro ou na periferia evidenciava o quadro de exclusão habitacional e urbana em que se encontrava Fortaleza. A ocupação clandestina de terrenos advém de circunstâncias ligadas ora ao encontro de áreas na proximidade de zonas com potencial de alocação de mão-de-obra barata – como os polos industriais ao longo da atual avenida Francisco Sá e do Mucuripe – ora a oportunidades de ocupação de vazios verificados ao longo dos eixos de expansão da zona urbana.

Outrossim, no momento da pesquisa de Souza (1978), em 1970, o poder público estava à frente da condução da política de produção de moradias em conjuntos habitacionais periféricos, fomentada pelo Banco Nacional da Habitação (BNH) e pelas Companhias de Habitação Popular (COHABs). Ressalta-se que a população catalogada como moradores de áreas irregulares era composta por estratos populacionais excluídos dessa política e que não se enquadravam nas condições de consumo de moradias estabelecidas pelo mercado imobiliário formal, ou seja, estava alijada de condições adequadas de infraestrutura e de serviços que compõem o acesso à qualidade de vida urbana.

As maiores ocupações ficavam em regiões litorâneas, tais como: Pirambu, Mucuripe e nas proximidades da atual Av. Sen. Virgílio Távora. As áreas favelizadas

---

<sup>38</sup>A respeito da dispersão de moradias precárias no espaço urbano de Fortaleza, ver Freitas e Pequeno (2015).

<sup>39</sup>A principal diferença de uma favela em relação a outros locais de moradia é a natureza da sua ocupação. Esta será tomada por “ilegal”, pois seus ocupantes não possuem a propriedade da terra nem a alugam de seus proprietários. Invasões de terra e ocupação de vazios urbanos são formas características de sua formação (VALLADARES, 2005; VALLADARES; FIGUEIREDO, 1981).

da zona Leste da cidade (Tabela 3) localizavam-se especialmente nas proximidades da via férrea (SOUZA, [1978] 2009).

Os critérios que compõem a classificação desses locais, como características de tais assentamentos, na pesquisa mencionada por Souza ([1978] 2009), consideram a não propriedade dos terrenos em que se situam as habitações, assim como sua precariedade, renda dos ocupantes, origem e ocupação profissional. Na região leste da cidade, na ocasião dessa pesquisa, foram catalogadas dez áreas com essas características (Tabela 3).

Tabela 3 – Zoneamento das vilas marginais no espaço urbano de Fortaleza em 1970

<b>Zonas</b>	<b>Nº de Vilas</b>	<b>Nº de Domicílios</b>	<b>População</b>
Litoral	6	12.139	73.314
<i>Leste</i>	<i>10</i>	<i>7.706</i>	<i>46.544</i>
Oeste	20	6.605	39.894
Sul	25	8.913	53.834
Centro	12	1.715	10.358
<b>TOTAL</b>	<b>73</b>	<b>37.078</b>	<b>223.944</b>

Fonte: SUDEC/SUDENE - Programação Habitacional para o Estado do Ceará, com base em Souza ([1978] 2009, p. 52 - grifos meus).

O cruzamento de dados e análises realizadas por outras pesquisadoras e pesquisadores acerca desse processo confirmam circunstâncias conjunturais que levam à compreensão das condições em que veio a se estabelecer a Vila Vicentina da Estância (VVE).

O problema habitacional em Fortaleza tem tido aumento gradativo. Atualmente, a cidade conta com 1,085 milhão de habitantes vivendo em situação de precariedade urbana, correspondendo a 41% de sua população, formada hoje por 2,6 milhões de pessoas. São cerca de 856 assentamentos precários na capital, estando o déficit habitacional em torno de 130 mil moradias (PAULINO, 2017; PEQUENO, 2015).

O poder público não tem respondido de forma eficaz ao problema. Os programas habitacionais que poderiam promover acesso à moradia acabam por fomentar a construção de unidades em áreas afastadas de núcleos urbanos dotados

de infraestrutura. A questão, ao longo do tempo, perpetua a segregação<sup>40</sup> e não enfrenta o problema por meio da viabilização da oferta de moradia em locais com acesso a serviços e trabalho (FREITAS; PEQUENO, 2015; GONDIM; GOMES, 2012). Isso equivale a dizer que:

[...] as políticas de regularização tornam-se ineficazes se o poder público não atua na principal causa da informalidade: a impossibilidade de produzir imóveis a preços acessíveis em bairros dotados de serviços básicos e próximos a zonas que concentram empregos. Tal impossibilidade possui relação direta com o aumento especulativo do preço dos terrenos nos bairros bem localizados, fato que inviabiliza a construção da habitação de interesse social em bairros adequados (FREITAS; PEQUENO, 2015, p. 50).

Dando continuidade às discussões, no próximo item, trato das especificidades da categoria “vila”, enquanto tipologia habitacional atrelada às condições de moradia de pobres urbanos.

### **3.3 Vilas populares e questão habitacional**

Devo chamar atenção para as peculiaridades do termo “vila” e de sua importância para a pesquisa. A palavra possui diferentes acepções. Ela também é utilizada para identificar o *locus* político-administrativo de um dado território, denotando a situação hierárquica a que uma localidade está sujeita. As vilas nomeiam sedes de distritos, localizados em municípios. Enquanto categoria toponímica, ela classifica um povoado que está entre as condições de cidade e aldeia (IBGE, 2010a).

Ao mesmo tempo, com a revolução industrial, a palavra “vila” identifica certa tipologia arquitetônico-residencial. Conhecidas como vilas operárias, tais conjuntos residenciais farão parte da agenda de intervenções urbanas nascidas para o “apaziguamento” dos conflitos de moradia resultantes desse contexto. Ressalta-se que, na Europa, esse tipo de construção surge no final século XVIII, estendendo-se durante os séculos XIX e XX (CALABI, 2012).

De um modo geral, o período que sucede à primeira fase da revolução industrial, ocorrida na segunda metade do século XVIII, é testemunha de condições de vida precárias nas cidades, experimentadas por meio da péssima situação

---

<sup>40</sup>Sobre a discussão de modelos de segregação existentes nas cidades brasileiras, especialmente em Fortaleza, ver Freitas e Pequeno (2015).

higiênico-sanitária, da superlotação e ausência de moradias, dentre outros problemas. Ao recordar o processo ocasionado pela expansão das cidades ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, cujas transformações estavam sob o efeito da Revolução Industrial, Gondim (2007, p. 63) reforça que “[...] as áreas urbanas passam a ser locais de concentração tanto da nova riqueza gerada pela indústria e pelo comércio, como da aviltante pobreza dos trabalhadores, em grande parte recém-vindos do campo”.

Calabi (2012, p. 13) comenta o profundo processo migratório que marcará o período pós-revolução industrial, cuja mudança nas relações e nos meios de produção – trata-se da transformação da matriz feudal para a capitalista, com a introdução da mão-de-obra assalariada – altera o cenário socioespacial, atraindo grandes contingentes populacionais em busca de trabalho e moradia.

Sobretudo no século XIX, a migração e a transformação da base econômica, social e cultural serão objetos de estudo e atenção das jovens ciências sociais. O nascimento da “questão urbana”, conhecido conjunto de problemas por que passa a Europa no pós-revolução industrial oferece mote para o delinear do pensamento sociológico alicerçado na teoria marxista (LÉFÈBVRE, 2001).

Estudo clássico envolvendo as condições de vida da época, o emblemático trabalho de Engels, publicado em 1845, oferece descrição da situação dos trabalhadores assalariados, na Inglaterra industrial e capitalista (ENGELS, 2008). Testemunhas materiais desse processo, as vilas operárias podem ser definidas como

[...] um conjunto compacto de habitações e serviços comunitários (escolas, banheiros, lavanderias, restaurantes, ambulatórios médicos), são uma das poucas soluções programadas para responder às necessidades dos trabalhadores, já testadas, por exemplo, na Inglaterra no fim do século XVIII. A ideia é assimilada em todos os países da Europa através de um paternalismo social como meio de controle dos conflitos mais agudos (CALABI, 2012, p. 17).

Esse tipo de construção também fará parte da história da habitação brasileira, como medida tomada pela iniciativa privada, a fim de promover a moradia dos mais pobres por meio da vinculação da força de trabalho em fábricas. A ação da iniciativa privada nessa direção responde à ausência de políticas públicas de produção de moradias. Valladares e Figueiredo (1981) referem-se a experiências que remontam à história da habitação brasileira no período que antecede a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH), em 1964. A ação da iniciativa privada na

produção de vilas operárias, nesse contexto, coexiste com esparsos programas de governos e prefeituras locais, tais como os de erradicação de cortiços e produção de moradias subsidiadas.

A questão habitacional possui, desse modo, relação direta com a reprodução da força de trabalho, sendo a relação fábrica-moradia, polos que demonstram o controle exercido sobre o trabalhador e sua vida cotidiana. Esse modo de habitar também foi importante veículo na transmissão de valores adequados ao capitalismo, como as noções de desempenho e trabalho livre (VALLADARES; FIGUEIREDO, 1981).

Bonduki (1998) salienta que, no Brasil, durante a República Velha, não recaia sobre o Estado a responsabilidade no provimento de moradias, ainda que algumas iniciativas nessa direção tenham sido identificadas. No Rio de Janeiro, em 1906, houve a construção de 120 casas populares na avenida Salvador Sá e da vila proletária Marechal Hermes, em meio à crise habitacional gerada pela erradicação de cortiços, oriunda da reforma promovida por Pereira Passos. Numa direção semelhante, em 1926, em Pernambuco, teve início a Fundação A Casa Operária, tida como primeira instituição pública do país destinada a produzir habitação social. Esse pioneirismo deu-se em nível estadual, enquanto em São Paulo e no Rio de Janeiro essas iniciativas aconteceram no âmbito das prefeituras. À época, a discussão era a de que o poder público não deveria encarregar-se de construir casas, pois isso inibiria a produção privada (BONDUKI, 1998).

Por esse motivo, a resposta oferecida ao problema da moradia, e que contava com incentivos públicos, era a produção de vilas operárias pelos próprios patrões. A emergência do trabalho livre exigia que trabalhadores morassem próximo do local de trabalho, em uma relação duplamente dependente: a manutenção do vínculo empregatício, de um lado; e o acesso à moradia, de outro. A ação era estimulada pelo Estado, pois garantia o mínimo de salubridade e respondia às necessidades de habitação, sem a intervenção direta do poder público (BONDUKI, 1998).

O programa das vilas operárias, por sua vez, procurava apaziguar os problemas trazidos pela grave desigualdade social em que se encontravam os pobres urbanos, vivendo em meio a condições insalubres. As intervenções das quais resultam as vilas operárias, inseridas na paisagem urbana, serão reconhecidas por seu caráter higienista e disciplinador, cuja forma de solucionar os problemas estava atrelado a

ações mais imediatistas. Esse tipo de medida não foi suficiente para resolver questões de ordem estrutural, como as que se relacionam a produção de desigualdades e manutenção de uma matriz que dá ao espaço urbano a condição de mercadoria.

O programa construtivo das vilas contempla muitos dos aspectos observados na VVE. A implantação desses conjuntos residenciais, nas cidades, marca de forma hierárquica a paisagem urbana, possuindo papel segregador e diferenciador de classes.

Visando compreender seu escopo socioestrutural, o termo “vila”, associado à produção de moradias, costuma ser utilizado para

[...] se referir a um conjunto de casas agrupadas, dispostas, ou não, ao redor de um pátio central ou ao longo de uma rua ou avenida. Podem ser fruto de diversas iniciativas, tais como empreendimentos imobiliários privados, desenvolvidos por proprietários de terra urbana que fatiavam suas propriedades em pequenas unidades residenciais para fins rentistas; instituições como dioceses, paróquias e irmandades, para fins filantrópicos ou de caridade; por empresas, fábricas e indústrias, para fins de abrigo dos trabalhadores e suas famílias, com aluguel descontado do salário; e as vilas militares das forças armadas (DUARTE JÚNIOR, 2017, p. 18).

Sem condições de adquirir terra para fins de moradia, pobres urbanos assalariados, ou não, passavam a morar em vilas, sob as mais diferentes circunstâncias, desde as de natureza filantrópica às com aluguel descontado pelos patrões. Esta última condição foi explorada por Andrade (1990), em seu estudo sobre vilas operárias em Fortaleza, nas primeiras décadas do século XX.

A VVE foi objeto de filantropia, e teve seu programa construtivo, de gestão e de concessão semelhante aos modelos descritos. Seu caráter disciplinador marcará de forma emblemática a moradia dos mais pobres, os quais deveriam submeter-se a um regime rigoroso<sup>41</sup>.

A permanência da vila “em plena Aldeota”, desse modo, vem contrastando com as demais edificações existentes no bairro – pela horizontalidade e simplicidade de suas construções. Cabe comentar que, em Fortaleza, existe uma percepção que estende o bairro Aldeota para além de seus limites. Isso está associado à ideia de nobreza e de “aldeotização”, muito presente e característica de áreas da cidade que concentram melhorias e equipamentos urbanos de qualidade (CARVALHO, 1963). Rufino (2012) confirma o processo histórico de concentração da produção imobiliária,

---

<sup>41</sup>Forneço esclarecimentos sobre esse aspecto no capítulo 5.

e sua conseqüente valorização, nos bairros Aldeota e Meireles, o qual espraia-se a outras áreas contíguas, como é o caso do bairro Dionísio Torres e do Cocó – o que dá força à percepção homogeneizante dessa região<sup>42</sup>.

No próximo item, resgato questões sobre o paradigma que orienta a política urbana nacional após a Constituição de 1988, dando destaque ao instrumento do zoneamento especial de interesse social, por seu peso no tratamento da questão habitacional e urbana, de um modo geral, e para o caso da Vila Vicentina, em particular.

### **3.4 Mudança de paradigma na política e gestão urbanas**

Atualmente, a política de desenvolvimento urbano advém dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, promulgada em 1988 (CF 88). A regulamentação desses artigos resultou na lei nº 10.257, de julho de 2001 – conhecida como Estatuto da Cidade (EC), cuja tramitação e aprovação levaram 13 anos no Congresso Nacional (FREITAS, 2019; GONDIM; GOMES, 2012; SOUZA, 2003).

Vale recordar que é na década de 1970 que a população urbana no Brasil se torna majoritária (56%). Esse crescimento – alimentado pelo êxodo rural – não veio acompanhado por políticas públicas que pudessem suprir a demanda por emprego e serviços urbanos (MARICATO, 2003; ROLNIK, 2010; SOUZA, 2003). O contexto político, por sua vez, era de caráter autoritário e de corte tecnicista, sendo a condução da política urbana, em larga medida, pautada por um “modelo de desenvolvimento concentrador” (GONDIM; GOMES, 2012, p. 509).

Marca determinante dessa conjuntura era a falta de autonomia do município quanto ao delineamento de políticas públicas estruturais – como saneamento e habitação, entre outras, que ficavam a cargo da União ou Estados, no caso das Regiões Metropolitanas, mas subordinadas ao governo federal. À gestão municipal, cabia o ordenamento da ocupação do solo e o controle do seu uso, pontuado pela escassez de recursos. Conforme Gondim e Gomes (2012, p. 509), tal

---

<sup>42</sup>Como a Aldeota é um dos bairros limítrofes do Dionísio Torres, logo que o caso da Vila ganhou os jornais, as primeiras notícias associavam sua localização àquela área (ARAÚJO, 2016).



cenário produzia, na prática, a centralização, por parte da União, de “decisões cruciais para o crescimento das cidades, como o financiamento massivo para o setor habitacional, por intermédio do Banco Nacional da Habitação (BNH), criado em 1964”.

Com efeito, os recursos voltados à produção de habitação, capitaneados pelo BNH, beneficiavam principalmente a classe média. A construção de conjuntos habitacionais era destinada à população de baixa renda, com verbas geridas pelas companhias estaduais e municipais de habitação (COHABs). Ocorre que a construção desses grandes conjuntos acontecia em áreas com pouca ou nenhuma infraestrutura, localizadas em regiões periféricas – locais em que o valor dos terrenos eram baixos, em razão da limitação de acesso a bens e serviços urbanos. Áreas qualificadas, consideradas equipadas e centrais, foram e ainda são objeto de consumo de populações de médio e alto perfil econômico, em consequência de seus altos preços. Grosso modo, movidos pela “lógica da necessidade”, é desse contexto que deriva a ocupação informal por pobres urbanos, como alternativa à sua exclusão do mercado formal de habitação (GONDIM; GOMES, 2012, p. 508). Logo, a moradia em loteamentos irregulares, as favelas e a ocupação em áreas de risco ambiental, dentre outras, acarretarão vulnerabilidade social e espoliação urbana (GONDIM; GOMES, 2012; KOWARICK, 1984; VILLAÇA, 1999).

Com isso, o que se conclui é que a falta de políticas urbanas e produção habitacional voltada para os pobres, assim como a exploração e precarização da força de trabalho, são fatores determinantes da exclusão dessa população do mercado de habitação. Restam, desse modo, estratégias de ocupação precárias da cidade (MACHADO, 2010).

Esse quadro de exclusão será objeto de críticas e reivindicações nos anos 1970 e sobretudo 1980, em meio à redemocratização do país na segunda metade dos anos 1980 (FREITAS, 2019; SOUZA, 2003). Em decorrência disso, constitui-se um cenário mais propício à aproximação de partidos políticos e movimentos sociais, tendo papel preponderante o Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU), formado por uma extensa rede de organizações populares, centros de pesquisa, profissionais e militantes. Para Gondim e Gomes (2012, p. 511), a atuação do MNRU “foi crucial para a inclusão de um capítulo dedicado ao desenvolvimento urbano na Constituição de 1988, incorporando, parcialmente, medidas propostas na Emenda Popular articulada pelo MNRU, como a função social da propriedade urbana [...]”.

Por seu turno, o contexto pós-constituição de 1988 alavancará um novo marco político-institucional no que concerne à condução da política urbana no Brasil, cujos princípios voltam-se, entre outros, à participação e gestão democrática – medidas que promoverão “a institucionalização das noções do direito à cidade” (FREITAS, 2019, p. 285). Essa preocupação é um dos objetos de atenção central do Estatuto da Cidade (EC), que orientará o planejamento, a gestão e o desenvolvimento urbano brasileiro. São premissas do EC a formulação de instrumentos que coíbam o uso especulativo do solo urbano e favoreçam a regularização de áreas ocupadas fora das regras, muitas vezes clandestinamente (MACHADO, 2010; SOUZA, 2003).

A efetivação do direito à cidade, por meio de medidas includentes e que promovam valores democráticos e justiça social, é um objetivo do EC, o qual busca contemplar a participação cidadã na esfera pública, assim como os princípios da reforma urbana (MACHADO, 2010; SANTOS JÚNIOR; MONTANDON, 2011).

Conforme pontua Machado (2010), que pesquisou o processo de revisão do último plano diretor de Fortaleza (PDP-For), o EC acaba por incorporar no plano legal os princípios da reforma urbana, que vinham sendo reivindicados desde os anos 1960. Tais princípios voltam-se a reconhecer o Estado como ente responsável em assegurar os direitos urbanos; a submissão da propriedade à sua função social; a promoção do direito à cidade, por meio do acesso de todos aos benefícios da urbanização; e a gestão democrática da cidade, mediante a institucionalização da participação direta da sociedade.

Ao tratar do impacto dessa legislação na política urbana, Freitas e Pequeno (2012, p. 494) comentam que o aspecto mais favorável ao EC é a explicitação que este traz das contradições presentes no espaço urbano, fazendo valer o reconhecimento das desigualdades socioespaciais, dando-lhes “nome e endereço”.

Entre as prescrições do EC, deve-se mencionar que as políticas de planejamento devem ser o modo de atuação dos Estados e municípios, a fim de que possam administrar o desenvolvimento urbano espacial, em busca de atender interesses coletivos. Isso seria possível por meio da regulamentação da propriedade privada e do destino adequado de investimentos públicos no espaço urbano, enquanto normatizações a serem seguidas (FREITAS, 2019).

A mudança de paradigma advinda com o EC introduziu a perspectiva da submissão do interesse privado ao público. Rolnik (2010, p. 506) defende que:

[...] não está em jogo apenas a troca de parâmetros de regulação urbanística, mas a própria redefinição dos papéis e campos de atuação dos diferentes atores envolvidos, ou seja, o processo deve ser vivido não como mudança de parâmetro técnico ou troca de grupo no poder, mas como transformação social.

Gondim e Gomes (2012, p. 511) acrescentam que “a nova lei fez com que o planejamento urbano deixasse de ter função meramente regulatória, podendo ensejar políticas habitacionais mais equitativas e exercer o papel de indutor da ocupação urbana”.

Essas mesmas autoras sintetizam os instrumentos incluídos no EC, retomando o que a lei prevê como medidas que facilitam a regularização fundiária e urbana de assentamentos informais, chamando atenção para a usucapião urbana coletiva, a concessão de uso especial para fins de moradia e a concessão do direito real de uso. O EC inclui, ainda, instrumentos voltados ao uso e ocupação do solo, como as ZEIS; a compulsoriedade no parcelamento, edificação e utilização de imóveis vazios ou subutilizados, sobre a qual incorre a cobrança de IPTU progressivo no tempo em casos de descumprimento, bem como de desapropriação mediante pagamento com títulos da dívida pública. Outros instrumentos são: o direito de superfície; o direito de preempção; a outorga onerosa e a transferência do direito de construir, bem como as operações urbanas consorciadas (GONDIM; GOMES, 2012).

De acordo com o que confirmam Freitas e Pequeno (2012, p. 493), as ZEIS consistem em estratégia voltada à regularização fundiária de “assentamentos precários, permitindo a flexibilização dos índices urbanísticos [...], via de regra, distintos daqueles presentes nas áreas produzidas pelas políticas públicas de habitação de interesse social, bem como nas áreas da cidade formal”.

As ZEIS são subdivididas em três tipos. As ZEIS tipo 1 “são compostas por assentamentos irregulares com ocupação desordenada, em áreas públicas ou particulares, constituídos por população de baixa renda, precários do ponto de vista urbanístico e habitacional, destinados à regularização fundiária, urbanística e ambiental” (FORTALEZA, 2009).

Já as ZEIS de tipo 2 caracterizam-se “por loteamentos clandestinos ou irregulares e conjuntos habitacionais, públicos ou privados, que estejam parcialmente urbanizados, ocupados por população de baixa renda, destinados à regularização fundiária e urbanística”. Por último, as ZEIS do tipo 3, definem-se por “áreas dotadas de infraestrutura, com concentração de terrenos não edificados ou imóveis

subutilizados ou não utilizados, devendo ser destinadas à implementação de empreendimentos habitacionais de interesse social, bem como aos demais usos válidos para a Zona onde estiverem localizadas, a partir de elaboração de plano específico” (FORTALEZA, 2009).

Voltando a atenção para a implementação desse instrumento em Fortaleza, conforme a definição do PDP-For de 2009<sup>43</sup>, revisto de acordo com o que preconiza o EC<sup>44</sup>, em seu artigo 123, as ZEIS são definidas como:

[...] porções do território, de propriedade pública ou privada, destinadas prioritariamente à promoção da regularização urbanística e fundiária dos assentamentos habitacionais de baixa renda existentes e consolidados e ao desenvolvimento de programas habitacionais de interesse social e de mercado popular nas áreas não edificadas, não utilizadas ou subutilizadas, estando sujeitas a critérios especiais de edificação, parcelamento, uso e ocupação do solo (FORTALEZA, 2009).

É por essas definições que Souza (2003) reconhece, nas ZEIS, a vocação para redirecionar as prioridades de uma política urbana excludente, ao trazer para o centro do debate as populações que se encontram em situação de “desordem urbanística”, resultantes da pobreza extrema, da precariedade de infraestrutura e da densidade excessivas, entre outras situações que inviabilizam o direito à cidade e o exercício pleno da cidadania.

Deve-se enfatizar, entretanto, que a experiência de um zoneamento especial para fins de reconhecimento e integração de populações de baixa renda, situadas em ocupações irregulares nas cidades, não adveio exclusivamente do EC. Faz-se necessário recordar as experiências do Recife (PREZEIS), em 1983; e de Belo Horizonte, em 1985, as quais, mediante reivindicações de movimentos sociais, contemplaram a criação de ZEIS de ocupação, tendo como parâmetro jurídico a Lei Federal nº 6.766, de 1979. Essa legislação “permitia a flexibilização dos padrões urbanísticos em casos específicos, como urbanização de favelas ou conjuntos habitacionais de interesse social”, sendo, mais tarde, um importante referencial para a inclusão desse mecanismo no EC (GONDIM; GOMES, 2012, p. 514).

<sup>43</sup>O último Plano Diretor Participativo de Fortaleza, aprovado em 2009, cuja validade era até fevereiro de 2019, ainda está em vigor e em processo de revisão, em meio a críticas e pressão dos movimentos sociais e de setores da sociedade civil organizada dirigidas à Prefeitura de Fortaleza, que demorou a estabelecer e incorporar as discussões necessárias à revisão. Atualmente, o processo de revisão foi suspenso, em consequência da pandemia do coronavírus (FACUNDO, 2020).

<sup>44</sup>Sobre o processo de revisão que resultou no Plano Diretor Participativo de Fortaleza, aprovado em 2009, ver Machado (2010).

Tendo sido incluídas no PDP-For de 2009, como resultado da mudança de paradigma na política urbana, em âmbito jurídico e político-institucional, as ZEIS vêm acompanhadas da ausência de regulamentação, o que acaba comprometendo sua efetividade e eficácia (BRASIL, 2016). Em Fortaleza, essas dificuldades foram objeto de tratamento em outros trabalhos (BRASIL, 2016; FREITAS, 2015; FREITAS; PEQUENO, 2012; GONDIM; GOMES, 2012), sendo fruto da disputa entre movimentos sociais, mercado e poder público.

Embora a Constituição de 1988 tenha trazido transformações basilares na relação Estado-sociedade, Freitas (2019) pondera que o avanço de políticas neoliberais e a prevalência de interesses econômicos têm sido um entrave na materialização de medidas de planejamento includentes, tais como a regulamentação de instrumentos que podem atuar nessa direção.

Quanto aos objetivos deste trabalho é necessário voltar a atenção para as ZEIS, em meio a seu processo de concepção e tentativas de implementação. O instrumento destina-se a atribuir parâmetros de regulamentação específicos a áreas da cidade que foram ocupadas fora das regras urbanísticas – tanto por não obedecerem a regramentos que incidem sobre tamanhos de lote, taxa de ocupação etc, como por estarem em áreas não permitidas e que seus ocupantes não possuem a titularidade dos imóveis (MACEDO, 2010; SOUZA, 2003). Trata-se, dessa maneira, de um instrumento jurídico-político que visa integrar áreas carentes de infraestrutura e serviços, marcadas pela fragilidade jurídica e social de seus habitantes.

Em meio às questões apresentadas, as circunstâncias e condições que fornecem entendimento sobre a origem da VVE permitem compreender que, ao longo de sua existência, o local testemunha o processo de qualificação urbana da área, vindo a ser objeto de interesse do mercado imobiliário. Tal fator, ao longo dos anos, instaura pressões para que seus moradores deixem a área em que moram – boatos sobre a venda do terreno são exemplos de situações que deixavam os moradores da Vila apreensivos quanto à sua permanência nas casas<sup>45</sup>. A luta pela efetivação das zonas especiais de interesse social, por sua vez, se incorpora ao movimento, instaurando perspectivas quanto à legitimidade do local, sua permanência e de seus moradores<sup>46</sup>.

---

<sup>45</sup>Destaco alguns desses eventos no capítulo 6.

<sup>46</sup>Por ser uma das frentes de atuação do movimento, as ZEIS em Fortaleza, em particular, a ZEIS Dionísio Torres, relativa à Vila Vicentina, serão objeto de atenção no capítulo 8.

Sabe-se que os fenômenos sociais são sobredeterminados, isto é, possuem inúmeras circunstâncias, causas e relações concorrentes (SECCHI, 2015). A cidade está entre os fenômenos dessa natureza. Esse exercício de compreensão, condição da pesquisa sociológica, coloca o objeto estudado como parte inerente de um processo de amplas proporções, situado na escala da constituição urbana de Fortaleza, e abrindo relações que envolvem o espaço conflitual da moradia e do direito à cidade.

No capítulo seguinte, descrevo o histórico de construção da Vila, dando destaque aos espaços e ambientes que ela possui hoje. A reflexão revela a configuração espacial do lugar e aspectos da sociabilidade, os quais contribuem para sedimentar memórias, vínculos identitários e pertencimentos, mostrando-se fundamentais à compreensão do movimento Resistência Vila Vicentina.

#### 4 “NESSA VILA TEM TANTA COISA”<sup>47</sup>: ELEMENTOS SOCIOESPACIAIS E TEMPORAIS COMO MARCADORES DE PERTENCIMENTO

Construir significa verificar ou realizar um pertencimento social, um estar-em-casa, e, vice-versa, pertencer a um contexto social, estar-em-casa, habitar, significa construir [...]. O homem é um ser “habitante” (AGAMBEN, 2018, p. 4 e 7).

Neste capítulo, descrevo as características dos espaços da Vila Vicentina, os quais lhe atribuem peculiaridades e contribuem para realçar formas de moradia e convivência próprios. A interlocução com os participantes da pesquisa ajudou na compreensão do local ao longo do tempo, podendo melhor situar o papel que ele cumpre hoje na vida de seus moradores e em sua relação com a cidade.

Destaco que o levantamento das condições históricas, sociais e políticas, que levaram ao surgimento da Vila também são provenientes de minha participação na equipe de estudos que foi coordenada pelo arquiteto Romeu Duarte Júnior, um dos requerentes do pedido de tombamento da Vila Vicentina junto à Secultfor – como adiantei no capítulo 2. A participação nessa equipe favoreceu o acesso a algumas das questões quanto ao surgimento da Vila, assim como às peculiaridades da tipologia das casas e de sua composição arquitetônica.

No início da pesquisa, estava olhando a Vila “de cima” ou “de fora” (MAGNANI, 2002), vendo-a a partir da calçada. Quando comecei a frequentar o espaço, era tratada como visitante “ilustre”<sup>48</sup> em muitos casos, o que, ao longo do tempo, foi dando lugar a relações de proximidade e confiança, e à visão de “alguém que estava disposta a ouvir e ajudar”. A questão possibilita reconhecer os diferentes processos que envolvem a pesquisa socioantropológica e seu fazer, cujo contato com o campo, a partir de incursões etnográficas e da triangulação de métodos, manifestam a diversidade de disposições que envolvem os fenômenos sociais.

Ao mesmo tempo, foi necessário estar sensível quanto à permanência de espaços urbanos em que é possível exercer “sociabilidades ativas” e sobre as quais se erguem “redes de pertencimento”. Estas mobilizam histórias e memórias não só do

---

<sup>47</sup>Zélia.

<sup>48</sup>Em algumas ocasiões, sobretudo nos primeiros meses da pesquisa, notava que a condição de professora universitária também produzia distanciamentos, por seu caráter de prestígio. Precisava ficar atenta ao que isso implicava em minha relação com os interlocutores, em princípio porque esse fator foi um aspecto favorável à entrada em campo. Minha permanência prolongada e o acompanhamento de diversas situações junto aos moradores, no entanto, ajudou a construir proximidades e confiança, como explicito no capítulo 2.

surgimento de um bairro, mas de “maneiras de morar na cidade” e a ela pertencer (GIARD, 2005, p. 23). Venho considerando a relação bairro-cidade, levando em conta a noção de bairro como “pedaço de cidade”, através do qual espaços público e privado distinguem-se e interpelam-se. A Vila, em boa medida, compreende esse “pedaço de cidade”, sendo o que “resulta de uma caminhada, da sucessão de passos numa calçada, pouco a pouco significada pelo seu vínculo orgânico com a residência” (MAYOL, 2005, p. 41).

Diante disso, um espaço da Vila em particular, o quintal, foi se revelando gradualmente na pesquisa. Em minhas observações, fui percebendo o quintal como um dos espaços protagonistas na Vila, ocupando lugar de destaque em situações memoriais e identitárias entre os moradores. Enquanto pesquisadora, notei que estar na Vila implica perceber a forma como sua condição socioespacial emerge na vida de seus habitantes, sobretudo quando se acrescentam aspectos relacionados ao tempo de moradia e ao nascimento e criação dos filhos. Essas características operam como marcadores de pertencimento e identificam “quem é ou não é filho da Vila”, conferindo o significativo peso da categoria “morador” – tomada por contornos heterogêneos e que auxiliam na definição de hierarquias e sistemas de classificação internos nada óbvios.

Assim, as relações socioespaciais carregam as marcas de um importante componente simbólico na leitura e registro de um lugar social, auxiliando tanto na recomposição como na identificação entre indivíduos e espaços vividos (BARREIRA; LIMA, 2013).

Esses fatores ajudam a compreender não só o surgimento, mas a continuidade e permanência do movimento Resistência Vila Vicentina, bem como servirão para identificar o processo de constituição de lideranças e hierarquias existentes no grupo. A negociação de tensões, mais ou menos tácitas, também estarão, em algum nível, associadas a essas particularidades.

Essencial enfatizar a articulação das experiências e memórias dos moradores, as quais permeiam origem e manutenção dos movimentos sociais, de um modo geral. Esse repertório de experiências soma-se ao conjunto de minhas próprias experiências em campo, conduzindo a um entendimento mais significativo para o conjunto das exposições. Devo ressaltar que o que se conta aqui é “datado e datável”, vias de acesso a experiências no campo e a uma escuta ativa de quem vive em Fortalezas diversas (GIARD, 2005, p. 23).



#### 4.1 “Quando eu cheguei aqui essas casas não tinham energia nem água”<sup>49</sup>

Um homem bastante rico  
Cheio de vida e fulgor  
Era amigo da pobreza  
Pois assim o demonstrou.

Doando êle êste recanto  
Para um grande senhor  
Passando por tinta e papel  
Com todo carinho e amor.  
(ALBUQUERQUE, 1970).

Os versos na epígrafe enaltecem a figura de Dionísio Torres e do então secretário da entidade beneficente para quem o terreno ocupado pela Vila Vicentina foi doado em fins dos anos 1930. A entidade será a responsável pelo local e o destinará à construção de moradias a “viúvas, idosos e moças que não casaram”, como contou-me Norma.

Ao iniciar minhas incursões em campo e me aproximar de alguns dos moradores, tive acesso ao cordel “A história da Vila Cinzenta”<sup>50</sup>, de autoria de Maria Onira de Albuquerque, antiga moradora da Vila. O texto foi escrito em 1970, sendo um dos poucos escritos que remontam à função a que a Vila era destinada, ressaltando a estrutura das instalações, elogiando o doador do terreno e a construção das casas pela instituição filantrópica. Os versos destacam que os residentes eram beneficiados não só com as casas, mas com acesso a médicos, enfermagem, tratamento dentário, alimentação e atenção espiritual.

Durante os anos 1940, a moradia nas casas e o acesso aos citados benefícios visava atender, prioritariamente, mulheres pobres, vindas do interior do Estado, e que eram denominadas por “Assistidas”<sup>51</sup>, conforme a Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP). O testemunho dos atuais residentes confirmam que, com o passar dos anos, as casas foram destinadas a pessoas carentes e sem moradia, sob as mais diferentes circunstâncias<sup>52</sup>.

---

<sup>49</sup>Manuel.

<sup>50</sup>Em alguns momentos do texto faço menção a estrofes do mencionado cordel. Uma das moradoras e integrantes do RVV possuía uma das únicas cópias impressas dele, que foi escaneado em 2017 pela equipe de estudantes responsável pelos levantamentos para o estudo do tombamento. Obtive acesso ao documento digitalizado, quando de meu ingresso na equipe.

<sup>51</sup>Essa condição não é homogênea para todos os que acessaram às casas da VVE. Em alguns casos, as mulheres eram solteiras e sem filhos, pobres e sem parentes em Fortaleza. Em outros, as mulheres tinham filhos, mas sem maridos – estes podiam ter falecido ou ter problemas de saúde que os tinham tornado incapacitados ao trabalho.

<sup>52</sup>Detalho as circunstâncias de acesso às casas no capítulo 5.

Filho da última Assistida ainda residente no local, a qual veio a falecer aos 105 anos de idade, em meados de 2019, Manuel mora na VVE desde os cinco anos de idade. Quando lembra sua infância, dá destaque a características do local que vem a ser atualmente o bairro Dionísio Torres: “aqui era cheio de areia, até o centro [referindo-se entorno do bairro e ao trajeto em direção centro da cidade] era areia frouxa... tinha uma barreira que a gente jogava bola, tinha um chafariz e uma cacimba [no pátio da Vila], tinha muita areia frouxa, e o povo pegava água aqui”.

Manuel discorre sobre como era o lugar em que vive, nos idos de 1954. No entorno do bairro, como relata, ainda havia criadores de gado e outros animais, havendo poucas habitações e ausência de serviços urbanos, como água encanada, rede elétrica e de esgoto, e de comércio de mercadorias e serviços.

Datada de 1938, a certidão que atesta a doação do terreno da Vila (Anexo B) denomina a instituição filantrópica, representada na ocasião por seu presidente, Dr. Raimundo de Alencar Araripe, como destinatária de terreno (Figura 5) com 80 metros de frente por 110 metros de fundos, extremado-se: ao norte, com a Estrada da Aldeota (atual Rua Dom Expedito Lopes); e ao sul, com a Estrada Dionísio Torres (atual Avenida Antônio Sales). Isso aconteceu quase 20 anos antes de Manuel chegar para morar lá, que verá a gradativa transformação do local, ao longo das décadas de 1950 em diante.

Figura 5 – Vista aérea da Vila Vicentina, com logradouros limítrofes em destaque



Fonte: Adaptada de Prefeitura Municipal de Fortaleza (2020, p. 59).

O ato foi registrado no livro de Transcrição das Transmissões 3-L, fls. 180, nº de ordem 21.574, de 13 de dezembro de 1938, onde encontra-se o registro de uma Escritura Pública, datada de 28 de outubro de 1938, do citado terreno, em nome de Dionísio de Oliveira Torres e sua esposa, Geórgia Mota Torres – denominados doadores – à Sociedade Beneficente São Vicente de Paulo – donatária – sem quaisquer condições, a doação do imóvel (terreno) no valor de 5:000\$000 (cinco contos de réis) (Anexo B).

Uma primeira averbação à escritura pública de doação, de janeiro de 1945, registra a abertura de novas vias nos limites do terreno doado, dando como configuração de suas extremidades as seguintes: ao norte, com rua ainda sem denominação (atual Dom Expedito Lopes), medindo 100m; ao sul, com a rua Estância (atual avenida Antônio Sales), medindo 100m; ao leste, com a rua Tibúrcio Cavalcante, por onde mede 70,80m; e a oeste com a rua Lídia Valente (atual Nunes Valente), por onde mede iguais 70,80m. A segunda averbação informa o registro de construção das primeiras habitações em agosto de 1960. No período, foram registradas a construção de 34 casas de tijolo e telha, com duas portas de frente (Anexo B; Apêndice D).

No entanto, sabe-se que os primeiros moradores chegaram ao local bem antes de 1960, tendo a gestão do primeiro administrador começado em 1945, o que leva a crer que as construções das casas foram iniciadas, concluídas e somente registradas a *posteriori*. O registro das habitações provavelmente foi realizado em bloco, uma vez que relatos dos moradores também confirmam que o conjunto de casas que compõem a Vila não foi construído ao mesmo tempo.

Para um delineamento mais preciso da origem das residências, tomo como parâmetro o registro da doação e os relatos obtidos, em que é possível confirmar que existiam, inicialmente, poucas habitações, sendo as demais construídas com o passar do tempo. A situação da construção das habitações guarda relação com o futuro processo de ocupação da Vila, a ser conduzido durante a década de 1970. Isso porque as habitações, originalmente construídas por pares geminados, possuíam espaços entre si, os quais foram ocupados por novas moradias<sup>53</sup>.

---

<sup>53</sup>Como parte dos trabalhos necessários ao diagnóstico da ZEIS Dionísio Torres, a prefeitura realizou medições do terreno e das residências da Vila, as quais permitiram mapear as unidades construídas, constatando-se que os imóveis com fachadas mais estreitas possuem entre 2-3m de largura, enquanto os demais estão entre 6-8m. Também foram mensurados os lotes ocupados pelas residências e demais espaços construídos da localidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2020).

Norma, ao lembrar de quando chegou na Vila, em 1977, ainda criança, conta sobre a existência de espaços entre as casas geminadas: “aqui era assim, duas casas e um beco, uma casa e um beco”.

Diante desse conjunto de informações, é possível precisar que, entre a doação do terreno, em 1938, e a primeira averbação, em 1945, já se pode supor a existência das primeiras unidades habitacionais, ainda que não seja possível identificar quantas. Em 1945, tem início a gestão do primeiro administrador do local (Apêndice D) e, entre esse ano e 1960 – momento da segunda averbação à escritura – tem-se o registro da construção de 34 casas, sendo dez unidades dispostas na avenida Antônio Sales; outras dez na rua João Brígido (atual D. Exedito Lopes); seis unidades na rua Tibúrcio Cavalcante; e oito na então rua Lídia Valente (atual Nunes Valente), as quais possuíam formato relatado pelos residentes mais antigos, que informam que as casas eram dispostas em pares geminados e com intervalo entre eles. Dos anos 1970 até os anos 1990, outras casas vão sendo construídas nesses espaços. Durante as décadas de 1990 a 2010, a Vila continua a receber novos moradores em casas, cujos ocupantes faleceram e não deixaram parentes. Ao longo dessas últimas décadas é que se tornam mais recorrentes os boatos sobre a venda do local (Apêndice D).

Ainda acerca do processo de construção do conjunto de residências que compõe a Vila Vicentina, nota-se que este sofreu alterações ao longo dos anos, no que diz respeito à criação de novas unidades. Entre os anos 1970 e 1980, o conjunto das casas era composto por aproximadamente 42 unidades, quase “idênticas e espelhadas, construídas em alvenaria de tijolo chato, cujas fachadas apresentavam uma pintura padrão na cor cinza, que lhe conferiu o epíteto de ‘Vila Cinzenta’” (DUARTE JR, 2017, p. 8).

Integrando o conjunto de casas existiam equipamentos de saúde e educação, tais como: um salão de reuniões, que passou a ser uma escola, nos anos 1980; um gabinete dentário; um ambulatório médico; e uma capela, administrados pela SSVV, os quais, entre as décadas de 1980 e 1990, foram extintos, passando a dar lugar a novas unidades residenciais – exceto a capela, que ainda permanece no local.

Norma conta que as mudanças na Vila também estão associadas ao papel dos administradores do lugar, os quais, segundo recorda, estavam interessados em obter renda com as moradias e foram “entrando uns que só pensavam em destruir,

alugar por dinheiro e foi acabando tudo. Acabou a escola... fizeram mais casas. Foram acabando o posto médico, a parte dentária e a parte clínica... a enfermaria”<sup>54</sup>.

Assim, a configuração total do conjunto, no final dos anos 1990, conta com 45 residências, estando distribuídas ao redor da quadra em que ocupa, a partir de uma arquitetura que lhe é peculiar: 45 casas e uma capela, dispostas em redor de um quarteirão, delimitado atualmente por ruas de tráfego intenso (Figura 6): ao norte, pela rua Dom Expedito Lopes; ao sul, pela avenida Antônio Sales; a leste, pela rua Tibúrcio Cavalcante; a oeste, pela rua Nunes Valente.

Como foi dito, a VVE está situada num bairro que é um dos mais afluentes da cidade e a natureza singela de suas habitações contrasta com os edifícios altos de seu entorno. Na próxima seção, dou continuidade às descrições, chamando atenção aos ambientes e configurações que a Vila possui hoje.

#### 4.2 “Aqui tem tudo que a gente precisa”<sup>55</sup>

As 45 residências da Vila tendem à padronização e são compostas, em sua totalidade, por um único pavimento (Figura 6). A ausência de muros na maior parte das casas coloca as moradias em relação direta com a rua.

Figura 6 – Casas Vila Vicentina - visão da rua D. Expedito Lopes



Fonte: Acervo pessoal. Mar, 2020.

<sup>54</sup>No capítulo 5, abordo o papel da administração do espaço, por meio da entidade beneficente, e o pagamento de taxas, que passa a ser adotado como medida de custeio de despesas para com a manutenção dos espaços e donativos às Assistidas da VVE.

<sup>55</sup>Célio.

O acesso externo ao pátio central – quintal compartilhado – é feito por meio de um portão, instalado ao lado da capela e voltado para a Rua Tibúrcio Cavalcante (Figura 7). Os fundos das residências dão abertura direta<sup>56</sup> ao pátio central, que também pode ser acessado a partir da capela. O quintal é formado por um piso de terra batida, dotado de arborização, constituindo-se como um espaço de livre circulação dos moradores<sup>57</sup> (Figura 8).

Figura 7 – Fachada da capela, com destaque ao portão de acesso ao quintal



Fonte: Acervo pessoal. Março, 2017.

Quintal é o espaço nos fundos de uma residência. Geralmente é destinado ao cultivo de árvores frutíferas, hortaliças e ervas medicinais. O termo possui relação com a palavra quinta, que diz respeito a uma pequena propriedade rural, com residência (MICHAELIS, 2020). Entendo que quintais são espaços que preservam certas condições de moradia do meio rural em sua transição para o urbano,

<sup>56</sup>Ressalto que a casa 2104, na D. Exedito Lopes, assim como a 2174, na Tibúrcio Cavalcante, e a que resultou da divisão desta última, não possuem acesso direto ao quintal, uma vez que os fundos de tais residências ficaram obstruídos em favor dessas subdivisões (Figura 1). Entretanto, todas as unidades possuem chaves do portão de acesso ao quintal, podendo adentrá-lo sempre que desejarem.

<sup>57</sup>Esse pátio central, no início da Vila, em virtude do chafariz e do poço ali existentes, era adentrado por outras pessoas da localidade da Estância – cujo acesso à água era escasso. Não se sabe ao certo a partir de que momento a entrada de não residentes na Vila à área interna da quadra é interrompida. Reputo que isso ocorre gradativamente, ao longo das décadas de 1960 e 1970, momento em que a Vila passa a receber mais casas, preenchendo completamente o entorno da quadra que ocupa, assim como os beneficiamentos urbanos começam a ser desenvolvidos no bairro Dionísio Torres – que recebe esta denominação oficial em 1967.



acomodando novas funções e atividades pertinentes ao âmbito doméstico, como por exemplo, o cuidado com as roupas e o depósito de materiais e equipamentos ligados à manutenção da casa. Nesse sentido, ele costuma ser reservado a atividades de serviço ligadas ao cotidiano doméstico, sendo mais comum a lavagem de roupas e sua disposição em varais. No quintal, além de plantas e outras árvores, se o espaço permitir, também há a possibilidade de criação de animais – tanto os que se considera de estimação, como gatos, cachorros e pássaros; como os que se destinam à alimentação, como galinhas e porcos.

Figura 8 – Quintal, visão da Capela (ao fundo)



Fonte: Acervo pessoal. Março, 2017.

Na VVE, o acesso ao espaço que dá para o centro da quadra é compartilhado entre todos os moradores. No entanto, cada residência dispõe de um espaço próprio destinado aos serviços domésticos. Em geral, esse espaço é improvisado, não tendo qualquer tipo de regularidade – como a que se visualiza em suas fachadas (Figura 6). O caráter dissonante dessas construções e arranjos, realizados na parte posterior das residências, também está associado ao poder econômico dos moradores, os quais, dentro de suas condições, fazem modificações na estrutura desses espaços (Figura 9).

Figura 9 – Fundos das casas, com reformas e extensões em direção ao quintal compartilhado



Fonte: Acervo pessoal. Março, 2017.

O acesso à capela é feito pela rua Tibúrcio Cavalcante, número 2184, e em sua entrada há uma área, espécie de adro, que costuma ser utilizada como estacionamento por visitantes ocasionais (Figura 7). A capela cumpre um papel importante para os moradores, no sentido de terem lá a sede de muitos dos eventos e rituais que aconteceram e ainda acontecem na VVE, como missas, velórios, novenários e encontros religiosos de grupo de oração e estudo bíblico<sup>58</sup>. As reuniões da entidade beneficente que geria o espaço, antes realizadas num antigo salão, situado à Tibúrcio Cavalcante, 2174, passaram a ocorrer na capela quando da alteração do uso daquele espaço para a escola, durante os anos 1980. Segundo Estela, a capela não está vinculada à paróquia do Dionísio Torres:

O que eles [referindo-se à Igreja] dizem é que como tem muitas paróquias próximas, tem dificuldade de padre. É por isso que a gente não consegue que tenha missa sempre lá [na capela da VV]. A história é essa, como tem muitas paróquias próximas, os padres são poucos e não dão conta. O que não é verdade porque se tem uma capela próxima esses padres não poderiam se dividir pra, pelo menos uma vez no mês, celebrar uma missa lá? Eu não digo nem toda semana, mas pelo menos uma vez no mês.

<sup>58</sup>Após o início do movimento RVV, a capela sediará os eventos que acontecerão na Vila. Assim, todas as reuniões, encontros, aulas públicas e demais festividades serão realizados lá. Retomo esses eventos no capítulo 7.



O templo tem capacidade para aproximadamente 100 pessoas, considerando todos os seus 14 assentos preenchidos, cada um com possibilidade de acomodar, em média, sete pessoas (Figura 10). O espaço ainda conta com uma sala contígua, semelhante a uma sacristia, com uma mesa com seis cadeiras e um armário em que se guardam algumas imagens e objetos que costumam ser utilizados nas cerimônias. Há também dois banheiros: um para uso feminino e outro masculino. Não há documentos ou registros escritos e que tenham sido utilizados nas missas. Os cuidados com o local – limpeza, chaves, contas de água e luz – eram atribuição da entidade beneficente até 2016, quando ocorrem os conflitos em razão da venda do local e a administração por parte de membros da SSVP fica omissa. Atualmente esses cuidados estão sob a responsabilidade de integrantes do RVV – conforme destaque no capítulo 8.

Figura 10 – Interior da capela: salão e assentos



Fonte: Duarte Jr., 2017.

A VVE exhibe fachadas singelas, com janelas e portas aparentes, em geral sem grades. As casas de frente à avenida Antônio Sales contam com um muro baixo, que não encobre as fachadas e que foi justificado por ladear uma via de intenso fluxo de veículos. Esse muro ofereceria uma barreira entre as casas e a rua, e foi construído de modo a não interromper o acesso interno entre uma casa e outra. Também existe muro semelhante interpondo-se às fachadas das casas da Tibúrcio Cavalcante

(Figura 11). Na maior parte do tempo, as portas e janelas que dão acesso e visibilidade à rua permanecem fechadas.

Figura 11 – Casas na Tibúrcio Cavalcante, com muro



Fonte: Acervo pessoal. Março, 2020.

De acordo como o estudo complementar realizado para o tombamento (DUARTE Jr., 2017), fruto de levantamento técnico produzido por estudantes de Arquitetura e Urbanismo da UFC, sob orientação do Professor Romeu Duarte Jr., as residências constituem-se, em sua maioria, por uma sala de estar e um quarto – que se voltam para a rua –, uma cozinha, um banheiro e área de serviço, voltados para o pátio central. Contudo, com o passar dos anos, algumas casas sofreram alterações e intervenções realizadas por seus ocupantes, que modificaram a organização interna do imóvel, acrescentando novos quartos ou outros ambientes, mediante a ampliação da área de serviços (Figura 9).

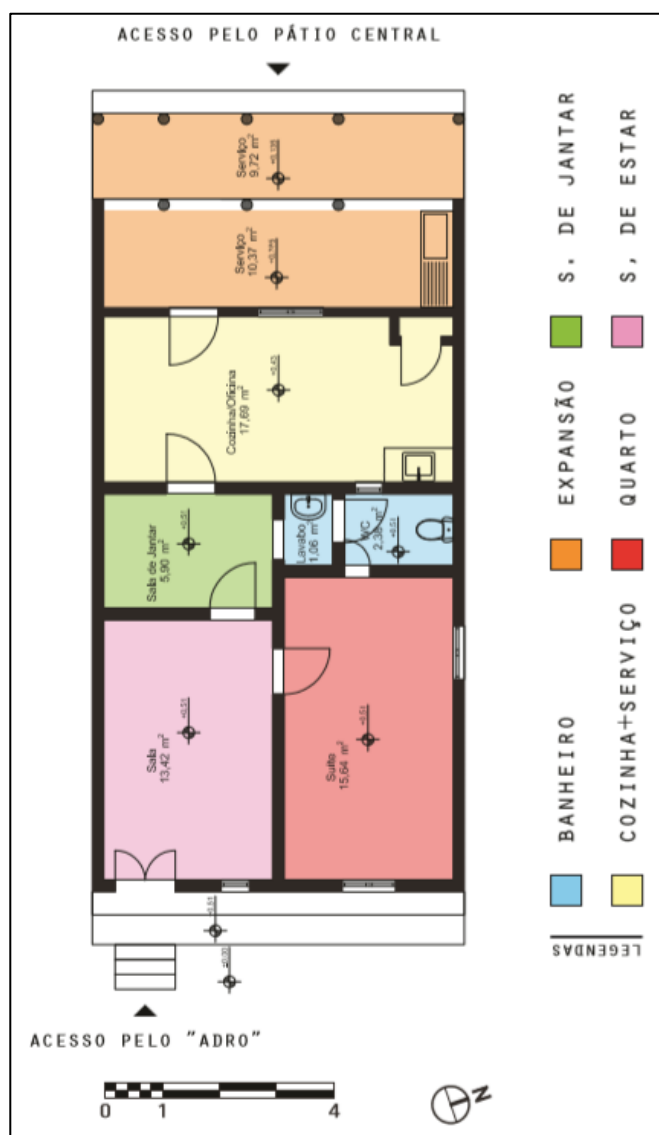
No estudo complementar já referido, não se menciona a existência de projeto arquitetônico para o conjunto residencial como um todo, ou para cada casa – o que leva a crer que as construções foram realizadas sem esse tipo de formalização, tendo sido resultado da doação de recursos captados pela sociedade vicentina, e construídas sem ordem de serviço técnico especializado<sup>59</sup>.

---

<sup>59</sup>Penso que a construção das primeiras unidades da Vila pode ter sido fruto de alguma orientação técnica quanto à sua composição e arranjo físico. O fato de as casas serem dispostas por pares geminados, terem em seu programa uma capela e outros equipamentos, tais como ambulatório médico, por exemplo, podem ter contado, direta ou indiretamente, com os préstimos de algum benemérito ou

Para tal estudo, foram detalhados os tamanhos de algumas residências, cujas dimensões totais são de 76,2 m<sup>2</sup>, para a que nomeei de tipo 1; e de 63,4 m<sup>2</sup>, para a que nomeei de tipo 2 (Figuras 12 e 13). Entretanto, essas configurações e tamanhos podem sofrer variações, em função das alterações posteriores realizadas no interior das unidades e prolongamentos em direção ao quintal.

Figura 12 – Programa de necessidades de uma residência na VVE – Tipo 1

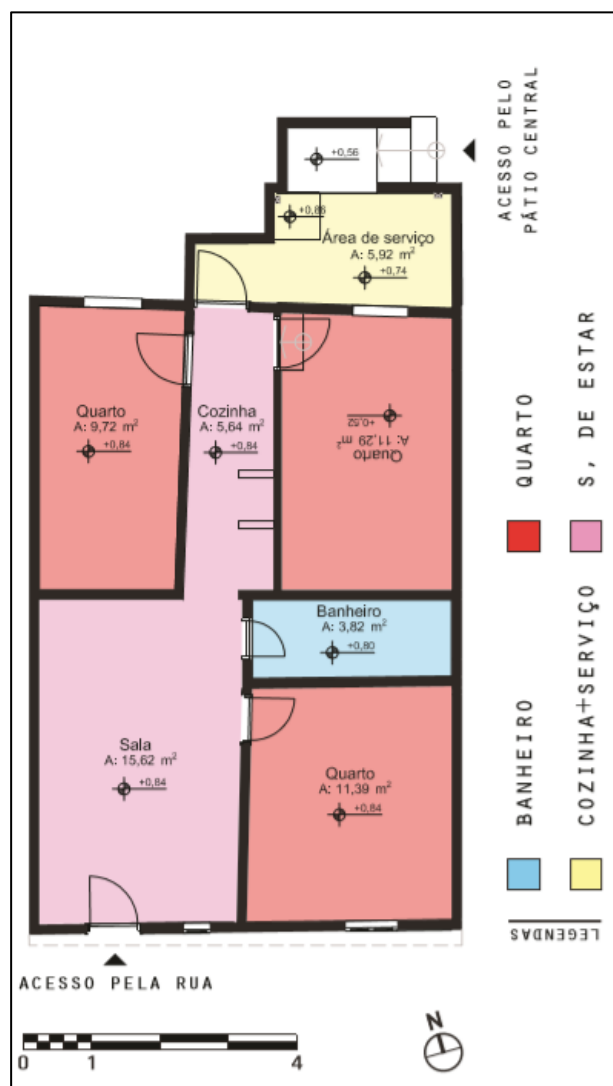


Fonte: Duarte Jr. (2017, p. 27).

confrade da sociedade vicentina, cuja formação técnica, na área de engenharia, arquitetura, dentre outras profissões dessa natureza, pode ter contribuído para isso – o que não era algo incomum à época. Também é possível ter havido a contratação de um mestre de obras.

De acordo com o levantamento realizado pela prefeitura, os lotes ocupados variam de 25 a 179 m<sup>2</sup>. A maior parte dos lotes, 26, possui entre 51 e 90 m<sup>2</sup>, 12 têm entre 25 e 50 m<sup>2</sup> e outros 4 têm entre 100 e 179 m<sup>2</sup>. O maior deles, de 179 m<sup>2</sup>, é a capela. Outro, de 139 m<sup>2</sup>, é o imóvel da Tibúrcio Cavalcante, subdividido em duas residências<sup>60</sup> (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2020). Considero, nesta seção, o detalhamento de áreas internas realizadas para o estudo complementar que venho citando.

Figura 13 – Programa de necessidades de uma residência na VVE – Tipo 2



Fonte: Duarte Jr., 2017, p. 32<sup>61</sup>.

<sup>60</sup>Foram mensurados os 45 lotes da VVE, considerando os ocupados e o subdividido, a capela e os que foram destelhados. A área dos três lotes demolidos totalizou 114,74 m<sup>2</sup> (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2020).

<sup>61</sup>O levantamento da residência que intitulo como tipo 2 revela paredes com alguma inclinação, dando indicações das alterações realizadas pelos moradores na divisão interna das casas, conforme aponta o relatório complementar já citado.

Vale ressaltar que as residências de tipo 2 (Figura 13) possuem fachadas mais estreitas, o que evidencia que foram construídas nos espaços que ficavam entre os pares geminados característicos de sua formação inicial. Tais construções foram lembradas pelos moradores que entrevistei, merecendo destaque o que se afirma no relatório que venho mencionando:

Em seus primórdios as casas da vila compunham pares geminados, intercalados, segundo relatos, por vazios. Contudo, não foi possível ter acesso à iconografia da época para detectar o rebatimento, em planta, de como se configurariam fisicamente tais espaços. Tais vazios, futuramente darão origem a novas casas. Vale ressaltar que, atualmente, as habitações voltadas para as ruas Nunes Valente e Tibúrcio Cavalcante apresentam nuances morfológicas que lhes fazem destoar em relação ao restante do conjunto. Outro contraste, morfológico, pode ser observado entre as casas voltadas para a Avenida Antônio Sales e para a Rua Dom Expedito Lopes, resultante da solução de implantação ante a topografia acentuada (DUARTE JR., 2017, p. 27).

Interessa sublinhar que a rotina da Vila, como afirma uma das entrevistadas, volta-se para o quintal, enfatizando que as relações com a vizinhança, o encontro com os moradores e atividades que envolvem seu cotidiano, são realizadas nesse espaço. O modo de vida dos moradores ganha expressão no "fundo do quintal", estando vários aspectos de sua vida cotidiana atreladas a esse ambiente.

Essa vida que se leva por dentro diz respeito à forma como os moradores da Vila desenvolvem suas relações de vizinhança, encontrando no quintal coletivo um espaço de sociabilidade por excelência. Em contraposição aos ambientes de uso coletivo em condomínios elitizados, o espaço interno da VVE, que alguns moradores chamam de "pátio", cumpre um papel especial quanto à vivência cidadina dos que lá residem.

A esse respeito, tem ocupado espaço relevante nas discussões sobre a VVE sua condição convival, a qual teve os aspectos psicossociais como objeto de atenção no estudo complementar para o tombamento, em que colaborei, juntamente com outro pesquisador, voltado à área da psicologia (DUARTE JR., 2017). Nessa direção, é pertinente notar, em acordo com Ghione (2016), que um modelo impositivo de cidade e de espaço urbano tem sobressaído ao longo do século XX, o qual não privilegia a convivência e o espaço público (CALDEIRA, 2000; SOUZA, 2008), dando destaque às construções que primam por seu isolamento e acesso restritivo – no que diz respeito às áreas regularizadas das cidades.

Nessa perspectiva, há o reconhecimento de uma espécie de “morte da cidade” (JACOBS, 2000), tendo em vista que esta é entendida como lugar de encontro por essência, assim como de convivência e exercício de sociabilidades. Em alguma medida, a Vila recupera esses espaços de convívio e dimensão relacional, instaurando em sua paisagem externa a horizontalidade e a relação direta com rua, sem interrupções bruscas entre espaço público e privado. Ao mesmo tempo, os espaços de convivência internos, associados ao âmbito privado, promovem relações de vizinhança, realçando modos particulares de morar, em meio a “centralidades” urbanas demarcadas por edifícios altos e fluxo intenso de veículos.

Diante disso, o quintal constitui-se como fronteira de reconhecimento identitário, memorial e territorial, por meio do qual se estabelecem zonas de pertencimento, vínculos afetivos e referenciais importantes. Essa característica é um atributo da espacialidade das relações sociais (BARREIRA; LIMA, 2013), por meio das quais são experimentadas práticas conviviais específicas. No próximo tópico, exponho aspectos dessas dimensões.

#### **4.3 “Nosso movimento é todo no quintal<sup>62</sup>”**

A relação dos moradores da Vila com seu quintal não salta aos olhos imediatamente. Diferente dos edifícios de sua vizinhança, a VVE contrasta com a verticalidade das construções com muros imponentes, fachadas luxuosas e guaritas com dispositivos eletrônicos elevadas, por vezes blindadas. Esse tipo de construção anuncia sua ruptura com o externo, sendo valorizada como imperativo construtivo, que se ergue na defesa dos valores da segurança e da privacidade, além da distinção de classes. Os muros, seus materiais, revestimento e aparatos tecnológicos, demarcam fronteiras econômicas, estéticas e morais, produzindo o que Caldeira (2000) chama de “cidade de muros”.

Ao mesmo tempo, a VVE também rompe com o externo, em algum nível, quando suas relações voltam-se para o lado de dentro. Não seria útil romantizar essa percepção, vez que essa “vida por dentro”, em variados aspectos, ajusta-se – e até

---

<sup>62</sup>Estela.

mimetiza – as “vidas por dentro” de seu entorno, restritas e por vezes alheias e desconfiadas do que vem de fora. Os moradores da Vila exibem desconfianças e receio quanto à rua, associada à violência e à insegurança. O medo “do lado de fora” não se restringe aos vizinhos ricos, como assim os identificam. Os moradores também justificam a manutenção das portas fechadas pelo barulho dos carros que transitam nas vias.

O caráter peculiar da relação dos moradores com o quintal foi construído ao longo do tempo. Alguns contam que, quando lá chegaram, tiveram de se acostumar e no início acharam estranho o fato de encontrarem pessoas a todo momento transitando pelo quintal. Constância lembra que quando chegou na Vila, estranhou o quintal comunitário:

[...] Você abria a porta e dava de cara com as pessoas que você nem conhecia, mas com o passar do tempo você tem que se habituar às coisas, eu me acostumei e não era amizade com todo mundo, era assim... principalmente quando você precisava de água, tinha que pegar água no cacimbão com todo mundo, e fui me acostumando.

É por meio desse espaço que os moradores acessam suas casas na maior parte do tempo, praticam atividades de lazer e desenvolvem suas relações de convívio com a vizinhança (Figura 14).

Figura 14 – Jogo de bila e carimba no quintal



Fonte: página do RVV no Facebook.



Aqueles que possuem veículo<sup>63</sup> acessam suas residências a partir do quintal, entrando pelo portão localizado na lateral da capela. Os demais utilizam a porta da frente pontualmente, costumando manter portas e janelas fechadas, na maior parte do tempo. É por meio do quintal, portanto, que ocorre o entrançamento das relações de vizinhança e toda a circulação interna entre pessoas mais próximas.

Por conseguinte, o quintal compartilhado cumpre o papel de "rua" local, espaço de fluxo, ao mesmo tempo de passagem e de permanências. É também por meio do quintal que se observa as modificações ocorridas nas residências, como mencionei antes. Há aqueles que conseguiram estender as casas além de seus limites originais, fazendo “puxadinhos” para construir uma área de serviços, aumentar o espaço da cozinha ou ter mais um banheiro ou cômodo (Figuras 9 e 15).

Figura 15 – Fundos de uma residência na VVE



Fonte: Acervo pessoal. Março, 2017.

Assim, esse universo compartilhado, ao mesmo tempo, também colabora para o entendimento de que diferenças implantadas por meio de ajustes e pequenas reformas visam atender à “necessidade de preservar fronteiras, manter o particularismo, não serem confundidos” (VELHO, 2012, p. 138), a despeito da aparente homogeneidade sugerida pelas fachadas das residências.

---

<sup>63</sup>Nove famílias residentes na VVE possuem carro particular e duas têm motocicleta. O principal meio de locomoção é o transporte público, utilizado por 27 das famílias que residem no local, de acordo com o levantamento da Prefeitura Municipal de Fortaleza (2020).



Além disso, as transformações acabam por atribuir *status* diferenciado entre os moradores, algumas casas recebendo o nome de "palácio" ou "casa de gente rica". Tal *status* só é possível de ser visto a partir de dentro. As casas, vistas de fora, a partir de sua relação com a rua, pouco revelam de sua dinâmica relacional interna.

O local é um ancoradouro de memórias relacionadas às vivências e cotidiano dos moradores que lá chegaram nos anos 1960 e 1970, tais como: a bica que fornecia água direto da Companhia de Água do Estado (Cagece), uma vez que as casas ainda não possuíam ligação junto à companhia de fornecimento; o chafariz público que também servia para abastecer a antiga vizinhança; assim como o poço e a velha caixa d'água (reservatório de águas pluviais), objetos constantes na memória dos moradores (Figuras 16 e 17).

Figura 16 – Fotografia de criança, com a antiga caixa d'água ao fundo



Fonte: Duarte Jr., 2017.

Encontrar no relato dos entrevistados lembranças que reforçam a dificuldade e escassez de serviços de água e energia elétrica não foi algo raro:

Agora tá muito bom! [Referindo-se a como a Vila é atualmente] Depois veio mesmo de prefeitura [o acesso aos serviços], a gente podia pedir a encanação d'água porque nesse tempo [anos 1970] eu ficava até três horas da manhã, na fila de uma torneira que tinha atrás da igreja... eu ficava lá e era todo mundo com um monte de lata numa fila pra encher os potes em casa, muitas vezes eu fiquei lá até três horas da manhã (Lourdes).

Esses recursos, voltados ao abastecimento de água, emergem na fala dos entrevistados como eixo estruturador de suas memórias, assim como elaboração de vínculos afetivos com a vizinhança, que se revezava de madrugada nas longas filas para encher baldes e bacias. Isso ajuda a exemplificar o processo de consolidação daquele espaço como território afetivo, sendo, ao mesmo tempo, espécie de agente a forjar relações de proximidade, ou mesmo conflitos. Sobre o processo, Norma conta que:

Era um absurdo de gente aqui na vila. Era gente idosa, mas tinha os filhos, os netos, nós tudo era novo, eu era novinha. Iam pra lá [quinta] 4 horas da manhã... já tinha umas 30 latas na frente. Cinco, seis horas, a vó ia trabalhar, então ela queria deixar logo os tambores cheios. Toda casa aqui tinha uns tambores imensos. Quando dava umas 11 horas, a água da Cagece chegava e a gente ia prali [referindo-se à torneira atrás da capela]. Quando faltava tudo, nós ia pro cacimbão, mas aí eu não puxava porque era muito menina, mas tinha uns homens que puxavam, era muito fundo... aí tinha um carretel, todo mundo aqui se ajudava.

Figura 17 – Vestígios do antigo chafariz



Fonte: Duarte Jr., 2017<sup>64</sup>.

O relato dos interlocutores contempla aspectos ligados à memória de suas vivências, recurso que é a forma com que o passado se atualiza, tornando-se presente. Sua intrínseca relação com vínculos identitários é demonstrada no momento em que “apelamos ao passado como fonte de identificação de pertencimento, ou seja: o que somos, como indivíduos ou grupos, depende de saber quem fomos e de onde

---

<sup>64</sup>Nesse espaço será construída pelo RVV, em 2018, uma área de lazer, o que comento no capítulo 8.

viemos” (GONDIM, 2001, p. 176). Da mesma maneira, Halbwachs (1990) assegura que um grupo, quando reforça e considera situações de seu passado, torna-se consciente de sua identidade através do tempo. Um indivíduo, por sua vez, só pode forjar a memória do que já viveu enquanto membro de um grupo. Para Lins de Barros (2006), isso é o que torna as memórias individuais pontos de vista de uma memória compartilhada, a qual deve ser entendida como memória do grupo social.

A interlocução com idosos<sup>65</sup> (BOSI, 1979), além disso, traz particularidades que guardam relação ao que afirma Lins de Barros (2006, p. 113):

[...] a experiência de vida, valorizada pelos mais velhos como um dos poucos ganhos da velhice, é o fundamento da narrativa da memória e, do ponto de vista de quem lembra, a experiência é uma interpretação do seu passado.

Pode-se afirmar, assim, que a imagem que os moradores possuem do quintal é compartilhada, de modo que esta reforça momentos que lhes são significativos para definir como é e como era a Vila desde o tempo em que lá chegaram. As lembranças que tratam da falta d’água e das longas filas de madrugada para encher os tambores dão força ao espaço como elemento significante.

O quintal, dessa forma, é um dos espaços que ocupa um caráter estruturador de relações, sendo reconhecido como marcador de diferenças e pertencimento, além de configurar “táticas” (CERTEAU, 2012) de um relacionamento próprio dos moradores com o espaço urbano. As táticas, conforme De Certeau (2012), são reveladoras de usos heterogêneos e não prescritos de um espaço, indo por vezes na contramão do uso considerado “próprio” a ele. Na Vila, o entrecruzamento de fluxos e relações cotidianas no quintal contrariam o uso previsível desse espaço, revelando dinâmicas específicas e relativas ao cotidiano dos moradores do local.

Para os que lá residem, seu quintal é um elemento que os distingue e privilegia em meio ao bairro e a cidade em que moram: “quem tem um lugar desse aqui? Uma vista dessas?! É uma tranquilidade e uma paz muito grande” (Sílvia). Esse elemento assume um importante condicionante quanto à identidade social urbana que emerge entre os moradores da Vila Vicentina, sendo tomado como valor na defesa de sua permanência na cidade.

---

<sup>65</sup>Volto a falar sobre o aspecto geracional e de gênero no capítulo 5.

Ao mesmo tempo, focar experiências de vida urbana marcadas por espaços de descontinuidade e de “quebra de ritmos”, em meio a centros de ativo fluxo de veículos e o barulho que lhes são associados, me permite lembrar do que Barreira (2019) comenta acerca da perspectiva de Lefebvre (1992) sobre o papel da ritmanálise. Esta cede prioridade à dimensão do sensível em situações de pesquisa que envolvem movimentos e apreensões diversas de relações sociais que atravessam usos – repetitivos ou disruptivos – do cotidiano da cidade. Nessa dimensão, uma escuta e observação ritmalista do urbano, presta-se a ouvir uma rua, uma casa, ou mesmo seu quintal..., identificando temporalidades que sinalizam variações de silêncios, ruídos, ou seja, seus “movimentos policêntricos ou sinfônicos” (BARREIRA, 2019, p. 73).

Rocha e Eckert (2005), à vista disso, imprimem importância basililar às narrativas que evidenciam a relação das pessoas com o espaço urbano, assegurando que vivências singulares dos habitantes de cidades brasileiras consolidam-se a partir da formação de “mapas mentais”, os quais são apreendidos sensivelmente por aqueles que experimentam a cidade em sua heterogeneidade. Como consequência, as autoras argumentam que habitantes de uma cidade reafirmam seu desejo de continuarem no tempo a partir da vivência concreta de suas memórias pensadas, isto é, “as sociabilidades e as dinâmicas cotidianas vão desenhando mapas afetivos de pertencimento territoriais dos sujeitos” (ROCHA; ECKERT, 2005, p. 27).

Dando continuidade a essa discussão, a seguir, comento questões igualmente expressivas, que ajudam na consolidação de vínculos identitários e de pertença, os quais levam a entender a constituição da categoria morador e do tempo de moradia, no estudo do movimento Resistência Vila Vicentina.

#### **4.4 “Hoje eu sou um dos moradores mais antigos daqui”<sup>66</sup>**

No capítulo 2, apresentei o perfil dos moradores da Vila Vicentina, demarcado, objetivamente, a partir de características dos residentes, tais como: idade, tempo de moradia, escolaridade, renda, dentre outros aspectos.

---

<sup>66</sup>Manuel.

No entanto, a pesquisa qualitativa permite aprofundar a leitura desses dados, explorando características da população de residentes para além de seus aspectos demográficos. Essa leitura deve considerar a posição social que os indivíduos ocupam, expandindo-a para além da renda, e considerando o capital cultural que conferirá amplitude à noção de classe social (BOURDIEU, 2003). Desse modo, a origem dos moradores, a natureza do trabalho que realizam, a escolaridade, a cor da pele, a condição de acesso às casas, associam-se à renda, correspondendo ao perfil de extratos baixos da população.

Em direção parecida está o que afirma Scott (2011, p. 235), para quem “a classe [...] não exaure o espaço explicativo total das ações sociais”, ao mesmo tempo em que não nega a importância de identificar o grupo de indivíduos que ocupa uma posição “comparável em relação aos meios de produção”. O que Scott (2011) pondera é que a noção de classe coexiste com laços de parentesco, focos de identidade, relações de vizinhança, dentre outras questões que são apreensíveis a partir do estudo da experiência de agentes sociais.

Sendo assim, estudos dessa natureza favorecem a percepção da cidade e de seus moradores, situados em suas vivências e expressões heterogêneas. Essa preocupação contraria concepções de um espaço urbano inerte e homogeneizante, distante das práticas e vivências de quem o experimenta (BARREIRA, 2019; CERTEAU, 2003).

Logo, ao tempo em que conhecer os dados gerais da população do local é importante, assim como a caracterização de seus espaços, é igualmente necessário atentar para as particularidades dos que vivem na VVE, e que serviram aos propósitos da pesquisa.

Durante a convivência em campo, fui percebendo que a referência territorial não era a única a atribuir a condição de morador na Vila. Ao mesmo tempo, essa característica confirma a noção de território para além de referente geográfico, sendo dotada de componentes simbólicos e associados à dinâmica cotidiana (GUATTARI, 1985). Isto é, estar inserido numa vizinhança, a partir de limites fisicamente reconhecíveis, não era suficiente para definir os moradores da Vila nem para que fossem considerados “filhos da Vila” – como ouvi por muitas vezes em situações vividas no campo.

Reconhecer essas classificações é importante, uma vez que os que moram na Vila a menos tempo não têm a mesma legitimidade<sup>67</sup> em relação aos moradores mais antigos ou que estão envolvidos na defesa de sua permanência no local. Morar na Vila há menos de 30 anos, por exemplo, é ser considerado um “morador recente”, pois só chegou lá no final da década de 1980 ou nos anos 1990. Essas variações de tempo contribuem para estabelecer diferenças de *status* entre os vizinhos, sendo significativa no momento em que foi iniciada as negociações para a retirada dos moradores e venda do local. Ao mesmo tempo, o sentimento de pertencimento, associado à estima e ao vínculo com o lugar, potencializará os engajamentos em sua defesa (PACHECO, 2018).

O tempo de moradia nem sempre se relaciona à idade do morador e atribuirá legitimidade a figuras de liderança na VVE, assim como ter filhos nascidos e criados lá é uma característica que se associa a noções de pertencimento, estando para além de compartilhar o mesmo endereço. Nesse sentido, “morador não é apenas quem reside em um lugar, mas quem, por algum consenso, é considerado como o habitante apropriado, ‘natural’ daquele espaço” (SANTOS, 1981, p. 198). Por esse motivo, “ser filho da Vila” é usufruir da variável tempo como indicativo de pertencimento e reivindicação de posição social, a qual pode ser acionada a fim de validar a autoridade sobre a defesa do lugar de moradia e de sua memória.

Precisei, portanto, desnaturalizar a categoria morador, ainda restrita, no início da pesquisa, ao referente espacial. Isso também se relaciona à percepção do espaço enquanto expressão heterogênea, tanto de práticas como de processos, revelando dinâmicas simultâneas e relacionais incessantes (MASSEY, 2008).

Nesse âmbito, cabe reconhecer que tanto os marcadores socioespaciais como os temporais produzem entrecruzamentos significativos, que conduzem lembranças contadas e vividas pelos moradores na elaboração de “[...] mapas que recontam histórias, que integram tempo e espaço” (MASSEY, 2008, p. 162). Assim, o “tempo de moradia” não só acresce legitimidade e reconhecimento ao “ser morador”, como revela o tempo como elemento indissociável na composição espacial e de pertencimentos (MASSEY, 2008). O tempo de moradia opera como marcador de distinção, produzindo identidades e vínculos, e mostrando-se relevante na formação da ação coletiva.

---

<sup>67</sup>Retomo essa questão no capítulo 6, quando trato dos conflitos que dividiram os moradores durante as tratativas para negociação das casas.

Essas noções também contribuem para perceber que manifestações da memória<sup>68</sup> e, consecutivamente, da identidade, são passíveis de serem observadas por meio de indicadores empíricos calcados na experiência, como define Pollak (1992). De acordo com esse autor, existe uma ligação fenomenológica bastante estreita entre memória e identidade. Uma das características que expressam a identidade é a que trata do sentido de si, tanto para si mesmo como para os outros. Esse sentido é a imagem pessoal que vamos adquirindo sobre nós mesmos ao longo da vida. E essa imagem constrói-se na relação com outros indivíduos.

Pollak (1992) indica três critérios, empiricamente fundados, como elementos constitutivos da memória individual ou compartilhada: os acontecimentos, os personagens e os lugares. Os acontecimentos são experiências vividas no âmbito pessoal e que também se situam no interior de grupos; os personagens são a certificação de que a memória constitui-se de pessoas, e estas atravessam nossa experiência no mundo; e, por último, os lugares demarcam o espaço em que se estabelecem e estão ancoradas nossas experiências de vida.

Esses três critérios, segundo Pollak (1992), não se restringem à existência cronológica do indivíduo, tendo em vista que tais situações também são objeto de “vivência” indireta, a qual é acionada pelo contar e recontar, viver ou reviver, as práticas que afirmam a existência social de um grupo e, conseqüentemente, do indivíduo. Estela, que chegou para morar na Vila nos anos 1990, vale-se, por exemplo, do que escuta de outros moradores, sobre o que havia lá anteriormente.

Acontecimentos, personagens e lugares são, dessa maneira, possíveis de serem recuperados por meio do que constitui as memórias dos moradores da VVE, sendo pontos necessários ao entendimento de sua identidade social.

Entrevistados falavam de “seu tempo” de chegada na Vila, de como era o local e sua convivência nos espaços. A transmissão dessas lembranças colocava o interlocutor no papel de “[...] alguém que se percebe como conhecedor das transformações porque as viveu e seus depoimentos são uma apreensão das mudanças sociais, como as que estão aparentes nas marcas da cidade, nas relações de trabalho, na família e nas relações de gênero” (LINS DE BARROS, 2006, p. 113).

Eckert (2002, p. 75), numa posição semelhante e ao situar o pensamento de Debert (1999), afirma que a “identidade de pertença” está relacionada à

---

<sup>68</sup>Como dimensão associada ao patrimônio, retomo aspectos da memória no capítulo 8, que consiste em uma das linhas de ação do movimento RVV.

experiência de transições ao longo do tempo, devendo a concepção de geração ser menos associada à idade das pessoas do que à vivência que tiveram de determinados eventos que marcam suas trajetórias.

Para esse momento, importa tornar mais nítido que situações e relações que envolvem as experiências dos moradores nos espaços da Vila estarão associadas aos marcadores empíricos que se vinculam ao estudo da memória e da identidade, ligando-se ao modo como vivem aquele espaço e estabelecem suas relações de sociabilidade ao longo do tempo, o que contribui para a produção de pertencimentos.

Compreendo que experiências compartilhadas e que se associam ao lugar e ao tempo de moradia emprestam elementos relevantes à compreensão do processo que deu origem ao movimento em favor da permanência da Vila Vicentina. Além disso, esses aspectos estarão vinculados à própria manutenção das ações do grupo, garantindo-lhes noções de identidade, legitimidade e coerência. Isso consolida-se por meio do jogo tensional que irá opor moradores entre si, quando do início das negociações para deixar as casas.

Dando continuidade às discussões, no próximo capítulo exploro as condições de acesso às casas na Vila, assim como o papel da instituição beneficente e a população de mulheres pobres que eram assistidas no lugar.



## 5 “MORAR AQUI É UMA BÊNÇÃO”<sup>69</sup>: TRABALHO, CRENÇA E OBEDIÊNCIA COMO CRITÉRIOS DE MORADIA

Apresento, neste capítulo, características da ocupação da Vila Vicentina. Entre as questões fundamentais está a compreensão de como as pessoas obtinham acesso às casas. Devo acrescentar a necessidade de melhor esclarecer a relação estabelecida entre os moradores assistidos e a instituição beneficente que os amparava, no que tange à organização do lugar e ao código de conduta e regramento que se impunha aos residentes. Também são objeto de atenção características relacionadas ao gênero e à idade da população beneficiada com as casas – em geral, mulheres pobres e idosas.

Durante as etapas iniciais da pesquisa, minhas preocupações estavam atreladas às questões de ordem macroestrutural, envolvendo os conceitos-chave do estudo, a categorização dos movimentos sociais, assim como a organização e a mobilização então adotada pelo RVV. À medida em que me envolvia nas situações observadas, aprofundando o contato com interlocutores e minha permanência lá, é que sobressaíam outros aspectos pertinentes para entender a formação do movimento e sua manutenção – assim como os diferentes papéis que este vai assumir ao longo desses anos.

### 5.1 “Eles diziam que tinha uma lista”<sup>70</sup>

Tudo provém de um consêlho [sic]  
E da mais perfeita administração  
Falamos da Vila Cinzenta  
E da sua transformação  
(ALBUQUERQUE, 1970).

Desde o início da pesquisa, fui movida pela curiosidade em saber por que o conjunto de casas da Vila tinha a cor cinza por padrão (Figuras 6, 11, 18 e 19). Claro que, ao mesmo tempo, imaginava tratar-se de padronização que vilas e conjuntos de habitações populares, teriam de seguir – o que ocorre em edifícios e condomínios cuja construção segue ritmo e escalas industriais e respondem a padrões construtivos e de acabamento específicos.

---

<sup>69</sup>Zélia.

<sup>70</sup>Anete.

Mas a cor cinza da VVE remete a outros processos que lhe são peculiares, uma vez que o conjunto não foi pensado por uma indústria a fim de abrigar seus operários, como foi a maioria das vilas que se originaram no Brasil, em fins do século XIX e início do século XX (BONDUKI, 1998; VALLADARES; FIGUEIREDO, 1981). A cor uniformiza as residências e, ao mesmo tempo, leva a crer que os que lá moravam submetiam-se a um conjunto de regramentos.

Figura 18 – Fachada de casas da VVE, vista a partir da Av. Antônio Sales



Fonte: Acervo pessoal. Março/2017.

Enquanto entrevistava Lêda, moradora da Vila há 50 anos, questionei-a sobre o porquê da Vila ser cinza, já que falávamos sobre como ela obteve a casa, assim como da administração do local. Mas não havia uma explicação clara que justificasse a escolha dessa tonalidade que, segundo a entrevistada, era exigência dos membros do Conselho Metropolitano de Fortaleza da Sociedade São Vicente de Paulo (CMFSSVP).

Entidade dedicada a ações de caridade, o CMFSSVP é representante local da Sociedade São Vicente de Paulo, e instituição que reivindica ser beneficiária da doação do terreno da VVE por Dionísio Torres. O conselho está submetido ao nacional, com sede no Rio de Janeiro, devendo prestar contas e esclarecimentos quanto às reuniões realizadas, por meio do envio periódico de atas, assim como dos recursos recebidos (CONSELHO NACIONAL DO BRASIL DA SSV, 2019).

Figura 19 – Fachada de casas da VVE, vista a partir da Rua D. Expedito Lopes



Fonte: Acervo pessoal. Março/2017.

O CMFSSVP era responsável pela gestão do lugar até 2016<sup>71</sup> – momento em que ocorrem as demolições das casas que haviam sido negociadas. Aos moradores, impunha-se um código de conduta moral e religioso pautado pela observância às normas da instituição. Assim, o local possui relações com instituições de controle e disciplina (FOUCAULT, 2007), as quais se voltam a atender pessoas desfavorecidas e em situação de vulnerabilidade<sup>72</sup>.

Como já mencionado, a Vila Vicentina recebe seus primeiros moradores no início da década de 1940. As Assistidas obtêm a moradia como benefício da SSVP, assim como recebem, da mesma entidade, doações de alimentos e outros recursos para manter-se. Os relatos dão conta das dificuldades que existiam, pioradas pela ausência de serviços básicos.

A ocupação de casas na VVE, portanto, estava sob a gestão do Conselho Metropolitano de Fortaleza da Sociedade São Vicente de Paulo (CMFSSVP). De início, seus membros, conhecidos por vicentinos, destinavam as residências para idosas carentes, prioritariamente viúvas, vindas do interior do Estado. Ao longo dos anos, essa prioridade foi se modificando, de modo a atender a pessoas e famílias carentes, não obrigatoriamente idosos, nem migrantes.

A realização das entrevistas com os moradores cumpriu um papel central para o levantamento de informações sobre como os ocupantes da Vila obtinham suas

---

<sup>71</sup>Discurso sobre os cuidados com o local, a partir de 2016, no capítulo 8.

<sup>72</sup>Exploro essa característica mais adiante, no tópico 5.3.

residências. De início, tudo que sabia era que a Sociedade Vicentina tinha o papel de controlar o benefício, para o qual alegava-se a existência de um cadastro. Contudo, a busca por tal cadastro revelou-se problemática, pois fui informada de que, caso houvesse, deveria estar na sede do CMFSSVP, localizado no centro de Fortaleza. Cabe lembrar que tal conselho está envolvido numa contenda jurídica<sup>73</sup> sobre a propriedade do terreno da Vila, o que coloca a entidade como um dos principais oponentes dos moradores que integram o movimento pela RVV. Essa situação me desencorajou de ir em busca do tal registro, que poderia nem mesmo existir. Além do mais, todo esse empreendimento poderia trazer prejuízos ao andamento da pesquisa, acarretando perda de confiança e abalando minha relação junto aos moradores.

Desse modo, a ausência de dados “mais objetivos” sobre os primeiros ocupantes foi suprida pelo relato dos entrevistados, que deram conta de confirmar o destino inicial das residências a idosas vindas do interior do Estado à procura de melhorias em suas condições de vida. Os depoimentos também apontam as mudanças que esse critério inicial sofreu ao longo dos anos. Em especial, nas décadas de 1970 e 1980, a obtenção de casas na Vila passa a estar vinculada a outros imperativos.

Anete conta que “sempre foi difícil conseguir uma casa na Vila... quando desocupa uma casa tem que correr”. Acrescenta, ainda, que membros do conselho vicentino “diziam que tinha uma lista, com pessoas na frente, mas eu acho que na verdade nem tinha essa lista, acho que eles botavam por preferência”.

Saber desse aspecto preferencial assumiu importância chave na pesquisa, sobretudo porque me dei conta – conforme contato com os interlocutores – de que o tal cadastro, supondo que existisse, não era um critério que os vicentinos seguiam para a alocação das casas. O caráter de preferência também desvelou condições que até então eram obscuras, pois ainda não tinha informações sobre como a sociedade vicentina atribuía casas a viúvas, mulheres solteiras e a idosas e suas famílias, dada a alta demanda por moradia em Fortaleza. Controlar um cadastro como esse, para uma instituição de natureza beneficente, parecia algo bastante difícil de operacionalizar. Logo, imaginei que os critérios adotados deveriam ser muito bem delimitados, estando condicionados a algum tipo de comprovação de carência, dentre outros fatores.

---

<sup>73</sup>Por sua especificidade e necessidade de detalhamento, comento essa questão no capítulo 6.

Essa suposição, decorrente de uma certa ingenuidade nas etapas iniciais da pesquisa, logo revelou-se um equívoco. Os relatos obtidos dão conta de que a obtenção das casas decorriam de relações de influência, amizade e compadrio, que precisavam ser melhor esclarecidas.

Moradores mais antigos mencionam casos em que alguns dos primeiros ocupantes das casas receberam o benefício como retribuição a longos anos de serviços domésticos prestados em casas de famílias abastadas, como no caso do Sr. Firmino<sup>74</sup>, que passou a morar na Vila em 1961, tendo ele e seus ascendentes prestado serviços à família Torres – considerada influente sobre o CMFSSVP por ter doado o terreno à entidade.

Ao tempo em que ia realizando as entrevistas, pude notar que o critério de destino das residências a viúvas e idosas – ou mesmo mulheres que não haviam casado – também poderia estar relacionado a conhecidos dos membros leigos da Sociedade Vicentina, assim como párocos e demais clérigos da Igreja. O fato, por si mesmo, não anula o benefício recebido, nem exclui a relação de dependência entre beneficiados e beneméritos. Essa relação é reveladora de relações de subserviência e clientelismo, vinculadas ao trabalho doméstico no Brasil.

Ao longo do tempo, serviços voltados à esfera doméstica recrutam pessoas, especialmente mulheres (HELENE, 2019) em situação de vulnerabilidade, possuindo raízes na questão étnica e nas desigualdades sociais (PERROT, 1988). O que se obtém disso é uma relação de dominação que se mostra muitas vezes perversa, atribuindo-se o falso *status* de membros da família a trabalhadores que residem nas casas ou nos arredores das casas dos patrões (BRITES, 2013).

Lourdes, moradora da Vila há 47 anos, ao lembrar de como obteve sua casa, fala da amizade que sua irmã, já residente em Fortaleza, possuía com a filha de um homem rico. Essa relação de proximidade, segundo conta, era atribuída ao fato de sua irmã prestar serviços de costura e ser considerada “quase como membro da família”. De visita à Fortaleza, Lourdes foi convidada pela irmã a sair do município onde morava e vir trabalhar como costureira na capital. Ela recorda que a irmã, ao manter contato com uma pessoa vinculada à Sociedade Vicentina, recebeu a informação de que estavam “arrumando essas casas [da Vila] para as pessoas mais novas e que tem que manter a vida”, não mais se restringindo a idosos.

---

<sup>74</sup>Em depoimento fornecido à equipe para estudos complementares ao processo de tombamento.

Isso ocorreu no ano de 1973. Nessa ocasião, a VVE já começa a ser ocupada por moradores que não mais atendiam aos critérios estabelecidos em seu início. Mas Lourdes conta que sua mudança definitiva para Fortaleza não dependia apenas da obtenção da moradia, pois sua preocupação, além de conseguir trabalho, era a conquista dos estudos para a filha mais velha. A relação de amizade com a família rica, segundo revela, a levou a obter uma bolsa de estudos para a filha, já que não era do seu interesse deixar que ela trabalhasse em “casa de família”. Logo que Lourdes conseguiu a casa e a bolsa para a filha estudar, veio para Fortaleza com mais dois filhos, além da mais velha. O marido ficou no município em que ela residia, com problemas de saúde que o foram impossibilitando de trabalhar. As condições que Lourdes aponta para obter a casa se assemelham às dos outros moradores que entrevistei.

Norma reforça a dificuldade de conseguir uma casa na Vila: “conseguir uma casa aqui era uma loteria, uma mega sena”. Sua avó trabalhava para a família de um médico que era membro da Sociedade Vicentina em Fortaleza e prestava serviços de saúde, quando da existência do ambulatório e da enfermaria no local. Por meio dele, que era amigo de sua família, a avó conseguiu residir na Vila. Segundo conta, essa relação de amizade era proveniente de décadas de trabalho para a família do médico. De origem negra, Norma recorda que tanto sua avó como sua tia-avó “foram criadas por eles [referindo-se à família do médico]”. Quando a avó de Norma veio do interior do Estado com os pais, passou a morar na Vila por intermédio desse médico, dando continuidade aos serviços domésticos na casa dele – que residia nas proximidades do bairro Dionísio Torres. Foi essa condição que garantiu a conquista da casa em que ela reside hoje com sua família, após o falecimento da avó.

Zélia lembra que sua moradia também foi conseguida por meio de relações semelhantes:

O administrador daqui era um ex-patrão meu. Eu trabalhava de doméstica e ele era administrador daqui da vila. Conteí a minha história [dificuldades que passava após o companheiro abandoná-la com os filhos] a minha patroa e ela disse, eu vou falar com o Ricardo pra ele arranjar um quartinho<sup>75</sup> pra você na vila. Eu ainda esperei seis meses pra ganhar esse quartinho, todo dia 12 horas eu botava o joelho no chão e pedia a Deus.

---

<sup>75</sup>A expressão “quartinho” está relacionada a uma casa arranjada na Vila e não a um quarto, enquanto compartimento de outra residência. O quartinho explicita o caráter “arranjado” e o improvisado com que as moradias na Vila vão sendo construídas a partir das décadas de 1970 em diante, através da ocupação dos antigos intervalos entre as residências e a extinção dos espaços de prestação de serviços, como o ambulatório médico e o consultório dentário.

Constância, outra entrevistada, que mora na Vila desde 1978, explica que conseguiu a casa por meio de um amigo do ex-marido, que já residia na VVE e que era próximo da administradora do local. Ela conta que os gastos com aluguel pesavam no orçamento, além de morarem longe do trabalho do marido, que exercia funções no Canal 2 – à época, TV Manchete – localizado nas proximidades da Vila:

Eu vim pra cá através de um amigo do pai dos meninos, meu marido na época. Hoje eu sou separada, então a gente morava lá no Jôquei Clube, ainda tinha aquele Jôquei Clube antigo que hoje é um shopping. A gente morava lá de aluguel e ele trabalhava no Canal 2 aqui. Tinha esse amigo dele que morava nessa vila e disse que podia arranjar uma casinha aqui pra ele e foi o que aconteceu, ele também era conhecido da dona Josefa, a coordenadora aqui da vila quando eu cheguei, muito tempo, desde a fundação.

Ao obter informações sobre o nível de escolaridade, profissão e renda, foi possível identificar o perfil sócio-ocupacional<sup>76</sup> dos moradores da VVE. Essas condições revelam que a natureza da ocupação profissional exercida está associada, em algum grau, a situações de subemprego, concernentes a profissões mal remuneradas, ao exercício de atividades informais, bem como ao trabalho doméstico sem remuneração.

As relações de amizade, influência e compadrio – reveladas pelo duplo vínculo de dominação e interdependência que se desenvolve entre patrões e empregados – auxiliam a demarcar o *status* social ocupado pelos moradores da VVE, condição que os distancia dos demais residentes do bairro Dionísio Torres, sobretudo atualmente.

Entre os moradores que entrevistei, apenas três possuem o ensino médio completo, estando os demais com o ensino fundamental incompleto – isto é, não cursaram até o quinto ou o nono ano do ensino fundamental – em condição de semi-alfabetização, lendo e escrevendo com dificuldades.

É fato que os atuais moradores da VVE são remanescentes de um momento em que o processo de ocupação do local assume outros critérios, que não os definidos em seu início. Essa situação possui íntima relação com o papel ocupado pelos administradores da Vila e membros da sociedade vicentina, conforme descrevo na próxima subseção.

---

<sup>76</sup>Integram esse mapeamento os moradores que entrevistei entre novembro de 2019 e janeiro de 2020, totalizando 10 entrevistas, cuja ocupação e profissão foram objetos de abordagem no instrumento de coleta de dados semiestruturado. Pode complementar esses dados com o censo realizado na Vila pela Prefeitura de Fortaleza, em 2020, conforme expus no perfil dos moradores, no capítulo 2.

## 5.2 “Uma das regras quando vinha morar aqui era participar das reuniões”<sup>77</sup>

As três primeiras décadas de ocupação da Vila – 1939 a 1969<sup>78</sup> – foram marcadas para atender moradoras com o perfil de “Assistidas”. Isso mudou a partir dos anos 1970, quando o Conselho Metropolitano de Fortaleza da Sociedade São Vicente de Paulo (CMFSSVP) passa a receber famílias e moradores que não atendiam mais a essas condições prioritárias.

Como organizações civis de leigos, os conselhos vicentinos, assim como a sociedade vicentina, não estão vinculados à hierarquia da Igreja Católica, nem seu patrimônio está a ela atrelado, ainda que sigam os preceitos da liturgia católica romana. Seu objetivo é o exercício do trabalho cristão para “aliviar o sofrimento de pessoas vulneráveis e fortalecer a fé de seus membros” (SSVP, 2019, *on-line*).

A atuação dos vicentinos ocorre por meio do que denominam de Conferências. O nome “Conferências” é o modo como chamam as reuniões que realizam na entidade ou em outros locais por eles determinados. As Conferências, segundo definem, são comunidades de oração e caridade, cujos membros reúnem-se com certa regularidade e frequência (SSVP, 2019).

Confrades e consócias, como são chamados os membros da sociedade vicentina, que participam das Conferências, realizavam ações voluntárias a fim de atender às Assistidas da VVE – compostas tanto por doações em dinheiro como pela prestação de serviços de outra natureza, tais como os serviços médicos e de atendimento ambulatorial e dentário, por exemplo.

Norma participava de tais Conferências, que eram realizadas na VVE, chegando a ser secretária. Segundo recorda: “tudo que você faz aqui na vila tinha que ter um documento constando pra você prestar contas lá no prédio [referindo-se à sede do CMFSSVP em Fortaleza] pra ir pro Rio de Janeiro. Aqui é o [Conselho] metropolitano e no Rio de Janeiro era o nacional, e lá em Paris é o internacional”. Essa hierarquia está associada às entidades da Sociedade São Vicente de Paulo, com sede na França, possuindo representações nacionais e locais em outros estados e cidades mundo afora. No Brasil, a SSVP possui sede no Rio de Janeiro, estando

---

<sup>77</sup>Constância.

<sup>78</sup>Deduzo este período com base nos relatos dos entrevistados, os quais – à exceção de Manuel, que ingressou na VVE em 1954 – obtiveram suas residências no início dos anos 1970 em diante, dando conta da gradual substituição de Assistidas por moradores com outros perfis.



representada localmente pelo Conselho Metropolitano de Fortaleza da SSVV (CMFSSVP).

Alguns dos atuais moradores chegaram a fazer parte dessas Conferências. Outros não se vincularam diretamente a elas, mas sua presença nas reuniões era necessária para a permanência nas casas, ou mesmo para obtê-las. O assunto acabou tomando parte das entrevistas quando lhes perguntava como era a Vila e a administração do espaço quando eles chegaram. O tema veio à tona porque pessoas que passaram a residir na VVE nos anos 1970 estavam condicionadas a participar das reuniões dos vicentinos que aconteciam na Vila, no salão de reuniões contíguo à capela e que hoje é uma casa. A realização dessas reuniões foi se esvaziando ao longo do tempo, conforme relataram, tendo sido quase extintas nos anos 2000 em diante.

Apesar de não ter entrevistado membros do Conselho Metropolitano de Fortaleza da SSVV (CMFSSVP), a abrangência das entrevistas que realizei contempla moradores que fizeram parte das Conferências Vicentinas, integrando-as não apenas como fiéis, mas ocupando funções de organização nas reuniões, como Norma, que chegou a exercer a função de secretária, na Conferência de São José; e Estela, que ocupou função de tesoureira, na mesma Conferência. Ambas as entrevistadas foram consagradas consócias vicentinas em cerimônia realizada na sede da instituição, no centro de Fortaleza. O rito é característico da entidade, persistindo nos dias de hoje (CONSELHO NACIONAL DO BRASIL DA SSVV, 2019). As funções exercidas por elas não lhes davam autoridade quanto à gestão e organização da VVE, que estava sob controle de membros atribuídos a esta função pelo CMFSSVP. Os gestores da VVE não poderiam ser beneficiários diretos das moradias ou donativos arrecadados, uma vez que sua condição econômica e origem social dispensava tal assistência.

Além de participar das reuniões, os moradores recém-chegados (a partir de 1970) eram chamados a contribuir com donativos, alimentos, ou algum recurso em dinheiro para ajudar a manter as Assistidas que lá residiam. Sobre essa prática, Constância afirma que:

As Conferências era isso, se reunia as pessoas que tinham um poder aquisitivo melhor e só que a gente aqui não tinha esse poder aquisitivo, mas era só porque morávamos aqui e perguntavam se a gente queria participar porque a gente já tava morando aqui, conhecia as assistidas... Mas também

nessa reunião tinha que contribuir com uma coleta<sup>79</sup>, que era justamente o dinheiro que dava pra assistida. Eu já vim pra cá precisando de uma moradia, aí também tinha que dar um valor na coleta que já me fazia falta também, como que eu vou ajudar se eu não tenho condição de ajudar?

Ainda que houvesse a preocupação em prover recursos, como o acesso à moradia e outros donativos, a situação dos residentes – sobretudo das primeiras décadas de ocupação do local – ainda se mantinha precária. A casa não se destinava, muitas vezes, a uma idosa apenas, principalmente quando esta não tinha família. Moradores que entrevistei contam que cada residência poderia abrigar, em média, três idosas, para que pudessem compartilhar cuidados e atenção mútua. Mesmo com o programa de atenção médica, as Assistidas não contavam com cuidadores em tempo integral, havendo um programa de corresponsabilidade entre moradores mais novos. É o que reflete o depoimento de alguns entrevistados:

Moravam três idosos, nunca morou um velho aqui só, nunca. Hoje já mora, digo hoje porque ainda tem idoso aqui. Na época que a vó chegou aqui [1977] não podia morar um idoso só. Teria que ser sempre [com] um mais novo... morava sempre três e como não tinha energia, menina, se você chegasse aqui na vila, o chão era encardido porque eles não tinham fogão, então eles cozinhavam no carvão, faziam um fogareiro no chão (Norma).

No entanto, essa visão da coabitação não é compartilhada por todos. Para Manuel, por exemplo, a situação denunciava outra questão, tendo a ver com o fato das casas passarem a ser desocupadas para obter renda com taxas que seriam recolhidas de novos ocupantes: “olha a maldade que ele [refere-se a um dos administradores]<sup>80</sup> fez: tinha velhinha que ficava sozinha e pra alugar a casa ele juntava com uma de outro temperamento, que brigava, brigava até morrer... de desgosto”.

Penso que ambos os fatos: a ausência de assistência em tempo integral para idosos que precisavam de cuidados e iam perdendo autonomia para realizar tarefas do dia a dia; e o início da cobrança da taxa, desde os anos 1970, para permanência nas casas, são fatores que ajudam a identificar os motivos para a coabitação na Vila.

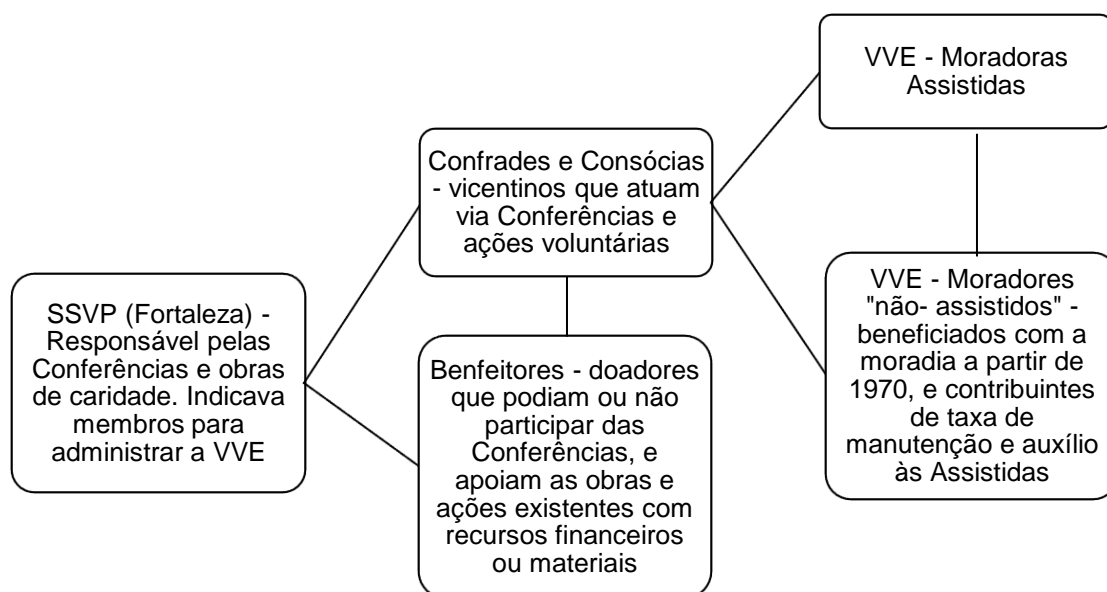
---

<sup>79</sup>Não havia um valor fixo previamente estipulado. A participação nas Conferências, por meio das reuniões, incluía em seu rito o momento da coleta, quando se solicitava a doação de recursos dos participantes, que auxiliavam conforme suas condições.

<sup>80</sup>Trato das administrações da Vila no próximo item, assim como da taxa de permanência nas moradias que será cobrada a moradores ingressantes a partir dos anos 1970.

A estrutura de relações entre instituição beneficente, doadores e moradores da VVE – que imperou do final da década de 1960 até os anos 2010 é representada na figura 20.

Figura 20 – Estrutura de relações entre SSVP, vicentinos, doadores, moradoras assistidas e não-assistidos da VVE



Fonte: Elaborada pela autora. Março, 2020.

De 1970 em diante, a VVE passa a admitir outros moradores, oriundos de classes populares, mas não exclusivamente mulheres ou idosos nas condições já mencionadas. A partir de então, o ingresso de novos residentes, segundo moradores que entrevistei, tinha como uma das exigências para obter e manter-se na casa a participação nas reuniões da sociedade vicentina.

No portal da instituição, tive acesso ao Manual da Conferência, elaborado pela SSVP de Paris, a sede internacional, cujas regras do funcionamento dos grupos estão registradas e orientam sua realização nos diversos países em que atua (SSVP, 2019, *on-line*). Uma das entrevistadas, Estela, ao me falar sobre as reuniões que tinha que frequentar explicou-me a respeito do tal código de regras: “é porque tu precisava ler um livro que eles têm que chama a regra deles”.

Lourdes também me falou a respeito das reuniões quando de sua chegada lá, em 1973: “quando tinha essas reuniões, porque tinha muita assistida, e ali mesmo ele [administrador do local] dividia as doações..., nesse tempo tinha organização, a

gente saia da reunião e ia deixar [na casa das Assistidas], porque tinha muita velhinha”.

Um outro modo de contribuir junto às Assistidas era a prestação de serviços de limpeza e cuidado com as idosas, tais como banho, preparo da alimentação, limpeza da casa, administração de medicamentos etc. Conforme conta Lêda, não era só o “povo de fora [referindo-se aos beneméritos] que ajudava”, mas os que moravam lá também, realizando esse tipo de préstimo.

O rito das reuniões das Conferências envolvia, além da oração, o momento da coleta – recebimento dos donativos em dinheiro ou outros recursos materiais – e as visitas. Estas são parte integrante das reuniões, que podem ser realizadas semanal, quinzenal ou mensalmente, a depender do grupo. Fui informada de que existia mais de uma Conferência atuando na Vila, e isto porque, de acordo com o Manual, orienta-se que a Conferência possua no mínimo sete integrantes para poder acontecer. Caso o número de integrantes chegue a 15 ou 20, recomenda-se dividi-la para que formem dois grupos distintos. A Conferência de São Leão e de São José foram as mais citadas pelos entrevistados. A atuação dessas unidades mostra-se essencial para o desvendamento das relações entre moradoras assistidas, moradores pagantes e entidade beneficente.

A estrutura dessas relações (Figura 20) dá forma à VVE nos últimos 50 anos de sua existência e ajuda a compreender os conflitos que envolvem não apenas o pagamento de taxas, mas a alegada falta de recursos que oferecerá justificativas reincidentes em torno dos boatos sobre a venda do terreno em que as casas foram construídas.

Lêda, quando falou sobre como conseguiu a casa<sup>81</sup> em que mora, contou que ela e a mãe ficaram “vindo nas reuniões todo domingo. Todo domingo tinha reunião aqui na igreja. Aí as pessoas que queria arranjar a casa tinha que participar das reuniões”. A presença nas reuniões era condição não apenas para conseguir a casa, mas também para permanecer nela: “não podia faltar, pois ameaçava você de sair da casa” (Constância).

---

<sup>81</sup>A mãe de Lêda, como outros moradores, obteve sua casa por meio de uma senhora para quem prestava serviços domésticos. A patroa tinha conhecidos que eram beneméritos da SSVP e indicou-a para que pudessem obter uma casa na Vila. A participação nas reuniões reforçava a garantia de poder morar no local, tão logo uma casa fosse disponibilizada.

Esse tipo de imposição é uma forte característica da organização e da gestão da VVE. Discorro sobre as particularidades desses elementos no próximo tópico, os quais serão determinantes das condições dos residentes e da relação que mantinham com beneméritos e membros da sociedade vicentina. Essas características dão corpo à compreensão das relações dos moradores com o lugar, e terão implicações para a mobilização e organização do movimento Resistência Vila Vicentina.

### **5.3 “A gente era regrado pelos vicentinos, as regras eram como eles diziam”<sup>82</sup>**

Com o aprofundamento da pesquisa, resultante da convivência que tive com as situações que observava e do meu contato com os interlocutores, fui me dando conta da existência, em alguma medida, de características das relações entre moradores – na condição de Assistidas ou não – e a entidade beneficente, as quais tendiam a uma dimensão totalizante, à semelhança de instituições manicomiais ou voltadas para a formação religiosa, como conventos e mosteiros. Para Goffman (1974), tratam-se de “instituições totais”, que podem assumir formas variadas e prescrever códigos de conduta específicos e diversos – a depender da natureza da instituição, de seus objetivos e dos contextos espacial e temporal. Tais instituições têm em comum a segregação social, através de uma vida fechada e rigidamente administrada; sua característica principal é o exercício do trabalho e da moradia no mesmo espaço (GOFFMAN, 1974). No entanto, a combinação de aspectos totalizantes pode estar presente em instituições de natureza diversa, como as de cunho associativo e entidades técnicas e profissionais.

Ao lembrar de como a VVE era gerida, situações descritas pelos interlocutores vão ao encontro de características de instituições dessa natureza, tais como: imposição de um sistema de regras; estabelecimento de controle e vigilância; e punições quanto ao descumprimento do código comportamental e de normas. Os princípios de gestão da VVE combinavam alguns dos aspectos totalizantes em relação ao controle exercido sobre o comportamento dos moradores, assim como à condição

---

<sup>82</sup>Constância.

de subordinação a que estavam submetidos. No entanto, deve-se ressaltar que os moradores da Vila não realizavam todas as suas atividades no espaço onde moravam. Estes estavam sob o atendimento de uma instituição de cunho religioso, sendo de certa forma emblemático que os primeiros administradores do local provinham do meio militar.

Apesar dos moradores não terem restrições de contatos com o ambiente externo de suas residências, as marcas da relação entre gestores e residentes confirmam condições em que a lógica totalizante emergia. A existência de hierarquização entre os grupos sociais ocupados por gestores e moradores, realçada pela distância entre esses estratos e seus distintos mundos sociais, reforçam tal característica. Além disso, os grupos estavam sob tensões mútuas, demonstrada por discordâncias tácitas entre eles – de um lado, dirigentes/gestores viam os moradores como inferiores e indignos de confiança, impondo regras de conduta e obediência visando promover seu “ajustamento” às normas; de outro lado, moradores viam os gestores como autoritários, discordando em algum grau de suas instruções e código comportamental.

O primeiro administrador da Vila (Anexo C), além de membro da SSVP, também era morador do local. Essa condição de morador, como lembra Norma, não era permitida a integrantes formais da sociedade vicentina<sup>83</sup>, os quais não podiam se beneficiar diretamente das obras de caridade por eles mantida, inclusive por terem posses.

A gestão do primeiro administrador inicia-se em 1945, só encerrando em 1972, meses antes de seu falecimento. Já o segundo assume a gestão do local a partir de então, ficando à frente da administração por dez anos, até 1982. Ambos os administradores contaram com a colaboração direta da moradora Josefa<sup>84</sup>, que assume a posição de sub-administradora – condição que não a impedia de residir lá.

A fotografia de Josefa (Anexo C) contém a informação de suas participações na gestão da Vila desde 1947 até 1996, quando adoeceu e afastou-se da função, morando lá até seu falecimento, em 2005. Na descrição, abaixo de sua fotografia, encontra-se o seguinte:

---

<sup>83</sup>Os moradores que entrevistei não foram claros acerca dessa “concessão” de moradia ao primeiro administrador. O que se sabe é que como era o primeiro a se encarregar do local, ainda no início dos anos 1940, e por ser “rapaz velho” (homem solteiro), como disse uma das entrevistadas, houve condescendência para que pudesse permanecer morando lá.

<sup>84</sup>Atribuí um apelido à sub-administradora.

[...] Sub-Administradora da Vila Vicentina da Estância de 1947 a 1996. Pertenceu à Conferência de São José da S. S. V. P. Nasceu em 27 de setembro de 1926, dia de São Vicente de Paulo, e faleceu em 10 de junho de 2005 às 16:30h, na casa que dá para a Rua João Brígido, nº 2074 desta Vila. Enquanto lúcida teve dedicação à sociedade, inclusive levando café e bolos para as festas do Conselho Metropolitano de Fortaleza da S. S. V. P. Amiga leal, foi sempre durante toda a sua vida mulher que soube granjear e cultivar a simpatia de todos (Transcrição de registro fotográfico – Anexo C).

Conforme os depoimentos que ouvi, a Vila estava submetida a diversas regras, as quais, em sua maioria, eram transmitidas oralmente, encontrando algum respaldo no código de normas religiosas dos vicentinos – que era reforçado de forma constante quando ocorriam as reuniões das Conferências. Administradores que representavam a instituição, assim como membros e integrantes dos grupos religiosos que lá atuavam, davam autenticidade às suas decisões em nome dos princípios cristãos que defendiam.

As normas referiam-se desde a restrições para o recebimento de visitas – ainda que de parentes – ao comprometimento em conservar a pintura externa das casas e de suas esquadrias, na cor cinza. Receber visitantes na VVE não era algo simples. Os moradores deveriam comunicar com antecedência quem e quantas pessoas receberiam em suas casas. À Josefa, cabia a incumbência de receber tais comunicados. As visitas não poderiam acontecer à noite, devendo ficar no local até, no máximo, às 17h. Essa situação contribui para corroborar tendências totalizantes por parte da gestão a que estavam submetidos os moradores.

Os ocupantes das residências também não podiam alterar os imóveis, expandindo-os ou modificando sua configuração interna, nem, por exemplo, criar animais de qualquer porte<sup>85</sup>. Dentre as regras, também estava o “toque de recolher” imposto aos moradores, uma vez que o portão de acesso ao quintal comunitário fechava às 22h.

Como parte dos regramentos impostos está, inclusive, o veto ao namoro de mulheres divorciadas ou separadas. Zélia relata que Josefa os “vigiava” muito:

Uma mulher separada não podia ter namorado. Ela ligava pro administrador caso ela visse um homem estranho na casa porque ela conhecia todo mundo. Ela ligava pro administrador [e dizia] que tinha alguém com comportamento assim. Depois que eu já estava aqui teve gente que foi botado pra fora, o administrador tirou da casa porque era separada e tava envolvida com outra pessoa.

---

<sup>85</sup>Constância recordou que nem animais de pequeno porte, como pássaros, ou mesmo gatos e cachorros, poderiam ser adotados pelos moradores.

Outra entrevistada que lembra desse tipo de imposição é Estela, afirmando que os vicentinos “eram muito preconceituosos”. Por ser solteira e residir na Vila sozinha, após o falecimento da mãe e do irmão, não se sentia confortável em manter relacionamentos afetivos, já que não era formalmente casada. Receber visitas de outros homens, além de ser um comportamento proibido pela gestão, não era algo bem visto entre a vizinhança.

Não havia um corpo de funcionários responsável pela fiscalização quanto ao cumprimento dessas normas, cabendo esta função aos próprios gestores – ou a outros moradores que poderiam ser indicados a esse papel. Josefa, ressalte-se, também exercia funções de coordenação, sendo “olhos” relevantes no estabelecimento da ordem requerida entre os residentes. Esta, importante lembrar, ocupou a função de sub-administradora durante 49 anos – de 1947 a 1996.

Manuel ressalta que o segundo administrador era mais rigoroso que o primeiro, chegando a instituir um conjunto de normas ainda mais severas aos moradores. Segundo relata:

Quando ele [o segundo administrador] chegou aqui começou a fazer maldade. Era ruim! Aí aqui na época dele a gente não podia andar com um *short* curto desse [em alusão à bermuda que usava]. Mulher não podia sair de *short*. Se engravidasse uma moça da Vila ele botava a família todinha pra fora. Era a lei “Chico de Brito”. Dez horas era pra apitar aqui pro pessoal ir dormir. E aí de quem desobedecesse, que o cara [um morador do local, da confiança do administrador] que ele botou pra vigiar dizia. Eu lembro que a casa vizinha aqui tinha uma mocinha que engravidou..., pois ele botou a família todinha pra fora porque a menina engravidou, e quantas vezes eu não vi aqui despejo! Era um sofrimento!

Nessa mesma direção, vai o relato de Lourdes, quando lembra que era complicada a vida na Vila: “aqui a gente tinha que fazer tudo que o coronel [segundo administrador] queria... Ele disse até que tinha uma cartilha... Eu falei que ‘se vicentino for como manda uma cartilha que eles entregam, nem o coronel é vicentino’”.

As informações obtidas sobre os dois primeiros administradores indicam que ambos eram militares. O segundo tinha a patente de Tenente-Coronel do Exército. Quanto ao primeiro, não há informações que especifiquem a patente ou serviço que exercia. Essa relação pode justificar algumas das normas impostas aos moradores, como o toque de recolher – adotado para garantir a “ordem e a segurança” de todos. Integrantes da SSVP, os relatos dão conta da influência desses dois administradores junto ao exército e a membros da elite fortalezense e benfeitores do CMFSSVP, o que de certo modo favorecia a obtenção de recursos e doações para a Vila Vicentina.



Essas primeiras administrações angariavam doações, sob a forma de alimentos, tais como leite, carne, sopas, além de materiais para manutenção das casas e até presentes de Natal. Os moradores também recebiam pães como cortesia do dono de uma padaria situada no entorno da Vila, a Padaria Napolitana (DUARTE JR., 2017).

A esse respeito, Norma revela que “toda sexta-feira na casa da dona Josefa vinha doação do exército, muito pão de leite e carne do sol. Três horas da tarde abastecia aqui [na casa da sub-administradora] e ela mandava fazer uma fila dos idosos pra distribuir, cada um vinha com a sua bacia”. Esses donativos não se restringiam às Assistidas, sendo destinados aos moradores de modo geral.

A ordem imposta aos residentes é lembrada com nostalgia por três dos moradores mais antigos que entrevistei, como Lêda, Vicente e Flora. Estes dois últimos dizem ter saudade do tempo em que na Vila havia orações e visitas. Falam da época em que “os vicentinos cuidavam dos pobres” e que as “coisas eram organizadas”. Contudo, Manuel, Norma, Lourdes e Constância foram contundentes em afirmar que “hoje a Vila é um céu”, alegando que aquele controle exercido em demasia não lhes dava a liberdade desejada, como criar um simples gato ou cachorro e até mesmo receber visitas em casa – que deveriam ser comunicadas.

Outros relatos detalham atividades, festividades e eventos que ocorriam na Vila Vicentina, como celebrações religiosas semanais, que aconteciam na capela; confraternizações e festejos como a festa de São João; além do atendimento médico, odontológico e a escola, realizados por meio de serviços voluntários. Tais ações atraíam não só os moradores da Vila, como residentes na vizinhança do bairro.

Josefa, que ajudou a administrar o local por muito tempo, não é uma figura que atrai consensos. Uns a condenam por gerir mal os recursos advindos das doações, restringindo-os àqueles com “quem ia com a cara”, outros elogiam sua firmeza para com a organização. Segundo Norma: “muita gente odeia ela aqui, mas também ela tinha um grande defeito, ela gostava de você por cara... Mas comigo e com a minha família ela se deu muito bem, não tenho o que falar dela, mas tinha idoso que ela não mandava [as doações] porque ela não gostava”.

Durante a gestão do segundo administrador, ocorrida no momento em que novos moradores chegam e a cobrança da taxa se estabelece, há uma perda gradativa nas contribuições e doações à Vila. O fato ganha reforço com os relatos de que as Conferências foram decaindo e enfraquecendo, com o falecimento de

membros, ou a mera percepção de que havia “muita oração e pouca ação” (Constância). Toda essa situação concorre para que se abram precedentes para a cobrança da quantia junto aos novos ocupantes.

A taxa, adotada como contrapartida para o custeio das ações de benfeitoria e manutenção do conjunto de casas, será requerida a partir da gestão do segundo administrador aos que ingressam na Vila na década de 1970 em diante, estando os demais ocupantes liberados desse compromisso<sup>86</sup>. A esse respeito, Constância lembra que era a sub-administradora a responsável pelo recebimento das taxas, além de se encarregar de fazer visitas periódicas

pra ver o que tava acontecendo nas casas... isso dos moradores e das assistidas ela dava mais assistência, algum conserto que era pra ser feito ela que cuidava, chamava a pessoa pra consertar e nisso pagava a pessoa, quer dizer era o vicentino [em alusão aos membros das Conferências e benfeitores] que pagava a manutenção da casa das assistidas.

Com o falecimento do segundo administrador, as gestões seguintes flexibilizaram as normas quanto à manutenção e organização da Vila. Aos moradores, será permitido, por exemplo, fazer alterações nos imóveis, como a expansão dos fundos da casa rumo ao quintal compartilhado. Muitos moradores, nessa época, fizeram pequenos “puxadinhos”, expandindo a cozinha, fazendo uma área de serviço, criando mais um cômodo.

Entendo que essa flexibilização ocorre em consequência da cobrança da taxa de permanência nas casas. A taxa não configurava uma relação de aluguel, uma vez que o valor praticado estava aquém do que se cobrava pela moradia no entorno do bairro. Não apenas isso, a cobrança de aluguel desconfiguraria o caráter de filantropia e obra de caridade, que visava atender famílias em busca de moradia. A ausência de qualquer tipo de documento ou contrato, pelo menos entre os residentes que entrevistei, também dá nulidade à relação que se estabelece entre inquilinos e proprietários de imóveis.

---

<sup>86</sup>Em informação obtida junto aos moradores, a taxa cobrada era cerca de R\$ 100,00 (cem reais) mensais, em 2015. Após conflitos envolvendo a suposta venda do local, a taxa deixou de ser paga. Também fui informada de que não havia critérios precisos quanto aos valores pagos, uma vez que existia variação de preços. A explicação para tais diferenças, na fala dos entrevistados, é atribuída ao tamanho das residências. Como as casas da Vila não possuem o mesmo tamanho, variando de 35 a 80 m<sup>2</sup>, essa diferença de custo poderia estar de fato associada a isso. Mesmo com as variações, os valores não ultrapassavam os R\$ 250,00 mensais, em 2015, conforme relataram.

Norma, ao falar da prática da cobrança de taxa, diz que sua avó preferiu pagar a ter que obedecer cegamente ao código de regras. Segundo conta, sua avó teria dito aos administradores que queria e preferia pagar<sup>87</sup> “porque assim, naquele tempo, se você viesse morar aqui de graça [na condição das Assistidas], então ele teria que pegar aqui no seu pé, você tinha que ir conforme manda o figurino”.

Desse modo, percebe-se que, com o passar dos anos, os moradores tiveram que arcar com recursos próprios para realizar ações de melhoria e manutenção das casas. Tal fato deu-se em virtude do “enfraquecimento do sistema de gestão centralizado e a desobediência às normas tradicionais. [...] chamando para si [para os moradores] a responsabilidade de providenciar as condições materiais de habitabilidade e de conservação dos imóveis com seus escassos recursos” (DUARTE JR, 2017, p. 12).

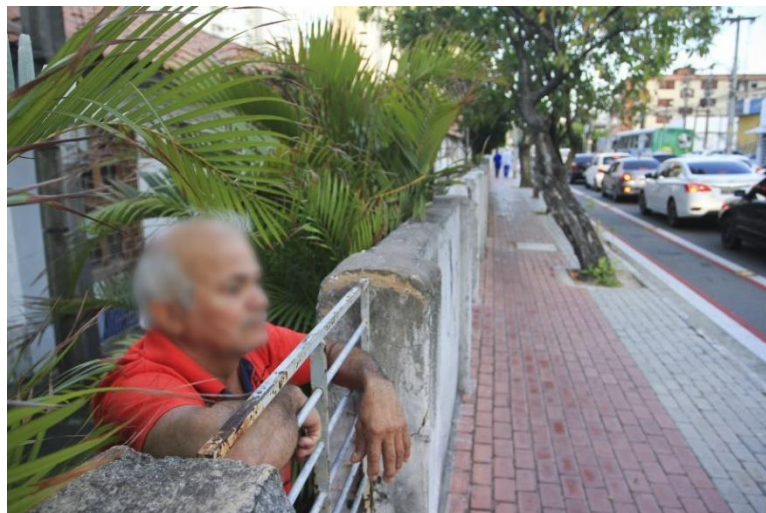
As gestões seguintes, ocorridas a partir de 1982 até meados da década de 2010, exemplificam a flexibilização das normas mencionadas pelos moradores – dentre elas a permissão para a criação de animais de pequeno porte. As mudanças nas casas, apesar da maior flexibilidade das normas, deveriam passar pela anuência dos administradores. Em geral, as modificações realizadas ocorrem na parte dos fundos das residências, que dão para o quintal compartilhado – área central da VVE.

O período de gestão dos administradores, a partir de 1982, tinha duração de quatro anos. Os indicados passavam por votação de membros do CMFSSVP. A partir do final dos anos 1970, ocorrem constantes crises financeiras envolvendo a obtenção de recursos para manter o local, dando corpo aos boatos que passam a circular entre a vizinhança sobre a venda do terreno – que explanarei mais adiante. Também é desse período a inclusão de muro nas casas situadas na Av. Antônio Sales e Tibúrcio Cavalcante (Figuras 11, 18 e 21). O muro construído nas fachadas não se interpõe entre uma casa e outra, constituindo-se como barreira física entre o conjunto das residências e a avenida.

---

<sup>87</sup>A opção por pagar ou não pagar a contribuição foi dada à avó de Norma em virtude de sua relação de proximidade com o médico que prestava serviços na VVE e para quem ela trabalhava. Nesse sentido, sua avó gozava de certo prestígio, obtendo a simpatia e o respeito dos administradores e de Josefa, que “ia com a cara” de sua família.

Figura 21 – Casas com muros, Antônio Sales



Fonte: [ww.facebook.com/resistenciavilavicentina](https://www.facebook.com/resistenciavilavicentina)  
Acesso em: 21 mar. 2020.

À medida em que faleciam as Assistidas, novos ocupantes eram admitidos nas residências, já aderindo ao pagamento da taxa de permanência. Os moradores que entrevistei informam que a preferência na ocupação dos imóveis era de membros da família das Assistidas, caso existissem e manifestassem interesse em morar no local. Conforme conta Zélia:

Depois os idosos foram morrendo e sempre o Conselho dava direito [a] um parente daquele idoso que não tinha família vir tomar de conta dele até ele morrer, até Jesus chamar. Aí, quando Jesus chamava, eles perguntavam: você quer ficar na casa?..., aí nessa situação o pessoal ia ficando. Era irmã, era filho...

As condições de acesso às casas e obediência às normas estabelecidas foram significativas para melhor entender as questões levantadas na pesquisa. Além desses fatores, fui me deparando com a reflexão sobre a velhice e os papéis de gênero na VVE, os quais não são homogêneos nem devem ser vistos apenas do ponto de vista demográfico, ainda que estejam a ele relacionados – como adiantei no capítulo 4. Para tanto, comento a seguir algumas questões sobre origem, gênero e geração, pertinentes à pesquisa.

#### 5.4 “A Vila era pra viúvas, idosos e moças que não casaram”<sup>88</sup>

Abrigando inúmeros velhinhos  
Sem teto, sem comida e sem lar  
Construíram muitas casinhas  
Para os velhinhos morar.  
(ALBUQUERQUE, 1970).

Como venho expondo, a origem da Vila está associada à “caridade”. Como foco de sua atenção estava a população de mulheres pobres e idosas. As Assistidas eram a maioria entre a população que lá residiu ao longo das décadas de 1940 a 1970. A partir dessa última década, a VVE passou a contar com moradores com outros perfis, priorizando mulheres carentes, e a manutenção do “veto” a parceiros homens – quando estas não eram casadas – era uma das regras que se deveria obedecer.

Dando seguimento, numa tentativa de identificar a origem dos moradores, tive acesso, através da aplicação do questionário<sup>89</sup>, assim como da realização das entrevistas, a informações sobre os atuais ocupantes, por meio das quais pude constatar, entre os residentes a que tive acesso, que sete, a maioria dos entrevistados, eram provenientes do interior do Estado – dado condizente com os resultados do censo realizado pela prefeitura.

Sabe-se que o processo migratório, em Fortaleza, é um fenômeno considerável, o qual lança luz sobre a ocupação de várias áreas da cidade, ao tempo em que fornece elementos acerca da população que foi beneficiada com as moradias na VVE. Os depoimentos aos quais tive acesso não abrangem a totalidade dos moradores, ainda que forneçam pistas para compreender que os demais residentes foram submetidos a circunstâncias quase idênticas às dos entrevistados.

A década de 1970 é ilustrativa do momento em que grande parte dos moradores que contatei chegaram à VVE (Quadro 2). Uma das entrevistadas fala de sua vinda para Fortaleza, em 1977, sublinhando o significado que a mudança obteve em sua vida – naquele momento sinônimo de melhores oportunidades e ocasião para concluir os estudos. Na época com 17 anos, Sílvia saiu do município de Guaraciaba do Norte para vir morar com sua tia, então residente na Vila.

---

<sup>88</sup>Norma.

<sup>89</sup>Como detalhei no capítulo 2, o questionário mostrou-se um instrumento de coleta útil às primeiras fases da pesquisa, em que tive a necessidade de registrar informações objetivas sobre os participantes, formados, naquela ocasião (jan/2018), exclusivamente por moradores que integravam o movimento RVV. Essas informações, posteriormente, foram complementadas com a realização das entrevistas e contato com novos participantes, inclusive não integrantes do movimento, assim como do censo realizado pela Prefeitura.

Outras moradoras com quem conversei também mencionaram os momentos de sua mudança de cidade, os quais estão relacionados a oportunidades de estudo e trabalho. Lourdes, por exemplo, fala sobre sua filha mais velha que “tinha terminado o primário e dizia que queria fazer vestibular, não queria fazer [o curso] normal, e lá [na cidade onde morava] só tinha o normal<sup>90</sup>”. Como já foi dito, seu interesse em mudar para Fortaleza também esteve relacionado a oferecer melhores condições de estudo e formação aos filhos, além de conseguir ocupação como costureira. Lourdes conta que não era seu desejo “botar a filha nas casas” – em alusão ao trabalho doméstico oferecido às jovens pobres que chegavam em Fortaleza.

Anete explica que o motivo de sua vinda à capital estava atrelado ao trabalho, obtendo moradia na casa da irmã – residente na Vila à época de sua chegada, em 1989: “quando eu cheguei pra trabalhar por aqui eu tinha 18 anos. Vim trabalhar em casa de família, depois eu vim pra esse emprego<sup>91</sup> que eu tô até hoje”.

Destino similar foi o de Sílvia, que também conseguiu trabalho como doméstica logo que chegou. Ela conta que sua vida era de muita privação. O desejo e a curiosidade que tinha de vir para Fortaleza também estavam voltados para ajudar a família, que ficou no interior:

la trabalhar pra me sustentar e ajudar meus pais porque eles não tinham condição, eu sempre fui muito de trabalhar, de tirar mais de mim pra querer ajudar meus pais. A gente não tinha condição financeira, eu fazia chapéu de palha na época lá no interior, era meu ganho. Daquele dinheiro dos chapéus, em vez de comprar coisa pra mim, eu comprava carne, café, rapadura pra adoçar o café... só comia carne no dia de domingo porque ninguém tinha dinheiro pra comer carne na semana.

As mulheres que chegam na Vila a partir da década de 1970 apresentam variação em seus arranjos familiares – em comparação às primeiras moradoras. Algumas chegaram com seus companheiros, em relações de conjugalidade formal. Esse foi o caso de Constância<sup>92</sup> e Flora. As demais chegaram solteiras com ou sem filhos, separadas, ou vivem lá desde a juventude, casando-se posteriormente. Sílvia

---

<sup>90</sup>As escolas normais no Brasil eram destinadas à formação de professores para atuar no ensino primário, possuindo nível de formação correspondente ao que hoje é o ensino médio. Em geral, eram cursadas por mulheres, as chamadas normalistas, as quais, uma vez formadas, atuavam em escolas infantis públicas ou privadas. A LDB de 1996 determinou que a formação de educadores fosse feita em instituições de ensino superior, com cursos de licenciatura e graduação plena (TANURI, 2000).

<sup>91</sup>Anete refere-se ao trabalho como auxiliar de serviços gerais num pensionato administrado por freiras, localizado no bairro Dionísio Torres.

<sup>92</sup>O esposo de Constância a deixou anos depois de sua chegada na VVE. Ela não mencionou o ano de sua separação, mas frisou que “os meninos ainda eram pequenos”. Constância tem três filhos, hoje adultos, dois deles nasceram na Vila.

veio para viver com sua tia idosa, permanecendo solteira e sem filhos até hoje. Estela chegou com a mãe e os irmãos, em meados dos anos 1990. Seus familiares faleceram anos depois, e ela permaneceu sem companheiro ou filhos. Há ainda as que vivem na Vila desde meninas ou muito jovens, casando-se anos depois, como Norma, Anete e Lêda.

Fatores relacionados à vida matrimonial estão associados aos papéis de gênero na sociedade, reforçando a vinculação da mulher ao espaço doméstico, à vida familiar e à tutela de seus companheiros (SAFFIOTI, 1979). A esse respeito, Lins de Barros (2006, p. 110) comenta sobre as questões geracionais que “vão marcar o *ethos* e a visão de mundo de uma geração para a outra”, uma vez que enfrentar o trabalho fora de casa, ou mesmo concluir os estudos, para mulheres com filhos, significava abrir mão da criação destes, sobretudo para gerações anteriores aos anos 1980. Cabe reforçar que as dificuldades no cuidado com os filhos afetam ainda hoje as mulheres, sobretudo mulheres pobres, em meio aos obstáculos na obtenção de serviços públicos de um modo geral, assim como o acesso à moradia e creches, o que contribui para precarizar a condição da vida feminina, sobretudo nas cidades (ITIKAWA, 2015).

Por esse motivo, a participação de mulheres idosas na pesquisa, além de estar relacionada, em algum nível, às características da ocupação do local e sua origem, também associa-se à geração de mulheres e à concepção do papel destas na sociedade – relegadas ao espaço doméstico e ao trabalho realizado dentro de casa, tais como os serviços de costura, venda de alimentos, artesanato, dentre outros tidos como “femininos” ou ligados a “atividades reprodutivas”<sup>93</sup> (HELENE, 2019; ITIKAWA, 2015).

Representantes de nove famílias das que entrevistei têm pessoas com mais de 60 anos entre seus membros, sendo que, em seis destas, idosos são os principais responsáveis pelos rendimentos familiares. Representantes de outras quatro famílias estão na faixa etária entre 45 e 65 anos. Quatro participantes da pesquisa são mulheres que residem sozinhas, três delas têm mais de 60 anos e a outra 59 anos.

---

<sup>93</sup>Atividades reprodutivas não costumam ser vistas como trabalho, e em geral são mal remuneradas ou não pagas. Considera-se como atividade reprodutiva o trabalho que não está voltado à produção de mercadorias, bens ou serviços. Trata-se do trabalho relacionado aos cuidados para com membros da família ou prestados a uma outra família, tais como: alimentação, serviços de limpeza e demais cuidados vinculados à reprodução da vida. Geralmente, esse trabalho é desempenhado por mulheres (HELENE, 2019).

Muitas das mulheres pesquisadas desenvolvem sua relação com o trabalho tendo o espaço da casa como referência. Atividades de venda de cosméticos, produtos alimentícios e serviços de costura, por exemplo, não eram consideradas trabalho. Quando perguntadas sobre a profissão que exerciam, diziam "sou dona de casa" e "faço só essas coisinhas mesmo, mas isso lá é trabalho"... (Lourdes), ainda que seu serviço fosse responsável por complementar ou mesmo protagonizar o orçamento familiar. De fato, o exercício dessas funções não se vincula ao trabalho formal e não está associado ao espaço público, tendo relação estreita com a histórica precarização do trabalho feminino (ITIKAWA, 2015; SAFFIOTI, 1979).

O trabalho em "casas de família" e a prestação de serviços como os mencionados, são peculiares à condição das mulheres na Vila e, ao mesmo tempo, correspondentes a uma estrutura social que restringia mulheres à esfera doméstica, sob a tutela de seus maridos e familiares. Na VVE, essa tutela será, em boa medida, exercida pela entidade religiosa responsável pelo local, que reproduzia os valores de uma cultura patriarcal (PERROT, 1988; SAFFIOTI, 1979). Essa situação é reveladora das condições de vulnerabilidade que sobrecarregam, historicamente, as mulheres, em meio ao trabalho sub-remunerado e ocupações de menor prestígio, o que torna ainda mais difícil seu acesso à moradia (HELENE, 2019).

Questão significativa para as entrevistadas é não estar hoje na condição de Assistida. O que lhes dá a possibilidade de experienciar diferentes modos de ser velha ou velho, estando suas vivências atuais diferentes das condições de idosos que moravam na Vila quando haviam chegado lá. Conforme Lins de Barros (2006), isso permite identificar diferenças na vivência da velhice, as quais estão vinculadas à geração de idosos a que pertencem, assim como à sua condição de classe, gênero e cor. Esses aspectos ajudam a demarcar trajetórias de vida, assim como a realização de seus projetos e a sociabilidade em espaços públicos e privados.

O engajamento de mulheres idosas no movimento RVV também cumpre a função de "concepção de um projeto", o qual ajuda a construir a percepção de uma "velhice ativa" e que vem apoiada na noção de luta, de militância, e de uma missão que se realiza ao longo da vida (LINS DE BARROS, 2006, p. 112). A fala de Constância é ilustrativa desse sentimento: "eu acho interessante pra minha idade já, com 64 anos, e eu tô nessa luta agora pra permanecer aqui, não só eu, mas outras pessoas também. Eu tô gostando dessa história, sabe? Quer dizer que eu não me sinto inútil".



Esses aspectos atestam a pluralidade das categorias velhice, gênero, morador, evidenciando particularidades quando relacionadas à pesquisa, pois não pude ignorar que estava lidando com idosos, em sua maioria mulheres, fator que adicionava a condição de gênero e a questão geracional como significantes.

Do mesmo modo que “ser morador” da Vila responde a disposições que estão para além do espaço físico – como expus no capítulo anterior – pude notar especificidades não só dos papéis de gênero, mas da velhice e de seus sentidos.

Exponho, em seguida, o contexto das pressões vividas pelos moradores para deixarem a Vila, e o gradual processo de mobilização que servirá à formação do movimento Resistência Vila Vicentina.

## 6 “SEMPRE EXISTIU ESSA HISTÓRIA DE VENDA”<sup>94</sup>: RESISTÊNCIA COMO LÓGICA DO MORAR

Neste capítulo, trato de situações que produziam tensão na Vila Vicentina da Estância. Histórias de que as casas e o terreno haviam sido vendidos circulavam entre a vizinhança, reforçando a fragilidade de seu vínculo com o imóvel que ocupavam. Essa condição contribuiu para que desenvolvessem estratégias para permanecerem no local, lançando mão de recursos que tinham a seu favor.

A convivência que tive com eles, por meio do acompanhamento das ações do movimento, assim como da realização das entrevistas, permitiu conhecer casos em que essas pressões foram mais evidentes: somando-se aos rumores sobre a venda, também ocorreram propostas para alteração das casas e aluguel de parte do espaço para um estacionamento. Como disse Constância: “não é de hoje que essa história [sobre a venda] existe”, assim como não é de hoje que encontram alternativas para defender o lugar em que moram.

Propostas que envolviam transformações ou acordos para deixar as casas não eram facilmente aceitas pelos moradores. Essas ações de enfrentamento, por sua vez, não se configuravam como movimento organizado, sendo contingenciais e efêmeras, tão logo as ameaças recuavam. No entanto, como pontua Scott (2011, p. 219), ocorrências dessa natureza configuram-se como “formas cotidianas de resistência”<sup>95</sup>, às quais podem contribuir potencialmente para dar corpo organizado e sistemático a enfrentamentos coletivos.

Tais formas de enfrentamento vieram à tona na fala dos interlocutores, quando resgatavam informações sobre a “venda do terreno”, assim como de outros eventos que remontam a suas experiências com o lugar em que moram. Situar as condições dessa luta cotidiana ajuda a compreender aspectos indicativos de sua ação organizada. Passo, portanto, a discorrer sobre esses acontecimentos, os quais

---

<sup>94</sup>Lêda.

<sup>95</sup>Para Scott (2011, p. 219), formas de resistência tidas como “passivas e silenciosas” caracterizam-se por ações prosaicas, porém constantes. Para o autor, “a maioria das formas assumidas por essa luta não chegam a ser exatamente a de uma confrontação coletiva. Tenho em mente, neste caso, as armas ordinárias dos grupos relativamente desprovidos de poder: relutância, dissimulação, falsa submissão, pequenos furtos, simulação de ignorância, difamação, provocação de incêndios, sabotagem, e assim por diante”.

contribuem para contextualizar a origem do movimento e sua consolidação, um dos objetivos centrais da pesquisa.

### **6.1 “A gente já fazia confusão. Não era assim não, tinha zoada<sup>96</sup>”**

Como foi visto, as administrações da Vila, no decorrer dos anos de 1970 em diante, adotam a coleta de taxas, justificada como auxílio às idosas carentes e manutenção do espaço. O bairro Dionísio Torres, sobretudo nesse período, torna-se concentrador de infraestrutura urbana, fator que contribui para o aumento do preço das terras e do interesse do mercado imobiliário na região.

Nesse ínterim, o relato dos moradores confirma ser recorrente a história da venda do local ao longo dos anos em que vivem lá. Entre os que chegaram a partir da década de 1970, a circulação de boatos desse tipo era comum, o que encontraria reforço no discurso apresentado pelos administradores sobre dificuldades em obter recursos financeiros para manter obras de caridade. Constância lembra que o que se falava era “que mais dia menos dia essa Vila iria ser vendida”. Segundo ela, “os administradores diziam o que eles queriam, mas as conversas passavam anos... entrava e saía ano desse jeito”. A circulação desses boatos contribuía para fragilizar a relação dos moradores com suas residências e com a administração do local, pressão que não os tornaria indiferentes a mover estratégias e acionar recursos que dispunham para enfrentar as ameaças.

Manuel protagonizou alguns conflitos que envolviam uma possível venda da Vila. Conforme conta, por trabalhar numa emissora de TV e ter acesso a pessoas influentes, algumas vezes conseguiu reverter essa “ideia de venda”, impedindo que negociações fossem levadas adiante. O entrevistado conta ter falado com D. Aluísio Lorscheider, então Arcebispo de Fortaleza, em uma das ocasiões em que administradores tentaram negociar a Vila – nos anos 1980. Seu contato com ele se explicava porque era um dos cinegrafistas que filmavam as missas de D. Aluísio aos domingos e que eram transmitidas na TV. Essa relação de proximidade não só com o

---

<sup>96</sup>Estela.

Arcebispo, mas com outros jornalistas conhecidos, segundo revela, foi importante para impedir que histórias sobre a negociação da Vila se concretizassem.

Outras situações também traziam preocupação aos moradores. Como se não bastassem boatos envolvendo a venda do terreno, havia tratativas e planos de modificação das casas que contribuíam para deixá-los apreensivos. Estela conclui que:

Cada administrador que entrava tinha um plano mais mirabolante pra acabar com a Vila. Teve um que em uma reunião chegou com a planta que era pra fazer tipo uns pombais embaixo pra gente, umas lojas, parecia uns pombalinhos e construir uns apartamentos, umas coisas pra alugar e disse que ia botar a gente bem praculá e depois trazia de volta. Ainda teve gente que acreditou! Graças a Deus que nós conseguimos que nem todo mundo acreditasse na história.

A mesma ideia de modificação das casas, ocorrida nos anos 1990, foi comentada por Norma. Ela lembra que alguns desses administradores pareciam subestimar a inteligência dos moradores, trazendo ideias que eram verdadeiras armadilhas para fazê-los deixar as casas. Ao falar da reunião em que se propôs tal interferência, recorda o que disse na ocasião:

Me diga uma coisa, de onde é que existe um ser humano que por mais analfabeto que seja, graças a Deus eu não sou, eu estudei, né, mas até um analfabeto... Como é que você mora num canto e vão derrubar aquilo e você vai construir de novo e depois vai voltar? Isso não passa na cabeça de ninguém! Agora quando a casa é sua... que você derrubou ali pra fazer outra coisa do seu jeito, aí é outra história! O senhor acha que vai mandar derrubar a Nunes Valente [casas localizadas nessa rua] e a Sociedade [SSVP] tem muito dinheiro pra alugar ali, bem na Padre Valdevino, um apartamento pros moradores?! Aqui tem muita gente! E isso por quanto tempo?! E nós vamos ficar aqui na poeira?

Numa outra reunião, em que o administrador esteve novamente para apresentar a proposta de intervenção – que consistia na construção de apartamentos e lojas para alugar –, os moradores que não concordavam e estavam desconfiados da ideia de que iriam para outro prédio com aluguéis pagos pela sociedade vicentina enquanto as obras eram concluídas, já haviam argumentado com outros para não serem a favor. Houve reações de animosidade e “todo mundo colocou ele [o administrador] pra correr. Terminou o mandato e ele não conseguiu vender a Vila” (Norma).

Esse caso pode dar a entender que acordos relacionados a modificações na Vila eram discutidos de forma democrática, isto é, que contavam com algum tipo

de diálogo ou aprovação dos moradores, por ocasião das reuniões das Conferências que eram realizadas quinzenal ou mensalmente no local. Entretanto, essa característica não se confirma. A tal proposta de modificação das casas, por exemplo, não contou com discussão entre os moradores, já tendo chegado pronta, “com projeto e tudo”, segundo lembra Norma. Como a ideia era de certo modo “mirabolante”, assim como definiu Estela, e envolvia a retirada em bloco dos moradores para outro local, ela ressoou de forma mais contundente, deixando de ser mero boato, e promoveu uma mobilização circunstancial em prol da não concretização do fato, provocando confronto entre moradores e administração.

Outro caso que resultou em boicote e conflito com a administração, foi o aluguel do espaço em frente à capela para dar lugar a um estacionamento de veículos. Uma administradora, nos anos 2000, chegou a realizar um contrato de cessão de uso da área que fica em frente à capela para um estacionamento, junto a uma instituição de planos de saúde bucal que havia no entorno. Os moradores só tomaram conhecimento do fato após o início de algumas obras de alvenaria no local, que envolvia a construção de um muro, assim como melhorias na área cimentada.

Ao saber da negociação, um pequeno grupo de moradores homens – cerca de três – reuniu-se à noite para destruir o muro, tendo o apoio de outros que não concordavam com a ideia do pátio da capela servir de estacionamento. O fato foi parar na delegacia. Na ocasião, descobriu-se que a tratativa foi indevida, uma vez que o Conselho Metropolitano de Fortaleza da Sociedade São Vicente de Paulo (CMFSSVP) não fora comunicado. O motivo, segundo os entrevistados, era que o contrato do aluguel da área foi assinado em nome da administradora, como pessoa física, levando-a a ser expulsa do CMFSSVP e exonerada do cargo de administradora do local. Estela observa que:

o que ela queria fazer era colocar o muro [envolvendo a capela] pra fazer o estacionamento, depois derrubar a capela e ampliar o estacionamento lá pro quintal. Era isso que a gente pensava, ela não ia se contentar com aquele pedacinho de estacionamento. A gente achava que ela ia botar a capela abaixo e continuar pro quintal o estacionamento.

Os casos elencados evidenciam a preocupação da administração em aferir renda com o local, para além da cobrança da taxa de ocupação de moradores atendidos. Uma vez dificultada a venda do terreno, nota-se a existência de interesse em explorar a área financeiramente, não só por meio da exploração da área para

estacionamento ou construção de lojas para alugar, como pelo uso do espaço interno da Vila para exposição de propagandas de *outdoor* (Figura 22). Os painéis encontram-se instalados atrás do muro entre as casas e os logradouros Antônio Sales e Tibúrcio Cavalcante<sup>97</sup>.

Figura 22 – Painel de *outdoor* na Av. Antônio Sales



Fonte: Duarte Jr., 2017.

Os eventos narrados enunciam a não passividade dos moradores diante das pressões sofridas, o que revela um conjunto de disposições importantes para entender as condições em que se organizam atualmente. Nesse sentido, destaque-se a criação de uma associação de moradores e seu papel junto às negociações para desocupação das casas e o histórico do que seria “a mais recente venda” da Vila, trazendo como consequência a ação de reintegração de posse ocorrida em outubro de 2016.

Um grupo de moradores teve a ideia de criar uma associação em setembro de 2008, a Associação dos Moradores da Vila Vicentina da Estância (AMVVE), registrada formalmente<sup>98</sup>. Entre seus objetivos centrais, estava o de angariar recursos

<sup>97</sup>Na esquina da rua Tibúrcio Cavalcante com D. Exedito Lopes existe um desses painéis de *outdoor*, e outros dois encontram-se na Av. Antônio Sales (Figura 22). A renda obtida com o aluguel do espaço para a exposição dos painéis é direcionada ao Conselho Metropolitano de Fortaleza da SSVP. Os moradores que entrevistei não souberam informar o valor que é cobrado nos aluguéis desse espaço, nem souberam precisar a partir de quando eles passaram a ser alugados.

<sup>98</sup>A associação está com situação cadastral irregular, o que lhe confere CNPJ inativo, por omissão de declarações. A data da fundação é 29 de setembro de 2008, conforme consulta à Receita Federal. Disponível em: [http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva\\_Comprovante.asp](http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp). Acesso em 10 maio. 2020.

e donativos, que serviriam para suprir carências e necessidades dos moradores, uma vez que, a esta altura, a atuação da sociedade vicentina reduzia-se à cobrança da taxa mensal, pouco se envolvendo na captação ou distribuição de donativos aos residentes, como era costumeiro.

Norma integrou a AMVVE. Segundo revela, a entidade foi criada a partir do incentivo de uma de suas irmãs, que foi presidente de uma organização semelhante no bairro Pan-Americano:

A minha irmã, que já faleceu, era presidente de associação, então ela arranjava muitas doações. E aqui, depois da Associação, chegava aquelas tilápias! [donativos captados pela associação]. E eles [moradores que integravam a Associação] não queriam que botasse para os vicentinos [não queriam ter integrantes da sociedade vicentina na Associação] porque quando souberam que aquele administrador queria vender a Vila, fizeram logo a associação pros vicentino não mandar muito aqui.

A AMVVE passou a funcionar na Vila, tendo suas reuniões realizadas na capela. Norma reforça que apenas os residentes podiam fazer parte da instituição, lembrando que era encarregada das funções religiosas da entidade, tais como: organização de missas, contato com padres, realização de grupos de oração e novenas. A entrevistada não soube informar quantos membros a associação chegou a ter, mas lembrou que alguns dos moradores que a integravam hoje compõem o movimento RVV – como Célio, Ernesto, Ricardo e ela própria. Lopes, Tarcísio e Silvana, que foram mencionados na entrevista continuaram na entidade até sua inatividade.

A criação da associação não foi uma demanda unânime dos moradores da Vila. Alguns mantiveram-se indiferentes a ela, não participando de reuniões ou ações promovidas pela entidade. Outros, mesmo convidados a fazer parte, recusaram o convite, alegando “falta de tempo” ou porque não se davam bem com algum dos seus integrantes. Isso antecipa desafetos entre a vizinhança, alimentados por desentendimentos e interesses conflitantes. Constância, por exemplo, relewa que um dos motivos que a impediu de participar foi Lopes<sup>99</sup>, isso porque disse nunca ter gostado dele e de suas atitudes.

---

<sup>99</sup>Lopes é o nome fictício de um ex-morador da Vila, que ainda tem seus pais residindo no local. Ele formou-se em Direito e ascendeu profissionalmente, mudando-se de lá. É tido como um dos incentivadores e entusiastas da associação dos moradores. Lopes, por ser advogado, teve participação nos acertos envolvendo a mais recente tentativa de negociação da Vila, em 2015, conforme relataram os entrevistados.

A AMVVE fica inativa a partir de 2016. Após os problemas envolvendo a negociação mais recente do local, que veio à tona naquele ano, ela teria deixado de ter qualquer protagonismo e seus integrantes não mais enviaram declarações de sua movimentação à Receita Federal. Penso que a criação da associação, entre outros fatores, também está vinculada ao maior distanciamento dos moradores em relação à administração – reduzida à coleta das taxas e ao interesse, nem sempre claro, de desfazer-se do local, negociando-o à revelia dos que lá residem há décadas.

O papel dos atos de insubordinação e boicote às administrações da Vila ajudou a forjar o movimento hoje. Devem ser acrescentados o histórico da ocupação do lugar e de seus moradores, submetidos a regras e disciplinamento excessivo, como relatado no capítulo anterior. A associação foi um agente relevante no encadeamento das ações de negociação para que os moradores deixassem suas casas no decorrer do ano de 2016, quando do anúncio de que a VVE teria sido “vendida definitivamente”.

A resistência de grupos submetidos a condições assimétricas quanto ao modo de se organizar e reunir recursos (políticos, materiais, simbólicos etc) não deve ser desprezada na análise da formação e manutenção de movimentos sociais (SCOTT, 2011).

## **6.2 “Botaram essa mulher aqui pra especular<sup>100</sup>”**

Entre as décadas de 1990 e 2000, foram muitas idas e vindas de boatos sobre a venda do terreno em que está localizada a VVE. Até que, em 2016, os moradores passam a receber a visita de uma corretora de imóveis que estaria responsável pela negociação das unidades residenciais, uma vez que, segundo anunciava, o terreno da Vila havia sido vendido pelo Conselho Metropolitano de Fortaleza da SSVP (CMFSSVP) a uma incorporadora imobiliária, restando apenas negociar a saída das casas e dar início às obras de duas torres de apartamentos. Em entrevista coletiva realizada com integrantes do movimento (janeiro de 2017), os moradores haviam sido informados, por ex-integrante da Associação, que o terreno da Vila daria lugar a duas torres de apartamento, inclusive já nomeadas de torre “São

---

<sup>100</sup>Manuel.



Vicente de Paulo” e “Frederico Ozanam” – beato fundador da Sociedade Vicentina, na França –, em alusão ao histórico da área e de sua relação com o santo padroeiro do lugar. No entanto, não tiveram acesso direto ao projeto das tais torres ou maiores detalhes sobre a construção. Segundo disseram, informações sobre os edifícios que ficariam no lugar da Vila circularam entre ex-integrantes da AMVVE. Alguns dos entrevistados, entre novembro de 2019 e janeiro de 2020, voltaram a mencionar a referida obra.

Necessário destacar o que tornou ilegal, além de obscura, a venda do local. O registro da escritura pública de doação do terreno que a VVE ocupa foi lavrado com o nome de uma pessoa jurídica inexistente: Sociedade Beneficente São Vicente de Paulo. Em abril de 1961, há uma averbação na certidão (Anexo B), que registra uma retificação da entidade donatária do terreno para “Conselho Central Metropolitano de Fortaleza da Sociedade São Vicente de Paulo no Ceará”, denominação que também não existe e nem corresponde à entidade que se reivindica proprietária legítima do local, que seria o Conselho Metropolitano de Fortaleza da Sociedade São Vicente de Paulo (CMFSSVP).

A imprecisão dos nomes da instituição na escritura de doação do terreno levou a uma nova solicitação de retificação, ocorrida em 2015, que foi negada, pois o tabelião alegou não haver provas para a substituição do nome da donatária. Diante disso, a reivindicante – CMFSSVP – entrou com um processo judicial requerendo a retificação da escritura.

Essa última solicitação de retificação leva a crer que a suposta venda já havia sido realizada, ou estava em andamento, restando apenas desocupar a área. Isso porque, no referido processo judicial, a entidade reivindicante tinha em mãos uma ordem administrativa – expedida pela Prefeitura de Fortaleza – autorizando a demolição das casas, que fora anexada ao processo. Simultaneamente, a requerente foi à defensoria pública para que um defensor fosse destacado para acompanhar o trâmite de negociação e saída dos moradores para a “limpeza” do terreno, solicitação também anexada ao processo. Este foi suspenso porque, segundo explica a advogada que acompanha o caso, o juiz alegou o seguinte:

“Vocês estão mandando eu retificar um terreno mas aqui tem casas, então vocês vão ter que, ou tirar essas casas ou então botar o registro de cada casa pra eu retificar”... O que não existe e ia custar uma fortuna pra eles [os compradores]. E aí eles disseram assim: “não, juiz, na verdade a gente vai derrubar essas casas, essas casas tá só terminando de sair as pessoas, a gente vai derrubar tudo, já tem aqui a autorização da demolição que a

prefeitura deu”. Com gente morando dentro e tudo... (Entrevista realizada em maio, 2017).

É aí que entra em cena a corretora de imóveis. Ela representava um escritório que atua, em Fortaleza, com empreendimentos e consultoria jurídica para o setor imobiliário. Passa a visitar a Vila, a fim de que as negociações se iniciem, o espaço seja desocupado e as casas demolidas – ações necessárias ao prosseguimento da retificação da escritura do terreno e conclusão legal do processo de venda.

Em meio a essas circunstâncias, a AMVVE teve um papel relevante no acesso aos moradores, informando à corretora responsável pelos acordos quais deles estariam “mais disponíveis” para negociar sua saída – uma vez que ela “já tinha umas pessoas certas pra ir”, como lembra Constância. Constância recorda, ainda, que aqueles que integravam a associação aceitaram negociar, pois

creceram os olhos pra dinheiro e vieram pra cima da gente que é da Resistência, querendo ou não é da resistência, né, pra querer negociar com a gente. Na época que vieram pra mim disseram que eu ia receber – eu tinha 30 e poucos anos de Vila, foi 3 anos atrás – disseram que eu ia receber 30 mil só...

Norma conta que o último administrador da Vila, membro da sociedade vicentina, passou a frequentar as reuniões da associação para “fazer a cabeça deles”, uma vez que o acordo para a venda do terreno havia sido iniciado pela administração anterior e retomado por ele em sua gestão. Conforme expõe:

Aí quando o Afonso<sup>101</sup> entrou que fez a cabeça deles, sabe? O que ele fez, botou eu pra fora da associação e o Ernesto porque nós não compartilhava com as coisas erradas<sup>102</sup>, entendeu? O que aconteceu? Ficou seu Célio e seu Ricardo [que hoje integram o RVV]... Quando começaram mesmo a engrossar o negócio [sobre a venda], a fazer as reuniões que não era nem mais na capela, era na casa do Tarcísio, que a associação que se tiver um prédio tem que ser feito naquele prédio, não pode ser feito numa casa não... Aí botaram seu Célio e seu Ricardo pra fora porque também não compartilhavam.

Manuel entende que os responsáveis pela negociação com os moradores “foram tão sabido que começaram pelos novatos, depois os antigão”. Para agir dessa

<sup>101</sup>Nomes mencionados pelos entrevistados são fictícios.

<sup>102</sup>Entre as coisas erradas que Norma relata está a distribuição de donativos que a AMVVE arrecadava. Segundo ela, doações de cesta básica, dentre outros recursos, não eram distribuídas aos moradores integralmente. Esse tipo de prática, conforme relata, já era algo mais ou menos comum na época em que só os vicentinos cuidavam disso. Em seu juízo, a associação tomava o mesmo caminho.

forma, entende-se que a corretora dispunha de informações sobre as casas aonde deveria ir, tendo contatado representantes da AMVVE para o “apoio” nessa especulação inicial – como concluiu Constância.

O assédio da corretora de imóveis para que os moradores deixassem suas casas e aceitassem a negociação era truculento. Estela menciona que ela dizia que “as pessoas negociassem as casas, pois a Vila já tinha sido vendida e que se as pessoas não aceitassem a negociação ia ter polícia, poeira, pé na bunda, ia ter tudo de coisa ruim”.

Um outro fator que afetou os moradores foi a oferta de valores diferenciados nas indenizações. Estela avalia que, para os “mais difíceis” de negociar, a corretora oferecia a quantia de 50 mil reais ou um apartamento no Maracanaú, sendo que “para algumas pessoas ela oferecia isso e, pelo comportamento, ela oferecia algo mais, por exemplo, se fizessem a cabeça da gente pra gente sair com essa negociação e eles saíssem numa situação melhor, [oferecia] mais dinheiro no futuro”.

Os apartamentos existentes no Maracanaú<sup>103</sup>, município que compõe a região metropolitana de Fortaleza, foram visitados por alguns moradores da VVE. Essas visitas eram cortesias da corretora de imóveis, que levava aqueles que tinham interesse em negociar para conhecer os apartamentos, numa *van*. Vicente esteve numa dessas ocasiões. Disse que foi de “enxerido”, porque, até então, tinha recusado conversar com a corretora numa das vezes em que ela foi até sua casa, tentando explicar o acordo. Ele recorda que:

Daqui até Maracanaú ela não deu uma palavra comigo, só falava com a dona Ana [moradora que aceitou a negociação] e com a filha dela. Comigo nenhuma palavra. Quando chegou lá que o dono, o chefe dela [da corretora], levaram para os apartamentos, ela escolheu um, eu escolhi outro... Aí eu disse, eu vou querer esse aqui. “O senhor gostou?” Gostei. “Muito bem, então esse aqui é o seu”. Eu disse: então se eu sair da minha casa o senhor me dá isso aqui? Eu fico aqui pra mim? É. Muito bem, então o senhor me dá uma ajudazinha de custo pra mim vir e me dê as escrituras e pronto. Até hoje essa escritura não chegou, estavam querendo [apenas] me tirar daqui.

Vicente não concluiu o negócio. A possibilidade de ter um imóvel, com escritura e tudo, foi tentadora. Porém, segundo ele, seu “anjo da guarda” foi mais forte, levando-o a desistir da ideia de deixar sua casa na Vila; o que a esposa, Flora, também

---

<sup>103</sup>Vicente não soube precisar o endereço do empreendimento em que esteve, no município de Maracanaú. Outros que entrevistei desconhecem o local, não tendo participado das visitas que foram oferecidas.

não desejava. Um fator que pesava em sua decisão de acatar os termos da negociação era o de ter a documentação de um imóvel em seu nome e uma moradia garantida: “não, não vou sair não, mas se ele me der a escritura eu fico porque o apartamento vai ser meu e aqui não é meu, obvio que eu ficava lá, se ele me desse as escrituras saia daqui porque aqui não era meu” (Vicente).

Assim, a oferta de um apartamento com escritura e documentação pesou na decisão dos que aceitaram sair da Vila, já que a outra opção – o valor de 50 mil reais – não cobria os custos da compra de um novo imóvel, mesmo em área menos valorizada que o Dionísio Torres. Essa quantia correspondia a valor indenizatório, que levava em conta apenas as condições da casa – com muitas avarias e infraestrutura precarizada, infiltrações, dentre outros problemas. A fragilidade jurídica dos ocupantes dos imóveis, que não detêm o título de propriedade de suas residências, os torna vulneráveis a esse tipo de oferta, expondo a assimetria dos termos de negociações dessa natureza, ao tempo em que contribui para perpetuar processos segregatórios nos centros urbanos<sup>104</sup>.

Zélia foi uma das que aceitou negociar sua saída da Vila. Diferente de Vicente, ela não desistiu da negociação, levando-a até onde foi possível, porém não conseguiu concluir todos os trâmites necessários à conclusão do acordo. No dia de assinar o contrato, houve a ação de reintegração de posse na VVE e a partir daí as negociações foram suspensas, não sendo mais retomadas. Ela justificou sua decisão por motivo semelhante ao dele: a vontade que sempre teve de ter um imóvel próprio. Comovida, revela: “nunca na minha vida, tenho 67 anos, eu nunca possuí um imóvel, então eu fiquei tão feliz porque ia comprar um imóvel no meu nome. Eu sempre morei na casa dos outros”.

O imóvel oferecido como “compensação” indenizatória para que os moradores saíssem das casas localiza-se, como mencionei, na cidade de Maracanaú, que fica a cerca de 25km de Fortaleza. Ainda que distante de onde trabalham e têm acesso a serviços, o apartamento seria deles, e esse era um argumento muito sedutor. Apesar disso, as propostas de mudar para longe, ou a quantia ofertada, não foram bem recebidas por parte dos residentes da VVE.

---

<sup>104</sup>A condição de não proprietários, e sua consequente fragilidade jurídica, sujeita os moradores à especulação imobiliária. Esse é um dos principais fatores para que a VVE seja reconhecida como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), o que comentarei em seção específica.

Em meio a isso, a vizinhança logo percebeu que havia diferença nos valores oferecidos como indenização, dando a entender que os moradores que estavam cientes da venda e que integravam a associação receberiam mais dinheiro por colaborarem e participarem no convencimento dos demais. Conseqüentemente, Estela conclui que a corretora, que agia em nome do escritório responsável pelas negociações, “dividiu” a Vila em dois grupos: o lado que acatava a saída, inclusive com a promessa de melhores indenizações; e o outro lado, que não concordava com a negociação e, por isso, estava submetido às condições previamente impostas – no máximo 50 mil reais ou o apartamento em Maracanaú.

Esse apoio, conforme o entendimento de Estela e de outros que não concordavam com a venda nem com os termos da indenização, revelava-se no fato de que eles – os resistentes à negociação – saíam primeiro, recebendo “uma micharia e eles [os do outro lado e que queriam negociar] iam sair ricos” porque colaboraram com as negociações e receberiam mais dinheiro.

Além das visitas da corretora, os moradores também foram comunicados por uma carta do CMFSSVP sobre a venda; assim como foram convocados para uma reunião<sup>105</sup>, mediada pela AMVVE, e realizada na capela, para dar informes acerca da venda e do prazo para deixarem as casas. Foram alertados, nessa ocasião, sobre a visita da corretora de imóveis com a oferta de indenização, a qual “não os deixaria na mão”. A justificativa dada para a venda era a falta de recursos para manter obras de caridade e a própria instituição – que estaria economicamente em apuros.

Norma, que era vicentina e chegou a integrar a AMVVE, afirma que houve oferta de apartamentos nas torres que seriam construídas no local aos membros do CMFSSVP. Essa informação também é confirmada por outros moradores, que integraram a AMVVE e que fazem parte do movimento RVV:

O que eles dizem pra gente, que é uma ilusão, que a gente sabe que é mentira, é que eles querem vender a Vila por falta de dinheiro pra ajudar outras obras e a gente sabe que isso não é verdade. A gente sabe que eles querem vender a Vila, desocupar a Vila, demolir as casas, construir duas torres de apartamentos e em cada torre pegar seis apartamentos para os vicentinos, ou seja, é mentira a história de dizer que querem vender a Vila por falta de dinheiro pra ajudar outras obras. Mentira! (Norma).

Constância fala do mal-estar que essa reunião lhe causou:

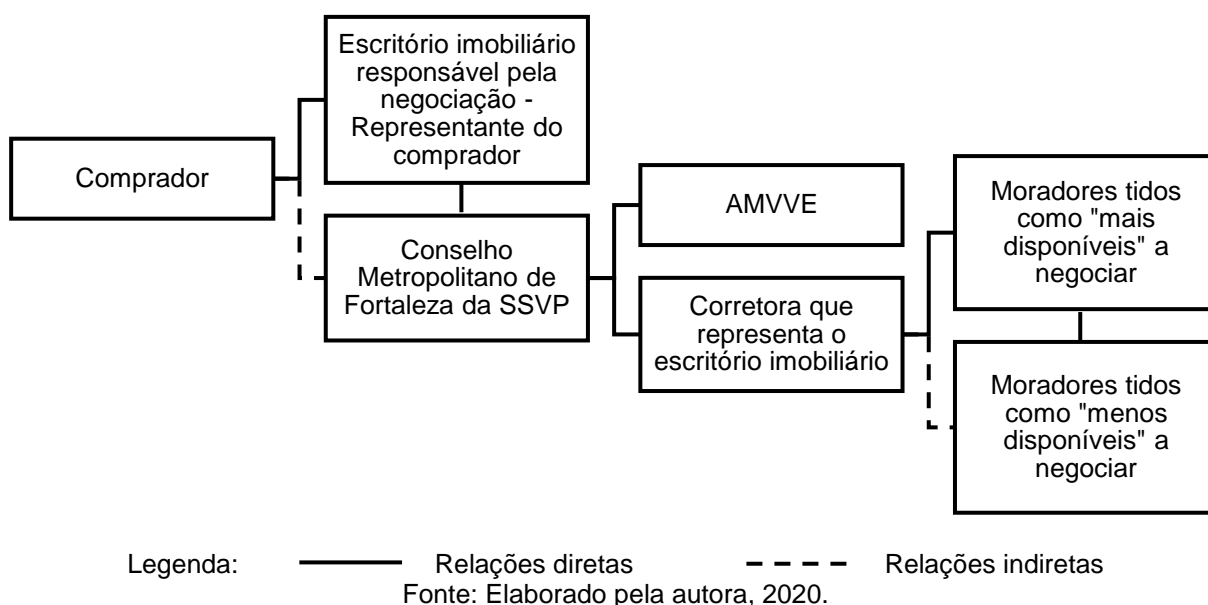
---

<sup>105</sup>Entrevistados disseram que a reunião ocorreu no mesmo período em que as visitas da corretora iniciariam na Vila, aproximadamente no início do ano de 2016.

Foi onde eles realmente convocaram a gente pra uma reunião, essa associação... dizendo que tinha sido vendida. A gente foi lá na capelinha e veio anunciar essa história de venda. Eu sai de lá tristíssima. Meu filho nesse tempo já estava trabalhando, quando ele chegou, ele sempre foi mais ativo pra receber essa coisa toda, eu conto sempre com ele pra certos assuntos, eu contei e ele me tranquilizou, dizendo que ia se informar.

A fim de sintetizar e representar as relações que envolviam comprador, escritório imobiliário, CMFSSVP, AMVVE e os moradores, elaborei um esquema (Figura 23).

Figura 23 – Esquema representativo das relações de negociação do terreno da VVE



A identidade do comprador não apareceu diretamente nas negociações, ainda que o nome do grupo fosse constantemente invocado pela corretora de imóveis no ato de suas visitas às residências, devido ao poder e influência que emanava. As tratativas junto ao CMFSSVP foram mediadas pelo escritório imobiliário, que contatou a AMVVE para estabelecer o acesso às casas e dar início ao processo de desocupação, tendo em vista que a associação era uma entidade que, naquele momento, representava os que lá residiam.

A divisão dos moradores entre negociantes e não-negociantes fica mais clara na vizinhança. Como mencionou Manuel, a estratégia adotada foi começar pelos “mais novos”, os que não tinham “nem 20 anos de Vila”. Ser um morador mais recente era uma espécie de condição para uma maior abertura a aceitar a indenização. Para ele, estavam morando num lugar em que não tinham “garantia de nada”, quanto a

serem donos dos imóveis, e aí, “de repente”, aparece essa indenização, sendo melhor sair “com alguma coisa do que ficar sem nada”. Porém, a falta de garantia também afetava os mais antigos.

Vale comentar a importância que a categoria “morador” adquire na pesquisa, como ressaltai no capítulo 4. Por muitas vezes havia tomado essa condição como dada e auto evidente, pelo simples fato de as pessoas viverem num determinado espaço geográfico. No entanto, ela veio se revelando como categoria fluida e heterogênea, sendo carregada de nuances que me interpelaram nos momentos em que me deparei com as perspectivas do que era ser morador da Vila e gozar do *status* de morar lá “há mais tempo”. O tempo de residência atua, desse modo, como fator de estratificação e estruturação social, o que se revela como um tipo de diferença que desempenha papel importante no processo de hierarquização intragrupo (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Questão semelhante foi relatada por Santos (1981, p. 199), quando tratou do movimento que ocorreu na localidade do Morro Azul, no Rio de Janeiro, levando-o a concluir que “as maneiras pelas quais os que vivem em determinado local denominam quem está dentro de seus limites físicos dependem de outro tipo de fronteiras que não têm nada a ver com espaço ou noções territoriais”. Para Santos (1981, p. 198), definir quem é morador não é tarefa simples, sendo uma categoria “delineável” a partir de outros condicionantes, que estão situados além da base territorial à qual se referem. Considerar a categoria é importante porque é justamente o morador quem “aciona os movimentos urbanos”; ele é o protagonista das reivindicações, e que encontra em comum com outros o interesse por um mesmo lugar e determinadas áreas da cidade.

No caso da VVE, marcadores socioespaciais inequivocamente cumprem papel chave na definição de pertencimento, memória e identidade, como comentei; porém, não atuam sozinhos, sendo necessário entender que “moradores mais novos” não são tidos como “moradores plenos”, como são os “mais antigos”. Entretanto, a classificação de morador também opera a partir “de fora”, uma vez que “grupos externos [...] podem decidir que um dado espaço e seus moradores não são mais compatíveis, ou mesmo que a manutenção da relação lugar e seu ocupante são intoleráveis” (SANTOS, 1981, p. 198).

Na Vila, essa classificação “de fora” atua, sobretudo, pelo fato de seu conjunto de casas e habitantes serem considerados “inadequados” para a “grande

Aldeota”, como disse numa entrevista para o jornal, o secretário do CMFSSVP, afirmando que eles queriam morar na Aldeota pagando cem reais – ao referir-se à taxa paga ao conselho vicentino. Na mesma matéria, a Prefeitura de Fortaleza chegou a negar demarcação da área como Zona Especial de Interesse Social (ARAÚJO, 2016).

Desse modo, a atribuição de morador age tanto de dentro como de fora, e ajuda a explicar por que as indenizações foram aceitas “mais facilmente” pelo grupo que concluiu as negociações. A esse respeito, à medida em que uma casa era negociada e desocupada – com custos da mudança arcados pelo escritório imobiliário –, um ocupante temporário – também escolhido pelo agente imobiliário – passava a residir na casa, a fim de impedir nova ocupação ou qualquer violação ao imóvel. Esse ocupante temporário devia permanecer no local até serem concluídas todas as negociações com as casas restantes.

O fato introduz novos conflitos na VVE, asseverando a divisão entre os grupos de moradores, então negociantes e não-negociantes. Os acontecimentos que resultam daí serão fundamentais para compreender o encadeamento da mobilização que dará origem ao movimento Resistência Vila Vicentina, conforme detalho no próximo tópico.

### **6.3 “Parecia o muro de Berlim!<sup>106</sup>”**

Como antecipei no item anterior, o processo de negociação para que os moradores deixassem suas casas provocou rupturas entre os moradores. Manuel também confirma o que isso acarretou: “teve uma divisão aqui. Quando houve a negociação teve gente que pegou dinheiro e saiu fora, 50 mil, 80 mil... casa no Maracanaú... E aí ficou aquela confusão. Parecia o muro de Berlim”.

Manuel, assim como Zélia, aceitou negociar sua casa. O caso de Manuel é peculiar. Enquanto Zélia não concluiu a negociação, ele concluiu e possui uma residência em seu nome, adquirida nas proximidades da VVE – conforme era sua

---

<sup>106</sup>Manuel.



exigência<sup>107</sup>. A casa, segundo revela, está com documentação regularizada, mas ele não mora lá, decidindo permanecer na Vila até o falecimento de sua mãe, que estava adoecida quando da negociação. Temendo pela saúde dela, optou por ficar enquanto a casa nova tinha a documentação resolvida. Nesse meio tempo, houve o processo de reintegração de posse, ocasionando a suspensão das negociações. Manuel permaneceu na Vila desde então, não concretizando sua mudança; e sua mãe veio a falecer em meados de 2019.

Manuel disse não frequentar a AMVVE, o que justificou por conta da saúde frágil de sua mãe, já centenária. Seu caso, no entanto, confirma a interpretação dada pelos moradores que hoje compõem o movimento RVV, qual seja: a da oferta de valores e propostas diferenciadas nas indenizações. Manuel era um dos moradores mais antigos da Vila, filho da última assistida que ainda residia no local, e tido como “encrenqueiro”, por não acatar os rumores sobre vendas ocorridas anteriormente e, inclusive, já ter “barrado” algumas delas, mobilizando seus contatos – como mencionei em tópico anterior. O convencimento de sua saída, aceitando os termos do acordo – que não foi explicitado ao restante dos moradores – servia de indicativo de que restava aos demais a resignação, cabendo-lhes aceitar os valores impostos e desocupar as casas.

Na avaliação de Manuel, “ninguém queria sair por 50 mil. Saíram aqueles que era novato, foi bom pra quem tava há pouco tempo aqui. Um recebeu 80 mil... outro recebeu uma casinha no Pirambu”... Isso leva a crer que a negociação das nove unidades, desses moradores tidos por mais novos, não seguiu uma proposta fixa, tendo variações e oscilando entre 30 mil (proposta oferecida à Constância) a 80 mil reais, ou o apartamento no Maracanaú, ou em outro bairro cujo valor dos imóveis fossem mais baratos, à exceção do caso de Manuel, que obteve uma casa no mesmo bairro.

Somando-se ao desgaste trazido pelas indenizações – como o impacto das cisões na vizinhança – a atuação da corretora de imóveis gerou ansiedade e danos psíquicos aos residentes, submetidos à pressão de ter que deixar suas casas e aceitar os termos da proposta oferecida. Constância conta que “amedrontavam a pessoa. A

---

<sup>107</sup>A casa que Manuel adquiriu como indenização localiza-se na Travessa Hilnete – no bairro Dionísio Torres. À época, em 2016, o imóvel custou R\$ 150 mil reais. Os custos com a documentação e transferência ficaram por sua conta – que tomou um empréstimo num banco para financiar “essa parte burocrática” – segundo detalhou.

Geralda era super amedrontada. Eles fizeram o inferno na casa da Sílvia e na casa da Solange, depois com a Geralda, mas aí ela chamou a sobrinha dela<sup>108</sup> e foi quando ela resistiu, não negociou de jeito nenhum”.

Para além disso, como adiantei, quando alguém aceitava negociar e a casa era desocupada, outra pessoa, da confiança dos compradores, passava a morar no imóvel temporariamente. Isso ocorria para evitar ocupação por terceiros e “assegurar” que nada acontecesse ao imóvel até que todas as outras unidades fossem desocupadas. Como explica Zélia: “o pessoal que tava indenizando, quando indenizava a pessoa eles botava um vigia na casa com cadeado e tudo pra ninguém entrar”.

A presença dos tais vigias nas casas indenizadas resultou em mais preocupações e transtornos na vizinhança. Os hábitos desses recém ocupantes causaram estranhamento e desconfiança. Estela detalha que eles tinham:

uns comportamentos muito estranhos. A rotina da Vila é no quintal, nossos portões da frente é tudo fechado, e os caras tudo com comportamento avesso ao nosso [...]. Aí a gente achava esquisito. Era as portas da frente das casas aberta, as rede armada, a televisão alta, som alto. Quando não era chegando fora de hora, todos de moto e cantando pneu. A gente tinha muito medo, porque a gente, devido ser um quintal comunitário único, as casas todas abertas e esses caras lá que a gente não sabia quem era, e aqui tem muita criança e idoso.

Os moradores, boa parte dos quais idosos, também se sentiram intimidados ao ouvir os ocupantes temporários falar em voz alta, ao telefone celular, que estavam “vigiando umas casas na Aldeota”. Essa situação, somada aos comportamentos descritos por Estela, deu origem a um conflito entre os moradores da Vila e os ocupantes temporários. A questão culminou com o registro de um Boletim de Ocorrência pelos ocupantes, que serviu para justificar a ação de reintegração de posse, ocorrida em 28 de outubro de 2016 (GONDIM; ROCHA, 2019).

Estela explicou como o confronto entre os moradores e os ocupantes temporários aconteceu:

a gente [moradores contrários à negociação] se juntou, foi lá e tiramos eles, pedimos pra eles saírem e eles saíram porque era muita gente pedindo, acho que eles ficaram foi com medo. Mas imediatamente após saída os vicentinos,

<sup>108</sup>Como comentei no capítulo 2 e 4, muitos dos moradores da Vila são idosos e com pouca escolaridade. Alguns não têm filhos e era importante, nesse momento, ter alguém com quem pudessem contar com relação à obtenção de esclarecimentos sobre a venda e saída das casas. Esses níveis de parentesco e apoio familiar foram decisivos na não submissão aos termos do acordo para deixar as casas – como ressaltarei em seguida.

através do escritório de advocacia, foi pedir ao juiz uma liminar de reintegração de posse das casas. Só que o oficial de justiça quando veio extrapolou todos os seus direitos de oficial de justiça e trouxe logo foi a guarda do fórum pra botar as casas abaixo, né, que era só pra ele ter fechado a casa, pego a chave e pronto, mas não, ele fez foi mandar demolir as casas.

Na tarde de uma sexta-feira, 28 de outubro de 2016, ocorre a ação de reintegração de posse relatada por Estela. Das 45 casas da VVE, 10 tinham sido negociadas, até aquele momento. Entretanto, o pedido de reintegração de posse listava 12 casas para serem retomadas (DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, 2016). Na lista, duas unidades não haviam sido objeto de negociação: a de número 2047, na Antônio Sales; e a de número 2094, na D. Expedito Lopes. Entre as outras 10, estavam a de Zélia e a de Manuel – cujas casas localizavam-se na Tibúrcio Cavalcante e na Antônio Sales, respectivamente. A casa 2174 é subdividida em duas unidades, como comentei no capítulo 2. Numa delas, residia um parente de Zélia<sup>109</sup> que havia negociado sua saída; e na outra unidade, Zélia, que ainda não tinha concluído a negociação, restando documentos para assinar. Manuel, como citei, não tinha desocupado sua residência. Este disse que, na ocasião da ação de reintegração, ligou para o escritório imobiliário questionando por que a casa dele “estava na lista pra ser quebrada”. Ao mesmo tempo, recordou que, um dia antes do acontecido

[...] eles chegaram pra mim e disseram: “Manuel, tu e a dona Benvinda... nós temos um hotel muito bom na Beira Mar, vocês vão morar lá. Tem tudo que você imaginar, e de lá você vai pra sua casa toda linda”. E eu: não, não vou não. Como eles sabiam que eu tinha uma centenária dentro de casa, falaram pra não mexer aqui. Mas aí eu fiquei e pra mim foi um lucro, ainda tô aqui, não sei quando isso vai se resolver (Manuel).

Restaram, portanto, as oito unidades que sofreram diretamente com a ação de reintegração. Três dessas casas foram totalmente demolidas e outras cinco sofreram demolição parcial, tendo parte ou todo o telhado removido (Figuras 24 e 25). As demolições e destelhamentos comprometeram a estrutura das casas vizinhas, pois são contíguas umas às outras, ficando expostas a infiltrações e abalos.

Logo ao final do mesmo dia em que a ação ocorreu, o juiz que assinou a ordem de reintegração de posse mandou suspendê-la, estabelecendo a multa diária

---

<sup>109</sup>A casa do parente de Zélia estava desocupada, pois o acordo para a negociação havia sido concluído. Durante a ação de reintegração de posse, Zélia pediu para que essa casa não fosse demolida, pois a sua sofreria imediatamente o impacto, podendo ruir.

de R\$ 100 mil reais em caso de descumprimento (DECISÃO JUDICIAL SUSPENDE [...], 2016). O Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar (EFTA), da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, interveio, apontando as arbitrariedades da ação: como, por exemplo, a reintegração de posse envolver a destruição do objeto a ser restituído. Além disso, apontaram as incongruências no título de propriedade do local, o que inviabilizaria sua negociação por parte do CMFSSVP.

Essa situação piorou a tensão entre os moradores, deixando-os apreensivos quanto à sua segurança e com a saúde emocional fragilizada, em meio à situação de incerteza e ameaça de saída do lugar. Norma e Lêda, respectivamente, relembram que:

Naquele episódio, eu chorei porque eu fiquei nesse portão... nem saí na rua, o Antônio [seu companheiro] que tava correndo. Aquilo ali pra mim foi uma dor... foi [como] quando perdi minha vó, pra mim foi a pessoa que eu mais amei na minha vida foi minha avó, mas com tudo isso que aconteceu, foi assim uma guinada [...].

Quando eu fui ver já tava era casa derrubada. Foi uma aflição tão grande! Era todo mundo correndo, era polícia, era tudo, me deu uma coisa tão ruim... Eu fiz foi entrar pra não ver. Foi muito ruim aquilo ali que aconteceu, a gente vendo a hora quebrar a casa da gente todinha com a gente dentro.

Figura 24 – Casa demolida



Fonte: DUARTE JR., (2017)

Figura 25 – Casa destelhada



Fonte: CASAS SÃO DEMOLIDAS... (2016)

Ao mesmo tempo, o evento teve um papel importante, uma espécie de guinada, como disse Norma. Isso porque a ação de reintegração de posse chamou atenção no bairro e repercutiu na internet. A divulgação do que estava ocorrendo atraiu um grande número de pessoas ao local, entre advogados vinculados a causas populares, estudantes e professores universitários e moradores do entorno.

Fotografias e vídeos, gravados em aparelhos de telefone celular, circularam em páginas de redes sociais da internet e aplicativos de conversa instantânea (*WhatsApp*), com imagens das demolições e destelhamento das casas. Um dos vídeos<sup>110</sup> publicados na página do movimento, no *Facebook*, obteve mais de 21 mil visualizações e centenas de compartilhamentos, em um curto espaço de tempo. A página também passou a ter mais de mil seguidores, estando com cerca de 1900 integrantes, até a conclusão do presente texto.

Estela também avalia o impacto das demolições ocasionadas pela ação de reintegração de posse como algo que os fortaleceu:

Aí por conta dessa derrubada nós conseguimos vários apoiadores que a gente já tinha alguns, adquirimos muito mais. Isso que aconteceu foi um fato muito ruim, cruel, doloroso, mas de uma certa forma serviu pra nos fortalecer na vontade de ficar porque eu acho que o objetivo deles era enfraquecer. “Vixe, agora eles vão ficar com medo, essas casas descobertas, essas casas derrubadas, esse buraco pra rua [...] eu acho que agora eles não ficam mais aí não, agora eles vão embora, vão ter que aceitar a negociação”. Pelo contrário! Isso aí que aconteceu fortaleceu, foi a partir daí que foram feitos pedidos de tombamento, que foram criados a Resistência por conta desse acontecimento da derrubada das casas.

As reações à ação de despejo não foram objeto de intencionalidade, fruto do planejamento dos integrantes do movimento para atingir seus opositores. Contudo, o ato acabou por repercutir em favor do RVV, no sentido de angariar visibilidade e chamar atenção pública para a causa em questão.

Devo sublinhar o que vinha acontecendo cerca de dois meses antes do evento das demolições. Em paralelo às negociações e visitas da corretora de imóveis, o grupo de moradores contrário ao processo se movimentava em busca de esclarecimentos sobre a venda do terreno. Constância, por exemplo, contou com a ajuda de um dos seus filhos, que esteve num cartório, juntamente com outros dois moradores, a fim de coletar informações sobre o registro do local. E acabaram por verificar que não havia transferência para outro proprietário, nem matrícula das unidades habitacionais.

Estela, outra moradora contrária às negociações, ao participar de uma atividade promovida pelo Centro Cultural Banco do Nordeste – denominada Percursos Urbanos –, pediu a palavra para manifestar seus sentimentos de ansiedade, vividos por conta da ameaça de perda de sua casa. Naquela ocasião, a mediadora da

---

<sup>110</sup>Um dos vídeos mostrava a ação de reintegração de posse, na página Resistência Vila Vicentina. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=694460460708815>. Acesso em: 01 jun. 2020.

atividade<sup>111</sup> mencionava o tema da especulação imobiliária e suas consequências e, solidária ao relato de Estela, colocou-a em contato com o EFTA. A partir de então, a prévia, e ainda difusa, organização dos moradores contrários à negociação das casas ganhou novos direcionamentos, adquirindo melhores condições de enfrentar o problema que viviam.

Após obterem assessoria jurídica para o caso, constataram os problemas com a titularidade do local, o que tornava comprometido o processo de venda. Outra questão que sobressaiu, aumentando a legitimidade das reivindicações, foi o fato de que a área ocupada pela VVE é uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)<sup>112</sup>, mapeada no Plano Diretor Participativo de Fortaleza, de 2009, conforme identificou o Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB-UFC) – que fora contatado pelo EFTA, a fim de esclarecer as condições de ocupação da área.

A partir de então, por sugestão de um dos estagiários do EFTA, o grupo criou a página no *Facebook*, em que passaria a divulgar sua causa, com o nome de Resistência Vila Vicentina, denominação que já utilizavam informalmente. A primeira publicação na página denuncia a situação dos moradores da VVE e a defesa do local como uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), datando do dia 26 de outubro de 2016, apenas dois dias antes da ação de reintegração de posse.

Por conseguinte, as circunstâncias que precederam o evento das demolições, assim como o próprio evento, dão a tônica para o enfrentamento da questão vivida pelos moradores da Vila e contribuíram para constituir a Resistência Vila Vicentina (RVV). A análise do processo torna mais clara sua definição, ajudando a iluminar conceitos-chave a partir dos achados do campo, como detalharei a seguir.

---

<sup>111</sup>A mediadora da citada atividade cultural possui experiência acadêmica e profissional na área de patrimônio cultural. Até hoje simpatiza com as ações do movimento pela permanência da Vila Vicentina e participou da pesquisa, concedendo-me entrevista. Seu nome foi suprimido, a fim de lhe resguardar a privacidade.

<sup>112</sup>Detalho os aspectos relativos às ZEIS no capítulo 8.

#### 6.4 “A gente ganhou muita força<sup>113</sup>”

Até ocorrer a demolição das casas, a mobilização dos moradores contrários às negociações ainda era difusa e acontecia em meio à busca por informações que validassem a contestação da venda. As demolições transformam o que poderia ser lido como tática de “resistência silenciosa” em “confrontação institucional” (SCOTT, 2011, p. 222), a partir da delimitação de um campo de disputa, definição de recursos de organização interna e mobilização de uma arena pública afeita à causa e a seus termos.

O caso da VVE, dessa forma, emerge como uma confrontação institucional direta, nos termos de Scott (2011), por obra do uso da força e do poder de seus oponentes imediatos, os quais mobilizaram aparatos da justiça, a fim de reaver imóveis negociados ilegalmente. A ação e seu efeito dramático deu visibilidade à situação dos moradores, ganhando aderência nas lutas urbanas que ocorriam na cidade, tendo contribuído para motivar três pedidos concomitantes de tombamento, realizados por dois vereadores de Fortaleza – Guilherme Sampaio (PT) e João Alfredo (PSOL) – e um professor universitário do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC – Romeu Duarte Júnior. O pedido deste último foi deferido pela Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR) e a Vila teve tombamento municipal, em caráter provisório, deferido desde novembro de 2016, acrescentando o recurso à patrimonialização como defesa de sua permanência, além da inclusão da área como ZEIS prioritária, para fins de regulamentação. Tais processos dão corpo ao “repertório de confronto” (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009) que vem sendo mobilizado pelo movimento<sup>114</sup>.

O evento das demolições tem peso e deu significado ao curso do que ocorre a partir disso, impulsionando a formação do movimento e possuindo papel importante no seu desenrolar. O caso ecoa em Fortaleza, alcançando a cena pública, e exibindo o caráter conflitivo da vida coletiva (TURNER, 2008)<sup>115</sup> em sua dimensão urbana.

---

<sup>113</sup>Entrevista coletiva, jan./2017.

<sup>114</sup>Como foi visto na Introdução, a categoria repertório de confronto possui relevância teórico-empírica, auxiliando na identificação das estratégias de confronto acionadas pelo movimento RVV.

<sup>115</sup>O antropólogo Victor Turner realizou pesquisas junto aos Ndembu, na África, nos anos 1950. Sua concepção da vida social é baseada na percepção de conflitos, tidos como seus elementos centrais. Como artifício de compreensão, utiliza metáforas oriundas do teatro. É assim que dá forma à noção de drama, conforme a tragédia grega (BORGES, 2019).

Para os propósitos da pesquisa, são de valor analítico as definições de arena pública, a partir de Cefaï (2009; 2017a; 2017b)<sup>116</sup>, assim como as classificações de evento mobilizador e de catalisador (SANTOS, 1981). Essas definições exercem papel importante no estudo dos movimentos sociais de um modo geral, e do caso da VVE, em particular, o que permite situar os acontecimentos até então descritos no curso das ações que têm dado desenvolvimento ao RVV.

A fim de decompor os elementos que dão expressão prática aos movimentos sociais urbanos, Santos (1981) realiza uma espécie de “enquadramento” das situações que transcorrem e se encadeiam no desenrolar da ação coletiva. O autor ancora-se nas fases do drama social definidas por Turner (2008), valendo-se de outras categorias-chave (como evento mobilizador e catalisador) que auxiliam nesse entendimento.

Moradores contrários ou a favor à venda da Vila viviam um processo de ruptura no curso de suas relações sociais habituais (TURNER, 2008). O fato de negociar ou não a saída das casas não exime o ambiente de pressões para ambos os lados. Estavam submetidos à coação e esta os fez recorrer a alternativas de negociar, cedendo a ela; ou resistir, negando a desocupação. De maneira similar a Santos (1981), ressalto o efeito das demolições à luz do desenvolvimento do drama social, adequando conceitos e situações ao caso e seu desdobramento.

A situação vivida na Vila também se equipara à experiência de distúrbio, na qual:

Antes de serem propulsados por objetivos estratégicos, os membros que se empenham na elucidação ou na explicitação de um distúrbio são afetados pelas situações que eles contribuem para definir e controlar, e passam por avaliações daquilo que, ali, é desagradável, repugnante, inaceitável ou insuportável e daquilo que, ao contrário, seria desejável. São expostos a acontecimentos que os transtornam e desorientam, a boatos ou rumores a respeito da destruição do bairro, a séries de indisposições [...] (CEFAÏ, 2017a, p. 191–192).

Caso não haja definição e resolução da situação problemática que um distúrbio acarreta, levando ao seu reconhecimento, explicitação e possível controle, ele permanece “tácito ou latente”, sem “encontrar formulação pública” (CEFAÏ, 2017a, p. 192). Por seu turno, experiências que antecederam e culminaram com as

---

<sup>116</sup>Carlos Nelson Ferreira dos Santos também lança mão do conceito de arena, tendo como perspectiva os estudos de Marc Swartz (1968). Não se trata de descartar o conceito, mas adicionar elementos da definição de arena pública conforme Daniel Cefaï.



demolições na Vila – em consequência da ação de reintegração de posse – são identificadas como distúrbios, em meio a situação problemática vivida pelos moradores (CEFAI, 2017).

Em decorrência disso, as demolições são tidas como evento mobilizador (EM) (GONDIM; ROCHA, 2019), sendo um marcador responsável pelo ponto de inflexão que levou o caso à maior repercussão pública e organização sistemática do grupo contrário à venda – o dos moradores-resistentes. As demolições acabam por catalisar ações de organização e confrontação institucional que de certa forma já estavam latentes.

Vale lembrar que uma matéria sobre a “disputa” da Vila havia sido publicada no Jornal O Povo dias antes das demolições, 20 de outubro de 2016, oferecendo alguma notoriedade ao caso (VILA NA ALDEOTA..., 2016). Esse caráter denunciativo, contudo, vem destituído do poder da “cena” e do efeito dramático que esta gera quando se trata do fato mobilizador capaz de acionar e promover uma contraofensiva aos agentes que o causam.

Santos (1981) identifica a tentativa de remoção da favela Brás de Pina, no Rio de Janeiro, como situação responsável pelo Evento Mobilizador (EM) dos moradores daquele local. À época, a resposta do Estado teve caráter conciliador, correspondendo às demais fases do drama social. Para esse autor:

O Evento Mobilizador funciona como uma força aplicada, em geral exercida por um ator de peso como o poder público (agente local do Estado) ou alguém capaz de manejá-lo (empresas privadas ou mesmo indivíduos). O Evento vai ser a expressão concretizada da negação de uma aspiração de consumo coletivo de uma facilidade urbanística qualquer (SANTOS, 1981, p. 219).

O EM é essencial para a consolidação dos movimentos sociais porque contribui para os desencadear: “quer se trate de ameaça de remoção, de incêndio ou de perplexidade frente a um plano autoritário de renovação urbana”, possuem importância circunstancial nada desprezível e deflagram a crise, dando margem para que outros eventos surjam e outros atores incorporem-se à causa (SANTOS, 1981, p. 219).

Mas nem todos os problemas irão provocar eventos mobilizadores e desencadear movimentos sociais (SANTOS, 1981; SCHERER-WARREN, 2006). Se assim o fosse, em Fortaleza, como em outras cidades, inúmeras situações problemáticas, vividas por grupos de pessoas, passariam de suas “fases de irrupção”

– caso ocorressem – e teriam continuidade na agenda de uma atuação coletiva organizada. Isso porque formas de contestação ostensivas e com objetivos publicamente assumidos são custosas e dependentes de estratégias que ofereçam alguma garantia para sua manutenção e permanência, tendo à frente possibilidades palpáveis para a conquista de seus objetivos políticos (SCOTT, 2011).

Os dramas sociais surgem em situações de conflito e possuem caráter público (TURNER, 2008). Para o autor, quatro fases compreendem o drama social: a primeira delas é a de ruptura das relações sociais formais; a segunda é a crise, composta pelo alargamento do conflito; a terceira refere-se à ação compensatória; e, por último, a quarta, que trata da reintegração (TURNER, 2008).

Em relação ao caso da VVE, a primeira fase do drama social corresponde ao processo que culmina com a demolição das casas, tornando aguda a ruptura de suas relações formais e cotidianas. O EM, na análise dos movimentos sociais, teria o papel de gerar essa ruptura, encadeando as outras fases do drama.

A segunda fase corresponde à instauração da crise, a qual alarga o conflito e alcança a esfera pública, acionando atores do seu campo de oposição e aliados (SANTOS, 1981; TURNER, 2008). A crise desvela o caráter político do problema, deflagrando a situação e a natureza desigual em que ela se desenvolve, provocando reações contraofensivas. No momento da crise, o conceito de arena pública ganha contornos mais nítidos, não se encerrando nessa fase.

De acordo com Daniel Cefaï (2009, p. 16), “a questão é menos a do ‘público e seus problemas’ que do ‘problema e de seus públicos’”. O que, por sua vez, envolve mais desafios, como o de acompanhar e descrever as transformações de experiências coletivas no momento em que se realizam. A dinâmica de mobilização coletiva, para o autor, responde a um processo de “codefinição e de codomínio de situações problemáticas”, sendo necessário responder como a trajetória de um problema mobiliza engajamentos, sensibilizações e preocupações a sua volta; que arquiteturas institucionais oferecem solução a esse problema; e que arenas públicas serão ativadas nesse processo.

Assim sendo, “uma arena pública é uma arena social cujos atores visam bens públicos, referem-se ao interesse público, definem seus problemas como públicos e sentem, agem e falam em consequência disso” (CEFAÏ, 2017a, p. 200). A arena pública vai manifestar-se em torno do que se entende por “situação problemática”. Esta é convocada a partir do “distúrbio”, o qual possui natureza

perturbadora, sendo “de ordem afetiva, sensível e normativa. [...] é vivido no modo da inquietação, da agitação ou da confusão, da angústia...” (CEFAÏ, 2017a, p. 191).

Todavia, para tornar-se um “problema público”, essa inquietação, que é da ordem do afeto, carece da experiência coletiva, o que pode ocorrer quando se formula uma crítica, uma denúncia. Assim, as reivindicações teriam o potencial de converter o universo de reclamações particulares em “*affaire*”, causa, conforme entendem Boltanski, Darré e Schiltz (1984), quando estudam a maneira como agentes sociais recorrem à denúncia e legitimam sua experiência problemática particular, individual, a uma questão coletiva.

Por essa razão, ao elaborar críticas e denúncias, o problema rompe a dimensão do particular, passando ao coletivo, o que pode despertar a aderência de públicos mais amplos e de instituições responsáveis (BOLTANSKI; DARRÉ; SCHILTZ, 1984; CEFAÏ, 2017a; 2017b). Um problema público, no entanto, não ocorre no vazio. Ao ganhar publicidade, ele está calcado por um repertório pré-existente, sendo até certo ponto possível encontrar respostas em problemas que o antecederam. Isso é o que permite acionar um capital político, cuja intervenção disponível irá “qualificá-lo” e “tratá-lo” (CEFAÏ, 2017a, p. 193).

É desse modo que a arena pública afeita à causa pode ser considerada agente catalisador (SANTOS, 1981), contribuindo para o “alargamento da crise” (TURNER, 2008) e à identificação das frentes de luta para combatê-la. Por esse motivo, ETFA, LEHAB, vereadores e professor, autores do pedido de tombamento, de início, são catalisadores relacionados à causa em questão, levando-a a uma ação compensatória por parte do campo opositor.

Para Santos (1981, p. 223), o catalisador é “aquele que faz a intermediação entre o Evento Mobilizador e a resposta que suscita (reação ou programa de luta)”. Dessa forma:

O Catalisador é um agente que sabe das coisas e sabe como dizê-las em linguagem inteligível para os dois lados. O seu papel é este: ser “de dentro”, “de confiança” para o grupo, a ponto de ser capaz de comovê-lo e de mobilizá-lo; ser “de fora” o suficiente para saber como delinear a pressão, como descrevê-la, como manipulá-la. O Catalisador tem de ter “passe livre”, ser reconhecido como interlocutor pelo sistema político oficial (aparato de Estado) para que seja possível alguma ação, pelo menos no início do movimento (SANTOS, 1981, p. 223).

A resposta às frentes de atuação coincidirá, conseqüentemente, com a terceira fase do drama. Esta corresponde à ação compensatória, promovida com o

propósito de “reparar” e pôr termo à crise, em reação às mobilizações da arena pública. Ela vem sob a forma de medidas de correção e ajustamentos, acionados por figuras representativas. No caso da VVE, isso equivale às respostas do poder público, no âmbito do judiciário, com a suspensão da ação de reintegração de posse e instauração de multa em caso do seu descumprimento e; no âmbito do poder público municipal, mediante o deferimento do pedido de tombamento da Vila, e inclusão da área como ZEIS prioritária para fins de regulamentação.

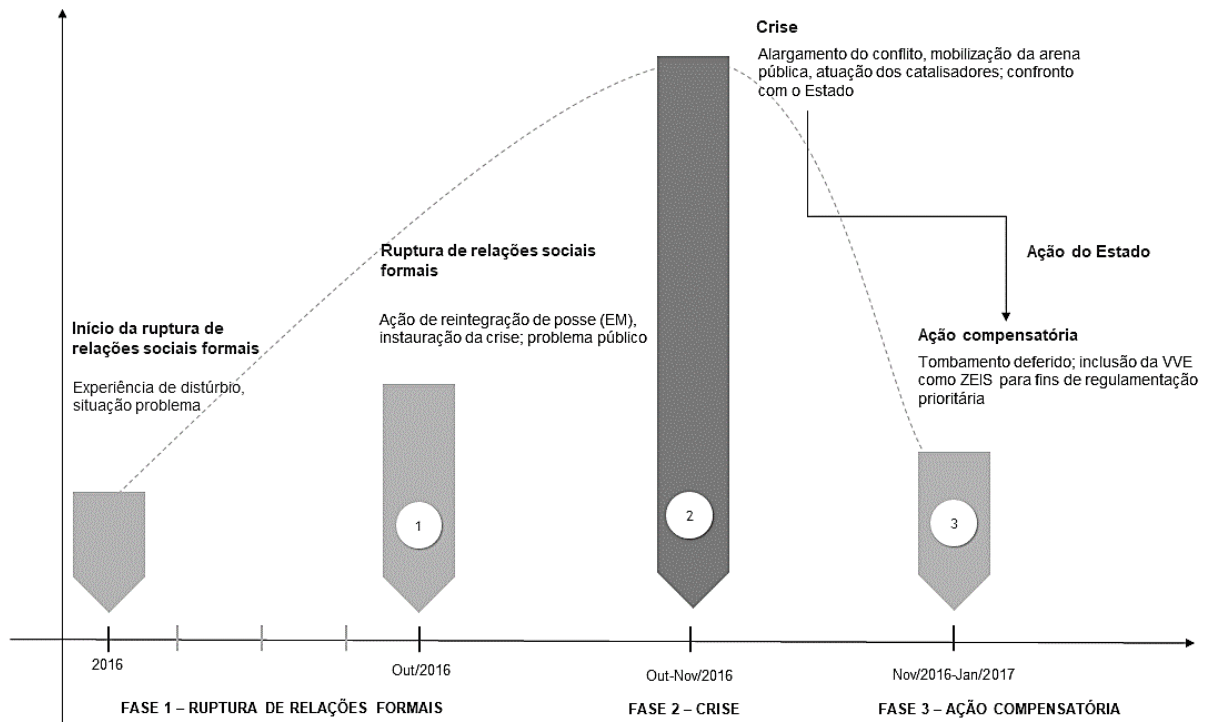
No caso da VVE, a última fase do drama ainda não teve seu processo completado. Esta se refere à reintegração, que resultaria na assimilação plena das compensações por parte do grupo social fragilizado, ou na identificação da natureza irreparável do embate entre as partes (TURNER, 2008). A reintegração pode terminar, ainda, em “esfriamento” da luta. Isso decorre do fato de que não seria suportável, nem sustentável, manter-se tanto tempo em evidência, como na situação de “crise”, o que levaria a luta a um momento de pico, na formulação de sua causa e, em seguida, a um “declínio” (SANTOS, 1981).

O movimento RVV dá seguimento rumo à concretização de suas pautas, cuja natureza processual convoca ativações constantes, o que não identifico nem como total esfriamento, nem como alcance da resolução de conflitos, ocasionando na reintegração. Ele segue ativo, ainda que em menor evidência, e na consecução de suas atividades e engajamentos.

A identificação do drama social em fases não deve ser vista como fator que limita o estudo de movimentos sociais, ou de outros eventos de natureza conflitiva, a modelos lineares e estanques. Ao contrário, o exercício possui validade analítica ao estudo de situações de conflito e de seu caráter essencialmente dinâmico e processual. Essa perspectiva convoca à percepção dos fatores conflitivos e críticos, os quais referem-se a situações vividas pelos atores que protagonizam movimentos sociais.

De modo a promover uma melhor identificação de seus aspectos, esbocei um esquema, evidenciando as fases e os agentes envolvidos no drama social vivido na VVE (Figura 26).

Figura 26 – Linha do tempo com as fases do drama social da VVE



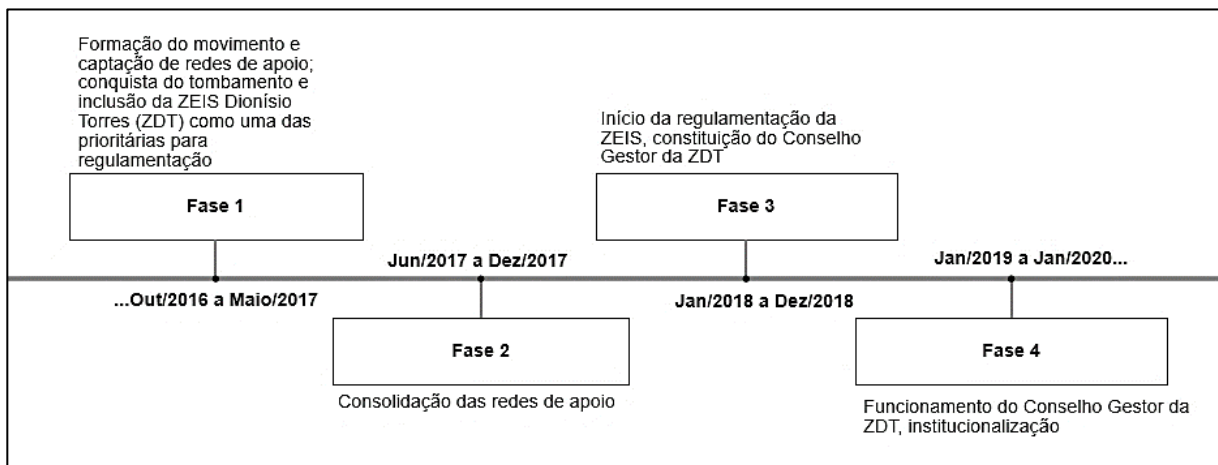
Fonte: Elaborada pela autora, junho/2020, com base em Santos (1981).

A partir do que foi experienciado no drama social e após a ação compensatória, é possível identificar os processos que culminarão na formação e encadeamento ao movimento RVV. Logo, observa-se a definição e composição de seu campo identitário e frentes de atuação, opositores, princípios de organização, sistemas de classificação internos e repertórios de confronto.

O mapeamento das observações que realizei ao longo de minha permanência em campo – como situei no percurso metodológico da pesquisa – levou-me a identificar a ocorrência de períodos específicos no movimento, o que denominei de fases (Apêndice E), quando de sua atuação organizada, ocorrida após a eclosão do drama social. Essa identificação foi fruto do agrupamento de momentos que guardam semelhanças entre si e compõem, em conjunto, o encadeamento das ações que implicaram na formação e nas medidas de organização e coesão do grupo. Desse modo, após a ação de reintegração de posse e o conseqüente desenvolvimento do drama social (TURNER, 2008; SANTOS, 1981) relativo à situação vivida pelos moradores da Vila Vicentina, o grupo de moradores-resistentes passa a agir de forma mais ordenada e coesa, consolidando suas frentes de atuação e rede de apoiadores.

Por sua vez, a localização de momentos que dão sequência ao movimento ajuda no exercício de sua compreensão e na visualização dos diferentes processos por que tem passado, oferecendo maior clareza à exposição e à decomposição analítica (MELUCCI, 2001). Ressalto que as fases não são unidades isoláveis e insulares, mas conjuntos de acontecimentos articulados e indissociáveis do percurso vivido pelo RVV. Essa classificação, portanto, serve a um fim analítico, instrumento que particulariza momentos sem dissociá-los do conjunto de relações de que faz parte (Figura 27).

Figura 27 – Fases do movimento Resistência Vila Vicentina (RVV)



Fonte: Elaborada pela autora. Jan/2020.

O período que vai de outubro de 2016 a maio de 2017 é marcado pelo processo de maior coesão e organização do grupo de moradores resistentes à negociação da Vila. Nesse intervalo acontece a conquista do tombamento provisório, a inclusão da ZEIS Dionísio Torres como ZEIS prioritária para fins de regulamentação e a captação de redes de apoiadores.

Situações e eventos ocorridos entre junho e dezembro de 2017 demarcam a consolidação das redes de apoio e integração do RVV a outros movimentos atuantes na cidade, constituintes de sua segunda fase. O período que vai de janeiro a dezembro de 2018 será marcado pelo início da regulamentação das ZEIS prioritárias em Fortaleza, da qual faz parte a ZEIS Dionísio Torres, e pela constituição do Conselho Gestor das ZEIS, processo que dá a tônica da fase três do movimento. De janeiro de 2019 a janeiro de 2020, uma vez tendo sido instituído o Conselho Gestor, o movimento experimenta novos processos, que resultam de novos papéis e relações, o que

identifiquei como sendo uma quarta fase, afeita a uma vivência institucionalizada, decorrente da relação com instâncias decisórias do poder municipal.

A explicitação das fases também fornece entendimento ao que vem a ser o “repertório de ação coletiva” (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009) acionado em favor do movimento, o qual age em concerto junto à rede de aliados e apoiadores atuantes na cidade. Importante retomar que a noção de repertório, como foi visto na Introdução, diz respeito ao conjunto de estratégias acionadas pelos movimentos sociais num dado momento histórico. O conceito fornece chave explicativa às táticas de enfrentamento utilizadas pelos atores de um confronto político (TARROW, 2009).

Além disso, a análise dos repertórios de confronto envolve a dimensão empírica do estudo dos movimentos sociais, o que acresce referencial significativo a pesquisas que situam práticas de ação coletiva num dado movimento (GONDIM; ROCHA, 2019). No caso do RVV, a implementação das ZEIS e a patrimonialização têm sido as principais frentes de atuação e constituíram-se como estratégias de reivindicação, enfrentamento e mobilização em torno de seus objetivos políticos.

A fim de explicar a ocorrência das ações de mobilização e enfrentamento do RVV, destacando a natureza das situações delas decorrentes, abordo, no próximo capítulo, seus elementos de organização interna, definição identitária, identificação de opositores e aliados. Também comento eventos que consolidaram a formação de sua rede de relações e apoio, o que contribuiu de forma decisiva para a atuação do movimento e à constituição de suas frentes de atuação e disputa.

## 7 “OS FILHOS DA VILA RESISTEM<sup>117</sup>”: MOBILIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E CONFRONTO

Como venho expondo, o movimento Resistência Vila Vicentina (RVV) adquire maior nível de organização após as demolições. A questão vivida pelos moradores foi noticiada nos jornais de circulação local e em programas de rádio<sup>118</sup>, chegando a ser tema de audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. O caráter difuso da mobilização dá lugar a uma organização mais coesa entre o grupo de moradores contrário à venda do local.

Neste capítulo, comento as características do movimento, dando destaque aos seus princípios de organização, integrantes, opositores e aliados. Também fazem parte da exposição a formação e consolidação de sua rede de apoio, assim como a integração a outros movimentos. Esses elementos vinculam-se aos objetivos principais da pesquisa, sendo fundamental responder como o RVV organiza-se, define seu campo identitário e vem tecendo suas redes e vertentes de atuação.

### 7.1 Resistência Vila Vicentina

Um movimento social, por meio da ação coletiva, resulta da combinação complexa de objetivos, recursos e limites. Ao estudá-lo, torna-se inviável separar sua organização do “campo de oportunidades” para o qual a ação se move e se orienta (MELUCCI, 2001; TARROW, 2009; TILLY, 1978). Por “campo de oportunidades”, entende-se o ambiente de permeabilidade política e institucional no qual atuam os agentes de um confronto (TILLY, 1978).

Assim, na análise dos movimentos, é inevitável considerar “o campo dos conflitos e dos atores que o tornam visíveis”, já que “atores conflituais por essência” não existem, participando da ação atores diversos e em diferentes posições sociais (MELUCCI, 2001, p. 23). A decomposição do objeto é o que favorece seu entendimento, uma vez que, para Melucci (2001, p. 23), o “movimento social é um

---

<sup>117</sup>Constância.

<sup>118</sup>Representantes do movimento RVV, a advogada do EFTA e o presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil, Ceará (IAB-CE) participaram do programa *Debates do O Povo*, na rádio O Povo CBN, no dia 04 de novembro de 2016, comentando o caso da VVE após as demolições.



objeto construído pela análise”. Daí conclui-se que o fenômeno e seu significado não estão dados ou comunicam uma “pureza abstrata”, sendo necessário situar seu sistema de relações sociais e a natureza do conflito. A ação coletiva, por essa razão, está envolvida em instâncias variáveis, não se expressando por uma linguagem única.

Nesse sentido, é capital explicitá-la internamente. O que passo a descrever, portanto, é resultante do processo de decomposição do objeto e aproximação analítica, recorrendo aos níveis de análise que ajudam a “reconstruir” o sistema de ação de um ator coletivo, atravessado por processos de mobilização, formas organizativas, modelos de liderança, formas de comunicação e ideologias. Essa decomposição fornece elementos que expõem a multiplicidade dos atores e a pluralidade dos significados, relações e implicações que um mesmo fenômeno empírico comporta (MELUCCI, 2001).

A fim de explorar os elementos dessa decomposição, cabe lembrar que das 45 residências que compõem a Vila Vicentina da Estância (VVE), dez foram negociadas, estando nove totalmente desocupadas e uma ainda ocupada. Entre os residentes, 16 famílias formam a Resistência Vila Vicentina (RVV), compondo o movimento de moradores contrários à venda do local e desocupação das casas, e que integram a defesa em prol da regulamentação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e da patrimonialização. As 19 famílias restantes, mais a que ainda reside na unidade que havia sido negociada, não participam das ações do movimento.

As famílias que formam o RVV contribuem mensalmente com a quantia de R\$ 40,00, que se destina ao fundo financeiro do movimento e objetiva custear despesas diversas, desde água, material de limpeza, lanches etc para as reuniões que são realizadas na capela, ajudando a cobrir até despesas mais elevadas, como pequenas obras de reparo e manutenção nas áreas coletivas, tais como: capinagem, varrição e o gasto com a compra de tapumes para vedar o espaço das casas que foram demolidas e descobertas<sup>119</sup>.

Como forma de organização e planejamento, o grupo reúne-se bimestralmente na capela (Figura 28). Uma estratégia que tem se mostrado relevante nas comunicações internas é a utilização de um grupo no *WhatsApp*, intitulado

---

<sup>119</sup>Os moradores conseguiram autorização junto à Prefeitura para instalar tapumes nas casas e áreas que sofreram danos após a ação de reintegração de posse. A autorização foi necessária em virtude do processo de tombamento – em andamento na Secretaria de Cultura de Fortaleza –, uma vez que o bem tombado, mesmo em caráter provisório, não pode sofrer intervenções e alterações em sua estrutura sem comunicado e autorização prévia do órgão competente.

“Resistência Vila Vicentina”, em que os moradores estabelecem contatos e trocam informações de interesse do movimento.

Figura 28 – Reunião de planejamento RVV



Fonte: facebook.com/resistenciavilavicentina. Março/2019

Internamente, também há atribuição de funções, tais como a indicação de um responsável pelas finanças e prestação de contas, e outro pela elaboração das atas das reuniões. Norma explica que:

É assim, quem primeiro ficou no caixa foi a dona Constância, aí ela passou um ano, pra não ficar aquele círculo vicioso... agora é seu Célio. Eu já falei pra ele que tem que renovar. Mas não quero ficar com o caixa, é muita dor de cabeça [ri] mas assim, são 40 reais mensal, a partir do dia 5 você tem até o final do mês pra pagar, o seu Célio dá o recibo, e eu que faço a ata das reuniões. Ele faz reunião de dois em dois meses, sabe? Aí então nas reuniões, fala sobre a água, a luz da igreja, coisas que precisou comprar...

Além das questões relativas à organização e funcionamento do grupo, é necessário comentar a situação dos moradores que não fazem parte das ações do movimento, uma vez que esta parcela compõe a maioria dos habitantes do local. Entretanto, apesar de 20 famílias não se envolverem diretamente no RVV, muitas delas afirmam não querer sair da Vila, defendendo sua permanência e condição de

moradores legítimos do lugar<sup>120</sup>. Como antecipei no capítulo 2, os dados levantados na Vila Vicentina apontam que 73% dos moradores não desejam morar em outro local, enquanto os demais alegam que até sairiam, desde que fosse para um lugar nas proximidades do bairro (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2020), ou para ter um imóvel em seu nome.

Por mais de uma ocasião ouvi a expressão: “os filhos da Vila resistem”! Essa afirmação enfática põe em evidência um sistema de classificação que opera tanto internamente como externamente. Anuncia aos “de dentro” que os resistentes são os “reais filhos da Vila” e, aos “de fora”, comunica a noção de união e de vínculo existente entre o grupo que defende a permanência da VVE, o que contribui para definir seus aspectos identitários.

Os que integram o movimento avaliam que alguns dos que queriam negociar estavam “em cima do muro”<sup>121</sup>, aguardando que a situação fosse melhor definida. A advogada que acompanha o caso afirma que não vê os moradores reticentes como opositores ativos à Resistência. Segundo sua interpretação, esta seria uma atitude decorrente da situação de vulnerabilidade ante as pressões dos compradores, vivenciada de formas diferentes por cada um dos moradores<sup>122</sup>:

[...] eu acho que [os moradores que não compõem a Resistência] estão com o discernimento deles viciado, entendeu? Por conta do terrorismo que foi feito, do assédio, de toda a questão ali [...] que tem por trás disso... que eles, há muito tempo, vinham recebendo essas ameaças... então, é muito difícil você [ouvir alguém] dizer assim: “olha, você vai ficar sem casa. Você vai ficar sem uma coisa nem outra”. Então a pessoa acaba ficando com o discernimento viciado, e tem as questões também de vizinho, às vezes você não gosta do seu vizinho que é da Resistência, você é contra ele, né?

A situação relativa de oposição dos moradores que não fazem parte do RVV pode estar relacionada a outros fatores, que não exclusivamente ao fato de “estarem em cima do muro” ou de terem aceitado, em algum momento, a negociação de suas casas. A não vinculação ao movimento pode, por exemplo, referir-se à oposição pré-existente entre vizinhos – como percebeu a advogada.

<sup>120</sup>Pude ouvir o discurso em favor da permanência por parte de moradores que não se envolvem diretamente com o RVV no momento da mobilização para a eleição do Conselho Gestor da ZDT – o que devo explorar mais adiante.

<sup>121</sup>Entrevista coletiva realizada com seis membros da Resistência, em 10 de janeiro de 2017.

<sup>122</sup>Entrevista com advogada do Escritório Frei Tito, realizada em 22 de maio de 2017.

Ao mesmo tempo, a divisão entre os moradores do local também remete à complexidade de definir uma identidade homogênea para os participantes de um movimento, os quais não podem ser identificados apenas como polos que se opõem. Mesmo entre os apoiadores da causa, há diferentes identidades e papéis: em síntese, tem-se os moradores-resistentes e os não-resistentes; e os não-moradores que provêm assessoria técnica ou simples apoio, manifesto tanto por meio da divulgação de atos presenciais como pelo comparecimento a estes (GONDIM; ROCHA, 2019).

É sintomática a forma com que os moradores-resistentes nomeiam os não-resistentes: “traíras”. A “traição” pode ser atribuída à não adesão à causa da Vila e à indefinição. Beaud e Weber (2014, p. 196 – grifos meus) lançam luz sobre essas questões, quando advertem que “não existe um único ponto de vista nativo”. Na explicação desses autores:

[...] existem tantos pontos de vista (sobre um objeto, um lugar, um evento público, uma interação) quantos há de “lugares” objetivos. Esses “lugares” são as posições ocupadas por cada um numa interação: as posições sociais de cada um, suas histórias anteriores, suas relações de força comandam, em graus diferentes, os lugares ocupados no espaço e na interação.

Os moradores da VVE ocupam diferentes posições sociais quanto ao seu maior, menor ou nenhum envolvimento com as ações da RVV. É possível notar essas diferentes gradações. Chegavam a mim as representações e classificações que os integrantes do movimento fazem sobre “os traíras”, as quais, de certo modo, demarcam um ponto importante dessa relação, ao explicitar os “lugares objetivos” que cada membro de um grupo social ocupa numa dada situação. Para os moradores-resistentes, os “traíras” são opositores à causa da Vila, sendo vistos com desconfiança. Zélia demonstra arrependimento por ter aceitado negociar seu imóvel, afirmando que, à época, não dispunha de informações sobre o direito que tinha de permanecer em sua casa. Segundo revela: “hoje em dia eu já mudei o pensamento. Hoje em dia me juntei ao pessoal da Resistência e se for preciso assinar na equipe da Resistência eu assino. Hoje eu me sinto e quero ser também uma resistente” (Zélia).

Apesar de sentir-se como uma resistente e a favor da causa dos moradores que lutam pela permanência, Zélia não faz parte do movimento, pois não foi inserida formalmente como contribuinte do grupo e nem participa de suas reuniões e atividades

internas. Manuel, que não integra a Resistência, também afirma não se opor à causa dos moradores do grupo, dizendo:

Eu negocieei, mas eu não gosto deles não [referindo-se aos compradores]. Os resistentes estão aí brigando, e eu tô a favor dos resistentes. E contra eles [os compradores] que querem dinheiro pra enricarem mais. Teve um presidente [um dos administradores do conselho vicentino], que fingia até ser amigo meu, que disse: “a gente vai vender aquela vila um dia”. Mas e a gente que mora lá? Não vai ter direito a nada não? E vocês vão comer o dinheiro e a gente nada? Eles iam comprar apartamento, ficar tudo pra eles. Eu acho que eles nem tem razão de estar brigando por isso aqui porque não tem o nome deles, não.

A aparente contraditoriedade de Manuel – que negociou sua casa e permanece na Vila, diz-se a favor da Resistência, mas não a integra – revela disposições variadas e a multipolaridade existente na vizinhança. Um outro ponto que assevera a ruptura interna é o fato de lideranças do RVV não concordarem com a integração de moradores que “estavam do outro lado”, pois são tidos como oponentes ao grupo resistente e à sua causa. Para Constância:

Às vezes a gente pensa em colocar ela [referindo-se a outra moradora que se arrependeu, assim como Zélia] como uma das resistentes, mas ainda não decidimos isso. Na minha opinião, não basta só dizer que não vai querer sair porque já houve aquela traição. Pra mim é uma traição o que fizeram de querer sair e não pensaram nos que não queriam sair. Pra mim não dá pra ter essas pessoas que queriam negociar na Resistência não, por mim não entra.

A opção de não incluir moradores que demonstram arrependimento no grupo RVV deve ser vista com cautela. Por usufruir do que se pode identificar como características de tradição, legitimidade e influência, os Resistentes acabam por instalarem-se numa posição de poder da qual o outro grupo está excluído. Isso é o que torna eficaz a estigmatização lançada sobre os traíras, acusados de “desonra grupal” (ELIAS; SCOTSON, 2000). Assim, sua rejeição é parte do processo estigmatizante e da capacidade do grupo estabelecido, no caso o RVV, em manter seu diferencial de coesão em relação a dispersão dos demais – identificados como *outsiders*.

A questão das classificações que operam entre os moradores resistentes e não-resistentes insere-se no cenário de percepções da vida social como processo heterogêneo, contraditório e de permanente negociação pelos diferentes atores sociais que partilham contextos de vida: moram na mesma rua, no mesmo bairro,

dividem o mesmo edifício, ambiente de trabalho etc. É o que torna possível enfatizar que “[...] a possibilidade do conflito e da disrupção perde o seu caráter catastrófico e anormal para ser encarada como mais um fenômeno a ser pesquisado” (VELHO, 2012, p. 59). Essa perspectiva permite identificar um sistema de acusações como uma das estratégias “mais ou menos consciente de manipular poder e organizar emoções, delimitando fronteiras” (VELHO, 2012, p. 59).

Negligenciar essas questões prejudicaria o entendimento da consolidação do movimento RVV, assim como traria como consequência a binarização entre moradores-resistentes e não-resistentes como meros polos opostos, que não se aplica, na medida em que não fazer parte da Resistência não significa querer sair da Vila ou mesmo ser contrário às causas pelas quais lutam o grupo resistente. Essas questões, portanto, erigem um senso de nós e estabelecem referenciais de coesão interna e senso de grupo, o que veio consolidando o movimento em meio a uma rede de apoio extensa e de aliados afeitos à causa da moradia e do direito à cidade.

Observando o movimento, identifiquei que a menção aos “traíras”, aos “do outro lado”, dizia respeito às categorias de acusação condizentes ao contexto conflitual vivido na vizinhança. Ao mesmo tempo, estava lidando com processos emocionais e afetivos, irreduzíveis a esquemas maniqueístas e ultrarracionalizantes. Dessa forma, “os traíras” são assim identificados por serem acusados de desvio, o que guarda uma dimensão moral, por conter a denúncia de romper com convenções que tinham o papel de dar sentido ao estilo de vida de um grupo e de um segmento social específico (VELHO, 2012).

Logo, os resistentes, sendo impermeáveis em “reintegrar” não-resistentes, demarcam uma fronteira moral ao construírem como elementos identitários os seguintes aspectos: o primeiro deles é a defesa da tradição, uma vez que aliam seu discurso de permanência à preservação do local em que vivem; segundo, a legitimidade, conquistada tanto por seu papel em prol da preservação e permanência do lugar, como pelo lastro legal de sua atuação em favor da ZEIS e do tombamento; por último, em terceiro, a influência, obtida por meio da mobilização de uma arena pública em favor de sua causa (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Dessa maneira, os resistentes possuem um potencial de coesão maior em relação aos “traíras”, o que lhes permite a percepção de “superioridade” em relação aos moradores que estão “do outro lado”. A própria nomeação estabelece fronteiras morais que sugere uma classificação hierárquica quanto ao fato de ficar e não

negociar sua moradia a qualquer preço, sucumbindo às indenizações e negando-se a permanecer e defender a VVE.

Elias e Scotson (2000, p. 23), no estudo realizado em Winston Parva<sup>123</sup>, esclarecem que “há sempre algum fato para provar que o próprio grupo é ‘bom’ e que o outro é ‘ruim’”. Esse fato pode ser um conjunto de indicadores empíricos que fundamenta cisões, cujas classificações e plano de oposições, na VVE, assim como em Winston Parva, atuam, em princípio, em função do “tempo de moradia”, como já havia mencionado. No caso da VVE, outro fato que acresce à posição de superioridade de um grupo perante o outro é a concordância com a negociação das casas, comportamento que radicalizou referenciais classificatórios internos por meio da acusação de “traição”<sup>124</sup>.

Em meio a isso, um maior senso de “nós” foi estabelecido após as demolições, fornecendo uma noção de identidade relativamente homogênea ao grupo resistente. Como lembrou Constância, “a Resistência se firmou mesmo em outubro de 2016”, em alusão ao que ocorreu logo após a ação de reintegração de posse e o que esta ocasião provocou. Para ela, “depois dessa demolição foi que a gente, com medo de perder a nossa moradia, realmente se uniu e hoje nós estamos unidos”.

A VVE, delimitada como ZEIS no Plano Diretor Participativo de Fortaleza (2009), como venho expondo, foi incluída como uma das ZEIS com prioridade de regulamentação, a partir de janeiro de 2017. Essa pauta, acrescida da patrimonialização, garantiu força ao grupo resistente, assim como a repercussão do caso na imprensa local e o fortalecimento advindo de seus aliados. Diante desses acontecimentos, moradores não-resistentes obtiveram acesso a informações para que tivessem melhores condições de “sair do muro”, podendo “ajustar” a decisão de permanecer em suas casas, ao “beneficiarem-se” da ação dos que resistiram e buscaram esclarecimento dos termos da venda. A mudança de decisão, por esse e outros motivos, não é vista com bons olhos por parte de integrantes do movimento,

---

<sup>123</sup>Winston Parva é o nome fictício de uma pequena localidade situada na periferia urbana da Inglaterra, em que foram realizados os estudos conduzidos por Norbert Elias e John L. Scotson, no final da década de 1950. O local era caracterizado por uma população relativamente homogênea, em razão de suas condições de classe trabalhadora e padrões habitacionais, bem como pela partilha de outros indicadores “mais objetivos”, como cor, religião ou nacionalidade. Porém, outros fatores pesavam em classificações internas – principalmente o tempo de residência – oferecendo maior ou menor potencial de coesão que distinguia ao menos dois grupos entre si, situando o que nos estudos da sociologia elisiana ficariam conhecidos como relações entre estabelecidos e *outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000).

<sup>124</sup>No estudo realizado em Winston Parva, por exemplo, os *outsiders* eram acusados de sujeira e falta de educação (ELIAS; SCOTSON, 2000).

que seguem avaliando a inclusão ou não de novos moradores contribuintes, sobretudo os que fizeram parte ou concordaram com a Associação de Moradores da Vila Vicentina da Estância (AMVVE) – tida como opositora ao movimento.

Em meio a isso, pode-se identificar como adversários diretos ao RVV: o Conselho Metropolitano de Fortaleza da Sociedade São Vicente de Paulo (CMFSSVP), organização responsável pela negociação das casas, antigo gestor do espaço e que move ação judicial para ser reconhecido como titular e proprietário do terreno; a AMVVE, que atuou em favor das negociações e reconhecimento do território, facilitando a ação da corretora de imóveis na área; o comprador, figura oculta na relação, mas reconhecida entre os moradores através de sua menção pelo escritório imobiliário e pela corretora, também oponentes; e os “traíras”, moradores não-resistentes e que estavam dispostos a aceitar a negociação para deixar as casas.

Opositores “menos diretos”, que incorporam agentes sociais não corporificados são: o mercado imobiliário, cuja racionalidade atua em busca da acumulação e concentração de capital, resultante da especulação e trazendo como consequência segregação socioespacial e exclusão urbanística; e o poder público, considerado conivente com a atuação do mercado imobiliário e responsável por negligenciar a legislação em favor da função social da cidade e da redução da especulação. Tais agentes não são mero acréscimo aos adversários já mencionados, uma vez que os primeiros, tidos por “diretos”, constituem-se como manifestações empíricas da agência do mercado e do Estado, assim como de seu desdobramento e impacto na vida coletiva e na paisagem urbana. Vale lembrar que estes são considerados um “adversário social presente no sistema de referência do grupo” (MELUCCI, 2001, p. 60).

Faz-se necessário ponderar a visão determinista, por vezes maniqueísta, do Poder Público. Ressalto que a falta de efetividade na implementação de instrumentos jurídico-políticos em favor da redução de desigualdades no espaço urbano vai além de “simples inércia dos governantes” ou “falta de vontade política”. Devem ser consideradas a correlação de forças entre poder público e interesses privados, como resultante de ordem complexa na produção e reprodução de espaços urbanos dotados de infraestrutura e mais caros, o que alimenta processos de segregação (GONDIM; GOMES, 2012, p. 508).

Por seu turno, são aliados e apoiadores do movimento, de imediato, integrantes de assessoria técnica, como o EFTA; estudantes, professores e



pesquisadores vinculados ao LEHAB, ao LEC e ao LOCUS, da UFC; pesquisadores, professores e estudantes vinculados ao ArqPET, CANTO, CAJU, NAJUC; autores do pedido de tombamento; deputado estadual do PSOL, responsável por acionar a audiência pública para esclarecimentos sobre a negociação do terreno e demolição das casas; artistas, educadores, demais professores, pesquisadores e cidadãos que apoiaram e contribuíram diretamente com o movimento, oferecendo oficinas, exposições de teatro, cinema, aulas públicas etc, em apoio à causa em questão. Além destes, integram a rede de apoiadores e aliados ao RVV, coletivos<sup>125</sup>, organizações e entidades, tais como: a Frente de Luta por Moradia Digna, a Fundação Marcos de Brün, do Lagamar; o coletivo Ciclanas; Rede DLIS, do Grande Bom Jardim; dentre outras.

A respeito da constituição de redes, é importante mencionar que estas são meios de sociabilidade que moldam formas de coexistência. Constituem-se, assim, como experiências que evidenciam a realização da ação coletiva, auxiliando na definição de rotinas de cooperação e conflito (CEFAÏ, 2009). Indo ao encontro disso, Scherer-Warren (2008) comenta que a solidariedade entre sujeitos coletivos propicia um reconhecimento de suas diferenças, sendo capaz de provocar a abertura ao pluralismo democrático. Estas são questões fundamentais para que se transformem demandas particulares em pautas e articulações políticas relativas a exclusões sociais que atuam numa mesma ordem ou de maneira sistêmica.

Além disso, a associação de diferentes movimentos, organizações e instituições entre si explicita uma dinâmica relacional atrelada à formação de atores coletivos, uma vez que “os movimentos sociais expressam concepções e valores produzidos no contexto amplo da sociedade e veiculados através de instituições a eles articuladas”, por isso não podem ser vistos como impermeáveis a influências (BARREIRA, 1986, p. 140). Nas décadas de 1970 e 1980, eram comuns críticas à influência de “agentes externos” nos movimentos sociais, sobretudo partidos políticos. Já na década de 1990, houve maior aceitação e permeabilidade às Organizações Não-Governamentais (ONGs) (GONDIM; GOMES, 2012).

---

<sup>125</sup>Os coletivos são grupos de mobilização política marcadamente formados por jovens, atuando de forma colaborativa e sem hierarquias rígidas. Em geral, adotam recursos da internet e das redes sociais digitais como estratégias preferenciais de comunicação e organização. A autodenominação de “coletivo” abrange uma forma de organização com centralidade ausente ou difusa e desvinculada de espaços mais institucionalizados do movimento estudantil, como a União Nacional dos Estudantes, por exemplo (GOHN, 2017; PENTEADO; OLIVEIRA, 2019).

Expostos alguns dos elementos necessários à identificação, composição e organização do movimento, comento a seguir os acontecimentos que decorrem dos momentos de consolidação do RVV e seu desenvolvimento, os quais demarcam seus dois primeiros anos de atuação.

## **7.2 Formação e organização do movimento e suas redes de apoio**

Como exposto, de outubro de 2016 a maio de 2017 (Apêndice E), integrantes do movimento Resistência Vila Vicentina articulam-se em prol da permanência em suas casas, lançando mão da assessoria jurídica prestada pelo EFTA. A criação da página na rede social *Facebook* vai ocupar um lugar relevante na ocasião da organização e mobilização inicial do grupo. Já em suas primeiras publicações, há o histórico do local e a defesa da área como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Contar com esse espaço de divulgação auxiliou na produção de visibilidade acerca do caso, impulsionando a repercussão do drama social. Por esse motivo, membros da Resistência não abriram mão do uso da internet para expor suas ações, conquistas, feitos – o que tem se concretizado por meio da atualização constante da página, com relato e partilha de situações vivenciadas pelo grupo. Esse espaço acaba por propiciar a criação de uma memória do movimento, historicizando suas ações, e registro de acontecimentos considerados relevantes.

Santos (1981, p. 232), ao enfatizar o papel da memória nos movimentos, afirma que esta “é um dos mecanismos de exercício do poder em qualquer instância”. Para os movimentos sociais urbanos, em particular, a memória que produzem acaba por ser apropriada por agentes de fora do movimento social, como o Estado, por exemplo, ou mesmo a academia. Para o autor, o planejamento urbano é uma prática por demais empirista e a recuperação da memória do que já ocorreu na cidade é de fundamental importância. Dessa forma, a atuação dos movimentos sociais apoia-se em experiências anteriores, e ter à disposição elementos para essa “retomada” pode contribuir para confrontar e questionar práticas tecnocráticas e autoritárias de planejamento.

Mais recentemente, o uso de recursos digitais tem potencializado a visibilidade de questões urbanas, interpelando atores diversos e fornecendo

condições para que se socializem problemas enfrentados na cidade. Contudo, seu uso envolve assimetrias quanto à exclusão de populações do acesso à internet ou mesmo dificuldades aliadas ao seu manuseio (GONDIM; ROCHA, 2019). Sobre esse último aspecto, vale frisar que a criação da página do movimento Resistência Vila Vicentina, no *Facebook*, foi sugestão advinda de um aliado externo, o EFTA – como mencionado anteriormente.

O manuseio da página, com publicações e postagens, é atribuição de uma das lideranças do movimento, por conta de sua habilidade para a escrita e descrição dos eventos ocorridos no local. No entanto, para realizar as publicações, pelo menos no início – em 2016 e 2017 – era necessário contar com o auxílio de um jovem, à época com 15 anos, integrante de uma das famílias resistentes. Ele ajudava, por exemplo, na configuração de aparelhos de celular, a fim de que se pudesse instalar e utilizar de modo adequado os aplicativos de redes sociais, tais como *Facebook*. Ao longo do tempo, o manuseio dessas ferramentas foi sendo assimilado por outros moradores. Integrantes do movimento possuem perfil nessa rede social, contribuindo com o compartilhamento de suas publicações e reação a elas. Ressalto que a senha do perfil da página do grupo é compartilhada entre seus membros, ainda que um deles centralize funções de publicação de informações.

Na esteira dos acontecimentos que deram maior coesão e coordenação ao grupo, ocorrem os pedidos de tombamento da Vila<sup>126</sup>. A medida foi justificada pelo fato do lugar ser considerado marco histórico da ocupação da zona leste da cidade, além de “elemento garantidor da sociabilidade e da boa qualidade ambiental no bairro Dionísio Torres”, como defendeu um dos autores do pedido, o professor Romeu Duarte Júnior (SENA; TEIXEIRA, 2016, *on-line*). A solicitação também foi realizada, à época, pelo então vereador João Alfredo (PSOL) e pelo vereador Guilherme Sampaio (PT), como já venho afirmando.

Como medida auxiliar, houve a criação de um abaixo-assinado *on-line*<sup>127</sup> encabeçado pela Resistência Vila Vicentina, angariando 543 assinaturas em favor do tombamento da VVE. A ação, também vinculada à internet, foi realizada a partir do portal Petição Pública<sup>128</sup>, que veicula esse tipo de mobilização de forma gratuita.

---

<sup>126</sup>Por sua especificidade, abordo aspectos que envolvem o tombamento e a patrimonialização no capítulo 8, em que discuto as frentes de atuação do RVV.

<sup>127</sup>Petição de Tombamento Municipal da Vila Vicentina da Estância. Disponível em: <https://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR98198>. Acesso em: 20 jul. 2020.

<sup>128</sup><https://peticaopublica.com.br>.

Cabe salientar o caráter instrumental com que a internet é operacionalizada pelo grupo, o que não consiste em reduzir seu papel na organização e mobilização coletiva atuais, ou mesmo seu impacto na difusão de temas que nem sempre têm lugar em meios de comunicação tradicionais. Entretanto, no caso do RVV, a internet assume papel “publicitário”, cujo efeito mobilizador teve uso mais intenso durante o período inicial do movimento (Apêndice E), tendo coexistido com outras estratégias e recursos de atuação. A internet não foi descartada pelo movimento, persistindo como estratégia de divulgação e comunicação, porém, outras formas de confronto e dinâmicas de contestação, assim como organização e constituição de apoiadores foram implementadas, dando reforço à manutenção do RVV.

O uso de recursos da rede digital, por um lado, contribui para a redução do ônus operacional vinculado à manutenção de movimentos sociais – os quais arcavam com confecção de material, tais como: faixas, cartazes e panfletos, dentre outros recursos. Por outro lado, deve-se destacar que o uso da internet não reduz os efeitos assimétricos quanto aos recursos de acesso e conectividade entre populações pobres que se articulam na defesa do direito à moradia, entre outras causas vinculadas ao campo, à cidade e às questões ambientais. Essa articulação ainda envolve grande precariedade, uma vez que, na região Nordeste, 33% dos domicílios não contam nem com computador, nem com acesso à internet, conforme dados do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI, 2019).

Recursos disponíveis na rede mundial podem contribuir para fortalecer e criar “conexões entre diferentes grupos sociais, incluir populações marginalizadas e recuperar a natureza pública de certos assuntos” (PLEYERS; SUZINA, 2016 - tradução minha). Contudo, como alertam Pleyers e Suzina (2016), deve-se considerar que os instrumentos e recursos da internet também podem produzir fragmentações e divisões no espaço público. Ponderações como esta visam “desessencializar” os objetos e têm em vista análises reducionistas, que podem fetichizar recursos tecnológicos como necessariamente disseminadores de usos e práticas emancipatórias.

Para análises mais consistentes de fenômenos dessa natureza, não se deve perder de vista que o uso das mídias não equipara as assimetrias existentes no contexto social. Essas assimetrias são decorrentes da situação de desigualdade de recursos, em termos econômicos, políticos e culturais, entre os atores sociais situados

num dado contexto e, sobretudo, envolvidos em situações de confronto (SUZINA; PLEYERS, 2016 *apud* GONDIM; ROCHA, 2019).

Scherer-Warren (2008) reconhece o papel das tecnologias de comunicação e informação como instrumento facilitador na difusão de ideários e expectativas dos sujeitos que integram movimentos sociais, porém, não são o único nem o principal agente de mobilização de redes de movimentos.

Assim, os acontecimentos que decorrem da primeira fase do RVV contam com a internet como instrumento de difusão de informações e mobilização, contando com redes de apoio supralocais. Decorrem desse momento, as estratégias realizadas no local para promover a causa dos moradores. Artistas, educadores, estudantes universitários e demais apoiadores, promovem atividades sediadas na capela da Vila Vicentina, utilizando a internet em favor de sua divulgação. Algumas das ações realizadas foram: campeonatos de bila (bola de gude), aulas públicas, exibição de filmes, oficinas de cestaria, fanzines, bordado, kokedama (arranjos de plantas), dança de salão etc, o que se mostrou uma estratégia inovadora, trazendo a linguagem lúdica, e ações culturais e educativas como táticas que promoveram a causa e o local para a cidade. Esse processo inicial, deve-se sublinhar, ajudou a consolidar a formação do movimento, reduzindo os custos envolvidos na publicização da causa, em meio à mobilização de uma arena pública notável (SCOTT, 2011).

Uma dessas estratégias, que contribuiu para dar visibilidade e confrontar opositores, foi uma oficina de estêncil, conduzida por estudantes de arquitetura e urbanismo em que, com a participação e autorização dos moradores, os muros das casas receberam pinturas com expressões do tipo “Vila Vicentina é ZEIS”, “Vila Vicentina Vive”, dentre outras. Faixas com a frase “Função social não é servir ao capital”, também foram fixadas na fachada de algumas casas.

A utilização de eventos e estratégias consideradas inovadoras, lúdicas e criativas, que permearam a primeira fase do RVV, ajudaram a concretizar suas vitórias parciais, tais como a inclusão da área como ZEIS prioritária – efetivada em janeiro de 2017 – e o deferimento do tombamento, cuja realização e conclusão dos estudos, em caráter complementar, foram iniciados em março e finalizados em maio de 2017 (PESQUISADORES APRESENTAM RELATÓRIO [...], 2017). Demais estudos sobre o local, devem ser conduzidos pela SECULTFOR, os quais, uma vez iniciados e concluídos, passarão por votação no COMPHIC, dando seguimento ao processo de tombamento definitivo – o que até o momento não ocorreu.

A divulgação dos cartazes dos eventos (Figuras 29 e 30) acontecia na página eletrônica do movimento, no portal *Facebook*, e em grupos de *WhatsApp*, cujo engajamento de pessoas vinculadas a outros movimentos ajudavam a circular e divulgar em seus respectivos perfis e páginas coletivas na internet.

Figura 29 – Cartaz de divulgação de aula de bordado



Fonte: facebook/resistenciavilavicentina. Fev/2017.

Figura 30 – Cartaz de divulgação de oficina de Kokedama



Fonte: facebook/resistenciavilavicentina. Jan/2017.

As ações realizadas pelo RVV e as conquistas a ele associadas, renderam premiação do Ministério Público Estadual do Ceará. O movimento conquistou o segundo lugar como “Experiências de Práticas Exitosas de auto-organização e superação de problemas em assentamentos informais de Fortaleza”, durante a realização da 2ª Semana Nacional de Direito Social à Moradia da Defensoria Pública, ocorrida em abril de 2017 (Figuras 31 e 32).

Figura 32 – Prêmio de 2º lugar em Experiências e Práticas Exitosas



Fonte: facebook/resistenciavilavicentina. Abr/2017

Figura 31 – Divulgação de evento da Defensoria Pública do Estado do CE



Fonte: facebook/resistenciavilavicentina. Abr/2017

Comento a seguir eventos característicos da consolidação das redes de apoio do RVV, marcadamente formada pelas experiências junto a outros movimentos atuantes na cidade.

### 7.3 Consolidação das redes de apoio e integração a outros movimentos

Os eventos significativos da segunda fase do RVV – de junho a dezembro de 2017 – serão caracterizados pelo engajamento dos moradores junto à rede de movimentos que atua em Fortaleza. A articulação construída ao longo de seus primeiros meses de organização impulsionou, em junho de 2017, a realização da primeira Assembleia Popular pelo Direito à Cidade, na capela da Vila (Figura 33).

A assembleia popular contou com a participação de representantes de comunidades afetadas por problemas urbanos, em especial de áreas demarcadas como ZEIS, de membros de assessorias técnicas, pesquisadores vinculados às universidades, dentre outros interessados. Tais espaços de participação são momentos em que se encontram diferentes “nós” da rede sobre a qual se articulam decisões e ações políticas, sobretudo porque “o movimento social atua cada vez mais

sob a forma de rede, que ora se contrai em suas especificidades, ora se amplia na busca de empoderamento político” (SCHERER-WARREN, 2008, p. 506).

Figura 33 – Reunião de preparação para a 1ª Assembleia Popular a ser realizada na VVE



Fonte: Acervo pessoal. Maio/2017.

Ao longo de 2017, foram realizadas cinco assembleias populares, em locais distintos da cidade. A itinerância objetivava compartilhar problemas enfrentados nos territórios em que estas seriam realizadas. As assembleias ocorreram, em sua maioria, em áreas demarcadas como ZEIS, principalmente as que estão definidas como prioritárias para fins de regulamentação. De junho a outubro de 2017, sediaram assembleias, além da VVE, Mucuripe, Bom Jardim, Pici e o conjunto Ceará (Apêndice E). Representantes do RVV estiveram presentes em todas as assembleias ocorridas em Fortaleza, as quais tiveram continuidade ao longo de 2018, voltando seus objetivos a discutir o processo que envolvia a regulamentação das ZEIS e propiciar a troca de experiências entre moradores de diferentes localidades.

Além de espaço de sociabilidade e relações com outros “nós” da rede de movimentos, as assembleias permitiram recuperar a memória e o histórico que envolve o processo de regulamentação das ZEIS em Fortaleza. É importante destacar que os momentos propiciavam um caráter formativo a partir da exposição de assessorias técnicas (LEHAB, CAJU, NAJUC, EFTA, dentre outras), em que estas exploravam questões relacionadas à definição das ZEIS e da participação democrática na gestão e no planejamento urbanos, expondo elementos previstos em



instrumentos da legislação em vigor, como no caso do Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDP-For) de 2009.

Constância atribui valor à experiência de participar do movimento ao recordar do aprendizado que teve sobre os problemas vividos na cidade. Para ela, “estando em contato com outras pessoas você conhece outras realidades, não é só a sua. Nesse movimento eu tô tendo contato com outras pessoas, de várias comunidades, várias realidades, vários pensamentos, é bom. Tá sendo positivo”.

Ao comentar sobre como a dinâmica que se coloca em movimento é capaz de gerar uma experiência coletiva, Cefaï (2017b, p. 196) argumenta que:

[...] ela faz as linhas da experiência se mexerem, abrindo os “particulares” a interesses, crenças e desejos que transcendem suas perspectivas habituais. E começa a dizer respeito a pessoas bem mais além daquelas que são diretamente atingidas, impelindo-as a formarem uma experiência comum, a se indignarem conjuntamente e a se mobilizarem em público.

A experiência coletiva é fundamental na articulação formada em torno do que se percebe como preocupações comuns, revelando problemas públicos. Além disso, a capacidade de sentir em comum (*sensus communis*) só se realiza por meio de uma atividade coletiva, a partir da qual “as pessoas se juntam, se associam, discutem, inquietam-se, indignam-se [...]. Encontram aliados em quem se apoiar, políticos ou especialistas que retransmitem suas vozes, ou outras organizações com que se associar” (CEFAÏ, 2017b, p. 196).

A segunda fase por que passa o RVV é crucial ao encadeamento de ações que já vinham sendo delineadas, sobretudo a que diz respeito à regulamentação das ZEIS. É durante a segunda fase que ele constrói mais solidamente sua experiência junto a outros movimentos, sendo integrado à Frente de Luta por Moradia Digna (FLMD).

Surgida em 2014, participam da FLMD, movimentos representativos de territórios em situação de vulnerabilidade social, econômica e ambiental, conforme define em seu perfil publicado na rede social *Instagram*<sup>129</sup>, na qual:

Além das comunidades, a Frente de Luta é construída e integrada por entidades, movimentos sociais e assessorias técnicas populares, que atuam como componentes e parceiros na luta pela efetivação do direito à cidade e pela moradia digna em Fortaleza, e como um espaço democrático e

---

<sup>129</sup>O Instagram é uma rede social digital em que se compartilham imagens e vídeos, adicionados de legenda. A rede faz parte do conjunto de aplicações pertencentes ao *Facebook*, juntamente com o *WhatsApp*. O endereço do perfil da FLMD é @frentedelutafort\_.

horizontal, está sempre aberta a interessados que desejam somar nessa articulação (FLMD, 2020, *on-line*).

Entre as principais linhas de atuação da FLMD está a busca pela implementação das ZEIS, assim como a resistência às remoções e demais efeitos provocados por projetos urbanos em execução na cidade de Fortaleza. Além disso, estão entre suas vertentes: a disputa pelo acesso à terra urbana de qualidade e a democratização da gestão municipal (FLMD, 2020).

Os territórios, cujos representantes de movimentos sociais integram a FLMD são: Grande Bom Jardim, Conjunto Palmeiras, Caça e Pesca, Rio Pardo, Raízes da Praia, Serviluz-Titanzinho, Mucuripe, Poço da Draga, Aldaci Barbosa, Lagamar, Pici e Vila Vicentina. Entre entidades, organizações e assessorias estão: Laboratório de Estudos da Cidade (LEHAB), Programa de Educação Tutorial do curso de Arquitetura e Urbanismo UFC (ArqPET), Centro de Assessoria Jurídica Universitária (CAJU), Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), Fundação Marcos de Brüin, Núcleo de Assessoria Jurídica Comunitária (NAJUC), Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim (GBJ) (Rede DLIS), Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Dom Aloísio Lorscheider (EDHAL), Escritório de Assessoria Jurídica Frei Tito de Alencar (EFTA), Núcleo de Habitação e Moradia da Defensoria Pública do Estado do Ceará, entre outras.

Em suma, sabe-se que os movimentos sociais precisam acionar estratégias de mobilização e de confronto para sua manutenção e, agindo em rede, o alcance e a articulação de demandas adquire uma vertente otimizada. Contudo, não se pode deixar de levar em conta as críticas à fragmentação a que os movimentos que atuam em rede estão sujeitos, uma vez que nem sempre demandas locais terão força perante o delineamento de estratégias comuns. No entanto, como defende Scherer-Warren (2008, p. 509), a organização em rede facilita o reconhecimento de atores e organizações supralocais, ao tempo em que gera um “potencial de democratização no âmbito das relações sociais e políticas”. Assim como Touraine (1997), Scherer-Warren (2006; 2008) reafirma a relação dialética reveladora do sujeito como ator e deste como sujeito político, na medida em que põe em prática sua ação movimentalista.

Identificar a ação coletiva como multipolarizada, em que são combinadas diversas orientações, é um dos requisitos que autentica o movimento como um

“sistema de ação”, conforme entende Melucci (2001, p. 46). Para esse autor, uma ação coletiva relaciona atores múltiplos, onde estão implicados seu sistema de oportunidades e vínculos, pois:

Os atores produzem a ação coletiva porque são capazes de definir-se e de definir sua relação com o ambiente (outros atores, recursos disponíveis, possibilidades e obstáculos). A definição que os atores constroem não é linear, mas produzida por meio da interação, da negociação, da oposição entre orientações diversas (MELUCCI, 2001, p. 46).

Euzeneia Carlos (2011) acrescenta que a ação coletiva está voltada à participação de uma pluralidade de atores sociais, tanto organizacionais como institucionais. Os elos dessa relação baseiam-se em modelos de interação delineados em torno de identidades compartilhadas, sedimentadas em meio a conflitos e cooperação.

As ações adotadas pelo movimento, durante sua formação e organização, reforçaram a tônica das estratégias de enfrentamento do seu campo opositor, pautadas por um repertório de confronto considerado criativo e inovador. Tais táticas, entretanto, não são as únicas quanto à garantia de conquista dos objetivos políticos pretendidos pelo movimento. Desse modo, por sua centralidade no caso investigado, no próximo capítulo, exponho as demais ações e estratégias então adotadas pelo RVV, quais sejam: o tombamento e a regulamentação das ZEIS.

## 8 “SÃO NOSSAS GRANDES FRENTE DE LUTA”<sup>130</sup>: TOMBAMENTO E REGULAMENTAÇÃO DAS ZEIS

Nos cenários de atuação e reivindicações do RVV, pelo menos quatro estratégias, simultaneamente entendidas como de mobilização e confronto, vêm sendo efetivas:

- o uso de recursos da internet, em especial da rede social *Facebook*, que tem objetivado manter a divulgação das ações e conquistas do movimento;
- as atividades, oficinas e eventos, sediados na VVE, que demarcaram espaço relevante em sua postura de mobilização, assumindo o caráter de repertório de confronto criativo e inovador;
- o tombamento, reivindicação que visa a preservação da área por sua dimensão histórico-patrimonial e;
- a regulamentação e implementação das ZEIS, estratégia jurídico-política para garantir a permanência dos moradores onde vivem.

Presente neste capítulo está a atenção ao recurso à patrimonialização, relacionada ao tombamento, uma vez que esta vem investida de particularidades, possuindo implicações na constituição do RVV. A medida transversaliza a formação do movimento, acrescentando à sua organização o sentido político-identitário como componente basilar tanto em sua defesa como manutenção.

Integram a discussão a abordagem ao processo que demarca o início da regulamentação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), consideradas prioritárias em Fortaleza, das quais fazem parte a ZEIS Dionísio Torres (ZDT) – território que compreende a Vila Vicentina da Estância. A constituição e o funcionamento do Conselho Gestor da ZDT, por sua vez, também é objeto da exposição, por sua relevância na atribuição de novas funções e papéis ao movimento.

---

<sup>130</sup>Estela.

## 8.1 Quando o patrimônio entra em movimento

O conceito de patrimônio, enquanto bens tidos como de valor histórico e artístico, tem cerca de dois séculos (MONNET, 1996). No entanto, a preocupação com o patrimônio histórico e artístico no Brasil começa a ser disseminada nos anos 1910, quando intelectuais – tais como Alceu Amoroso Lima e Mário de Andrade – que viriam a fazer parte do movimento modernista, começam a alertar para a ameaça de perder monumentos da época colonial. No Congresso Nacional, datam dos anos 1920 as primeiras tentativas para validar projetos de lei de proteção ao patrimônio, que não foram aprovados, pois “associavam proteção à desapropriação”, esbarrando na prerrogativa do direito à propriedade (FONSECA, 2005, p. 103). Respostas precursoras a demandas do meio intelectual sobre a proteção ao patrimônio vieram, à época, de governos de Estados que possuem acervos históricos e artísticos considerados significativos, tais como Minas Gerais, Pernambuco e Bahia, que criaram Inspetorias Estaduais, respectivamente em 1926, 1927 e 1928 (FONSECA, 2005).

Esse cenário contribuiu para sedimentar, junto a setores da elite intelectual e política, o interesse pela tradição e proteção de monumentos históricos e artísticos, gerando a demanda pela inserção e direcionamento do Estado nessa questão (FONSECA, 2005). Nacionalmente, até a década de 1930, não havia uma política institucional voltada à definição e à defesa jurídica do patrimônio. Só a partir do Estado Novo, com o governo de Getúlio Vargas, é que se inicia o arranjo de uma burocracia estatal voltada à temática (DINIZ; PACHECO, 2020).

Vale frisar que, durante o século XX, a noção de patrimônio foi apropriada pelo Estado brasileiro para legitimar políticas de valorização e preservação atreladas a interesses específicos (DINIZ; PACHECO, 2020). Estava em curso o projeto de construção de uma identidade nacional, para o que o aparato legal-institucional do Estado foi determinante (FONSECA, 2005).

Foi em 1937, com a publicação do Decreto-Lei nº 25, que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi criado, instituindo a política de reconhecimento e valorização do patrimônio histórico e artístico – bens culturais – em caráter nacional. A instituição muda de nome em 1946, passando a chamar-se Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) até 1970, quando tem seu nome novamente alterado para Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional (IPHAN), tendo como aliado executivo o Instituto Pró-Memória. Só em 1990, por força de uma medida provisória, é que esses dois últimos órgãos são agrupados política e institucionalmente sob o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (DINIZ; PACHECO, 2020). Como notam Diniz e Pacheco (2020), essas renomeações não imprimem mudanças significativas em torno das responsabilidades do órgão, representando muito mais a subordinação de sua atuação a diferentes conjunturas políticas, passando pelo Estado Novo, em 1937; pela reabertura democrática, em 1945; pelo recrudescimento do Governo Militar, em 1970; e, por último, em 1990, pela redemocratização.

A menção à descentralização quanto à definição e atribuição de bens culturais e de sua patrimonialização ocorre ainda no Decreto-Lei nº 25, de 1937, em seu artigo 23, o qual prevê a colaboração de Estados e Municípios (sob orientação do SPHAN) a atuarem na proteção de bens regionais e locais. Nesse sentido, poderiam ser criadas instituições e legislações próprias. Mas isso só se concretizará em 1973, com a criação do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas, que tinha por meta promover infraestrutura ao desenvolvimento de atividades turísticas como fonte de renda em regiões carentes e prioritariamente do Nordeste. A medida supriu a falta de recursos do IPHAN e propiciou a criação, nas décadas de 1970 e 1980, de órgãos locais para gerir o patrimônio via elaboração de legislações estaduais próprias (FONSECA, 2005).

À despeito de suas renomeações e reconfigurações políticas e institucionais, resta entender que o instrumento jurídico que atua na determinação, classificação e reconhecimento do patrimônio é o tombamento. O instrumento foi definido juridicamente pelo Decreto-Lei nº 25, de 1937, o qual, em seu artigo 1º, conceitua patrimônio como: “[...] o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937).

Desse modo, o tombamento é ato administrativo do Estado. Trata-se do procedimento legal que concretiza a proteção de bens destinados à salvaguarda e que, ao mesmo tempo, desembaraça a questão da propriedade, uma vez que o tombamento não visa a desapropriação do bem, devendo o proprietário cumprir as medidas necessárias à sua preservação. Torna-se emblemático que os bens tombados no Brasil, sobretudo na primeira metade do século XX, vinculavam-se à

época colonial e ao barroco das igrejas, cristalizando e centralizando a ideia de uma identidade nacional voltada aos valores das elites agrárias, escravocratas e religiosas (DINIZ; PACHECO, 2020).

Choay (2001), quando se questiona sobre o que vem a ser o patrimônio histórico nas sociedades de hoje, restringe sua abordagem às edificações, identificando uma expansão do quadro temporal e dos espaços geográficos em que os bens considerados patrimoniais ou suscetíveis de patrimonialização se inscrevem. Na Europa<sup>131</sup>, após a 2ª Guerra Mundial, haverá um aumento de bens inventariados, ocasionado a partir do reconhecimento de diferentes maneiras da arte de construir, considerando expressões eruditas e populares, urbanas ou rurais (ROCHA, 2020). Assim, “o domínio patrimonial não se limita mais aos edifícios individuais; ele agora compreende os aglomerados de edificações e a malha urbana: aglomerados de casas e bairros, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjuntos de cidades” (CHOAY, 2001, p. 13).

Percebe-se que o uso urbanístico do patrimônio é mais recente, sendo notadamente a partir das décadas de 1960 em diante que ele passa a ser instrumento de gestão urbana – por meio das medidas de proteção a monumentos históricos, cidades e bairros antigos (MONNET, 1996). Dinâmica presente em países europeus, a medida chega ao Brasil por meio do Programa de Reconstrução de Cidades Históricas – já citado – o qual instrumentaliza a proteção de bens culturais em áreas urbanas voltando-se à captação e geração de renda, valendo-se da preservação de um passado histórico muitas vezes romantizado, sublimando contradições, segregações e desigualdades. Em situações como essa, a crítica é de que o patrimônio seria utilizado como álibi para referendar, tanto no plano simbólico como material, intervenções que privilegiam a manutenção de interesses econômicos (MONNET, 1996).

A noção de patrimônio histórico, por sua vez, ganha notoriedade a partir da segunda metade do século XX, passando a ser significativo campo de disputa (CHOAY, 2001). Será a partir daí que ocorre a discussão para a relevância da

---

<sup>131</sup>Quando observa o caso europeu, Choay (2001) pondera que existe um culto ao patrimônio histórico que deve ser visto com cuidado, evitando a “simples aprovação”. Ela adverte que sua leitura está restrita às matrizes do pensamento europeu quanto ao que deve ou não ser considerado expressão artístico-cultural relevante para fins patrimoniais. Com efeito, esses parâmetros eurocêntricos constituem, historicamente, a herança colonial que submeteu culturas ao seu jugo, demarcando instâncias de legitimação quanto ao que deve ou não ser inventariado.

preservação de uma memória compartilhada, destacada não só por meio de edificações de diferentes tipologias, mas como práticas culturais, saberes e usos que funcionam como marcadores de diferença e identificação de grupos vinculados a territórios socioespaciais e simbólicos. Numa tentativa de ampliar a noção de patrimônio, por meio de uma democratização de seu conceito, no Brasil, no final dos anos 1970, gradativamente se inicia o reconhecimento de expressões imateriais e intangíveis, o que levaria à substituição da nomenclatura “patrimônio histórico e artístico” pela de “bens culturais”, disseminando a ideia do patrimônio como algo voltado ao presente e não a um passado cristalizado (DINIZ; PACHECO, 2020, p. 26).

A partir desse aspecto é possível identificar convergências quanto ao caso da VVE, uma vez que a demanda pelo tombamento (Figura 34) tem sido um dos objetos da disputa em questão. A medida ajuda a definir o campo identitário de grupos implicados num confronto político, por meio da luta pela proteção de edificações que guardam relação estreita com determinadas formas de ocupação das cidades, bem como dos modos de viver e experimentá-las.

Figura 34 – Faixa em defesa do patrimônio histórico na VVE



Fonte: facebook.com/resistenciavilavicentina. Nov/2016.

A busca pela patrimonialização pode reverter-se em campo de disputa tendo de confrontar-se com retóricas do desenvolvimento econômico, das quais fazem parte noções de uma estética urbana higienizante e disciplinadora. No mais das vezes, a preocupação em “revitalizar” espaços urbanos ocorre a fim de “adequar as



idades às demandas e aos fluxos internacionais de turismo e consumo urbano” (LEITE, 2002, p. 115).

Como contraponto, tem sido exemplar o caso do movimento Ocupe Estelita, no Recife, cuja luta, ainda em vigor, agrega a defesa do patrimônio histórico da área em oposição à construção de 12 torres residenciais e comerciais que seriam erguidas no cais José Estelita (BUENO, 2014). O movimento tem sobressaído no embate contra modelos de urbanização considerados segregadores e excludentes (GONDIM; ROCHA, 2019).

Em menor escala, mas não menos significativo, o caso da Praça Portugal, em Fortaleza, também remete à busca pela patrimonialização. Localizada no bairro Aldeota, a praça seria demolida para dar lugar a um cruzamento. Os protestos contrários à obra resultaram em pedido de tombamento, que fora negado, por 12 votos contra e 7 a favor, em votação no Conselho Estadual de Patrimônio Cultural do Ceará (COEPA). Mesmo assim, a prefeitura, mediante pressão da população, resolveu manter a praça, mas com modificações em seu perímetro (CONSELHO VOTA CONTRA [...], 2015; FIRMO, 2015).

A busca pela patrimonialização, no contexto local, é um instrumento que vem sendo acionado por movimentos sociais, promovendo a inclusão de novos atores na legitimação e concretização de demandas em favor do reconhecimento de bens dessa natureza. Os que foram mencionados estiveram voltados à disputa pelo espaço urbano e à preservação de edifícios, usos e paisagens tidos como objeto de valor para o mercado imobiliário. Caso emblemático, ocorrido em setembro de 2019, foi o da vila operária João Migliari, em São Paulo, demolida sem autorização da prefeitura um dia antes da apreciação de seu processo de tombamento pelo órgão responsável. A vila era composta por 38 casas, construídas no início do século XX. Em seu lugar, será erguido um condomínio de apartamentos (NOGUEIRA, 2019).

Isto posto, resta compreender o patrimônio como um dos elementos que podem atuar como estruturantes da ação coletiva, a partir do momento em que é incorporado por movimentos sociais, os quais lançam mão da memória e da identidade em sua formação, manutenção e, especialmente, confronto.

Não se deve deixar de lado que o patrimônio é reconhecido como importante expressão da cultura e, enquanto tal, também é atributo da identidade e da memória (CANDAU, 2016). Nas ciências sociais é certo haver consenso quanto à definição da identidade, largamente entendida como construção social marcada pela

relação dialógica com o Outro (CANDAU, 2016; POLLAK, 1992). Candau (2010) pontua que a identidade não pode existir sem a memória, assim como não pode, inversamente, haver memória sem identidade. Memória e identidade, portanto, caracterizam a definição de patrimônio.

Para essa discussão, é importante sublinhar que o sentido original do termo monumento não está associado à ideia de monumentalidade, voltada a uma sofisticação arquitetônica. Do latim *monumentum*, ele encontra seu derivativo na palavra *monere*, que significa lembrar. Sua origem associa-se àquilo que traz algo à lembrança, não podendo dissociar-se de seu caráter afetivo, pois o núcleo de seu significado está em “tocar, pela emoção, uma memória viva” (CHOAY, 2001, p. 18). É dessa maneira que o monumento atua sobre a memória, mobilizando-a por meio da afetividade, mas não se trata da memória de um passado qualquer. Como reforça Choay (2001, p. 18), esse passado “é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar”.

Por esse motivo, a manutenção daquilo que deve ou não ser lembrado, como e de que forma, constitui significativo instrumento de conflito, possuindo natureza substancialmente política (ROCHA, 2020). Assim, a memória individual e a memória dos outros são passíveis de confronto, fazendo com que memória e identidade sejam valores sob disputa em conflitos sociais e, frequentemente, em conflitos que envolvem grupos políticos distintos e assimétricos.

Logo, a noção de patrimônio também atua, ao mesmo tempo, como dimensão da memória, sendo entendida como “identidade em ação” (CANDAU, 2016). Faz-se necessário entender que as identidades não são objeto de condições estáveis e definidas de maneira objetiva. Ao contrário, são produzidas e modificam-se continuamente dentro do “quadro das relações, reações e interações socioambientais – situações, contexto, circunstâncias – de onde emergem os sentimentos de pertencimento, de ‘visões de mundo’ identitárias ou étnicas” (CANDAU, 2016, p. 27).

O que Candau (2016) define como interações socioambientais são as diferentes situações e circunstâncias em que se inscrevem as práticas sociais que operam como geradoras de diferença e que, a partir daí, auxiliam na produção dos sentidos de pertencimento, geradores do vínculo identitário. Sentido análogo defende Pollak (1992), quando entende o patrimônio como conjunto de aspectos relacionados

a uma práxis coletiva, estando imbricada tanto sua dimensão material como imaterial<sup>132</sup>. Memória e identidade, dessa forma, arrematam a definição de patrimônio, estabelecendo um par conceitual condicionante de seu entendimento.

Por seu papel na dimensão identitária, o patrimônio atua como um dos elementos estruturadores da ação coletiva, principalmente quando procede na defesa de territórios e lugares. Dessa forma, ele é entendido, no âmbito do caso da Vila Vicentina, como discurso e prática recursiva que fundamenta a ação de um grupo, auxiliando sua composição identitária e política.

Percebe-se que os movimentos sociais resultam de uma associação complexa de fatores, passando, simultaneamente, pela definição interna de sua identidade – formada em torno de aspectos relativamente coesos – e, a depender dos objetivos perseguidos, pela disputa em torno da patrimonialização, que pode ser alvo de enfrentamento direto em prol de sua causa. A esse respeito, exponho no item seguinte os acontecimentos que perpassam o processo de patrimonialização da VVE.

## **8.2 “O tombamento é mais uma proteção pra gente”<sup>133</sup>”**

Como destaquei, os pedidos de tombamento da Vila Vicentina da Estância (VVE) foram realizados tão logo a notícia sobre a demolição dos imóveis veio à tona. No final do mês de outubro de 2016, o arquiteto e urbanista Romeu Duarte Júnior (UFC) e dois vereadores de Fortaleza, Guilherme Sampaio (PT) e João Alfredo (PSOL), realizaram, de forma concomitante, três pedidos de tombamento à Secretaria de Cultura do município de Fortaleza (SECULTFOR). A medida visava proteger os imóveis, pois o conjunto de casas é tomado por testemunho do processo de ocupação que levou à consolidação da zona leste da cidade. O pedido impetrado pelo professor foi deferido logo em seguida, no dia 9 de novembro de 2016, o que acarretou ganhos parciais em prol da continuidade das casas (SENA; TEIXEIRA, 2016). Por seu turno,

---

<sup>132</sup>As diferenças existentes entre patrimônio material ou imaterial não são de natureza ontológica, mas meramente operacionais. Manifestações do patrimônio, entendidas em sua dimensão cultural, não podem deixar de considerar seus vetores materiais, isto é, todo patrimônio imaterial tem sua dimensão material, a qual oferece suporte para sua realização e reprodução, e vice-versa. Reconhecer essa relação é necessário para despolarizar noções de patrimônio material e imaterial, cabendo situar no “saber-fazer” as marcas de um conhecimento sempre corporificado (MENESES, 2012).

<sup>133</sup>Anete.

o tombamento trouxe a dimensão patrimonial e o valor simbólico-afetivo ao discurso de permanência dos moradores, dando garantias quanto à integridade dos imóveis (GONDIM; ROCHA, 2019).

Como foi dito, os critérios para considerar um bem passível de ser tombado variam ao longo do tempo, tendo relação com órgãos e legislações destinadas a esse fim, em meio às esferas nacional, estadual e municipal (FONSECA, 2005). A lei nº 9.347, de 11 de março de 2008, estabelece diretrizes acerca da Proteção do Patrimônio Histórico-cultural e Natural do Município de Fortaleza. É prerrogativa de um bem tombado, conforme o artigo 6º, “a limitação de seu uso, gozo e fruição”, já que sua preservação deverá responder a um conjunto de requisitos, estabelecidos por meio da elaboração de instrução técnica. Esta, em acordo com o parágrafo 1º, do artigo 36 da mesma lei, consiste numa “descrição pormenorizada do bem a ser registrado, acompanhada da documentação correspondente, e deverá mencionar todos os elementos que lhe sejam culturalmente relevantes” (FORTALEZA, 2008).

Ainda, em parágrafo único, o artigo 6º detalha que o tombamento pode ser total ou parcial, assim como isolado ou em seu conjunto, podendo abranger bens móveis e imóveis, tanto públicos como privados. A lei também institui o Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural (COMPHIC) que, dentre outras atribuições, é o órgão responsável pela deliberação dos processos de tombamento de bens e o registro de expressões culturais a serem patrimonializados. O conselho é composto por membros do poder público municipal e representantes de entidades técnicas, de pesquisa e universidades.

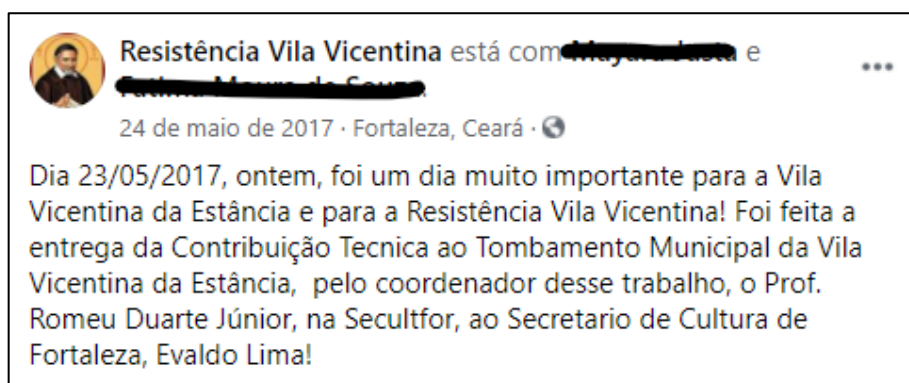
A VVE teve solicitação de tombamento deferido desde novembro de 2016. De acordo com o que reza o artigo 14, da lei 9.347/2008, “a Coordenação de Patrimônio Histórico-Cultural da Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR) instruirá o processo de tombamento, no prazo de 6 (seis) meses, com estudos necessários à apreciação do interesse cultural” (FORTALEZA, 2008).

Com o propósito de complementar e contribuir com os estudos necessários a esse trâmite, o professor Romeu Duarte Júnior coordenou um grupo de alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo (UFC) com o objetivo de reunir as características arquitetônicas, históricas e culturais do conjunto de moradias da VVE. Como disse, tive a oportunidade de participar como pesquisadora voluntária na equipe, contribuindo com as discussões acerca dos aspectos psicossociais que envolvem a

relação dos moradores com o local, uma vez que tais particularidades foram ressaltadas no pedido de tombamento como valor peculiar ao bem.

Os estudos complementares foram realizados durante os meses de março e abril de 2017, resultando num relatório entregue no dia 23 de maio do mesmo ano ao então Secretário de Cultura do município, Evaldo Lima. Intitulado “Contribuição à elaboração da instrução de tombamento municipal da Vila Vicentina da Estância”, o trabalho correspondeu ao prazo em que, conforme prevê a legislação, deveriam ser realizados os estudos necessários para a apreciação do bem ao COMPHIC – seis meses. A ocasião da entrega do relatório foi comemorada pelo RVV, ganhando destaque na página do movimento na internet (Figura 35) e também nos jornais (PESQUISADORES APRESENTAM RELATÓRIO [...], 2017).

Figura 35 – Publicação na página do RVV sobre entrega dos estudos para o tombamento



Fonte: facebook.com/resistenciavilavicentina. Maio/2017.

O estudo conduzido pelo professor foi realizado a título de contribuição complementar. É papel da SECULTFOR dar os encaminhamentos à consecução dos estudos definitivos e que resultarão na instrução técnica, devendo ser conduzidos pela Secretaria ou entidade a ser designada para esse fim: “a instrução dos processos poderá ser feita por outros órgãos do Município ou por entidade, pública ou privada, que detenha conhecimentos específicos sobre a matéria, nos termos do regulamento a ser expedido pelo COMPHIC” (FORTALEZA, 2008, art. 36, § 2º).

Até junho de 2020, o processo de tombamento continuava em desenvolvimento pela Secretaria (SECULTFOR), aguardando a finalização dos estudos técnicos necessários (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2020).

Apesar de haver tempo estipulado para a realização dos estudos, a lei não prevê prazo para que a SECULTFOR emita o parecer necessário à condução do trâmite que levará o processo à votação no COMPHIC, a fim de efetivar ou não o tombamento em caráter definitivo. O fato vem causando prejuízos a bens tombados provisoriamente, pois a ausência de parâmetros necessários à proteção compromete sua preservação. Fortaleza tem 54 bens tombados em caráter provisório, aguardando parecer definitivo. Alguns seguem há mais de 10 anos nessa situação<sup>134</sup> (NASCIMENTO, 2019).

Em condição semelhante, a Vila segue como bem tombado provisoriamente, tendo a salvaguarda do tombamento definitivo, como prevê a lei, até que se finalizem os processos necessários para a elaboração da instrução técnica e sua posterior apreciação pelo COMPHIC.

Por um lado, integrantes do RVV reconhecem como positiva e necessária a medida em favor do tombamento da VVE. Para Constância, o tombamento é muito bem-vindo como forma de proteção aos moradores e suas casas, pois “realmente não mexer na estrutura da Vila, principalmente por fora, é uma forma de proteção”. Anete afirma que “é outra segurança mais forte saber que tipo assim, não pode tirar a gente daqui”. Por outro lado, a ausência da instrução técnica que orienta o tombamento provoca dúvidas entre os moradores quanto ao que deve ser preservado e como. Ao confirmar a visão da patrimonialização como estratégia eficaz à permanência da Vila e de seus moradores no Dionísio Torres, Norma acredita que “seja importante no contexto de ser uma coisa que vai ficar na história de Fortaleza. Mas não entendo muito de tombamento, em relação ao que não pode mudar nas estruturas”.

De fato, a dúvida quanto ao que poderá ser modificado ou não nas casas está presente entre os moradores da VVE, sobretudo porque as residências estão em estado precário, tanto as unidades contíguas às que foram demolidas ou destalhadas, como as demais, que enfrentam problemas de infiltração, bem como outras patologias construtivas como, por exemplo, rachaduras e falhas nos rebocos (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2020).

Problemas na estrutura das casas levam os moradores a realizarem reparos e reformas, tendo de comunicá-las à SECULTFOR. Situação exemplar foi o caso de um morador que integra o movimento, que precisou fazer ajustes na cobertura

---

<sup>134</sup>Na lista dos bens aguardando tombamento definitivo, há pelo menos 10 anos, estão o Bar Avião, na Parangaba; o Lord Hotel e a Casa Frei Tito de Alencar, ambos no centro (NASCIMENTO, 2019).

de sua casa, pois o telhado corria o risco de desabar por conta do período de chuvas, em 2018. A defensoria pública foi chamada ao local e a demanda do reparo no teto foi encaminhada à SECULTFOR, em razão de sua urgência. Essas e outras necessidades de alteração nos imóveis trazem receio quanto à sua realização, o que poderá ser sanado após a definição da instrução técnica de tombamento.

É possível notar que um movimento social está imbuído de muitas nuances de sentido, sobretudo quando a luta pela patrimonialização e pela moradia atua de forma conjunta em disputas territoriais e simbólicas que se dão no meio urbano. O espaço geográfico é um produto histórico e social, meio em que as relações sociais, em sua concretude, estão ancoradas. É nesse sentido que as relações cotidianas, em seu tempo-espaço, são decisórias e condicionais na formação da identidade entre habitante e lugar (CARLOS, A. F., 2007). Pensar nos vínculos identitários constitui, portanto, razão basilar para compreender processos de patrimonialização e sua defesa, uma vez que este aciona, como geradores de diferença, o cotidiano e o espaço vivido, tomados como memória e modo de vida a ser preservado.

Definir patrimônio, de certa forma, "[...] é designar objetos que encarnam materialmente uma realidade histórica pensada como tendo sempre estado na origem do presente". Isso leva à classificação desse espaço como algo "fora do destino comum" e, portanto, ganha um *status* de "lugar 'fora do comum'" (MONNET, 1996, p. 226). Esse sentido, à despeito dos riscos de romantizar o passado, mantendo decantadas segregações e desigualdades, vem se revertendo na luta em favor da permanência de um conjunto de moradores num bairro de classe média e alta na cidade de Fortaleza. A ação, ao invés de conduzir, de forma unívoca, a uma visão uniformizadora da história e do passado, promove a inserção de atores sociais e grupos de interesse diversos, os quais acionam estratégias específicas de controle e uso desse espaço, beneficiando-se tanto de seu valor espacial e geográfico como simbólico e político (MONNET, 1996).

No próximo item, exploro as demais ações do movimento RVV, as quais serão marcadas pelo processo de regulamentação das ZEIS em Fortaleza, em especial da ZEIS Dionísio Torres, e seus efeitos na organização, mobilização e manutenção do movimento.

### 8.3 “As ZEIS é uma das nossas mais importantes vitórias”<sup>135</sup>

Desde o processo que culminou com a inclusão das ZEIS no PDP-For de 2009 que estas vêm sendo objeto de conflito. A começar pela própria inclusão, que foi acompanhada de um cenário de disputas, protagonizado pela atuação de movimentos sociais e organizações da sociedade civil, representantes do mercado imobiliário e do setor público. Gondim e Gomes (2012) recordam, durante o processo de tramitação do PDP-For 2009, que a inclusão das ZEIS era ponto de forte polêmica, sendo, de um lado, pleiteada pela articulação do “Campo Popular”<sup>136</sup> e, de outro, questionada por representantes e técnicos a serviço do setor imobiliário, encabeçados pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Ceará (Sinduscon-CE). Essa articulação de movimentos sociais e organizações da sociedade civil foi nomeada como “Campo Popular de Articulação pelo Plano Diretor Participativo de Fortaleza”, à época da revisão e aprovação do PDP-For em 2009. Era então formada pelo Movimento dos Conselhos Populares (MCP), a ONG Cearah Periferia, a Fundação Marcos de Brüin, o EFTA, a Federação de Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza (FEBFF), a Central dos Movimentos Populares (CMP) e a Rede Estadual de Assessoria Jurídica Universitária (REAJU) (GONDIM; GOMES, 2012).

A proposta que seguiu para votação e resultou na aprovação da lei complementar nº 062 de 2009, a lei do Plano Diretor Participativo de Fortaleza, concretizou a demarcação de um total de 135 ZEIS (Anexo D). Destas, 45 são do tipo 1 (ocupação); 56 do tipo 2 (conjunto); e 28 do tipo 3 (vazios urbanos) (FREITAS; PEQUENO, 2012; IPLANFOR, 2015).

Freitas e Pequeno (2012) consideram que a inclusão dessas áreas foi modesta. A crítica dos autores decorre do crescente número de favelas e de famílias vivendo em situação de precariedade na cidade, condição dimensionada pelo Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), realizado entre 2010 e 2012, em que foram identificadas 843 áreas de ocupação precária em Fortaleza (IPLANFOR, 2015). Entretanto, de acordo com Freitas (2019), a proteção dos direitos de populações

---

<sup>135</sup>Estela.

<sup>136</sup>Atualmente, articulação semelhante vem empreendendo esforços na discussão e crítica ao processo de revisão do PDP-For de 2009. Sob a denominação de “Campo Popular do Plano Diretor”, a rede tem promovido a inclusão tanto daquelas que já compuseram o processo anterior, como de outras entidades e representantes de movimentos sociais, inclusive o RVV, e organizações da sociedade civil acerca da revisão que vem sendo conduzida pela prefeitura de Fortaleza (FORTALEZA DO POVO, 2020).



urbanas consideradas vulneráveis vai além dos 3% do território da cidade que foram designados como ZEIS e destinados à habitação social. A autora adverte que a lei do PDP-For de 2009 inclui e classifica como Zona de Requalificação Urbana (ZRU) outros 36% da cidade, ocupado por uma parcela da população não atendida adequadamente com os benefícios da urbanização, e que deveriam ter recursos voltados a essa área de forma prioritária.

É importante destacar que um ponto favorável da identificação de territórios como ZEIS, ainda que reduzida, é a representação desse primeiro agrupamento. Isso porque – nos casos em que sua implantação fosse bem-sucedida – estes poderiam reverter-se em experiências potenciais, podendo levar sua utilização para outras áreas da cidade. No que diz respeito à Fortaleza, a previsão de recursos similares às ZEIS estava inserida no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), de 1992, oferecendo possibilidades de regularização fundiária e urbanização em áreas de ocupação precária, porém, sem estarem identificadas (FREITAS; PEQUENO, 2012).

Ainda, o mapeamento das ZEIS, mediante a identificação de seus territórios, tem representado importante instrumento de reivindicação, balizando a mobilização de movimentos sociais em favor de sua regulamentação. Em Fortaleza, garantias da utilização das ZEIS como recurso para fazer valer o “direito à cidade” tem se mostrado dependente de uma correlação de forças, assim como da capacidade dos agentes envolvidos em negociar interesses (GONDIM; GOMES, 2012).

A mobilização em prol da implementação e regulamentação das ZEIS continuou após a aprovação da lei do plano diretor (LC 062/2009)<sup>137</sup>. Freitas (2019) pontua que não basta a mera inclusão das ZEIS na lei, uma vez que as garantias reais de sua efetividade são dependentes de outros detalhamentos. Dentre as exigências necessárias estão os decretos que instituem e disciplinam a constituição dos conselhos gestores que passarão a coordenar o funcionamento das decisões pertinentes a elas (GONDIM; GOMES, 2012).

Fato é que o caso das ZEIS em Fortaleza, desde a aprovação do PDP-For de 2009, pouco caminhou. Somente em outubro de 2013, a gestão municipal<sup>138</sup> publicou um decreto, de nº 13.241, instituindo o Comitê Técnico Intersectorial e

---

<sup>137</sup>Foi o caso da ZEIS do Lagamar e do Poço da Draga, que comentarei adiante.

<sup>138</sup>Trata-se do primeiro mandato do prefeito Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra, relativo ao quadriênio de 2013-2016. Nas eleições municipais de 2016, o prefeito foi reeleito.

Comunitário (CTIC) das Zonas Especiais de Interesse Social (FORTALEZA, 2013). Conforme o IPLANFOR (2015, p. 14), o comitê:

é uma ferramenta de gestão participativa, criada com a finalidade de gerar um relatório, que deverá conter informações suficientes para subsidiar o prefeito na tomada de decisão quanto às ações prioritárias, no tocante à regulamentação e à efetiva implantação das ZEIS no município de Fortaleza.

Compuseram o comitê representantes do setor público, de organizações não-governamentais e das áreas demarcadas, tendo sido acompanhados, também, da participação de outras entidades não previstas no decreto, como laboratórios de pesquisa vinculados às universidades e programas de extensão acadêmicos. Sobre a participação de representantes das áreas demarcadas, o IPLANFOR (2015, p. 14) explica que esta aconteceu a partir da “reconhecida atuação comunitária em prol da regulamentação das ZEIS e que têm participado assiduamente das discussões para elaboração do relatório”. Chegou-se, portanto, a representantes de nove áreas, sendo elas: Lagamar, Pici, Poço da Draga, Moura Brasil, Bom Jardim, Pirambu, Serviluz, Praia do Futuro e Mucuripe.

A previsão inicial era de que os trabalhos do comitê finalizassem em 120 dias. Entretanto, o prazo prolongou-se e somente em 2015 produziu-se um relatório da primeira fase dos trabalhos, ficando inconclusos os debates sobre as ZEIS de tipo 2, que seriam objeto de uma segunda etapa (IPLANFOR, 2015).

Em junho de 2016, um novo decreto, de nº 13.827, é publicado, instituindo a Comissão de Proposição e Acompanhamento da Regulamentação e Implantação das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS. Tendo em vista a natureza propositiva do que fora previsto e pactuado no relatório das ZEIS, produzido pelo CTIC, a finalidade da comissão recém criada era a de “deliberar sobre a elaboração de proposta da legislação regulamentadora das ZEIS e de planejar medidas voltadas à sua implementação e acompanhamento” (FORTALEZA, 2016, p. 1). Tornava-se necessário, a partir de então, acompanhar a execução da implantação das ZEIS, assegurando o processo participativo da regulamentação e consecução das demais etapas. A presença dos representantes dos nove territórios durante os trabalhos do comitê inicial assegurou que estas nove áreas fossem objeto de regulamentação prioritária.

Os trabalhos da comissão voltaram-se à construção de diagnósticos, elaboração de normas para regulamentação do processo de constituição dos

Conselhos Gestores (CGs), capacitação de conselheiros eleitos, diretrizes para a elaboração dos Planos Integrados de Regularização Fundiária (PIRF) e Política de habitação de interesse social para as ZEIS de vazio. Foram participantes, conforme previsto no decreto nº 13.827, representantes do setor público, de entidades da sociedade civil e das nove áreas definidas como prioritárias (FORTALEZA DO POVO, 2018).

Como venho expondo, uma das vitórias parciais do movimento RVV advém da inclusão da ZEIS Dionísio Torres (ZDT), território que compreende a Vila Vicentina (Anexos A e E), entre as que foram definidas como prioritárias pela Prefeitura Municipal para fins de regulamentação. A conjuntura em favor da inclusão da ZDT como uma das áreas prioritárias, além da expressão obtida pelo caso da Vila Vicentina e de sua mobilização, foi favorecida pela morosidade com que os trabalhos coordenados pela gestão municipal foram sendo conduzidos, e que perduravam, até então, por quatro anos – considerando seu início em 2013.

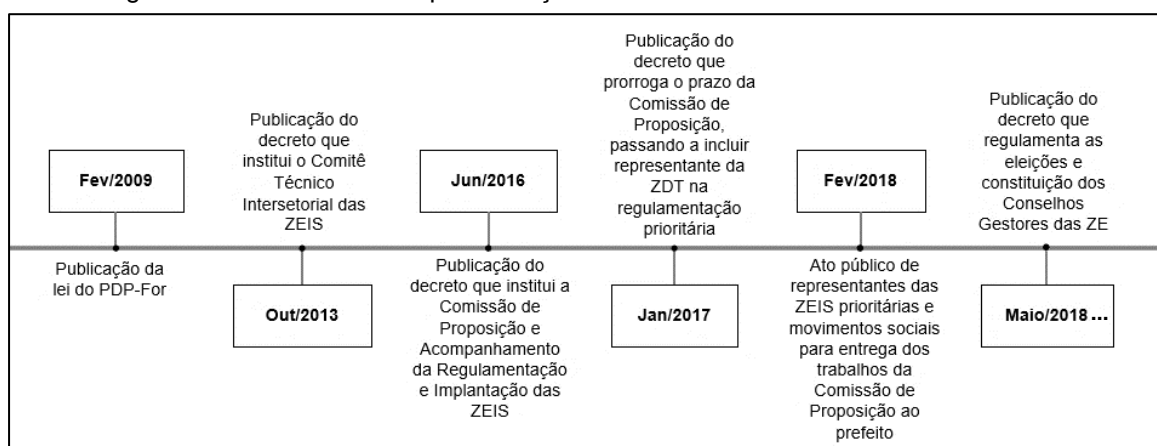
Ante a demora na conclusão do processo, um outro decreto, de nº 13.954, de 11 de janeiro de 2017, prorroga por mais seis meses o prazo estabelecido para a condução dos trabalhos da Comissão de Proposição e Acompanhamento da Regulamentação e Implantação das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS (FORTALEZA, 2017). Com a continuidade dos trabalhos da comissão e a notoriedade do caso da Vila, essa prorrogação garantiu a inclusão e integração da 10ª ZEIS prioritária: a ZEIS Dionísio Torres (ZDT). Representante da Vila Vicentina passa, dessa maneira, a fazer parte das reuniões.

Os trabalhos finais da comissão foram entregues à prefeitura em fevereiro de 2018, durante um ato público no Paço Municipal, em que representantes das áreas e dos movimentos sociais cobraram ação efetiva da prefeitura quanto ao seguimento do curso necessário à regulamentação, bem como a divulgação de um cronograma para início definitivo do processo (FORTALEZA DO POVO, 2018).

A regulamentação das dez ZEIS prioritárias teria início após a publicação do decreto nº 14.211, de 21 de maio de 2018, que visa regulamentar os Conselhos Gestores, órgão composto fundamentalmente por representantes do poder público e de moradores das ZEIS, e que é responsável por decidir sobre as questões relacionadas à elaboração do plano de regularização da área, dentre outros assuntos que impactem direta ou indiretamente a ZEIS.

A linha do tempo em que se visualiza o transcurso relativo à implementação das ZEIS em Fortaleza (Figura 36), tomando como ponto de partida a publicação da lei do PDP-For de 2009, mostra que o processo vem perdurando há dez anos, podendo-se dizer que se iniciou de forma mais efetiva em 2018.

Figura 36 – Processo de implementação das ZEIS em Fortaleza até maio de 2018



Fonte: Elaborado pela autora. Jul/2020.

Em meio a isso, é importante lembrar que as ZEIS do Lagamar e do Poço da Draga iniciaram seus processos de regulamentação entre 2010 e 2012, chegando a realizar eleições para escolha de representantes de seus respectivos Conselhos Gestores. A ZEIS Lagamar, inclusive, teve seu Conselho Gestor (CG) em funcionamento entre os anos de 2011 a 2013, mas o processo decisório relativo ao desenvolvimento do plano de regularização não avançou e o conselho ficou inativo deste então (FREITAS, 2015; GONDIM; GOMES, 2012; IPLANFOR, 2015). Já a ZEIS do Poço da Draga promoveu eleições para o seu CG, em 2012, mas este não chegou a funcionar (IPLANFOR, 2015).

Outra iniciativa em direção à regulamentação ocorreu, ainda, na ZEIS Pici, por meio da atuação da ONG Cearah Periferia e de programas de pesquisa e extensão universitária da UFC, que desenvolveram capacitação e assistência técnica junto aos moradores do local para divulgar e implementar o instrumento das ZEIS. Não houve constituição do CG, mas como resultado produziu-se o “Projeto de Regularização Cidadã: implementação de ZEIS e regularização fundiária em Fortaleza”, com o apoio de órgãos de fomento à pesquisa e extensão (IPLANFOR, 2015).

A fim de detalhar as ações voltadas à regulamentação da ZDT, discorro, nos próximos itens, as situações que deram desdobramento a essa questão.

#### 8.4 Processo de regulamentação da ZEIS Dionísio Torres

Ao tomar conhecimento de que a VVE era uma ZEIS, o escritório de assessoria jurídica popular à frente do caso tratou de reivindicar o cumprimento da Lei do Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDP-For) (FORTALEZA, 2009).

Como chave de leitura importante à compreensão dessa reivindicação, está a percepção das transformações sociais sob a ótica da ordem normativa, a qual vem amparada pela conquista da previsão de direitos urbanos. Quando exteriorizam conflitos, agentes sociais estão trazendo para a sociedade suas expectativas normativas, isto é, que são passíveis de serem supridas por meio da “reparação” do que se percebe como injustiça. Experiências de injustiça, por sua vez, estão localizadas em contextos históricos, dependentes de seus respectivos desenvolvimentos normativos, os quais estão balizados pelas relações de reconhecimento, assim como Honneth (2009) as entende. Daí que a luta social pela implementação de direitos é acionada como “política reparadora”, na proporção em que produz visibilidades e empresta-lhe expressão material e simbólica (VENTURA, 2011).

Quando ocorre o reconhecimento jurídico, este atribui existência pública e instrumentalizada aos conflitos sociais, conferindo-lhes visibilidade. Acrescenta-se a isso o entendimento de que “processos de luta são inseparáveis de um conjunto de direitos” (VENTURA, 2011, p. 160). O argumento da denúncia, por seu turno, vem apoiado na legitimidade pública da causa em questão e vincula-se aos interesses do bem comum (BOLTANSKI, 2000).

Nesse sentido, moradores que integram o RVV, com o conhecimento do que se tratava o recurso das ZEIS, articulam-se junto à rede de representantes de outros movimentos e territórios que constituem ZEIS prioritárias, a fim de ensejar sua inclusão na Comissão de Proposição – como relatei no item anterior – e construir, com isso, suas ações reivindicativas amparadas pela normativa legal.

Estela explica que ser reconhecidos como ZEIS “é praticamente a proteção maior que a gente tem de ficar”. Ponto de vista semelhante é o de Constância, que também enxerga na ZEIS “uma grande proteção”, afirmando que a prefeitura precisa lhes dar apoio porque “a ZEIS entrou no papel em 2009 e já estamos em 2019”. Ela também recorda e avalia que a inclusão da ZDT como ZEIS prioritária ocorreu

“justamente depois de tudo que aconteceu em 2016” – em alusão ao drama vivido na Vila Vicentina e sua repercussão.

Ainda que se caracterize como uma ocupação relativamente ordenada e conte com acesso a serviços básicos, a Vila Vicentina foi incluída como ZEIS por ser composta por população de baixa renda e carecer de ampliação da oferta de infraestrutura urbana e sobretudo de regularização fundiária, para que seus moradores tenham segurança jurídica quanto à sua permanência no local (GONDIM; ROCHA, 2019).

Entre as 45 ZEIS do tipo 1, três delas não possuem assentamentos considerados precários. A ZDT está nessa condição, além de outros territórios localizados nos bairros de Fátima e Praia de Iracema (IPLANFOR, 2015). A ausência de precariedade, contudo, não dispensa a exigência de “tratamento especial na definição de parâmetros reguladores de usos e ocupação do solo” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2020, p. 59), de modo a flexibilizar os padrões urbanísticos exigidos, uma vez que a construção das casas na VVE não atende aos tamanhos de lote e taxas de ocupação previstas para a área da cidade em que está situada.

Além disso, a Vila localiza-se numa área que é objeto de interesse do mercado imobiliário formal, em razão do alto preço da terra urbana, como já foi mencionado. O bairro Dionísio Torres é uma Zona de Ocupação Consolidada (ZOC), a qual, conforme o PDP-For 2009, classifica-se como área bem estruturada e com adensamento construtivo (Anexo E). A identificação das ZOCs objetiva controlar as regiões adensadas, melhorando condições de mobilidade, visando à valorização, recuperação e conservação do patrimônio histórico e da paisagem urbana (FORTALEZA, 2009; PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2020).

O objetivo geral da implementação e regulamentação da ZEIS Dionísio Torres (ZDT), que compreende a Vila Vicentina, “é fornecer uma regularização fundiária plena, que consolide a comunidade em seu lugar de origem, evitando, pelas pressões do mercado imobiliário, a dispersão urbana dos antigos moradores para áreas menos valorizadas ou na periferia” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2020, p. 12).

Identificados os critérios-chave que caracterizam o território e sua inserção como ZEIS, trago à tona a repercussão de eventos significativos, que deram a tônica à terceira e quarta fases do movimento RVV (Apêndice E).

Essas fases vinculam-se ao início da regulamentação das ZEIS prioritárias, sendo momentos relevantes na organização e permanência do movimento RVV. A fase três (Apêndice E) foi voltada à formação dos Conselhos Gestores (CGs). O processo inicia-se, vale lembrar, a partir da publicação do decreto nº 14.211, em 21 de maio de 2018, que regulamenta a constituição dos Conselhos Gestores das ZEIS (CGZ).

Os CGs fazem parte do que preconiza a lei do PDP-For de 2009, em seu artigo 268: o qual define como objetivo “[...] acompanhar a elaboração, implementação e monitoramento de cada Plano Integrado de Regularização Fundiária – PIRF, na área da respectiva ZEIS”. O CG deve, outrossim, ter natureza consultiva e deliberativa, sendo formado de forma plural e respeitando a composição paritária entre representantes de moradores do local e do poder público. Conforme o artigo 2º da mesma lei, o CG é “regido pelos princípios da gestão democrática da cidade, da função social da propriedade urbana e da cidade” (FORTALEZA, 2009, *on-line*).

Devem compor os CGZ, conforme o decreto nº 14.211, seis representantes eleitos entre os moradores da comunidade e seis representantes do poder público, indicados e representados pelos seguintes órgãos: Gabinete do Prefeito; IPLANFOR; Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (HABITAFOR); Coordenadoria Especial de Participação Social (CEPS); Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA); e Secretaria Regional correspondente. Também devem constituir o conselho um representante de organização da sociedade civil com atuação no território da ZEIS e experiência em assessoria comunitária; e um representante da Câmara Municipal de Fortaleza<sup>139</sup>, o que totaliza 14 integrantes. Membros do poder público são indicados em ato do prefeito. O representante da Câmara Municipal deve ser designado pelo presidente da Casa Legislativa. Devo lembrar, ainda, que membros eleitos para o CG não possuem funções remuneradas e permanecem em suas funções por dois anos, admitindo-se reeleições sucessivas<sup>140</sup>.

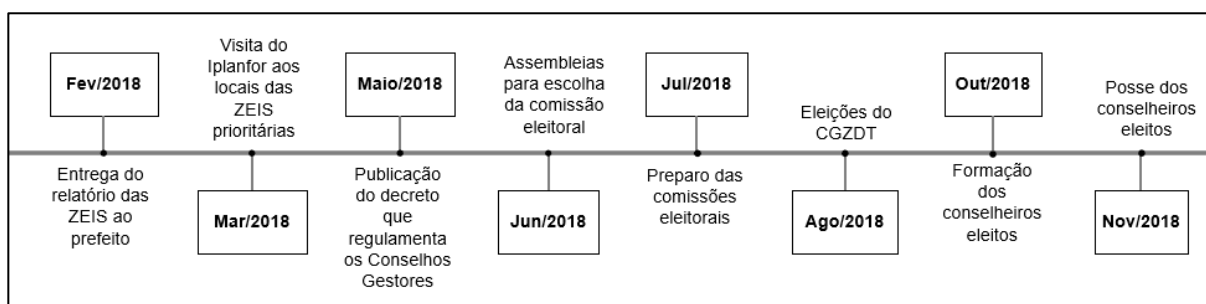
---

<sup>139</sup>A inclusão de representantes da Câmara Municipal não estava prevista para a composição dos CGZ. Membros dos movimentos e representantes das áreas que integravam a Comissão de Proposição repudiaram o ato da prefeitura em modificar, sem discussão prévia, o que foi objeto de deliberação nas reuniões da Comissão e registradas no relatório entregue ao prefeito no ato de fevereiro de 2018. No decreto nº 14.211/2018, a prefeitura altera a composição dos CG, ao incluir um representante da Câmara e excluir representante de entidades acadêmicas e/ou movimentos populares, ficando apenas um representante de organização da sociedade civil atuante na área. Outra modificação, que fugiu ao que foi discutido pela Comissão de Proposição, foi a transformação do Fórum das ZEIS em órgão de caráter consultivo, ao invés de deliberativo (FORTALEZA DO POVO, 2018).

<sup>140</sup>Não há indicação de limite para as reeleições.

A implementação do CG é o primeiro passo em meio ao processo que acompanhará a regulamentação das ZEIS. Mas, para formá-lo, outros procedimentos são necessários, como a constituição de uma comissão eleitoral. Esta é dependente da mobilização dos habitantes do local, a fim de que se definam seus componentes, os quais ficarão encarregados de monitorar e acompanhar o processo de votação de moradores candidatos ao Conselho. Daí em diante, outros procedimentos são necessários à implementação dos CGs, tais como o curso de formação dos conselheiros eleitos e a cerimônia de posse, acontecimentos que ocorrem ao longo do segundo semestre de 2018 (Figura 37).

Figura 37 – Linha do tempo com a constituição dos Conselhos Gestores das ZEIS prioritárias, com ênfase à ZEIS Dionísio Torres



Fonte: Elaborado pela autora. Jun/2020

De acordo com o Decreto nº 14.211, de 21 de maio de 2018, devem compor a comissão eleitoral para o CGZ: três moradores do local; um representante de organização da sociedade civil ou entidade acadêmica ou movimento popular; e quatro membros do poder público – sendo dois do órgão gestor das ZEIS de Fortaleza, o Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), um representante da Secretaria Executiva Regional de que faz parte a ZEIS e um representante da Coordenadoria Especial de Participação Social (CEPS), totalizando oito integrantes na comissão responsável por conduzir o processo eleitoral para o CG (FORTALEZA, 2018).

A mobilização dos moradores da VVE para que participassem da assembleia que elegeria sua comissão eleitoral foi realizada no dia 20 de junho de 2018 (Apêndice E), das 18h às 21h. Fizeram parte da mobilização, a advogada do EFTA, um pesquisador do Mestrado em Psicologia da UFC, dois moradores que integram o RVV e eu. O pequeno porte do local dispensou que a prefeitura fornecesse



carros de som como recurso de comunicação, item necessário em áreas de maiores proporções, tais como Mucuripe, Lagamar e Pici.

Entre os papéis do poder público municipal estava a garantia em fornecer o que fosse necessário aos procedimentos. Na ocasião das mobilizações locais, a prefeitura preparou panfletos de divulgação, que foram distribuídos em todas as casas da VVE (Anexo F). O objetivo da mobilização era informar aos moradores a composição dos conselhos, para os quais podiam candidatar-se, esclarecendo o que significa morar numa ZEIS: ter o direito de permanência no local para que recebessem os benefícios resultantes da elaboração do PIRF, a ser concretizado por meio da regulamentação da área.

No momento da visita, realizada em 20 de junho de 2018, comunicou-se a todos que o processo de regulamentação da ZDT seria iniciado, convocando-os, mediante entrega do comunicado emitido pela prefeitura (Anexo F), para uma assembleia destinada à escolha de membros da comissão eleitoral que daria início ao processo de composição do CG da referida ZEIS. A assembleia para escolha de membros da Comissão Eleitoral da ZEIS Dionísio Torres aconteceu em 21 de junho de 2018 (Apêndice E), no dia seguinte à minha visita às casas da Vila. À exceção dos membros do Poder Público – que são indicados pela prefeitura – os três representantes dos moradores e o representante indicado ou por entidade acadêmica, ou por organização da sociedade civil ou por movimento popular deveriam ser escolhidos nessa assembleia, mediante votação por aclamação. As candidaturas à Comissão foram formalizadas na ocasião da assembleia, a partir da autoindicação dos interessados.

Minha proximidade junto aos moradores que compõem o movimento RVV, aliada aos meus interesses em participar do processo, levou à candidatura do Laboratório de Estudos da Cidade da UFC (LEC) – do qual fui representante – para compor a comissão eleitoral da ZEIS Dionísio Torres, tendo sido eleita com o total de 28 votos, entre os presentes. Compareceram à assembleia cerca de 50 pessoas, entre moradores, apoiadores do movimento, representantes de outras ZEIS, e membros do IPLANFOR.

Em 12 de julho de 2018, após a escolha de todas as comissões das dez ZEIS prioritárias, houve uma reunião de orientação, coordenada pelo IPLANFOR, acerca da condução das eleições, sobretudo quanto à elaboração do edital das candidaturas dos conselheiros de cada ZEIS – sob responsabilidade das respectivas

comissões eleitas. Durante essa reunião, em que esteve presente o Superintendente do órgão, Eudoro Santana, também foi anunciado que a Prefeitura pretendia fazer uma parceria com instituições universitárias, que seriam encarregadas de conduzir a elaboração dos Planos Integrados de Regularização Fundiária (PIRFs)<sup>141</sup>.

Dando sequência aos procedimentos das eleições para o CG, após a reunião de orientação destinada às comissões eleitorais, as etapas e os prazos para o processo de cada ZEIS foram definidos. Foi elaborado um calendário acordado pela Comissão Eleitoral da ZDT e a Prefeitura (Quadro 3):

Quadro 3 – Fases do processo eleitoral da ZDT

<b>FASES DO PROCESSO ELEITORAL</b>	<b>PRAZOS</b>
Inscrição dos candidatos	30/07 a 31/07/2018 (14h às 21h)
Análise das inscrições	01/08 a 02/08/2018
Resultado preliminar da análise das inscrições	06/08/2018
Apresentação de recursos ao resultado preliminar	07/08 a 08/08/2018
Resposta aos recursos impetrados	09/08 a 11/08/2018
Resultado definitivo das inscrições deferidas	09/08 a 11/08/2018
Prazo para campanha dos candidatos	12/08 a 30/08/2018
Eleição dos Conselheiros	31/08/2018 (14 às 21h)

Fonte: Elaborado pela autora, conforme prazos estabelecidos no edital da ZDT. Jul/2018.

As eleições da ZDT foram realizadas na capela. Não houve necessidade de outros locais, devido à dimensão reduzida do território da Vila Vicentina. Foi recomendado o limite de três mesários no local de votação, sendo vedados de compor a mesa representantes da comissão que tivessem familiares concorrendo às vagas de titulares do Conselho. Na VVE, como os três moradores eleitos para a comissão tinham parentes concorrendo ao Conselho, compuseram a mesa de votação, além de mim, a representante do IPLANFOR. Os demais moradores da comissão ocuparam funções de apoio ao processo, sobretudo observando se alguém que não fosse morador da área se apresentasse para votar. Essas e outras definições e orientações que haviam sido apresentadas no encontro de formação das comissões eleitorais.

O edital com as informações da chamada para candidaturas aos CGs foi divulgado na página da Prefeitura<sup>142</sup> e afixado em locais de circulação pública na Vila,

<sup>141</sup>Comento mais adiante as instituições que ficariam responsáveis por conduzir os PIRFS das ZEIS prioritárias.

<sup>142</sup>Disponível em: [www.fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/eleicoes-conselho-gestor](http://www.fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/eleicoes-conselho-gestor).

como o portão de acesso ao quintal compartilhado e a porta de entrada e dos fundos da capela. Ele também foi publicado na página do movimento RVV, no *Facebook*.

Onze moradores candidataram-se ao CGZDT. Como representante da sociedade civil ou entidade com atuação no território, candidatou-se apenas a Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RENAP). Para dar seguimento ao processo, uma outra mobilização ocorreu na VVE, em 27 de agosto de 2018, dessa vez para informar aos moradores sobre a realização das eleições. Novamente participo, visitando as residências e distribuindo os cartazes de divulgação, os quais continham fotografia e nome dos candidatos, além de dia, horário e local das eleições. A Frente de Luta por Moradia Digna (FLMD) ajudou a compor um material acessório para essa divulgação, com explicações mais detalhadas sobre a definição das ZEIS e a importância da participação no processo eleitoral (Anexo F).

Em 2018, das dez ZEIS prioritárias, a ZDT foi a primeira a realizar suas eleições, em 31/08, seguidas do Mucuripe, no dia 01/09; Lagamar, 02/09; Pirambu, 10/09; Poço da Draga, 14/09; Serviluz, 15/09; Praia do Futuro, 16/09; Bom Jardim, 19/09; Moura Brasil, 20/09 e Pici, 23/09.

Eram considerados aptos a votar somente moradores dos territórios – mediante apresentação de comprovante ou declaração de residência – com idade a partir de 16 anos. Compareceram às eleições do CGZDT um total de 39 eleitores. Representantes do movimento RVV foram a maioria na votação. Das 16 famílias que o compõem, apenas uma, cujos moradores estavam fora da cidade em razão de trabalho, não pode comparecer. Membros das outras 15 famílias, totalizando 35 eleitores, estiveram presentes. Outros quatro eleitores que compareceram não faziam parte do movimento.

Todos os candidatos ao CGZDT receberam votos, ocupando as vagas para o CG os seis mais votados. Os demais ficaram em posição de suplência, cujo limite era de até seis vagas, uma para cada titular. A RENAP foi eleita com 30 votos.

Cada eleitor podia votar em até seis candidatos e em apenas uma entidade. Os requisitos para o preenchimento adequado das chapas de votação acabaram por invalidar os votos de cinco eleitores, que assinalaram mais de seis candidatos ao conselho – o que não era permitido, tendo em vista o limite da ocupação dos cargos. Desse modo, após a apuração dos resultados, realizada ao término da eleição, obteve-se 34 votos válidos.

Os conselheiros mais votados para o CGZDT foram dois homens, ambos com 31 votos; em terceiro, quarto e quinto lugares, respectivamente com 30, 29 e 28 votos, estão três mulheres; seguidas pelo último candidato eleito, outro homem, com 19 votos. Em posição de suplência, ficaram cinco outras candidatas mulheres. As duas primeiras empatadas com sete votos; e as três últimas com, respectivamente, seis, dois e um votos. A idade era critério de desempate entre candidatos com mesmo número de votos, obtendo preferência o candidato mais velho.

O resultado da eleição, no entanto, não veio sem efeitos. Apesar de poucos eleitores, o processo foi útil para revelar a construção de lideranças internas, chamando atenção para aspectos não muito óbvios até aquele momento. Dentre eles, estavam a confirmação da configuração das relações de pertencimento, sobretudo as que dizem respeito ao tempo de moradia como marcador de legitimidade – como discuti nos capítulos 4 e 6 deste trabalho.

Internamente, as eleições provocaram ou tornaram mais aparentes, tensões existentes no grupo, sendo o resultado da votação um fator preponderante para isso. Uma das lideranças proeminentes ficou em quinto lugar na disputa para as seis vagas de titulares do CG. Apesar de a diferença entre ela e o primeiro colocado ter sido apenas de três votos, o fato arranhou seu relacionamento com os demais membros do movimento, por sentir-se “não reconhecida” pelo seu trabalho. Vale ressaltar que, do ponto de vista formal, a quantidade de votos não tem relevância quanto à posição ocupada no CG. Os seis mais votados assumiriam como titulares, sendo o número de votos determinante somente para definir quais candidatos ficariam na suplência. Os suplentes foram escolhidos conforme o número de votos que lhes foram atribuídos e serão convocados para o CG quando houver necessidade de substituir conselheiros titulares – em casos de ausência previamente comunicadas, doença, pedidos de afastamento ou renúncia, ou mesmo falecimento.

Sobre um dos candidatos mais votados – que ficou em primeiro lugar por ser o mais velho, conforme o critério de desempate – recai a boa reputação que cultiva na Vila. Ele é conhecido por prestar favores aos vizinhos, obtendo simpatia inclusive de moradores que não participam do movimento. Entre os favores que costuma prestar, estão pequenos serviços de reparos elétrico, hidráulico e alvenaria, entre outros. Durante as visitas realizadas a todas as casas, ele foi um dos membros da Resistência que nos acompanhou, em virtude de não ter desafetos na vizinhança – sobretudo após as rupturas ocorridas em meio às negociações para a venda do lugar.

Não apenas isso: ele ocupa funções de gestão no RVV, sendo o atual responsável por organizar as finanças do grupo e direcionar gastos tidos como importantes. Já o segundo mais votado é nascido e criado na Vila. Ativo no RVV, participou do conflito que levou à saída dos ocupantes temporários do local, o que lhe conferiu confiança e respeitabilidade ante os demais. Costuma estar presente nas reuniões, conciliando sua participação com o emprego. As candidatas em terceiro e quarto lugar, além de integrarem ativamente o RVV, possuem em seu favor o reconhecimento pelo tempo de moradia e convivência partilhados.

Essas questões ressaltaram alguns fatores acerca da composição interna do grupo, fazendo-me problematizar a posição ocupada pela liderança aparentemente mais ativa da Resistência e que ficou em quinto lugar nas eleições. Nesse sentido, percebi que sua proeminência era relativa, sendo reconhecida externamente, em meio aos apoiadores e outros movimentos; porém, internamente, o mesmo não acontecia. A situação também remete à própria definição de um movimento social, cujos atores investem esforços significativos para ocultar suas diferenças e serem vistos como unidades coesas. A preocupação dá-se em decorrência da suposta necessidade de sustentar uma fachada homogênea, que esconda as diferentes posições de seus participantes e seus aspectos heterogêneos. Em outras palavras, a unidade, ainda que seja só na aparência, é um mecanismo fundamental à manutenção do movimento e à gestão das diferenças que o constituem (MELUCCI, 2001).

Em relação ao caso investigado, alguns fatores contribuem para o questionamento dessa liderança, a julgar pelo número de votos bem menor que o esperado. Um deles é o fato de ser mulher, solteira e sem filhos, sendo vista como pessoa “vulnerável e frágil”, “sem ter quem olhe por ela”. Um dos moradores, numa das reuniões e eventos de que participei na Vila, comentou comigo o auxílio que os moradores prestavam uns aos outros, fazendo referência, na ocasião, às mulheres que viviam sozinhas e sem parentes próximos. O segundo fator é a condição de moradora recente, por residir no local há pouco mais de 20 anos. Como destaquei no capítulo 6, essa condição pesa nas classificações que operam internamente. Em paralelo, outros fatores contribuem para a manutenção dessa integrante como representante da Vila e dos Resistentes junto a reuniões, audiências, assembleias etc. Por ser aposentada, não ter filhos, familiares ou outros parentes que requeiram cuidados, ela é tida como uma pessoa que “tem tempo de sobra”. Essas características a liberariam para se envolver integralmente nos compromissos e

agenda externa da Resistência. Além disso, com o ensino médio completo, ela tem boa oratória, leitura e escrita, condições que a promovem perante o restante do grupo, trazendo-lhe benefícios quanto à reputação que precisa ter para acessar o *status* de “moradora plena”.

Diante disso, sua liderança é instrumentalizada pelos demais, que usufruem de sua disposição de representar externamente o movimento, ao mesmo tempo em que a mantêm “em seu lugar” nas questões e decisões internas. Neste aspecto, a representatividade é atribuída preponderantemente aos moradores que ficaram nas três primeiras posições na votação para o CG. Em decorrência disso, algumas decisões pertinentes à organização e atuação do movimento foram tomadas sem o conhecimento<sup>143</sup> da quinta colocada, demonstrando que a opinião dessa integrante do movimento tem peso apenas relativo. Além do mais, ela não é uma figura carismática para o grupo, sendo tida como “pessoa difícil”. Em situações controversas, ela não costumava ter postura conciliatória, o que contribuía para afastá-la das decisões tomadas pelo grupo.

A esse respeito, cumpre notar que quando o comportamento e os sentimentos do membro de um grupo, com certo grau de coesão e unidade, contrariam a opinião dos demais, tende a ocorrer o “rebaixamento” da posição do dissidente na “ordem hierárquica interna”, ocasionando em desprestígio ou diminuição de poder. Isso reduz substancialmente suas condições de competir por poder e *status* (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 39). Essas e outras questões, em relação a constituição de lideranças internas do RVV, ficam mais aparentes quando ocorre a implementação do CGZDT, que será objeto do próximo item.

## **8.5 Implementação do Conselho Gestor e institucionalização do RVV**

A constituição do Conselho Gestor da ZDT repercutiu entre os participantes do RVV. Um primeiro ponto a ser considerado é que o evento elevou a autoestima do grupo, contribuindo para o aumento da coesão interna. Em segundo lugar, ampliou a confiança de que as coisas podem sair do papel – principalmente pelo caráter oficial

---

<sup>143</sup>Menciono essas situações no próximo item, em que trato do funcionamento do CGZDT.

de que foi revestido todo o processo, por meio da divulgação realizada pela Prefeitura, assim como pela presença de integrantes do Poder Público no local. Em terceiro lugar, o evento contribuiu para fortalecer as conquistas pelas quais o RVV vem lutando, tais como seu reconhecimento como ZEIS e o tombamento.

Outra questão advinda desse processo foi a de que, com a autoestima elevada, os Resistentes adquirem maior confiança perante os Não-resistentes e assumem papéis de gerenciamento interno na Vila. Exemplo disso foi o aumento dos cuidados com os espaços e áreas livres, como a capela (Figura 38), que recebeu nova pintura e a inscrição de “ZEIS Dionísio Torres” no muro lateral que dá acesso ao quintal compartilhado (Figura 8).

Figura 38 – Fachada da Capela da VVE pintada – inscrição “ZEIS” no portão lateral, em destaque



Fonte: Adaptada de Prefeitura Municipal de Fortaleza (2020, p. 51).

A realização e o resultado das eleições trouxeram consigo um caráter de “oficialidade” ao grupo, que se encarregou de retomar os cuidados com o lugar – funções outrora relegadas à SSVP. Norma mencionou algumas das atribuições do RVV e demais preocupações com a manutenção dos espaços:

Quem tá comandando a Vila é a Resistência. A Resistência é quem paga água, luz da capela! A Resistência que vai arrumar as calçadas das casas que estão fechadas... Semana que vem a gente vai pintar as casas [dos integrantes do movimento] e ajeitar as calçadas. Inclusive essa daí que tá fechada [referindo-se a uma das casas destelhadas] nós que ajeitamos, e também fazemos outras manutenções na capela. Aí a gente usa do nosso caixa, e cada um dá um dinheiro pra comprar um cimento, ou outra coisa que precise.

Dessa maneira, os Resistentes, além de serem vistos como os “não-negociantes”, por serem contrários à venda do local, são reconhecidos como “os cuidadores atuais” da Vila, tomando para si o dever de zelar pelos espaços. Tanto Zélia, como Manuel, que não integram o movimento, concordam a esse respeito. Zélia, inclusive, reforça que:

Qualquer coisa que precise fazer dentro da Vila eles [os da Resistência] ajeitam. A pessoa assim que cuida bastante, que observa, toma conta do que precisa fazer é Seu Célio. Tava muito decadente aqui, muito caído. Agora a capela se levantou. Arrumaram tudinho. Arrumaram o pátio [refere-se ao quintal] da vila, eles também não proibem os moradores [em alusão aos que não são do RVV] de ir no pátio. Se um da Resistência adoecer e não tiver como se locomover pra ir pra médico, pra hospital... a Resistência leva.

O período imediatamente após as eleições também contribuiu para arrefecer a mobilização externa do grupo, levando-os a cessar atividades que os promoviam extra localmente, tais como: oficinas, rodas de conversa e aulas públicas, dentre outras. Esse efeito, de certo modo, era esperado, pois logo após o processo eleitoral das ZEIS, inicia-se o pleito para presidência no País, que ocupou parte das atividades de mobilização política à época. Além disso, acontece, em meados de outubro de 2018, o curso de formação para os conselheiros, voltado tanto para representantes das áreas que foram eleitos, como para os demais conselheiros oriundos do setor público e das entidades que assumirão funções nos CGs. Todas essas atividades trouxeram redirecionamento das ações do RVV, assim como o rearranjo de suas atribuições.

Devo acrescentar que, ainda em outubro de 2018, a VVE recebe a visita de professores do Instituto Federal do Ceará (IFCE), instituição então destinada a realizar o Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) da ZDT, conforme anunciado pela prefeitura, em julho do mesmo ano. A visita tinha como propósito estabelecer o primeiro contato dos professores com moradores e, a partir daí, aproximar-se das demandas e necessidades da área, encontro que também produziu a sensação de que as coisas enfim saíam do papel.

Vale lembrar que a condução dos PIRFs das ZEIS prioritárias foi objeto de parceria com instituições de ensino superior e a Prefeitura, comentada na reunião de formação das Comissões Eleitorais – ocorrida em julho de 2018 – e noticiada nos jornais locais. Na ocasião, a Universidade Federal do Ceará (UFC) foi anunciada como instituição que coordenaria a realização geral dos planos de regularização das dez



ZEIS, atentos às necessidades de cada localidade. A professora Irllys Barreira, do Departamento de Ciências Sociais da UFC, foi destacada como coordenadora da equipe multidisciplinar à frente desse processo, cujos PIRFs seriam conduzidos por meio de parceria com outras instituições universitárias, além da UFC. Barreira (2018) confirma as ZEIS como importante recurso de instrumentalização da população ao reivindicar direitos. A parceria junto às universidades, conforme a professora, fortalece a conexão entre as instituições de ensino e pesquisa frente às demandas da sociedade (10 ZEIS INICIAM [...], 2018).

Após posse dos CGs, a condução dos PIRFs ficou assim definida: Poço da Draga, Bom Jardim e Pici, com a Universidade Federal do Ceará (UFC); Lagamar, Pirambu e Moura Brasil, com a Universidade Estadual do Ceará (UECE); Serviluz, Mucuripe e Praia do Futuro, a cargo da Universidade de Fortaleza (UNIFOR); e por último, o Dionísio Torres, com o Instituto Federal do Ceará (IFCE) (10 ZEIS INICIAM [...], 2018). O modelo de parceria a ser estabelecido seria firmado a partir de contrato ou convênio de colaboração técnica, principalmente porque tratam-se de instituições públicas – à exceção da UNIFOR, fundação de natureza privada – cujos recursos a serem direcionados são dependentes de processos licitatórios junto aos órgãos responsáveis pela gestão dos recursos que lhes são direcionados.

Ocorrida a posse dos conselheiros (Anexo F), em novembro de 2018, agenda-se a primeira reunião do CGZDT, que aconteceu em 27 de fevereiro de 2019. Na ocasião, foi aprovado o regimento interno e decidida a presidência do CGZDT. Dos 14 membros do CG, 12 estavam presentes. Ausentaram-se o representante do Gabinete do Prefeito e o da Coordenadoria Especial de Participação Social (CEPS). Após a aprovação do regimento, dispuseram-se como candidatos a presidente do conselho o conselheiro eleito com maior número de votos e mais idoso, e a quinta conselheira mais votada. Na votação por aclamação, outros três conselheiros representantes do poder público abstiveram-se. Entre os nove votantes, a quinta colocada nas eleições para o CG foi eleita para a presidência por oito votos a um. Na função de vice-presidente, ficou o conselheiro em segundo lugar nessa votação, o qual apresentou sua candidatura para esse cargo.

Cumprido destacar que exercer o papel de presidente do CG é voltar-se a funções burocráticas, relativas à coordenação de reuniões, tais como: abertura e encerramento destas, leitura de pautas, organização do calendário de reuniões ordinárias e convocação de extraordinárias, quando estas forem necessárias, entre

outros afazeres dessa natureza. Além disso, um importante papel do presidente é ter o voto de desempate em caso de decisões polêmicas e que não contem com maioria absoluta dos conselheiros. A escolha de representantes das ZEIS como presidentes dos CGs é, inclusive, estratégica, a fim de que o processo decisório possa voltar-se em favor dos moradores e de seus territórios.

Ainda que decisões relacionadas ao movimento não sejam atribuições do presidente do CG, o caráter dessa posição institucional produziu expectativas quanto ao RVV e sua legitimidade, de um modo geral; e de seus integrantes, em particular. O resultado da votação para presidente do CG é consistente com o que foi dito sobre o questionamento da liderança que ficou em quinto lugar nas eleições para compor o Conselho. Por um lado, outros moradores conselheiros viam o cargo com receio, sobretudo por terem de falar em público no momento das reuniões e encarregar-se de funções para as quais não se sentiam seguros. Por outro lado, decisões que envolvem questões internas do RVV continuam sendo tomadas à revelia da presidente eleita para o conselho.

Dentre essas decisões, esteve a compra de duas caixas d'água para a Vila. Isso acontece porque muitas das casas<sup>144</sup> não possuem esse equipamento, dependendo da manutenção dos serviços da companhia estatal fornecedora de água. Em casos de corte temporário do fornecimento, a ausência desse reservatório faz falta nas residências. A fim de suprir esse abastecimento, integrantes da Resistência decidiram adquirir e instalar os equipamentos no quintal compartilhado<sup>145</sup>. Outra intervenção decidida por lideranças internas do RVV foi a construção improvisada de uma área de lazer, com churrasqueira e mesas, também no quintal, assim como a reserva de um espaço para o cultivo de uma horta comunitária (Figura 39). Tais obras foram objeto de conflitos internos entre a atual presidente do CG e demais integrantes do movimento RVV. Entre as questões que ela levantou como contrárias à realização das obras, que julgou precipitadas, estava o processo de tombamento e a própria condução do PIRF, a ser iniciado após a realização das eleições e composição dos

---

<sup>144</sup>Conforme levantamento realizado no local, por técnicos da prefeitura, 74% das residências da Vila não possuem caixa d'água. A ausência desse equipamento está relacionada ao padrão construtivo dos imóveis, que foram edificados sem a cobertura que pudesse acomodá-las. Residências que têm caixa d'água improvisaram sua inclusão (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2020).

<sup>145</sup>A instalação das caixas d'água remete à memória dos moradores, que contavam com o antigo chafariz, assim como poço e cisterna, no quintal compartilhado – como relatei no capítulo 4. As caixas d'água foram erguidas no antigo local em que ficavam o chafariz e a lavanderia coletiva.

Conselhos. Atualmente, as áreas de circulação pública e de uso coletivo na Vila estão sendo objeto de diagnóstico para a realização do plano de regularização fundiária.

Essas intervenções ocorreram ao longo de 2018 e podem ser avaliadas como consequência do aumento da autoestima e coesão do grupo, em função das circunstâncias do processo de regulamentação das ZEIS e das relações político-institucionais daí resultantes.

Figura 39 - Área de lazer e caixas d'água



Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza (2020, p. 53).

Não se pode perder de vista que o redimensionamento de papéis e atribuições do movimento RVV perante seu território de atuação resulta da constante transformação e redefinição circunstancial das relações organizacionais e culturais, sobre as quais incorrem os efeitos do engajamento institucional dos movimentos (CARLOS, 2011). Essa leitura tem especial significado, na medida em que as ações do movimento abrem-se às relações institucionais, obtidas tanto através de sua maior organização interna, como por meio de sua participação em esferas decisórias vinculadas ao poder público municipal. A situação encontra semelhança com a perspectiva conjuntural, decorrente do contexto pós-1988, momento em que se ampliam os mecanismos de inserção institucional dos movimentos sociais em processos participativos (AVRITZER, 2002). Por sua vez, movimentos e organizações sociais inauguram novas práticas e relações com o Estado, o que aumenta seu acesso a arenas de institucionalidade políticas (CARLOS, 2011; LAVALLE *et al.*, 2018a). No caso do RVV, a institucionalização ocorre por meio do caráter de suas ações,

organização, desenho de funções e participação política fomentada pela implementação do CGZDT.

Segundo Tarrow (2009, p. 134), a institucionalização ocorre “à medida em que o entusiasmo da fase disruptiva” arrefece. Em razão disso, a ação coletiva institucionaliza suas táticas por meio da negociação e do acordo, o que pode levar à rotinização. A esse respeito, Carlos (2011) comenta que a institucionalização refere-se, num primeiro momento, a “roteiros” comuns em que se enquadram a ação de agentes públicos e ativistas/membros do movimento social (rotinização); em segundo, ativistas inclusos no sistema político são reconhecidos e legitimados perante instituições políticas, enquanto outros atores que não aderem a esquemas previsíveis de participação são marginalizados e reprimidos (inclusão e marginalização); e em terceiro, agentes que integram o movimento alteram estratégias e reivindicações, a fim de que possam enquadrar-se e obter os benefícios da política institucional (cooptação).

No RVV, em especial, a rotinização e a inclusão e a marginalização são aspectos que sobressaem. A rotinização se faz presente via demandas do movimento quanto à obtenção de informações, por meio do encaminhamento de ofícios acerca do processo de tombamento e da agenda de reuniões do Conselho Gestor da ZDT. A relação com a prefeitura e o órgão gestor das ZEIS – IPLANFOR – favorece, de certo modo, o encaminhamento de demandas e cobranças quanto à efetivação de tais instrumentos. Entretanto, nota-se que a redefinição dessas estratégias de pressão e de cobrança, por seu caráter institucional, somam-se a outras pressões advindas do relacionamento e da integração do grupo na rede de movimentos em que atua, dando reforço à combinação de estratégias institucionais e não institucionais. Já a inclusão e a marginalização pode ser observada no maior grau de coesão interna dos integrantes do movimento perante moradores não-resistentes, o que fortalece sua composição identitária e representação política.

A institucionalização traz a perspectiva da “profissionalização” do movimento, por meio do desenvolvimento de habilidades para a organização de ativistas e suas rotinas de comunicação (CARLOS, 2011, 322). Não somente isso, introduz no cotidiano dos agentes alguns modos de agir próprios do universo organizacional de instituições mais formalizadas. De algum modo, integrantes do RVV vivenciaram condutas rotinizadas e que forneceram prenúncios acerca desse tipo de organização, tais como a experiência das reuniões realizadas na Vila, que eram

conduzidas pelo Conselho Metropolitano de Fortaleza da SSVF, como enfatizei no capítulo 5 deste trabalho; e a participação de alguns de seus integrantes na antiga associação de moradores, como comentei no capítulo 6. Em qualquer caso, ao se deparar com estruturas como essas, o modelo de relação, bem como o papel e a natureza do CG, introduzem ritos e demandas novas aos seus integrantes.

Os efeitos da institucionalização pesam sobre o RVV quando se iniciam as reuniões para o CGZDT. Após a primeira, em fevereiro de 2019, houve um lapso de tempo até que acontecesse a segunda reunião, extrapolando o prazo de dois meses previsto como intervalo entre uma reunião ordinária e outra (Apêndice E).

O motivo da demora aconteceu em razão de problemas para a efetivação do termo de cooperação técnica entre a Prefeitura e o IFCE, instituição que realizaria o Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) da ZEIS Dionísio Torres (ZDT). Em reunião realizada na VVE no dia 22 de maio de 2019, com a professora que coordenaria o plano de regularização e com representante do Escritório de Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar (EFTA), comunicou-se aos moradores que a prefeitura retrocedeu da parceria com a instituição. Segundo a professora, o Instituto Federal cumpriu todos os procedimentos necessários para a elaboração do contrato, mas a prefeitura resolveu não seguir adiante em sua decisão, ao apontar inconsistências entre o Termo de Referência (TR) apresentado pelo instituto e as demandas existentes no local.

O TR apresentado pelo IFCE corresponde à minuta sugerida pela Comissão de Proposição das ZEIS. De fato, o documento continha generalidades no quesito abertura de ruas e outras ações que envolvem intervenções urbanísticas de maior monta e que não seriam necessárias na ZDT. O EFTA questionou o IPLANFOR acerca da decisão, alegando que bastaria que o termo de referência fosse ajustado, mas não obteve sucesso.

Em junho, uma reunião extraordinária foi agendada na Vila entre membros do conselho e do setor público, a fim de esclarecer a condução do PIRF da ZDT. Representante do IPLANFOR afirmou que, internamente, estavam empenhados em resolver a situação, comprometendo-se a informar sobre a condução dos trabalhos na próxima reunião do CG, que fora agendada para o dia 16 de julho de 2019.

Na data prevista, ocorre a segunda reunião do CGZDT, momento em que foi comunicado aos moradores que técnicos da prefeitura, lotados no IPLANFOR, ficariam responsáveis pela condução dos trabalhos, por meio de equipe

multidisciplinar própria. Naquela ocasião, fui apresentada como colaboradora dos trabalhos, pelo contato e familiaridade com os moradores. Dias antes, houve uma reunião no IPLANFOR com a participação da presidente do CG e a advogada que os representa e compõe o conselho pela entidade RENAP, na qual foram informadas previamente sobre a decisão da prefeitura em realizar o PIRF da ZDT. Foi nesse momento que meu nome foi sugerido, assim como o de outro pesquisador que também realiza pesquisa de campo junto aos moradores da VVE, como possíveis colaboradores dos trabalhos. Minha colaboração restringiu-se à observação de uma prévia do instrumento de coleta de dados que foi adotado para o diagnóstico do local, bem como no auxílio de sua aplicação, em janeiro de 2020, junto a representantes de duas famílias. Essa colaboração deu-se de forma voluntária, como dito, a partir da indicação de membros do movimento, e não incorreu em qualquer obrigação em cumprir carga horária ou obter contrapartidas financeiras.

Definido o responsável em conduzir o plano de regularização, o CGZDT regulariza seu calendário de reuniões bimestrais, ficando a terceira reunião marcada para o dia 17 de setembro. Foi nessa ocasião que a equipe foi apresentada aos conselheiros, dando previsões sobre a elaboração do plano de trabalho, o qual veio a ser objeto da quarta reunião do CGZDT, em 11 de novembro de 2019.

Durante a quarta reunião ordinária, o IPLANFOR apresentou mais detalhes sobre o PIRF, expondo as oito etapas que estão previstas em sua realização. A primeira delas constitui-se do Plano de Trabalho, que foi exposto na ocasião. As demais etapas são: 2) Diagnóstico Socioeconômico, Histórico-cultural, Urbanístico e Fundiário; 3) Projeto Arquitetônico Básico; 4) Normatização Especial de Uso e Ocupação do Solo; 5) Plano de Regularização Fundiária; 6) Plano de Geração de Trabalho e Renda; 7) Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social; 8) Compatibilização dos Produtos e Finalização.

A previsão estabelecida no cronograma apresentado no plano de trabalho era de que a apresentação final da segunda etapa – o diagnóstico – ocorresse em fevereiro de 2020. Em janeiro de 2020, durante a quinta reunião do CGZDT, foram combinados o início dos levantamentos de campo, por meio da aplicação censitária do instrumento de coleta de dados junto aos residentes, e demais detalhamentos da área. No entanto, a finalização do diagnóstico não ocorre em fevereiro, assim como as reuniões ordinárias do CG tiveram de ser suspensas, em razão da pandemia do

novo coronavírus<sup>146</sup>, que obrigou à paralisação total ou parcial de serviços, comércio, ensino, lazer etc, estabelecendo medidas de isolamento social para controlar e minimizar os efeitos do contágio entre a população. Desse modo, a continuidade do diagnóstico da VVE foi realizada de forma remota, pela equipe do IPLANFOR<sup>147</sup>.

Como venho expondo, esse período vem marcado pela organização e rotinização do RVV, o que ocupou certa centralidade no seu repertório de atuação. Ressalte-se que as correntes advindas com a Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) apontam para a potencial desmobilização dos movimentos (TARROW, 2009) e para a redução de sua ação espontânea (GONDIM; GOMES, 2012; CARLOS, 2011), em decorrência da rotinização excessiva (LAVALLE *et al.*, 2018a; TARROW, 2009).

Entretanto, desde a “abertura democrática”, os movimentos sociais têm sido “chamados a participar da formulação e execução de políticas, programas e projetos do setor público” (GONDIM; GOMES, 2012, p. 511). Redes de movimentos, desse modo, deparam-se com a necessidade de maior capacitação técnica, chamando a atenção para o papel das entidades e de organizações não-governamentais (ONGs) na prestação de assessorias e treinamentos junto a lideranças e associações de base (LAVALLE *et al.*, 2018a; GONDIM; GOMES, 2012).

Esse papel de assessoria e formação no RVV vem sendo desempenhado pela Frente de Luta por Moradia Digna (FLMD). Como mencionei no capítulo 7, a FLMD é uma rede composta por representantes de movimentos sociais, organizações da sociedade civil, além de entidades técnicas e programas de pesquisa e extensão universitários. A vinculação do RVV à FLMD vem propiciando condições para suprir necessidades de capacitação técnica, bem como de assessoria ao movimento, além de favorecer o diálogo supralocal, por meio da interconexão com diferentes territórios e suas necessidades. As assembleias populares, conduzidas ao longo de 2017, tiveram papel importante na compreensão de aspectos políticos e técnicos,

---

<sup>146</sup>A doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19), conforme declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS), em janeiro de 2020, constitui Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, seu maior nível de alerta. Até julho de 2021, foram confirmados no mundo 184 milhões de casos e mais de 4 milhões de mortos. No Brasil, o número de casos da doença já alcançam 18,7 milhões, estando o número de mortos em 524.417. Disponível em: [https:// covid19.who.int/](https://covid19.who.int/). Acesso em: 05 jul. 2021.

<sup>147</sup>A versão preliminar da 2ª etapa do diagnóstico para o PIRF da ZDT foi submetida à aprovação do CGZDT no dia 30 de junho de 2020, em reunião realizada por meio de videoconferência, uma vez que a ocorrência de atividades presenciais foram suspensas em razão da pandemia. Fui convidada pela presidente do CG a participar da reunião e, em seguida, técnicos do IPLANFOR me encaminharam e-mail com o relatório preliminar, o qual venho citando em alguns momentos deste trabalho.

relacionados à busca pela implementação das ZEIS e demais questões relativas ao direito à cidade.

De acordo com Euzeneia Carlos (2011, p. 317 – grifos meus), é necessário reconhecer que

[...] a estrutura relacional dos movimentos também sofre deslocamentos, no sentido da ampliação dos vínculos com instituições políticas, especialmente órgãos do governo, ao mesmo tempo em que *combina a relação com outros movimentos e entidades sociais não institucionais*.

Essa tem sido a forma de atuação que identifiquei como sendo a quarta fase do RVV, o qual vem combinando vínculos com instituições públicas e outros movimentos e entidades, tais como as que integram a FLMD, configurando o que se reconhece por repertórios de interação (ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, 2014; TATAGIBA, 2002).

O que se compreende por repertórios de interação é que estes são fruto da relação entre movimentos sociais e Estado, em contextos históricos específicos, em que estão incluídas rotinas que combinam protestos e contestação não-institucionais com a participação institucional via proximidade e integração em instâncias decisórias. Dessa forma, repertórios de interação possibilitam “uma combinação criativa de tradições históricas de interação Estado-sociedade em modos que promoveram novas formas de negociação e diálogo” (ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, 2014, p. 346).

Nesse sentido, deve-se avaliar criticamente a ideia de uma separação rígida entre movimentos sociais e políticas institucionais, superando perspectivas de análise da ação coletiva a partir de modelos dicotômicos: autonomia x cooptação; contenção x institucionalização ou *outsider* x *insider*. Tal perspectiva é decorrente de um enfoque que reduz o modelo relacional dos movimentos sociais – quanto a modos de institucionalização – ao seu caráter organizacional, associando-o à desmobilização, burocratização e conseqüente descolamento de sua base, como assim entende Tarrow (2009). Tem sido necessário, por sua vez, compreender a ação institucionalizada dos movimentos sociais a partir de sua complexificação, a qual vem acompanhada da combinação de elementos contraditórios na relação sociedade-Estado, não se constituindo a partir de dinâmicas estáveis e coerentes (CARLOS, 2011, 2018).



Sociedade e Estado devem ser entendidos como instâncias que interagem e são mutuamente influenciadas, submetidas a circunstâncias dinâmicas e contingenciais. Ao se considerar as formas de institucionalização decorrentes da interação entre movimentos sociais e estruturas participativas como mecanismos que limitam e conduzem os movimentos à desmobilização, cooptação ou rotinização excessivas, incorre-se no problema de observar os efeitos dessa interação sob a perspectiva dicotomizada, em que são negligenciadas reconfigurações e a própria capacidade dos movimentos em combinar estratégias híbridas e contraditórias em sua relação com a política institucional (CARLOS, 2011; LAVALLE *et al.*, 2018b).

No que diz respeito ao caso estudado, o movimento vem concentrando seu programa de ação em políticas de planejamento urbano, por meio da participação institucional no Conselho Gestor da ZEIS. Nesse mecanismo está implicado o que se conhece por “*engineering fit*” (encaixe institucional) (SKOCPOL, 1992), entendido como ponto de acesso às instituições políticas e constituindo-se como canal de influência no processo decisório. De acordo com Euzeneia Carlos (2018, p. 166) “os encaixes são definidos relacionalmente como processos intermediários de solidificação institucional derivados de interações socioestatais, que atribuem alguma agência com certa duração aos atores sociais envolvidos na institucionalização [...]” Para essa mesma autora, os encaixes institucionais podem conduzir à constituição de “domínios de agência” (CARLOS, 2018, p. 166), tendo em vista a legitimidade atribuída a atores sociais que interagem com o Estado num âmbito específico de ação política (LAVALLE *et al.*, 2018b).

Conforme Lavallo *et al.* (2018b), o que se compreende como domínios de agência são as configurações que resultam de encaixes institucionais, as quais favorecem a capacidade de agir de determinados atores coletivos. Trata-se de domínios porque institucionalizam certas demandas de atuação de movimentos sociais, não só favorecendo, mas reconhecendo suas capacidades de agir e decidir. Os autores explicam que a expressão “domínios” é comum na literatura especializada em políticas públicas, identificando campos de disputa e conciliação dos atores em diversas instâncias políticas. Nesse sentido, não se trata de atribuir aos domínios de agência um caráter normativo, nem determinar que perspectivas institucionalizantes daí advindas seriam necessariamente boas. A identificação de tais encaixes institucionais, por sua vez, além de servir à perspectiva analítica dos modelos de relação entre atores socioestatais, leva ao reconhecimento das condições que os

movimentos sociais têm de “vocalizar os conflitos sociais, de politizar questões de baixa notabilidade na agenda pública e de escolher as estratégias de ação que julgarem mais pertinentes para pressionar o Estado [...]” (LAVALLE *et al.*, 2018b, p. 53).

No que concerne à atuação de agentes sociais no planejamento urbano, é importante destacar as concepções de Freitas (2019) que, ao citar o pensamento de Friedmann (1987), entende o planejamento como atividade que não se restringe ao escopo estatal, sendo uma prática pertinente a cidadãos que atuam fora de mecanismos formais. É necessário considerar que “atores não estatais” produzem atitudes avaliativas frente às ações do Estado, sobretudo quando se trata de pensar em políticas democráticas que se delineiam sob perspectivas neoliberais. Desse modo, a conduta vigilante, por parte de atores políticos não vinculados ao Estado, permeia condições imprescindíveis a transformações duradouras. No âmbito de correntes críticas do planejamento e do olhar para sua dimensão política, e não apenas técnica, há que se atentar ao reconhecimento das incompletudes e negligenciamentos da ação estatal sobre as políticas urbanas. É desse modo que emergem práticas consideradas insurgentes<sup>148</sup>, via contestação dos movimentos sociais, em meio à necessidade de não abandonar o enfrentamento político (FREITAS, 2019).

As análises decorrentes do movimento RVV confluem para um modelo relacional híbrido, que alia ações institucionais a outras não institucionais, na medida em que a implementação do CG e as condutas rotinizadas daí advindas não paralisaram a mobilização e a vinculação à rede de movimentos de que faz parte (CARLOS, 2018). A combinação de elementos de atuação advém do receio de que a participação de agentes societários em políticas de gestão urbana, sob o viés da institucionalidade e do avanço do neoliberalismo, não tem sido suficiente, pois muitas vezes a participação popular é revestida de encenação, sendo as decisões capitais já tomadas em outras instâncias (CARLOS, Ana Fani, 2014). Desse modo, quando os movimentos atuam coletivamente, eles previnem sua cooptação individual, além de reforçar a dimensão cidadã (FREITAS, 2019).

---

<sup>148</sup>Freitas (2019) menciona o conceito de *insurgent planning*, noção definida por Faranak Miraftab (2009), que leva em conta práticas de planejamento radical e que são capazes de fazer frente às estratégias de dominação presentes em políticas que são delineadas a partir da perspectiva neoliberal, que engendra a “dominação por meio da inclusão” (MIRAFTAB, 2009, p. 32 *apud* FREITAS, 2019, p. 289).

Necessário mencionar que as relações oriundas da ação institucionalizada não eliminam a assimetria de poder que perpassa agentes públicos e movimentos sociais. Mecanismos de encaixe institucional (SKOCPOL, 1992) não suprimem essa condição, ao mesmo tempo em que sobre os movimentos sociais recai a ambivalência estratégica e circunstancial em associar cooperação e conflito (CARLOS, 2018).

Desse modo, as questões que se relacionam ao curso da regulamentação e implementação dos CGs das ZEIS, no que se refere ao caso da Vila Vicentina, mobilizam atores sociais via permeabilidade das instituições políticas (DOWBOR, 2018). A situação não subtrai tensões, negociações e conflitos, em meio às relações contraídas entre poder público e movimentos sociais. Devo destacar a lentidão com que o andamento do processo é percebido pelos moradores e membros do CG. Essa percepção, por um lado, vem acompanhada da postura de vigilância, e muitas vezes desconfiança, que integrantes de movimentos sociais projetam sobre os agentes públicos. Por outro lado, a participação enseja a ideia “de pertença a um corpo político”, que alimenta a base da noção de cidadania (SANTOS, 2018, p. 250). Acrescento que essa noção de pertença, deve-se ao caráter reticular dos movimentos que se organizam a partir de questões supralocais e afeitas a disputas em comum, dando liga, força e algum poder de barganha a sujeitos políticos que canalizam expressões reativas e fornecem elos para disputas articuladas e dinâmicas. O RVV segue organizado, integrado às redes e vigilante quanto à implementação de suas reivindicações.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pessoas se mobilizam para defender a permanência em seu local de moradia? Foi essa a pergunta que me orientou na realização desta tese. Com base nisso, pude identificar processos que definiram o surgimento e a organização de uma ação coletiva voltada à defesa da moradia, tendo como recorte empírico o caso do movimento Resistência Vila Vicentina (RVV). Uma das contribuições deste trabalho foi discutir a experiência singular vivida pelos moradores da Vila Vicentina da Estância (VVE), sem perder de vista o quadro teórico e empírico mais amplo, necessário para a compreensão dos movimentos sociais em distintos contextos sócio-históricos e conjunturas políticas.

Por meio da análise, identifiquei recursos e estratégias de ação que se mostraram efetivas para a conquista dos objetivos pretendidos e enfrentamento de opositores. A eclosão do drama vivido pelos moradores da Vila Vicentina colocou em evidência a disputa pelo espaço urbano, lançando mão da legislação em prol da democratização do acesso à cidade e da preservação da memória ancorada num espaço vivido.

Foi através de minha permanência em campo que pude perceber as múltiplas questões que envolvem a formação e sustentação da ação coletiva. O convívio com os moradores, a observação das situações experimentadas, a escuta, as incursões etnográficas e o registro de todas essas experiências possibilitaram perceber diferentes processos e circunstâncias que incidem, concomitantemente, na questão estudada.

Tratava-se, num primeiro momento, de identificar os recursos acionados para a defesa e a permanência dos moradores em suas casas, assim como suas linhas de ação e estratégias de enfrentamento do problema. O alcance desse objetivo permitiu situar a legislação em prol do zoneamento especial de interesse social (ZEIS) e do tombamento como medidas em favor da permanência da Vila Vicentina e de seus moradores.

Nesse sentido, procurando dar conta das circunstâncias que deram origem à VVE, no final dos anos 1930, me debrucei sobre parte da literatura que aborda a expansão do espaço urbano de Fortaleza (ANDRADE, 2012; BRASIL, 2016; COSTA, 2009; SANTOS, 2012; SILVA, 2009; SOUZA, 2009). Isso levou a entender que, naquele momento, proprietários de terra decidiam lotear seus terrenos, impulsionando

o processo que levou ao aumento da cidade para além dos limites previstos à época, (ANDRADE, 2012). Esse aumento não veio acompanhado da infraestrutura necessária e, quando somado a outros fatores, tais como a migração campo-cidade, ocasionou a exclusão de grandes parcelas da população do acesso à moradia digna (GONDIM, 2007; PEQUENO, 2015; SILVA, 1992).

Como foi visto, o terreno ocupado pela Vila Vicentina fora doado por seu antigo proprietário, em 1938, a uma instituição filantrópica, que o destinou à construção de casas para atender a projetos de “caridade”. Além do programa habitacional, em seus primeiros anos, foram acrescentados equipamentos de saúde, com prestação de serviços ambulatoriais e odontológicos, salão de reuniões e uma capela. O caráter assistencial prevalecia, priorizando, em suas primeiras décadas, o atendimento a mulheres idosas, viúvas ou solteiras, com ou sem filhos.

Vilas operárias e de natureza filantrópica foram tipologias habitacionais comuns para lidar com a questão urbana nos séculos XVIII e XIX na Europa (CALABI, 2012), estando presentes no Brasil em maior frequência no início do século XX, sendo estas uma das respostas oferecidas ao enfrentamento da questão habitacional (BONDUKI, 1998; VALLADARES; FIGUEIREDO, 1981). A característica contingencial da medida era ineficiente para lidar, em escala e qualidade, com o problema. Durante a segunda metade do século XX, a maioria da população no Brasil passa a morar em cidades. Excluída do mercado de habitação formal, a população tinha como solução ocupar áreas fora das regras de legislação urbanística, aumentando a informalidade e a precariedade no espaço urbano (MARICATO, 2001).

A Constituição Federal de 1988 trouxe mudança significativa no paradigma legal para lidar com a questão. Os princípios da Reforma Urbana foram instituídos no marco jurídico, submetendo o interesse privado ao coletivo no trato com a questão urbana, assim como a promoção da função social da cidade (MACHADO, 2010; SOUZA, 2003). Entre os instrumentos urbanísticos delineados para tratar o problema habitacional estão as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), que foram previstas no Estatuto da Cidade, aprovado em 2001. Tal instrumento tem entre seus objetivos o reconhecimento e a inclusão de áreas ocupadas irregularmente nas cidades, cujos moradores não têm acesso à infraestrutura adequada, além de estarem em condições de vulnerabilidade socioeconômica e jurídica. Entretanto, a efetividade das ZEIS está comprometida pela falta de regulamentação (FREITAS; PEQUENO, 2012; GONDIM; GOMES, 2012; BRASIL, 2016). Conhecer esses aspectos fez parte da compreensão

da situação enfrentada pelos moradores da Vila, que foi definida como ZEIS no Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDP-For 2009).

Esse cenário diz respeito às circunstâncias conjunturais que envolvem o tratamento da questão estudada. Nas últimas décadas do século XX, o bairro ocupado pela Vila Vicentina torna-se objeto de interesse do mercado imobiliário, por concentrar investimentos, equipamentos e infraestrutura urbana. Por seu turno, os moradores foram submetidos a pressões e boatos sobre a venda do lugar.

Outras questões, que dizem respeito ao local, também foram objeto de atenção, levando a identificar situações e elementos contextuais que ofereceram circunstâncias para formação e organização do movimento RVV. A organização espacial da Vila, com unidades habitacionais que compartilham um amplo quintal, confere características peculiares quanto à vivência dos moradores naquele espaço, incidindo nas dimensões identitária e de pertencimento. Estas se refletem no engajamento pela defesa do lugar e em dinâmicas de classificação que atuam internamente (CANDAU, 2016; GONDIM, 2001; HALBWACHS, 1990; POLLAK, 1992).

A relação desenvolvida com o espaço opera como marcador identitário, realçando fronteiras de reconhecimento e de sociabilidade relevantes, servindo para estruturar memórias compartilhadas (CANDAU, 2016; POLLAK, 1992; ROCHA; ECKERT, 2005). O tempo de moradia, igualmente, atribui legitimidade às experiências vividas, adicionando complexidades à categoria morador e funcionando como mecanismo de distinção (ELIAS; SCOTSON, 2000; SANTOS, 1981; VELHO, 2012). Esses fatores incidirão sobre a organização do movimento em prol da Resistência, contribuindo para iluminar as circunstâncias que levaram à divisão dos moradores no momento da negociação para deixar as casas.

Outrossim, levar em conta esses aspectos contribuiu para que verificasse a perspectiva cultural no estudo dos movimentos sociais urbanos, sobressaindo as dimensões afetiva e identitária (ALEXANDER, 1998; ALONSO, 2009; MELUCCI, 2001), assim como da memória, no que diz respeito ao vínculo com o lugar e as experiências dos moradores na organização e manutenção do movimento.

Outros aspectos, porém, precisaram ser esclarecidos. Entre eles, foi necessário entender como as casas da Vila foram ocupadas e como se dava a relação dos moradores com a entidade beneficente. A partir do diálogo com interlocutoras e interlocutores, foi possível pontuar particularidades, identificando relações de

subserviência e precariedade que, historicamente, perpassam o trabalho doméstico, o qual recruta, em sua maioria, mulheres (HELENE, 2019; ITIKAWA, 2015; PERROT, 1988). Pude perceber que a obtenção de uma casa na Vila estava relacionada ao cumprimento de algumas condições, como ser conhecido de alguém da instituição de caridade ou de seus benfeitores, que poderiam ser patrões ou ex-patrões. Soma-se a isso o cumprimento das normas exigidas para se manter morando no local, as quais tendiam às de instituições totais (GOFFMAN, 1974). Essas normas restringiam o recebimento de visitas, impunham um “toque de recolher”, vetavam a criação de animais, dentre outras restrições. Esses regramentos, acrescidos dos constantes boatos sobre a venda do local e consequente expulsão dos moradores, levaram ao melhor entendimento das disposições para o enfrentamento de adversidades, conjugando-se às formas de resistência “silenciosa e passiva” (SCOTT, 2011). Estas mantiveram latente o confronto, tendo o potencial de converter-se em confrontação institucional, emergindo à cena pública.

Nesse âmbito, foi capital a análise do processo que envolveu a última “venda da Vila”, que levou à conclusão da negociação com dez famílias de moradores para a liberação do terreno e total retirada das casas. Uma ação de reintegração de posse, movida pelo comprador, trouxe como consequência a demolição total de três casas e o destelhamento de outras cinco. Esse evento foi analisado à luz da categoria drama social, que possui caráter público, sendo passível de ser identificado nas fases de ruptura das relações sociais formais; crise, ação compensatória e reintegração (TURNER, 2008).

No caso da Vila Vicentina da Estância (VVE), a tensão gerada pelas negociações para deixar as casas trouxe a ruptura de relações formais e equiparou-se à experiência do distúrbio (CEFAÏ, 2009), causando a vivência de situações problemáticas pelos moradores. Com a crise, advinda das demolições, ocorre o alargamento do conflito (SANTOS, 1981; TURNER, 2008). Pude identificar a irrupção da crise como evento mobilizador (SANTOS, 1981), responsável por acionar uma arena pública (CEFAÏ, 2017a; 2017b) com vistas ao enfrentamento do problema, levando-o a uma ação compensatória. Por sua vez, o processo de mobilização promoveu engajamentos e sensibilizações por parte dos atores. Arquiteturas institucionais foram ativadas para oferecer soluções ao problema, tornando coletivas experiências de constrangimento vividas, em princípio, sob a ótica do indivíduo (BOLTANSKI; DARRÉ; SCHILTZ, 1984).

Diante de tais fatores, compreendi como se constituem questões que levam à mobilização de uma arena pública, reunindo agentes em torno de uma causa em comum, a qual está ancorada na disputa pela moradia digna e pelo direito à cidade (HARVEY, 2008; LÉFÈBVRE, 2001).

No caso da VVE, a ação compensatória em resposta à crise resultou no tombamento provisório da VVE, pela Secretaria de Cultura Municipal de Fortaleza, e na inclusão da ZEIS Dionísio Torres, que compreende o território ocupado pela Vila, como prioritária para fins de regulamentação.

O movimento Resistência Vila Vicentina (RVV), daí em diante, adquire maiores condições de organização interna, perdendo seu caráter difuso e instituindo suas principais linhas de ação, constituição de seu campo identitário e político. O RVV torna-se ativo em redes sociais da internet, instrumento útil para divulgar a história do local e os eventos e ações de engajamento, contribuindo para a conquista de novos apoiadores. Dentre as ações – promovidas com o auxílio de intelectuais, artistas, estudantes universitários e outros – estão oficinas de cestaria, artesanato, cultivo de plantas (kokedamas), bordado, dança, campeonatos de bila, pipas etc, as quais fizeram com que a causa dos moradores repercutisse junto a outros movimentos e à cidade como um todo.

O trabalho de campo permitiu identificar os repertórios de confronto que foram acionados na disputa ativada pelo movimento, demarcando os atores-chave do confronto político (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009; TARROW, 2009): de um lado, moradores e apoiadores vinculados à causa do RVV; de outro, o setor imobiliário, a entidade que se reivindicava proprietária do local e poder público (tido por conivente com interesses do mercado). Mapear o confronto político, ao tempo em que polariza os atores do confronto, permite identificar a matriz de referência em comum (MELUCCI, 2001) na disputa, a qual, para o caso investigado, gravita em torno da disputa pelo espaço urbano qualificado.

Os achados do campo, que tiveram como uma das chaves de leitura a categoria repertórios de confronto, contribuíram para a compreensão do *modus operandi* dos movimentos sociais, o qual varia historicamente, mas mantém regularidades quanto às estratégias de enfrentamento úteis ao alcance dos objetivos políticos pretendidos. Para o RVV, por exemplo, foi eficiente a manutenção de uma página numa rede social da internet como forma de divulgação e engajamento de novos apoiadores, demarcando espaço de confronto com opositores. A opção por



oferecer atividades educativas, lúdicas e artísticas na capela também foi um repertório de mobilização e confronto considerado inovador e efetivo na mobilização do grupo e divulgação de sua causa.

Dando reforço e estabelecendo frentes de atuação aos repertórios mobilizados pelo movimento está o acionamento da legislação urbanística, reivindicada em atenção ao zoneamento especial de interesse social em que a Vila Vicentina se encontrava inserida, conforme a lei do Plano Diretor Participativo de 2009 (FORTALEZA, 2009). Já em curso o processo de discussão para a regulamentação de outras nove ZEIS, classificadas como prioritárias – dentre as 45 do tipo 1 que foram demarcadas –, a ZEIS Dionísio Torres (ZDT) é incluída como décima área a passar por regulamentação. Esta medida concretiza a adequação urbanística de zonas especiais dessa natureza e permite sua regularização fundiária, dando segurança jurídica aos moradores desses locais e priorizando o atendimento de infraestrutura urbana.

Em acréscimo à dimensão legal-institucional dos repertórios de confronto e frentes de atuação do RVV, está o tombamento, instrumento que foi incorporado em favor da garantia da integridade física dos imóveis – quando da ameaça de demolição. A patrimonialização tornou-se uma dimensão significativa na disputa protagonizada pela Vila Vicentina e seus moradores. Os desdobramentos da reivindicação do tombamento acrescentam importante debate quanto à instrumentalização desse recurso em favor da habitação popular. O caso da patrimonialização da Vila acende discussões sobre memória, identidade e preservação de espaços materiais e simbólicos da cidade, em que modos de habitar considerados contra-hegemônicos coexistem com a multiplicação de uma “cidade de muros” (CALDEIRA, 2000).

O processo de regulamentação das ZEIS e o tombamento constituem frentes significativas na definição de estratégias do movimento em favor de sua permanência em seu local de moradia.

A participação do RVV por meio de “encaixes institucionais” (CARLOS, 2018) junto a instâncias decisórias, tais como o Conselho Gestor, implementado em razão do processo de regulamentação das ZEIS, evidenciou tensionamentos internos quanto à constituição de lideranças, assim como a redefinição de papéis e funções no movimento. Além disso, contribuiu para verificar modos de atuação que combinam recursos institucionais e não-institucionais nos movimentos sociais (LAVALLE et al.,

2018b), introduzindo necessário diálogo quanto às estratégias adotadas na busca por efetividade de direitos e objetivos políticos pretendidos pelos movimentos.

Nessa direção, achado significativo do campo é o que revela a atuação em rede dos movimentos (SCHERER-WARREN, 2011). O RVV pauta suas ações em benefício dessa articulação, a qual lhe garante vantagens na obtenção de seus objetivos, levando a efeito a conquista de uma arena pública, quando da eclosão do drama, e a manutenção de uma interação sustentada, por meio da construção de alianças e consolidação de apoio junto a outros movimentos e entidades existentes na cidade. A Resistência, desse modo, é fruto da conjuntura relacional de que faz parte, a qual urde interações sob o formato de rede, via conjunção de demandas em comum e definição de campos de disputa que se articulam por meio de questões locais e supralocais.

Estudar a constituição de movimentos sociais revelou a necessidade de superar dicotomias, as quais se assentam sobre as oposições que emergiram em campo, tais como resistentes x “traíras”; institucionalidade x não-institucionalidade. Estas somam-se a oposições que remetem a binarismos que se pretendem superados no campo das Ciências Sociais (sujeito x objeto; indivíduo x sociedade; ação x estrutura), mas que continuam a incidir na leitura de fenômenos sociais irreduzíveis a tais esquemas de interpretação e explicação.

Reitero a contribuição desta tese quanto ao potencial explicativo demonstrado pelas situações vividas no âmbito do caso estudado, o qual não pode ser generalizado, mas pode ajudar a explicitar processos relativos à constituição de movimentos sociais urbanos e seus repertórios de confronto, modelos relacionais, decisórios, de mobilização e organização.

Este estudo compartilha as incompletudes e inconclusões peculiares à vida social, assim como à pesquisa sociológica e à tese, deixando em aberto o movimento em seu próprio curso, a seguir e perseguir seus objetivos, preenchendo-se de continuidades e descontinuidades, fluxos e contrafluxos. Algumas vezes, prefere seguir em mão única; em outras, se reveste e se alimenta de encruzilhadas e de trajetórias sobrepostas.

## REFERÊNCIAS

- 10 ZEIS iniciam processo de regulamentação. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 12 jul. 2018. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/10-zeis-iniciam-processo-de-regulamentacao-1.1968336>. Acesso em: 23 ago. 2020.
- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, Rio de Janeiro. v. 57, n. 2, p. 325–357, 2014.
- ALBUQUERQUE, Maria Onira de. **A história da Vila Cinzenta**. Fortaleza, 1970. [Não publicado].
- AGAMBEN, Giorgio. **Habitar e Construir**. Belo Horizonte: Chão de feira, 2018.
- AGIER, Michel. **Antropologia da Cidade**: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.
- AGUILAR, Salvador. *In Memoriam*. “Las relaciones constituyen las unidades sociales básicas”. En la muerte de Charles Tilly. **Revista Internacional de sociología (RIS)**, [S. l.], v. 67, n. 1, p. 213–218, 2009.
- ALCÂNTARA, Livia Moreira de. Ciberativismo e a dimensão comunicativa dos movimentos sociais: repertórios, organização e difusão. **Política & Sociedade**, [S. l.], v. 15, n. 34, p. 315, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/%0Aarticle/view/2175-7984.2016v15n34p315/33271>. Acesso em: 20 ago. 2017.
- ALEXANDER, Jeffrey C. Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 13, n. 37, p. 5–31, 1998.
- ALMEIDA, Danielle Grace de. For another modernity: Francis Ponge and the displacements of tradition. **Alea**, [S. l.], v. 20, n. 3, p. 97–110, 2018. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/1517-106X/20397110>. Acesso em: 22 maio. 2021.
- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, [S. l.], n. 76, p. 49–86, 2009.
- ALVARENGA, Marcia Soares de. Leituras sobre movimentos sociais e ações organizadas em contextos urbanos: notas de diálogos sobre método. *In*: RIBEIRO, Ana Clara Torres; CAMPOS, Andreilino; SILVA, Catia Antonia da (org.). **Cartografia da ação e movimentos da sociedade**: desafios das experiências urbanas. Rio de Janeiro: Lamparina, Capes, 2011.
- ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles. **Fortaleza em perspectiva histórica**: poder e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933). 2012. 297 f. Tese (Doutorado - Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo). 2012. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ANDRADE, Margarida Julia Farias Salles. **Onde moram os operários...vilas operárias em Fortaleza 1920-1945**. 1990. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990.

ARAÚJO, Amanda. Vila na Aldeota é alvo de disputa. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 20 out. 2016. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2016/10/vila-na-aldeota-e-alvo-de-disputa.html>. Acesso em: 6 maio. 2020.

AVRITZER, Leonardo. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 561-598.

AZEVEDO, Sânzio de. **Aldeota**. Fortaleza: Secultfor, 2015.

BAQUERO, Marcello. Avaliando o potencial de fatores culturais na construção da democracia na América Latina: uma comparação entre 2005 e 2010. **Revista Debates**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 9, 2012. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/26663/17095>. Acesso em: 6 jun. 2016.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Léxicos urbanos e arenas públicas: tempos e espaços no Centro de Fortaleza. **Tempo Social**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 71–90, 2019.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Incômodos hóspedes? Notas sobre a participação da igreja e dos partidos políticos nos movimentos sociais urbanos. *In*: KRISCHKE, P.; MAINWARING, S. (org.). **A igreja nas bases em tempo de transição**. Porto Alegre: L & PM, 1986. p. 131–150.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Cidade, atores e processos sociais: o legado sociológico de Lúcio Kowarick. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 25, n. 72, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n72/v25n72a11.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo; LIMA, Geísa Mattos de Araújo. Subversões do olhar: evidências temporais de uma microsociologia dos espaços urbanos. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 26, n. 69, p. 529–544, 2013.

BARTHE, Yannick; DE BLIC, Damien; HEURTIN, Jean-Philippe; LAGNEAU, Éric; LEMIEUX, Cyril; LINHARDT, Dominique; MOREAU DE BELLAING, Cédric; RÉMY, Catherine; TROM, Danny. Sociologia pragmática: guia do usuário. **Sociologias**, v. 41, n. 18, p. 84–129, 2016.

BEAUD, Stephane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BECKER, Howard. **Truques da escrita: para começar e terminar teses, livros e artigos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

BECKER, Howard. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,

2007.

BOLTANSKI, Luc. **El amor y la justicia como competências**: tres ensayos de sociología de la acción (mimeo 1990). Buenos Aires: Amorrortu, 2000.

BOLTANSKI, Luc. Sociologia crítica ou sociologia da crítica. *In*: VANDENBERGUE, Frédéric; VÉRAN, Jean-François (org.). **Além do habitus**: teoria social pós-bourdieuiana. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.

BOLTANSKI, Luc; DARRÉ, Monsieur Yann; SCHILTZ, Madame Marie-ange. La dénonciation. **Actes de la recherche en sciences sociales**, [S. l.], v. 51, p. 3–40, 1984. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/AsPDF/arss\\_0335-5322\\_1984\\_num\\_51\\_1\\_2212.pdf](https://www.persee.fr/doc/AsPDF/arss_0335-5322_1984_num_51_1_2212.pdf). Acesso em: 18 out. 2018.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BORGES, Laís Gomes. Performance - Victor Turner, **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo. Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2019. Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/content/performance-victor-turner>. Acesso em: 24 jul. 2020.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Biblioteca de Ciências Humanas da USP, 1979.

BOURDIEU, Piérre. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BOURDIEU, Piérre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Piérre. Compreender. *In*: BOURDIEU, Piérre (org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 693–713.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. CAPACIDADES. **Dicionário**. 2020. Disponível em: <http://www.capacidades.gov.br/dicionario/index/letra/z>. Acesso em: 18 maio. 2021.

BRASIL. Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF. 1979. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6766.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766.htm). Acesso em: 21 abr. 2018.

BRASIL, Amíria Bezerra. **A ineficácia das ZEIS**: um problema de legislação ou uma questão político-social? O caso de Fortaleza. 2016. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BRINGEL, Breno. Com, contra, e para além de Charles Tilly. **Sociologia & Antropologia**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 43–67, 2012.

BRINGEL, Breno; DOMINGUES, José. Maurício. Teoria crítica e movimentos sociais: intersecções, impasses e alternativas. *In*: GOHN, M. G.; BRINGEL, B. (org.). **Movimentos sociais na era global**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRITES, Jurema. Gorski. Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas. **Cadernos de Pesquisa**, [S. l.], n. 43, p. 422–451, 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742013000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742013000200004&lng=en&nrm=iso).

BUENO, Chris. Ocupe Estelita: movimento social e cultural defende marco histórico de Recife. **Ciência e Cultura**, [S. l.], v. 66, n. 4, p. 6–7, 2014. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252014000400003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252014000400003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 12 ago. 2020.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Cadastro Único - Cadastros Sociais**. 2020. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/cadastros/cadastro-unico/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 3 set. 2020.

CALABI, Donatella. A cidade industrial e sua forma. *In*: CALABI, Donatella (org.). **História do urbanismo europeu**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

CANDAU, Joël. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Revista Memória em Rede**, v. 1, n. 1, n. mar., p. 43–58, 2010.

CARLOS, Ana Fani A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A lógica do planejamento versus a dialética do mundo. *In*: LIMONAD, E.; CASTRO, E. R. (org.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 25–39.

CARLOS, Euzeneia. Movimentos sociais: revisitando a participação e a institucionalização. **Lua Nova**, [S. l.], n. 84, p. 315–348, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452011000300011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452011000300011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 22 ago. 2020.

CARLOS, Euzeneia. A construção de encaixes institucionais e domínio de agência no movimento popular urbano: mecanismos e configurações. *In*: LAVALLE, Adrian Gurza; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; SZWAKO, José (org.). **Movimentos sociais e institucionalização**: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018. p. 165-210.

CARVALHO, Jáder de. **Aldeota**. São Paulo: Exposição do livro, 1963.

CASAS SÃO DEMOLIDAS [...]. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 28 out. 2016. 2016. Disponível em:

<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/online/casas-sao-demolidas-na-vila-estancia-vicentina-apos-justica-autorizar-reintegracao-de-posse-1.1642492>. Acesso em: 24 maio. 2020.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CEFAÏ, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas.... **Novos estudos CEBRAP**, [S. l.], v. 36.01, n. Parte 1, p. 187–213, 2017a.

CEFAÏ, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas... O que nos ensina o pragmatismo (Parte 2). **Novos estudos CEBRAP**, [S. l.], v. 36, n. 2, p. 129–142, 2017b.

CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 11–48, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: morar, cozinhar (vol. 2). Petrópolis: Vozes, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer, 1. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo, 2003.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Domicílios, por presença de computador e internet**. 2019. Disponível em: <https://www.cgi.br/>. Acesso em: 7 ago. 2020.

CICOUREL, Aaron. Teoria e método em pesquisa de campo. *In*: GUIMARÃES, A. Z. **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p. 87-121.

CHADDERTON, Charlotte; TORRANCE, Harry. Estudo de casos. *In*: SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy (org.). **Teoria e métodos de pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 90–98.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001.

COLEMAN, James Samuel. **Foundations of social theory**. Cambridge: Havard University Press, 1994.

COLOMBO, Enzo. Descrever o social: a arte de escrever e pesquisa empírica. *In*: MELUCCI, Alberto (org.). **Por uma sociologia reflexiva**: pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 265-288.

CONSELHO vota contra tombamento da Praça Portugal, em Fortaleza. G1 CE.

Fortaleza, 17 jun. 2015. **G1 CE**, Fortaleza, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/06/conselho-vota-contra-tombamento-da-praca-portugal-em-fortaleza.html>. Acesso em: 12 ago. 2020.

CORRÊA, Diogo Silva; DIAS, Rodrigo de Castro. Crítica e os momentos críticos: de la justification e a guinada pragmática na sociologia francesa. **Mana**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 67–99, 2016.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Planejamento e expansão urbana. 1998 (mimeo). *In*: DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; SILVA, José Borzacchiello Da; COSTA, Maria Clélia Lustosa (org.). **De cidade à metrópole**: (trans) formações urbanas em Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC, 2009. p. 143–185.

DAMATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter “anthropological blues”. *In*: NUNES, Edson de Oliveira (org.). **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-35.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice**. São Paulo: Edusp, 1999.

DECISÃO JUDICIAL SUSPENDE [...]. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 28 out. 2016. 2016. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/decisao-judicial-suspende-demolicao-da-vila-estancia-vicentina-1.1642824?page=4>. Acesso em: 24 maio. 2020.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ. **Com diálogo, Defensoria Pública evita demolição de casa na Vila Vicentina**. 2016. Disponível em: <http://www.defensoria.ce.def.br/noticia/com-dialogo-defensoria-publica-evita-demolicao-de-casa-na-vila-vicentina/>. Acesso em: 24 maio. 2020.

DINIZ, Rozeane Porto; PACHECO, Ricardo de Aguiar. O patrimônio inventado sob a tutela do Estado. *In*: OLIVEIRA, Gerciane Maria da Costa; VIEIRA, Kyara Maria de Almeida (org.). **Patrimônio, povos do campo e memórias**: diálogos com a cultura, a arte e a educação. Mossoró: EdUFERSA, 2020. p. 17–31.

DOWBOR, Monika. Escapando das incertezas do jogo eleitoral: a construção de encaixes e domínio de agência do Movimento Municipalista de Saúde. *In*: LAVALLE, Adrian Gurza; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; SZWAKO, José (org.). **Movimentos sociais e institucionalização**: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018. p. 89-118.

DUARTE JÚNIOR, Romeu. **Contribuição à elaboração da instrução de tombamento municipal da Vila Vicentina da Estância**. Fortaleza. 2017.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A pesquisa antropológica com populações urbanas. *In*: CARDOSO, Ruth (org.). **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1986. p. 17–37.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A construção da cidadania. **Novos Estudos CEBRAP**, [S. l.], n. 10, p. 24–30, 1984.



ECKERT, Cornelia. Cultura do medo e as tensões do viver a cidade: narrativa e trajetória de velhos moradores de Porto Alegre. **Iluminuras**, [S. l.], v. 3, n. 6, 2002.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

FACUNDO, Matheus. Prefeitura de Fortaleza suspende revisão do Plano Diretor enquanto durar a pandemia. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 29 jul. 2020. 2020. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2020/07/29/prefeitura-de-fortaleza-suspende-revisao-do-plano-diretor-enquanto-durar-a-pandemia.html>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FAVRET-SAADA, Jeanne. "Ser afetado". **Cadernos de Campo**, [S. l.], v. 13, n. 13, p. 155–161, 2005.

FILMER, Paul. A estrutura do sentimento e das formações sócio-culturais: o sentido de literatura e de experiência para a sociologia da cultura de Raymond Williams. **Estudos de Sociologia**, [S. l.], v. 14, n. 27, p. 371–396, 2009.

FIRMO, Érico. Prefeitura define projeto que mantém Praça Portugal, na Aldeota. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 2015. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/11/05/noticiasjornalcotidiano,3529147/prefeitura-define-projeto-que-mantem-praca-portugal-na-aldeota.shtml>. Acesso em: 12 ago. 2020.

FLMD. **Frente de Luta por Moradia Digna**, 2020. Disponível em: @frentedeluta\_. Acesso em: 30 jul. 2020.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2005.

FORTALEZA. Lei nº 9.347, de 11 de março de 2008. Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico-cultural e natural do município de Fortaleza, por meio do tombamento ou registro, cria o Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural (COMPHIC), 2008. Disponível em: <https://legislacao.pgm.fortaleza.ce.gov.br/index.php/LEI-9347-2008>. Acesso em: 11 ago. 2020.

FORTALEZA. Lei complementar nº 062, de 02 de fevereiro de 2009. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Fortaleza, ano LVI, n. 14.020, 13 mar. 2009., 2009. Disponível em: [https://legislacao.pgm.fortaleza.ce.gov.br/index.php/Plano\\_Diretor](https://legislacao.pgm.fortaleza.ce.gov.br/index.php/Plano_Diretor). Acesso em: 16 ago. 2020.

FORTALEZA. Decreto nº 13.241, de 21 de outubro de 2013. Institui o Comitê Técnico Inter- setorial e Comunitário das Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS.

**Diário Oficial do Município de Fortaleza**, 2013.

FORTALEZA. Decreto nº 13.827, de 14 de junho de 2016. Dispõe sobre a instituição da Comissão de Proposição e Acompanhamento da Regulamentação e Implantação das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS. **Diário Oficial do Município de Fortaleza**, Fortaleza, 2016.

FORTALEZA. Decreto nº 13.954, de 11 de janeiro de 2017. Dispõe sobre prorrogação do prazo de vigência da Comissão de Proposição e Acompanhamento da Regulamentação e Implantação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). **Diário Oficial do Município de Fortaleza**, 2017.

FORTALEZA DO POVO. **Em respeito à construção coletiva dos assuntos das ZEIS**, 2018. Disponível em: <http://www.facebook.com/fortalezadopovo>. Acesso em: 7 out. 2020.

FORTALEZA DO POVO. **Plenária de recepção e nivelamento do Campo Popular do Plano Diretor**. 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/fortalezadopovo/posts/3360574827293104>. Acesso em: 7 out. 2020.

FORTALEZA tem déficit habitacional [...]. Fortaleza, 07 set. 2019. **G1 Ceará**, Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/09/07/fortaleza-tem-deficit-habitacional-de-130-mil-moradias-aponta-defensoria-publica.ghtml>. Acesso em: 21 set. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

FREITAS, Clarissa F. Sampaio. Insurgent planning? **City**, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 285–305, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13604813.2019.1648030>. Acesso em: 23 ago. 2020.

FREITAS, Clarissa F. Sampaio; PEQUENO, Renato. Desafios para implementação de Zonas Especiais de Interesse Social em Fortaleza. **Cadernos MetrÓpole**, [S. l.], v. 14, n. 28, p. 485–505, 2012.

FREITAS, Clarissa F. Sampaio. Fighting for planning for the first time in Fortaleza, Brazil. **Summer**, [S. l.], n. 204, 2015.

FREITAS, Clarissa F. Sampaio; PEQUENO, Luis Renato Bezerra. Produção Habitacional na Região Metropolitana de Fortaleza na década de 2000: avanços e retrocessos. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 45, 2015.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

GHIONE, Roberto. Patrimônio além da arquitetura: o edifício Caiçara, os movimentos sociais e o direito à cidade. **Vitruvius**, [S. l.], n. 195.04, 2016. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/17.195/6256>.

GIARD, Luce. Momentos e lugares. *In*: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre (org.). **A invenção do cotidiano**: morar, cozinhar. 6. ed ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos movimentos sociais na contemporaneidade. *In*: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno (org.). **Movimentos sociais na era global**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 19–36.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil**: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2017.

GOLDMAN, Márcio. Antropologia contemporânea, sociedades complexas e outras questões. **Anuário Antropológico**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 113–153, 1994.

GONDIM, Linda Maria de Pontes; ROCHA, Aline Maria Matos. Repertórios de confronto em movimentos sociais urbanos: os casos da “Resistência Vila Vicentina” e do “Quem dera ser um peixe”, em Fortaleza-CE. **Revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 50, n. 1\_Mar/Jun, p. 365–407, 2019.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. A construção social da memória na moderna Fortaleza. *In*: AGUIAR, Odilo Alves; BATISTA, José Elcio; PINHEIRO, Joceny (org.). **Olhares contemporâneos**: cenas do mundo em discussão na Universidade. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2001. p. 174–189.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. **O Dragão do Mar e a Fortaleza pós-moderna**: cultura, patrimônio e imagem da cidade. São Paulo: Annablume, 2007.

GONDIM, Linda Maria de Pontes; GOMES, Marília Passos Apoliano. O direito à cidade em disputa: o caso da Zeis do Lagamar (Fortaleza-CE). **Cadernos Metrópole**, [S. l.], v. 14, n. 28, p. 507–527, 2012. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/14820>. Acesso em: 8 ago. 2020.

GONDIM, Linda Maria Pontes. Lições da Escola de Sociologia de Chicago para a pesquisa urbana contemporânea no Brasil. *In*: MARTINS, Bianca Camargo (org.). **Arquitetura e Urbanismo**: Competência e Sintonia com os Novos Paradigmas do Mercado 3. Ponta Grossa: Atena, 2019. p. 1–12.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. O Acquario e os peixes: grandes projetos de requalificação urbana e movimentos sociais. **Acta Científica do XXIX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**, 2013a. Disponível em: [http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT20/GT20\\_dePntesGodim.pdf](http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT20/GT20_dePntesGodim.pdf). Acesso

em: 20 maio. 2017.

GREVE dos caminhoneiros no Brasil [...]. **El País**, São Paulo, 1 jun. 2018.

Disponível em:

[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/29/politica/1527606448\\_686766.html%3E](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/29/politica/1527606448_686766.html%3E).

Acesso em: 1 ago. 2018.

GUATTARI, Félix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. 1985.

HABERMAS, Jurgen. New social movements. **Telos**, New York, n. 49, 1981.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARVEY, David. The right to the city. **New Left Review**, [S. l.], n. 53, p.23-40, set.-out. 2008. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/babel/textos/harvey-rightcity.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

HELD, David. **Models of democracy**. 3. ed. Cambridge: Polity Press, 2006.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cadernos MetrÓpole**, [S. l.], v. 21, n. 46, p. 951–974, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4612>. Acesso em: 31 ago. 2020.

HOLLY, Mary Louise; ALTRICHTER, Herbert. Diários de pesquisa. In: SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy (org.). **Teoria e métodos de pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 79–89.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. 2 ed. São Paulo: 34, 2009.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE FORTALEZA. Relatório das ZEIS: Comitê Técnico Intersetorial e Comunitário das ZEIS. Fortaleza. p. 1–220, 2015. Disponível em:

[https://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/site/assets/files/publications/fortaleza2040\\_relatorio-das-zeis\\_14-10-2016.pdf](https://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/site/assets/files/publications/fortaleza2040_relatorio-das-zeis_14-10-2016.pdf).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**, 2010a. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 9 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Localidades**, 2010b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/27385-localidades.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 29 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2020**: idosos indicam caminhos para uma melhor idade, 2019. Disponível em: <https://censo2020.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/24036-idosos-indicam-caminhos-para-uma-melhor-idade.html>. Acesso em: 5 ago. 2020.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Chistian. **Modernização, mudança cultural e democracia**: a sequência do desenvolvimento humano. São Paulo: Francis, 2009.

INGOLD, Tim. **Estar vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Vozes, 2015.

ITIKAWA, Luciana. **Mulheres na periferia do urbanismo**: informalidade subordinada, autonomia desarticulada e resistência em Mumbai, São Paulo e Durban. Buenos Aires: CLACSO, 2015.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Zahar, 2000.

KELSEN, Hans. **A democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KOWARICK, Lúcio. Os caminhos do encontro: as lutas sociais em São Paulo na década de 70. São Paulo. **Presença**, n. 2, p. 65–78, 1984.

KOWARICK, Lúcio. Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 38–50, 1987.

LATOURETTE, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: EDUFBA-Edusc, 2012.

LAVALLE, Adrian Gurza; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. **Movimentos sociais e institucionalização**: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018a.

LAVALLE, Adrian Gurza; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência. *In*: LAVALLE, Adrian Gurza; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; SZWAKO, José (org.). **Movimentos sociais e institucionalização**: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018b.

LÉFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Rogerio Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Mangueira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 17, n. 49, p. 115–134, 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092002000200008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000200008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 13 ago. 2020.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: UNICAMP, 2004.

LINS DE BARROS, Myriam Moraes. Trajetória dos estudos de velhice no Brasil. **Sociologia, Problemas e Práticas**, [S. l.], v. 52, p. 109–132, 2006.

MACEDO, Otilie Pinheiro. **Plano diretor e gestão urbana**. Florianópolis: Capes UAB, 2010.

- MACHADO, Eduardo Gomes. **Planejamento urbano, democracia e participação popular**: o caso da revisão do Plano Diretor de Fortaleza (2003-2008). 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 17, n. 49, p. 11–29, 2002.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 17, n. 48, p. 151–166, 2003.
- MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MAYOL, Pierre. O bairro. *In*: DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre (org.). **A invenção do cotidiano**: morar, cozinhar. 6. ed. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, [S. l.], n. 76, p. 11–48, 2009.
- MEJÍA, Rafael Estrada. Etnografia, cartografia e devir: potencialidades da escritura nas pesquisas antropológicas contemporâneas. *In*: KOFES, Suely; MANICA, D. (org.). **Vida & grafias**: narrativas antropológicas, entre biografia e etnografia. Rio de Janeiro: Lamparina & Faperj, 2015.
- MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MELUCCI, Alberto. **Por uma sociologia reflexiva**: pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes, 2005.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. *In*: SUTTI, Weber (org.). **Anais do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural**: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. Brasília: IPHAN, 2012. p. 25-39.
- MENEZES, Adriano Sarquis Bezerra de; MEDEIROS, Cleyber Nascimento de (Orgs). **Perfil socioeconômico de Fortaleza**. 2. ed. Fortaleza: IPECE, 2012.
- MILLS, C. Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- MONNET, Jérôme. O álibi do patrimônio: crise da cidade, gestão urbana e nostalgia do passado. *In*: IPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24. Brasília: IPHAN, 1996.

NASCIMENTO, Thatiany. Bens tombados provisoriamente aguardam há mais de 10 anos proteção definitiva em Fortaleza. **GI CE**, Fortaleza, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/05/05/bens-tombados-provisoriamente-aguardam-ha-mais-de-10-anos-protECAo-definitiva-em-fortaleza.ghtml>. Acesso em: 11 ago. 2020.

NOGUEIRA, André. Vila Operária histórica é destruída ilegalmente em São Paulo. **Aventuras na História**, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/historia-hoje/vila-operaria-historica-em-sao-paulo-e-destruida-ilegalmente-por-imobiliaria.phtml>. Acesso em: 12 ago. 2020.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: Edusp, 2011.

PACHECO, Fábio Pinheiro. **Afetividade e implicações psicossociais vividas por moradores de uma comunidade ameaçada de desapropriação em Fortaleza**. 229f. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

PARK, Robert Erza. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. *In*: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 29-72.

PAUGAM, Serge (coord.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2015.

PAULINO, Nicolas. 41% da população vivem em moradia precária. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 2017. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/41-da-populacao-vivem-em-moradia-precaria-1.1863289>. Acesso em: 9 maio. 2020.

PENTEADO, Cláudio Luis de Camargo; OLIVEIRA, Marília Jahnel De. Autodenominação “Coletivo”: o que essa escolha pode nos informar. **Anais [...]**. Florianópolis, 2019. Disponível em: [http://www.sbs2019.sbsociologia.com.br/atividade/view?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czozNToiYToxOntzOjE5OiJJRF9BVEIWSURBREUiO3M6MjoiMjliO3oiO3M6MToi aCI7czozMjoiMmZINWJkMTE2M2M3N2NIODBiZDYyMDMwYzk0YTgzYTkiO30%3D&ID\\_ATIVIDADE=22](http://www.sbs2019.sbsociologia.com.br/atividade/view?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czozNToiYToxOntzOjE5OiJJRF9BVEIWSURBREUiO3M6MjoiMjliO3oiO3M6MToi aCI7czozMjoiMmZINWJkMTE2M2M3N2NIODBiZDYyMDMwYzk0YTgzYTkiO30%3D&ID_ATIVIDADE=22). Acesso em: 20 jul. 2020.

PEQUENO, Luis Renato Bezerra. Condições de moradia e desigualdades socioespaciais: o caso de Fortaleza. *In*: PEQUENO, Luís Renato Bezerra; Costa (org.). **Fortaleza**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2015. p. 238–282.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESQUISADORES apresentam relatório [...]. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 22 maio, 2017. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2017/05/pesquisadores-apresentam->

relatorio-tecnico-para-tombamento-definitivo.html. Acesso em: 5 ago. 2020.

PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos sociais 2011: estamos frente a uma nova forma de fazer política. *In*: GOHN, M. G.; BRINGEL, B. (org.). **Movimentos sociais na era global**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 129-145.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, [S. l.], v. 5, n. 10, p. 200–212, 1992.

PREÇO DO M<sup>2</sup> EM FORTALEZA [...]. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 10 nov. 2016. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/preco-do-m-em-fortaleza-e-o-maior-em-12-meses-1.1649033>. Acesso em: 9 set. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Plano Integrado de Regularização Fundiária - PIRF**: Diagnóstico socioeconômico, histórico-cultural, urbanístico e fundiário preliminar. Fortaleza: Prefeitura de Fortaleza, 2020.

RENDA dos 10 bairros [...]. **Tribuna do Ceará**, Fortaleza, 2012. Disponível em: <https://tribunadoceara.com.br/noticias/fortaleza/renda-dos-10-bairros-mais-ricos-de-fortaleza-e-igual-a-dos-44-bairros-mais-pobres/>. Acesso em: 1 ago. 2020.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornélia. **O tempo e a cidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

ROCHA, Aline Maria Matos. Quando o patrimônio se movimenta: memória e identidade como estruturantes da ação coletiva. *In*: OLIVEIRA, Gerciane Maria da Costa; VIEIRA, Kyara Maria de Almeida (org.). **Patrimônio, povos do campo e memórias**: diálogos com a cultura, a arte e a educação. Mossoró: EdUFERSA, 2020. p. 33–45.

ROCHA, Aline Maria Matos. Teoria crítica e movimentos sociais: convergências, contrapontos e a centralidade da cultura como vetor explicativo. **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, v. 1, n. 8, p. 102–120, 2016. Disponível em: <http://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciassociais/article/view/954/9%0A29>. Acesso em: 5 set. 2020.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Fapesp, 2010.

RUFINO, Maria Beatriz Cruz. **Incorporação da metrópole**: centralização do capital no imobiliário e nova produção do espaço em Fortaleza. 2012. 334 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Prefácio. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 29-38.



SANTOS, Boaventura de Sousa. **Na oficina do sociólogo artesão**: aulas 2011-2016. São Paulo: Cortez, 2018.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SANTOS, Elizete de Oliveira. Propriedade privada da terra e expansão urbana: o caso da concentração fundiária na implantação de loteamentos em Fortaleza (1930-2000). **Ateliê Geográfico**, [S. l.], v. 6, n. 4, p. 61–87, 2012.

SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos; MONTANDON, Daniel Todtmann. **Os planos diretores pós-estatuto da cidade**: balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011. Disponível em: [www.letracapital.com.br](http://www.letracapital.com.br). Acesso em: 16 ago. 2020.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 109–130, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922006000100007>. Acesso em: 7 ago. 2020.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505–517, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n54/07.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2020.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

SCHOSTAK, John; BARBOUR, Rosaline S. Entrevista e grupos-alvo. *In*: SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy (org.). **Teoria e métodos de pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 99–107.

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], n. 5, p. 217–243, 2011.

SECCHI, Bernardo. **A cidade do século XX**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

SENA, Lena; TEIXEIRA, André. Grupo pede tombamento da Vila Vicentina, em Fortaleza. **G1 CE**, Fortaleza, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/10/grupo-pede-tombamento-da-vila-vicentina-em-fortaleza.html>. Acesso em: 4 ago. 2020.

SENNETT, Richard. **O artífice**. 2. ed. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVA, José Borzacchiello da. **Os incomodados não se retiram**. Fortaleza: Multigraf, 1992.

SILVA, José Borzacchiello da. Formação socioterritorial urbana. *In*: DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; SILVA, José Borzacchiello; COSTA, Maria Clélia

Lustosa (org.). **De cidade à metrópole**: (trans)formações urbanas em Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC, 2009. p. 87–141.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. *In*: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 13-28.

SKOCPOL, Theda. **Protecting soldiers and mothers**: the political origins of social policy in the United States. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO. Conselho Geral Internacional da Sociedade São Vicente de Paulo. **Manual da Conferência Conselho Geral Internacional Sociedade de São Vicente de Paulo**. Paris. Disponível em: [https://vincentians.ssvpglobal.org/wp-content/uploads/sites/2/2019/04/breve-guia-portugues-febrero-2019\\_final\\_impresora-1.pdf](https://vincentians.ssvpglobal.org/wp-content/uploads/sites/2/2019/04/breve-guia-portugues-febrero-2019_final_impresora-1.pdf). Acesso em: 9 maio. 2020.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópolis**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Maria Salete de. Análise da estrutura urbana. 1978 (mimeo). *In*: DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; SILVA, José Borzacchiolo Da; COSTA, Maria Clélia Lustosa (org.). **De cidade à metrópole**: (trans) formações urbanas em Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC, 2009. p. 13–86.

SUZINA, Ana Cristina; PLEYERS, Geoffrey. Media practices and the challenge of political asymmetries. **OBS\***, Lisboa, v. 10, n. Especial, p. 01-10, jun. 2016.

TANURI, Leonor. Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 61–88, 2000.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. *In*: DAGNINO, Evelina. (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 27-44.

TILLY, Charles. **From mobilization to revolution**. New York: Random House, 1978.

TOURAINÉ, Alain. Os novos conflitos sociais para evitar mal-entendidos. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, [S. l.], n. 17, p. 5-18, 1989.

TOURAINÉ, Alain. **¿Podremos vivir juntos? Iguales y diferentes**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1997.

TURNER, Victor. **Dramas, campos e metáforas**. Niterói: EdUFF, 2008.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Ponto Urbe**. Rev. do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, n. 11. 2012.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VALLADARES, Licia do Prado; FIGUEIREDO, Ademir. **Habitação no Brasil**: uma introdução à literatura recente. [S.l.] : Boletim informativo e bibliografia das Ciências Sociais. n. 11, 1981.

VATICANO. **O Leigo católico testemunha da fé na Escola**, 1982. Disponível em: [http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc\\_con\\_ccatheduc\\_doc\\_19821015\\_lay-catholics\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_19821015_lay-catholics_po.html). Acesso em: 29 ago. 2020.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (orgs.). **Pesquisas urbanas**: desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VENTURA, Tereza. Luta social por reconhecimento: dilemas e impasses na articulação pública do desrespeito. **Revista de Sociologia e Política**, [S. l.], v. 19, n. 40, p. 159–172, 2011.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

WACQUANT, Loïc. **Corpo e alma**: notas etnográficas de um aprendiz de boxe. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WEBER, Max. Conceito e categorias da cidade. *In*: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 73-96.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

WILLIAMS, Richard. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WIRTH, Louis. O modo de vida urbano. *In*: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 97-122.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

### QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS DE PARTICIPANTES DA PESQUISA SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NA VILA VICENTINA DA ESTÂNCIA

Olá! A coleta dessas informações refere-se à pesquisa de tese que estou realizando no Departamento de Sociologia, da Universidade Federal do Ceará. Sou integrante do Laboratório de Estudos da Cidade e realizo minha pesquisa na linha “Cidade, movimentos sociais e práticas culturais”, sob orientação da professora Dra. Linda Maria de Pontes Gondim.

Suas informações serão mantidas **sob sigilo e total anonimato**. Sua participação na pesquisa não acarretará nenhum custo e a qualquer momento você pode desistir de participar.

Meu número de telefone/WhatsApp é 085.988XXXXX – e-mail: alinemmatos@gmail.com  
Estou à disposição para qualquer dúvida que deseje esclarecer.

#### **Aline Maria Matos Rocha**

Socióloga, mestre em Sociologia e doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará – UFC; Professora no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Fortaleza – UNIFOR.

1) Nome completo:

---

2) Faixa etária:

( ) 18 a 25 anos      ( ) 25 a 45 anos      ( ) 45 a 65 anos      ( ) acima de 65 anos

3) Sexo:

( ) F              ( ) M

4) Em que cidade você nasceu?

---

5) Em que ano você mudou-se para Fortaleza? [Responder apenas se não tiver nascido em Fortaleza]

---

6) Há quanto tempo você mora na Vila Vicentina?

---

7) Como conseguiu sua casa na Vila Vicentina?

---

8) O endereço da sua casa é?

---

9) Sua renda familiar é:

( ) até 1 salário mínimo  
( ) de 1 a 3 salários mínimos  
( ) de 3 a 5 salários mínimos  
( ) mais de 5 salários mínimos

Obrigada por participar! Sua contribuição é muito importante!

## APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Entrevistado(a): \_\_\_\_\_  
 Local: \_\_\_\_\_  
 Data: \_\_\_\_\_ Dia da semana: \_\_\_\_\_  
 Hora de início: \_\_\_\_\_ Hora de término: \_\_\_\_\_

1. Conte como e quando você chegou na Vila.
2. Como era a Vila quando você chegou? E o que mudou daquela época pra agora?
3. Me fale sobre a administração da Vila: como era e como é atualmente.
4. O que você acha da venda da Vila?
5. O que você acha do movimento Resistência Vila Vicentina?
6. Quem contribui para o movimento? Quais as formas de contribuição?
7. O que você acha do tombamento da Vila?
8. O que acha da Zeis?

Data de entrada na Vila: _____ Quantas pessoas moram com você: _____ <ul style="list-style-type: none"> <li>• Nome/parentesco/idade: _____</li> <li>• Nome/parentesco/idade: _____</li> <li>• Nome/parentesco/idade: _____</li> <li>• Nome/parentesco/idade: _____</li> </ul>
---

Qual a data do seu nascimento? _____ Em que o(a) Sr.(a) trabalha? _____ Se for aposentado(a), trabalhava em quê? _____ Qual a sua escolaridade? _____ Renda: _____
--

9. Tem alguma coisa a mais que você gostaria de falar? Com quais pessoas você acha que eu deveria conversar?

## APÊNDICE C – CLASSIFICAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

<b>EIXO</b>	<b>ASPECTOS RELACIONADOS</b>
<b>MORADIA E CONVIVÊNCIA</b>	Obtenção da casa
	Convivência e espaço
	Urbanização
<b>GESTÃO SOCIOESPACIAL</b>	Caridade e filantropia
	Código de conduta dos vicentinos - “Regra deles”
	Controle do território físico e condutas comportamentais
	A “venda” e o conflito entre vicentinos, residentes e Associação
<b>MOVIMENTO</b>	Cisão com as negociações para desocupação das casas
	Ação de reintegração de posse - demolições
	RVV
	Papéis do RVV
<b>TOMBAMENTO</b>	Forma de proteção para permanência no local
	Desconhecimento do tombamento
<b>ZEIS</b>	Garantia real de permanência
	Marco para o local
	Desconhecimento dos direitos
<b>OUTROS</b>	Vínculo com o lugar
	Participação no movimento RVV e conhecimento de outras “realidades”

Fonte: Elaborado pela autora. Janeiro/2020

## APÊNDICE D – LINHA DO TEMPO DA VILA VICENTINA DA ESTÂNCIA E DO RVV

<b>Eventos significativos na história da Vila Vicentina da Estância e do movimento Resistência Vila Vicentina</b>
1938: Dionísio Torres doa o terreno à Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP).
1944-1945: primeira averbação registra a abertura de novas vias limítrofes ao terreno, podendo, nesse momento, já existirem as primeiras unidades habitacionais, não se podendo precisar quantas.
1945: inicia o período de gestão do primeiro administrador da Vila, José Vicente Ferreira.
1945-1960: lapso de tempo entre a 1ª e a 2ª averbação. Durante esse período outras habitações têm sua construção iniciada e finalizada, antes de serem formalmente registradas.
1960: segunda averbação com o registro da construção de 34 casas, sendo 10 unidades dispostas na avenida Antônio Sales; 10 unidades na então rua João Brígido (atual D. Expedito Lopes); 6 unidades na rua Tibúrcio Cavalcante e 8 unidades na então rua Lídia Valente (atual Nunes Valente), as quais possuíam o formato relatado pelos residentes mais antigos, que informam que as habitações eram dispostas aos pares geminados e com intervalos entre si.
1970-1990: outras unidades habitacionais vão sendo construídas nos interstícios existentes entre os pares geminados. Foi nesse intervalo de tempo que foram extintas as unidades de prestação de serviços existentes no local, tais como: consultório de atendimento médico e odontológico, ambulatório, escola e salão de reuniões. Esses espaços e gradativas construções originaram novas residências, dando à Vila o formato que adquire hoje, 45 casas e uma capela.
1990-2010: a Vila continua a receber moradores. Casas cujos ocupantes faleceram e não deixaram parentes, eram ocupadas por novas famílias, conforme controle da SSVP. Boatos sobre a venda do local são recorrentes.
2016: moradores do local são informados que a Vila foi vendida. Inicia-se o processo de negociação para desocupação dos imóveis, e parte das famílias residentes resistem às negociações. Moradores contrários à negociação e venda do terreno da vila começam a organizar-se informalmente, a fim de obter informações sobre a venda. Dez famílias aceitaram a proposta, e ocupantes temporários, designados pelo comprador, passam a morar no local até que as negociações com os demais sejam concluídas.
09/2016: moradores contrários à venda procuram o Escritório de Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar (EFTA) e são informados de que a Vila Vicentina está inserida numa área mapeada como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) conforme o Plano Diretor de 2009.
26/10/2016: criação da página Resistência Vila Vicentina no Facebook.
10/2016: conflitos entre os ocupantes temporários e moradores não-negociantes culminam num pedido de reintegração de posse.

28/10/2016: ação de reintegração de posse resulta na demolição total de três casas negociadas e danos parciais em outras cinco.
11/2016: moradores contrários à negociação da Vila e sua saída do local organizam-se no movimento Resistência Vila Vicentina (RVV).
01/11/2016: três pedidos de tombamento são enviados à Secretaria de Cultura de Fortaleza, motivados pela preservação do local e resguardo de sua integridade física e dos moradores.
9/11/2016: Secultfor acata pedido de tombamento provisório.
06/12/2016: audiência pública sobre demolições na Vila, realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.
01/2017: inclusão da Zeis Dionísio Torres como uma das Zeis prioritárias, passando a integrar comissão de regulamentação.
03/2017: início dos estudos complementares, conduzidos por estudantes de arquitetura e urbanismo da UFC e orientados pelo Prof. Dr. Romeu Duarte Jr, um dos autores do pedido de tombamento.
04/2017: o movimento RVV é premiado com o 2º lugar como práticas exitosas de movimentos sociais pela Defensoria Pública estadual.
05/2017: entrega do relatório com os estudos complementares para o tombamento definitivo na Secultfor.
03/06/2017: 1ª Assembleia Popular pelo Direito à Cidade, sediada na VVE.
06/10/2017: a VVE sedia a abertura do 68º Salão de abril "sequestrado".
28/10/2017: aniversário de 1 ano do RVV, com missa em Ação de Graças.
23/02/2018: ato em defesa das Zeis no paço municipal, com entrega do relatório definitivo da comissão de regulamentação.
22/05/2018: publicação do decreto para regulamentação dos Conselhos Gestores das ZEIS.
20/06/2018: mobilização comunitária para participação na assembleia que definirá os membros da comissão eleitoral.
21/06/2018: Assembleia para escolha dos membros da comissão eleitoral da ZEIS Dionísio Torres, na capela da VVE.
27/08/2018: mobilização comunitária na VVE para votação nas eleições para os representantes do Conselho Gestor.
30/08/2018: eleições para o Conselho Gestor da ZEIS Dionísio Torres.
27/10/2018: aniversário de 2 anos do RVV.
29/10/2018: reunião com equipe técnica do IFCE, então responsáveis pela elaboração do PIRF da ZEIS Dionísio Torres.



10/2018: formação dos conselheiros eleitos, titulares e suplentes.
13/11/2018: Posse dos conselheiros eleitos das dez Zeis prioritárias.
27/02/2019: 1ª reunião do Conselho Gestor da Zeis Dionísio Torres.
05/2019: IFCE não é mais a equipe responsável pelo PIRF.
22/05/2019: reunião na Vila sobre a saída do IFCE do PIRF com representante do EFTA.
25/06/2019: reunião extraordinária com IPLANFOR sobre elaboração do PIRF.
16/07/2019: 2ª Reunião do Conselho Gestor da Zeis Dionísio Torres - informe de que equipe do IPLANFOR será responsável pela elaboração do PIRF.
17/09/2019: 3ª Reunião do Conselho Gestor da Zeis Dionísio Torres. Apresentação da equipe técnica do IPLANFOR, que conduzirá o PIRF.
16/10/2019: suspensão da ação de reintegração de posse das casas da Vila em audiência no Tribunal de Justiça do Ceará.
21/10/2019: aniversário de 3 anos do RVV.
11/11/2019: 4ª Reunião do Conselho Gestor da Zeis Dionísio Torres, com apresentação do plano de trabalho e cronograma do PIRF.
*14/01/2020: 5ª Reunião do Conselho Gestor da Zeis Dionísio Torres, com agendamento do início dos trabalhos de campo para o diagnóstico do PIRF.

\*Até a finalização da pesquisa de campo.

Fonte: Pesquisa direta. Out/2016 a Jan/2020.

## APÊNDICE E – FASES DO MOVIMENTO RESISTÊNCIA VILA VICENTINA

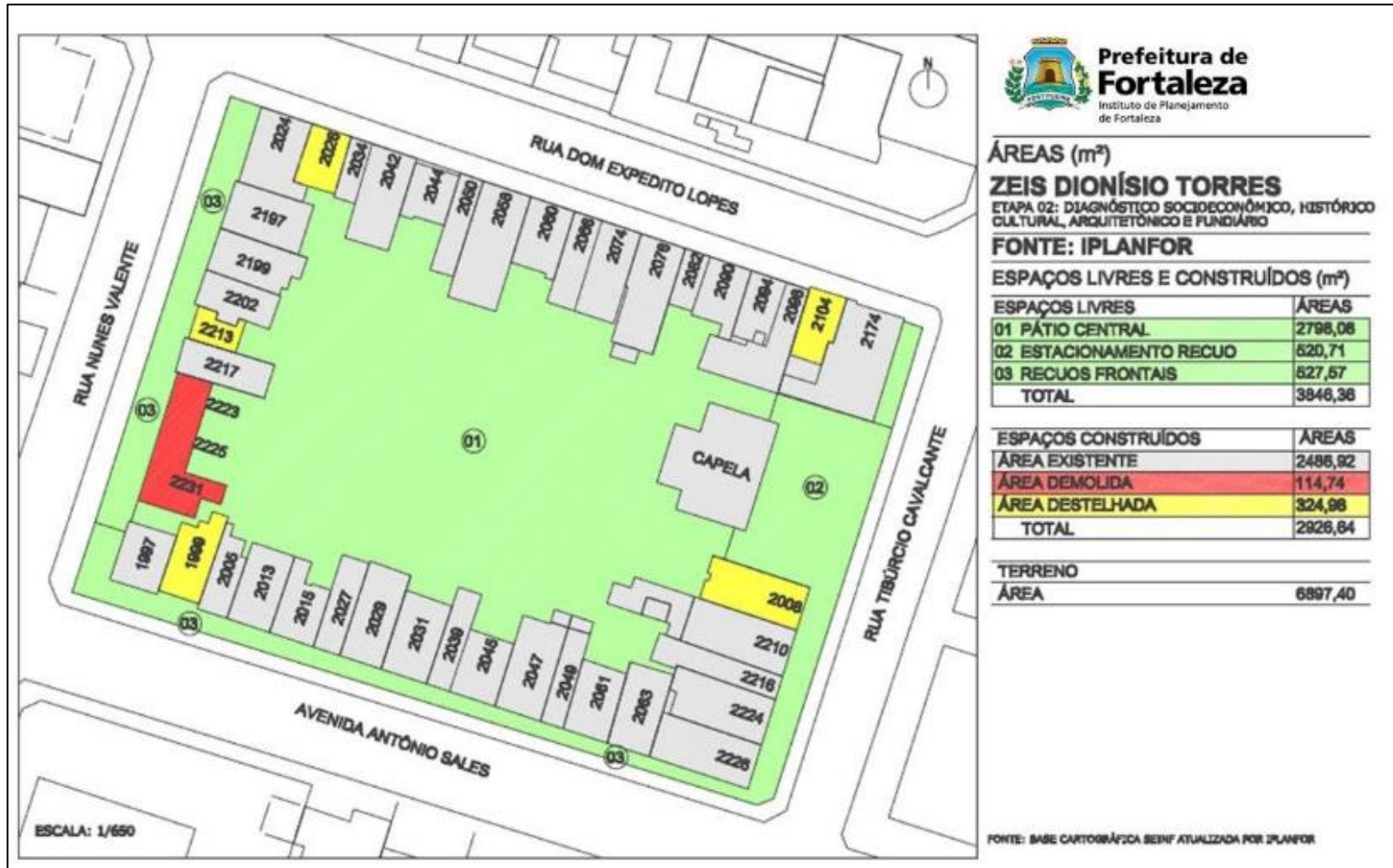
Fase	Período	Evento/situação
Fase 1 – Processo de organização e formação do movimento e suas redes de apoio	26/10/2016	Criação da página Resistência Vila Vicentina no <i>Facebook</i> .
	28/10/2016	Ação de reintegração de posse. Demolições
	29/10/2016	Pedidos de tombamento
	4/11/2016	Participação no programa de rádio “Debates do O Povo”, promovido pela rádio O Povo CBN.
	9/11/2016	Secultfor acata pedido de tombamento provisório
	11/2016- 05/2017	Realização de atividades artísticas, culturais e educativas na Vila, promovidas por apoiadores
	06/12/2016	Audiência pública sobre demolições na Vila, realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
	01/2017	Inclusão da Zeis Dionísio Torres como uma das Zeis prioritárias, passando a integrar comissão de regulamentação
	03-04/2017	Realização dos estudos para o tombamento
	04/2017	Premiação em 2º lugar como práticas exitosas de movimentos sociais pela Defensoria Pública Estadual
23/05/2017	Entrega do relatório com o estudo complementar para o tombamento definitivo na Secultfor	
Fase 2 – Consolidação das redes de apoio e integração a outros movimentos	03/06/2017	1ª Assembleia Popular pelo Direito à Cidade, na VVE
	29/07/2017	2ª Assembleia Popular pelo Direito à Cidade, no Mucuripe
	26/08/2017	3ª Assembleia Popular pelo Direito à Cidade, no Bom Jardim
	30/09/2017	4ª Assembleia Popular pelo Direito à Cidade, Pici
	06/10/2017	Sedia o 68º salão de abril sequestrado, com abertura do evento realizada na capela
	28/10/2017	5ª Assembleia Popular pelo Direito à Cidade, realizada na ocupação Gregório Bezerra, no Conjunto Ceará. Aniversário de 1 ano da RVV, com missa em Ação de Graças na capela da VVE
	01/12/2017	Audiência pública sobre remoções em Fortaleza, na câmara municipal
Fase 3 – Início do Processo de regulamentação da ZEIS Dionísio Torres	23/02/2018	Ato em defesa das Zeis no Paço Municipal
	11/03/2018	Visita do Iplanfor para início do processo de regulamentação
	22/05/2018	Publicação do decreto para regulamentação das eleições e constituição do Conselho Gestor das Zeis prioritárias
	20/06/2018	Mobilização comunitária para participação na assembleia que definirá os membros da comissão eleitoral
	21/06/2018	Assembleia para escolha dos membros da comissão eleitoral

	27/08/2018	Mobilização comunitária para participação nas eleições para escolha dos representantes locais para o Conselho Gestor
	30/08/2018	Eleições para o Conselho Gestor
	27/10/2018	Aniversário de 2 anos da RVV
	29/10/2018	Reunião com equipe técnica do IFCE, então responsáveis pela elaboração do PIRF
	Out/2018	Formação dos conselheiros eleitos, titulares e suplentes
	13/11/2018	Posse dos conselheiros eleitos das dez Zeis prioritárias
Fase 4 – Implementação do Conselho Gestor e institucionaliza- ção do movimento	27/02/2019	1ª reunião do Conselho Gestor da Zeis Dionísio Torres
	Mai/2019	Saída do IFCE como equipe responsável pelo PIRF
	25/06/2019	Reunião extraordinária com Iplanfor sobre elaboração do PIRF da ZDT
	16/07/2019	2ª Reunião do Conselho Gestor da Zeis Dionísio Torres
	17/09/2019	3ª Reunião do Conselho Gestor da Zeis Dionísio Torres. Apresentação da equipe técnica do Iplanfor, então responsável pela elaboração do PIRF
	16/10/2019	Suspensão da ação de reintegração de posse das casas da VVE em audiência no Tribunal de Justiça do Ceará
	11/11/2019	4ª Reunião do Conselho Gestor da Zeis Dionísio Torres, com apresentação do plano de trabalho e cronograma do PIRF
	14/01/2020	5ª Reunião do Conselho Gestor da Zeis Dionísio Torres*

\*Até a finalização da pesquisa de campo.

Fonte: Pesquisa direta. Out/2016 a Jan/2020.

## ANEXO A – ÁREAS LIVRES E CONSTRUÍDAS DA VVE (ZDT)




Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza (2020, p. 88).



## ANEXO B – CERTIDÃO DO REGISTRO DE DOAÇÃO DO TERRENO DA VVE

**1º Ofício de Registro de Imóveis**  
 Avenida Antonio Sales nº2187 – 10º andar - Fortaleza – Ceara CEP: 60135-203  
 Telefone: (085) 3261.7101  
**OFICIAL REGISTRADOR**  
*José Anderson Cisne*  
**SUBSTITUTOS**  
*Ingrid Clementino Rodrigues Fatori, Ironildes Bonfim Fernandes,  
 Ivina Gê Trigueiro, João Evangelista Araújo Neto, Mary Anne Lima Linhares, Soraia Melo Torres Pinheiro.*

**CERTIDÃO**



JOSÉ ANDERSON CISNE, Oficial Privativo do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Fortaleza, Estado do Ceará, por nomeação legal:

CERTIFICA a requerimento verbal da parte interessada que mandando dar busca nos livros de seu cartório, encontrou no de Transcrição das Transmissões 3-L, às fls. 180, sob o número de ordem 21.574 de 13 de dezembro de 1938, o Registro de uma Escritura Pública de doação pura e simples de 28 de outubro de 1938, em notas do Tabelião interino, Walmir Pontes, mediante a qual **SOCIEDADE BENEFICIENTE SÃO VICENTE DE PAULO**, com sede nesta capital, neste ato representada por seu Presidente Dr. Raimundo de Alencar Araripe, (donatária), adquiriu de Dionísio de Oliveira Torres e sua mulher Geórgia Mota Torres, proprietários, domiciliados nesta capital, (doadores), sem quaisquer condições, pelo valor de 5:000\$000, o seguinte imóvel: Um terreno situado nesta cidade, à margem da Estrada da Aldeota, medindo 80,00m de frente por 110 ditos de fundos, assim extremado: Ao norte, com a mencionada Estrada da Aldeota; e, ao sul, com a Estrada Dionísio Torres, terreno esse adquirido na transcrição nº 453. **CERTIFICA** mais que na coluna de averbações consta o teor seguinte: **AV.01** - Mediante escritura pública de 1o de dezembro de 1944, em notas do Tabelião, verificaram as parte, de abertura de novas ruas na zona em que se acha localizado o terreno doado, passou este a ter as seguintes extremas e confrontações: Ao norte, com uma rua ainda sem denominação, por onde mede 100,00m; ao leste, com o Cel. Tibúrcio Cavalcante, por onde mede 70,80m; ao sul, com a Rua Estância, por onde mede 100,00m; e, a oeste, com a Rua Lídia Valente, por onde mede 77,80m, do que faço a presente averbação. Em, 15 de janeiro de 1945. **AV.02** - Mediante requerimento datado de 10 de agosto do corrente ano e da certidão anexa, fornecida pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, todos apresentados e arquivados neste cartório, o adquirente fez construir no terreno retro, as seguintes construções: pela Rua João Brígido a de nº 1828, 1832, 1836, 1840, 1846, 1850, 1854, 1864, 1870 e 1876; pela Rua Antônio Sales as de nºs 1769, 1771, 1784, 1789, 1703, 1805, 1817, 1819, 1835 e 1.837; a Rua Tibúrcio Cavalcante as de nºs 2216, 2232, 2256, 2252, 2266, 2268; a Rua Lídia Valente, as de nºs 2217, 2237, 2255, 2257, 2259, 2261, 2265 e 2267, todas de tijolo e telha, com duas portas de frente, do que faço a presente averbação. Em, 13 de agosto de 1960. **AV.03** - Por escritura pública de certificação datada de 14 de abril de 1961, passadas em notas do Tabelião Dr. Afrânio da Silva Ponte, os outorgantes Dionísio de Oliveira Torres e sua mulher Geórgia Mota Torres, e do outro lado a Sociedade Beneficente São Vicente de Paulo, declaram que na aludida escritura por equívoco a entidade do donatário, foi



outorgantes vem retificar para conselho Central metropolitano de Fortaleza da Sociedade São Vicente de Paulo no Ceará, sucessora do aludido Conselho Central Vicentino de Fortaleza, representado por seu presidente Joaquim Caminha de Sá Leitão, o qual aceita a presente retificação, do que faço a presente retificação. Fortaleza, 02 de maio de 1961. **CERTIFICA ainda que não há mais espaço na coluna destinada às averbações, devendo por essa razão os atos enumerados no artigo 169 da Lei 6015/73, serem efetuados conforme dispõe o Art. 405 do Código de Organização Judiciária do Estado do Ceará. CERTIFICA** finalmente que constatou inexistir no livro próprio que além dos lançamentos aqui elencados inexistem quaisquer outros, inclusive relativos a ônus ou ações reais referentes aos imóveis retro descritos, até a presente data. O referido é verdade. Dou fé. Em 21 de fevereiro de 2017. Eu, Alison Paulo, dei busca nos livros, digitei e conferi; Eu, Titon, dei busca no indicador pessoal; Eu, Alison Paulo, dei busca nos ofícios, às 08 hs 10 min.



Talão: 1511885  
 Talão Compl. 1512391  
 Emolumentos/Fermeju/Ferc/ISS/Faadep  
 R\$ \_\_\_\_\_

1º Ofício de Registro de Imóveis de Fortaleza - CE

Joaquim Clementino  
 Oficial / Substituto(a)

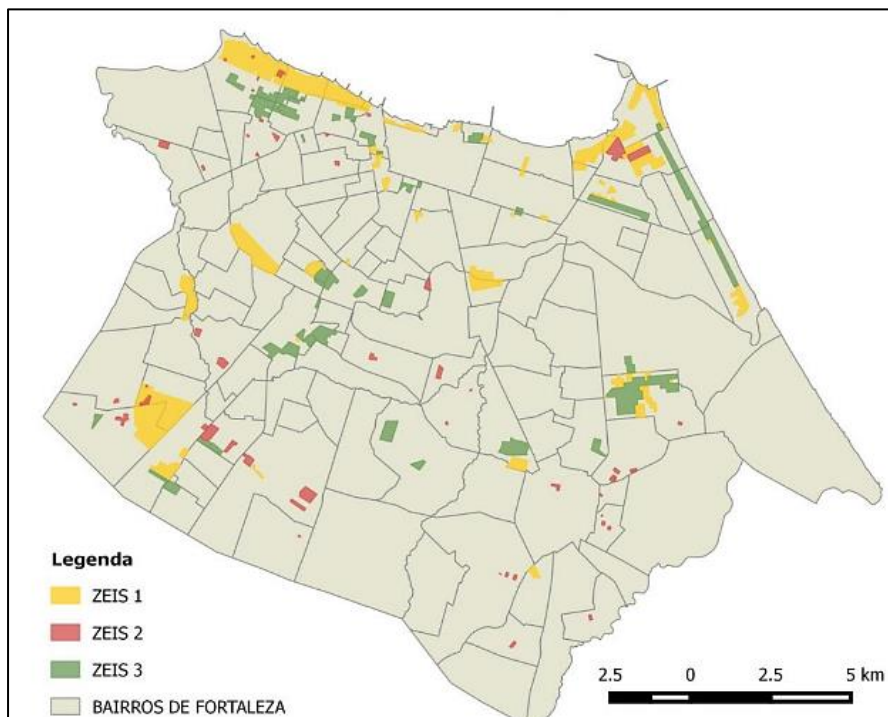
- José Anderson Cisne
- Ingrid Clementino Rodrigues Fatori
- Ironides Bonfim Fernandes
- Ivina Gê Trigueiro
- João Evangelista Araújo Neto
- Mary Anne Lima Linhares
- Soraia Melo Torres Pinheiro

Certidão válida, somente com selo de autenticidade, por 30(trinta) dias, conforme art. 601, do Prov. 08/2014-CGJ/CE, exceto para fins de Incorporação Imobiliária e Parcelamento do Solo Urbano, cuja validade é

**ANEXO C – 1º ADMINISTRADOR E SUB-ADMINISTRADORA DA VVE**

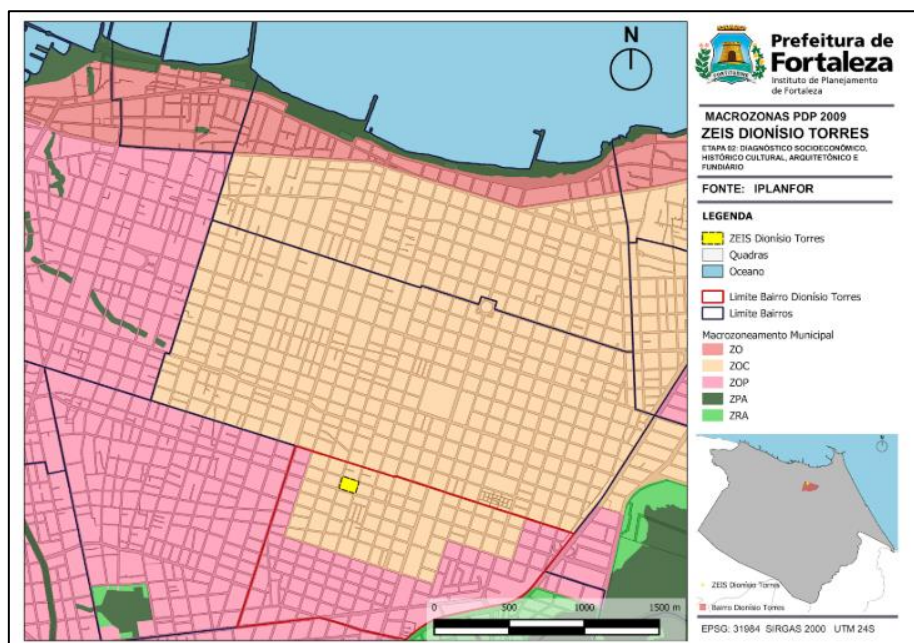
Fonte: Retratos expostos na sala contígua à capela da Vila.  
Os nomes do administrador e da sub-administradora foram omitidos.  
Acervo pessoal.

## ANEXO D – ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL (ZEIS) DE FORTALEZA



Fonte: IPLANFOR (2015, p. 26). Mapa produzido com base no PDP-For 2009.

## ANEXO E – LOCALIZAÇÃO DA ZDT EM ZONA DE OCUPAÇÃO CONSOLIDADA



Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza (2020, p. 54).



## ANEXO F – REGISTROS DA CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO GESTOR DA ZDT – ELEIÇÕES E POSSE

Panfleto de divulgação da Assembleia para escolha de representantes para a comissão eleitoral da ZDT

**VOCE JA OUVIU FALAR EM ZEIS?**

A nossa comunidade é uma ZEIS, que quer dizer ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL.

**ZEIS DIONÍSIO TORRES**

**O que são as ZEIS?**  
São áreas delimitadas pela Lei do Plano Diretor de Fortaleza (Lei Complementar nº 062/2009) que devem prioritariamente receber melhorias urbanísticas e regularização fundiária. Para isso, precisamos compor nosso CONSELHO GESTOR para decidir sobre um PLANO ESPECÍFICO de desenvolvimento da nossa comunidade.

**E quem vai decidir sobre esse PLANO?**  
A comunidade, através de seu Conselho Gestor, decide sobre o plano. Além disso, o Conselho Gestor é consultado quando outras ações do Poder Público ocorrerem dentro da nossa ZEIS.

**Mas quem é mesmo o CONSELHO GESTOR?**  
Os moradores e representantes de entidades eleitos por VOCE e os membros indicados pelo Município. O mandato é de 02 anos, e o trabalho é voluntário.

**Quando será a eleição?**  
21 / 06 / 18  
De 18 às 20h

**Onde?**  
Assembleia  
Capela

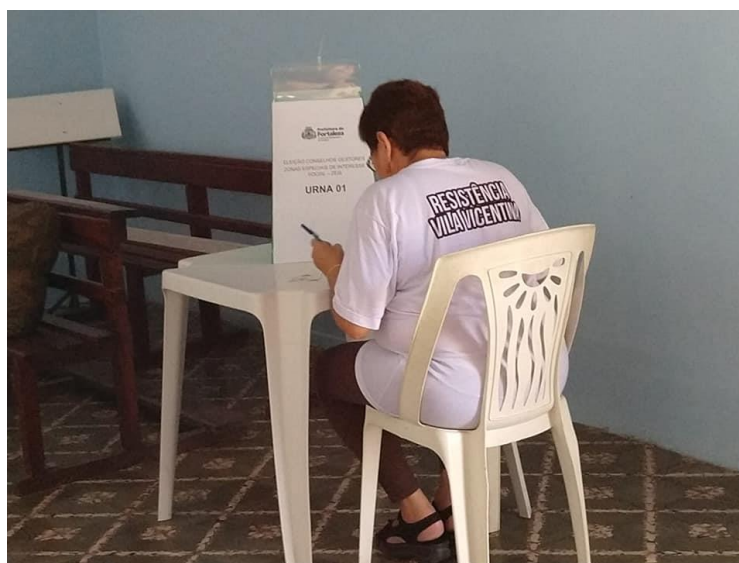
**Quero participar!**  
Como faço?

É simples!  
Você pode participar de várias maneiras:

- Fazer parte da Comissão Eleitoral
- Votar nos candidatos inscritos
- Candidatar-se a membro do Conselho Gestor
- Acompanhar as reuniões do conselho gestor e participar

Fonte: Elaborado pela Prefeitura de Fortaleza. Acervo pessoal, 2018.

### Registro de votação



Fonte: Acervo pessoal. Ago/2018.

Panfletos para divulgação das eleições ao CG, elaborados pela Prefeitura de Fortaleza (Numeração dos candidatos foi atribuída por ordem alfabética)

**ELEIÇÕES DO CONSELHO GESTOR DA ZEIS DIONÍSIO TORRES**

CONHEÇA OS CANDIDATOS:  
Moradores e Organização da Sociedade Civil com atuação na ZEIS DIONÍSIO TORRES - Vila Vicentina

 01	 02	 03	 04
 05	 06	 07	 08
 09	 10	 11	01 ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

REDE NACIONAL DE ADVOGADAS E ADVOGADOS POPULARES - RENAP

A ELEIÇÃO DO CONSELHO GESTOR DA ZEIS SERÁ NO DIA 31/08/2018, NO HORÁRIO DE 14:00H ÀS 20:00H, NA CAPELA DA VILA VICENTINA, RUA TIBÚRCIO CAVALCANTE Nº 2184

VOCÊ PODE ESCOLHER ATÉ SEIS CANDIDATOS E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Prefeitura de Fortaleza

**Quero participar!**

Como faço?

*É simples!*  
Você pode participar de várias maneiras:

- Fazer parte da Comissão Eleitoral
- Candidatar-se a membro do Conselho Gestor
- Votar nos candidatos inscritos
- Acompanhar as reuniões do conselho gestor e participar

**Mas quem é mesmo o CONSELHO GESTOR?**

Os moradores e representantes de entidades eleitos por VOCÊ e os membros indicados pelo Município.  
O mandato é de 02 anos, e o trabalho é voluntário.

**Quem pode participar?**

**VOTAR** 16<sup>+</sup> anos e morar na respectiva ZEIS

**CANDIDATAR-SE** 18<sup>+</sup> anos e morar na respectiva ZEIS

Data 31 / 08 / 2018  
14h às 20h

Local CAPELA

Fonte: Acervo pessoal. Ago/2018.

Panfleto para divulgação das eleições ao CG, elaborado com apoio da Frente de Luta por Moradia Digna

**Moradores:**

[Redacted names]

**Quem pode votar?**  
Morador com idade igual ou superior a 16 (dezesesseis) anos, que deve escolher 6 (seis) moradores e 1 (uma) entidade entre os candidatos

**Os eleitores, para votar, devem apresentar:**

- Carteira de identidade (RG) ou outro documento oficial com foto.
- Documento que comprove a situação de morador na área da ZEIS.

Podem ser: comprovante de residência no seu nome ou, na falta desse, do preenchimento da declaração de residência a ser disponibilizada na hora de votar.



**Eleições:**

 31/08/2018

 14h às 20h

 Capela da Vila Vicentina

**Moradia é seu direito e viver em uma ZEIS te garante isso! Não deixe de votar nas eleições do seu Conselho!**

 Organização:  
**FRENTE DE LUTA POR MORADIA DIGNA**

**Você sabia que mora numa ZEIS?**



Viver em uma área definida como ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) significa que as moradias nela localizadas devem ser regularizadas e que a sua comunidade deve ser reformada e urbanizada, recebendo obras e projetos para melhoria da infraestrutura.

**Mas o que você tem a ver com isso?** Uma das etapas para que as ZEIS sejam implementadas é eleição de um Conselho responsável por defender os interesses da comunidade. Por isso, é necessário que toda a população conheça melhor seus direitos e participe desse processo!



---



**Histórico da sua Comunidade**

A Vila Vicentina da Estância teve início no final da década de 1930. Muitas das pessoas que vivem aqui são descendentes dos primeiros moradores. De 1930 até os dias de hoje, muitas transformações aconteceram no bairro e a área passou a ser interesse do mercado imobiliário, fragilizando e pressionando os moradores a deixarem suas casas em troca de pequenas quantias. Em 2009, a área foi mapeada como ZEIS, garantindo que as pessoas que vivem aqui há décadas tenham direito de permanecer em suas casas e na cidade. Esse processo começa a sair do papel agora, em 2018, por meio da regulamentação de 10 (dez) ZEIS, consideradas prioritárias. A Zeis Dionísio Torres, Vila Vicentina da Estância, é uma delas!

**O que é o Conselho Gestor ???**

O Conselho Gestor é um espaço de consulta e deliberação para o acompanhamento, por parte da comunidade, das decisões e ações voltadas a seus territórios. Ou seja, ele discute e aprova os projetos que serão feitos para a ZEIS.



**Algumas das funções do Conselho Gestor são:**

- Mediar os conflitos com o Poder Público referentes à urbanização;
- Decidir sobre os projetos e programas urbanos localizados nas ZEIS.



O Conselho é formado por 6 representantes da comunidade, eleitos entre moradores e com atuação não remunerada, mais 6 representantes do Poder Público, além de uma entidade com atuação na comunidade, também eleita por esta. Essas pessoas comporão o conselho por um período de 2 anos.



**Conheça os candidatos: Entidade da Sociedade Civil:**

A Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAAP) é uma articulação descentralizada, não-hierárquica e de abrangência nacional. Tem por objetivo a promoção do debate político-jurídico, a prestação de assessoria jurídica aos movimentos sociais e o resgate da prática da advocacia voltada ao interesse das causas populares. A RENAP Ceará acompanha a luta dos moradores da ZEIS Dionísio Torres desde 2016, quando ocorreu a demolição de algumas casas. Desde então, a Rede assessora os moradores e está presente nas mais diversas demandas da comunidade.

Fonte: Acervo pessoal. Ago/2018.



## Convite para o curso de formação dos Conselheiros eleitos

**CURSO DE FORMAÇÃO DOS CONSELHEIROS GESTORES DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL (ZEIS) PRIORITÁRIAS**



# CONVITE

O Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), convida, em cumprimento ao Decreto Municipal nº 14.211/2018, os membros eleitos, titulares e suplentes, e os indicados como representantes do Poder Público nos Conselhos Gestores das ZEIS, a participar do Curso de Capacitação sobre as principais temáticas a serem abordadas nos Planos Integrados de Regularização Fundiária - PIRFs.

O curso será realizado nos dias 18, 19 e 20 de outubro de 2018, na Faculdade de Direito da UFC.

Dia 18.10 (quinta-feira) - de 17h30 às 21h - Aula Inaugural - Auditório  
 Dia 19.10 (sexta-feira) - de 17h30 às 21h - Anfiteatro;  
 Dia 20.10 (sábado) - de 08h30 às 17h - Anfiteatro.


**Prefeitura de Fortaleza**  
 Instituto de Planejamento

Fonte: [www.facebook.com/resistenciavilavicentina](http://www.facebook.com/resistenciavilavicentina)

Curso de formação dos Conselheiros eleitos – Auditório da Faculdade de Direito da UFC



Fonte: [www.facebook.com/resistenciavilavicentina](http://www.facebook.com/resistenciavilavicentina)

Cerimônia de posse dos Conselheiros eleitos – Teatro São José



Fonte: Acervo pessoal. Nov/2018.



Cerimônia de posse dos Conselheiros eleitos para o CG das ZEIS prioritárias. Em primeiro plano, Conselheiros eleitos da ZDT e demais moradores integrantes do movimento RVV



Fonte: Acervo pessoal. Nov/2018.

Assinatura do termo de posse do CGZDT



Fonte: Acervo pessoal. Nov/2018.